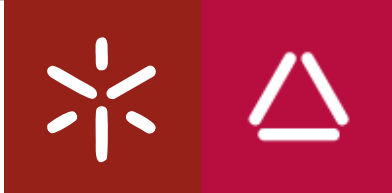




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diana Ramada Varela Couto

**Valorização histórica e arquitetónica de espaços
residenciais: as casas Modernas de Braga
(séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diana Ramada Varela Couto

**Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.**

Dissertação de Mestrado
em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro
Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

DECLARAÇÃO

Nome: DIANA RAMADA VARELA COUTO

Endereço eletrónico: dianaramadacouto@outlook.com

N.º do Bilhete de Identidade: 13479516

Título da dissertação:

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII). Proposta de dinamização cultural e turística.

Orientadores:

Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

Ano de conclusão: 2019

Designação do Mestrado:

Património e Turismo Cultural

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, janeiro 2019

Assinatura: _____

(Diana Ramada Varela Couto)

Mas afinal o que é o Património Cultural de que hoje tanto se fala? Trata-se de um conceito difícil de explicar, por vezes ambíguo e de limites mal definidos. Podemos dizer que o Património Cultural é a própria biografia de um povo, o seu bilhete de identidade. Património Cultural é uma herança que recebemos e, como todas as heranças, serve para as gozarmos e protegermos e não para desperdiçar, deve-se conservá-la e valorizá-la.

(Nunes, 1983)

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação não poderia ter sido feita sem o auxílio fundamental dos meus orientadores, em boa verdade, cativaram-me pela paixão entregue no decorrer das suas aulas. Tive o privilégio de ter uma orientação focada na busca de uma maior qualidade, tanto na preparação como na elaboração, do meu trabalho.

À Professora Maria do Carmo Ribeiro, que pelo seu apoio e saber, guiou-me ao longo do percurso deste trabalho. O seu discernimento, a sua acuidade e a agilidade do seu saber foram elementos dos quais não prescindia, e razões que me levaram a escolhê-la como orientadora. Ao Professor Jorge Simão Correia, que disponibilizou o seu tempo, saber e pragmatismo para uma melhoria e condensação da informação.

Agradeço a todos os professores do curso de Património e Turismo Cultural que fomentaram a paixão pelo património há tanto germinada em mim. Deram sentido a um rumo que há muito queria explorar.

Durante o meu trabalho de campo fiz conhecimentos inesperados que me guiaram até outras personalidades, agradeço a partilha de informação ao alfarrabista Fernando Santos, ao Senhor Carlos Pinheiro, ao Professor Jean-Yves Durand, e pelo mesmo motivo, agradeço à Dr.^a Aida Mata e ao historiador de arte Eduardo Pires de Oliveira.

Agradeço à Câmara Municipal de Braga, particularmente à Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana, pela cooperação e disponibilização de material informativo. Assim como agradeço, pelas mesmas razões, à Direção-Geral de Património Cultural, à direção do Centro Interpretativo das Memórias da Santa Casa da Misericórdia de Braga, à direção da Casa do Professor de Braga, à organização do Projeto-Revive, à organização do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, à organização do Château de Versailles Spectacles, à direção do Museu dos Biscainhos, aos funcionários dos serviços de documentação da Universidade do Minho, do Arquivo Distrital de Braga e da Biblioteca Municipal Raul Brandão de Guimarães.

Não poderia deixar de referir o apoio constante daquelas pessoas que ao longo da minha jornada manifestaram palavras de apoio, esperança e motivação, além disso, agradeço-lhes a ajuda na elaboração do meu trabalho e troca de ideias, particularmente, ao meu marido Nuno Coelho, aos meus pais e, às minhas amigas mais chegadas, Cláudia Martinho e Anabela Carneiro Nkaoua.

**Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas
Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII). Proposta de dinamização cultural e
turística.**

Resumo

Este trabalho teve como objetivo a elaboração de uma dissertação sobre espaços residenciais da Época Moderna (séculos XVI-XVIII), particularmente das casas bracarenses, inabitadas ou parcialmente utilizadas, com vista à sua dinamização cultural e turística, nomeadamente através da implementação de algumas estratégias.

Neste sentido, procurámos aferir a importância histórica e arquitetónica das casas da Época Moderna de Braga (séculos XVI-XVIII), bem como avaliar diferentes estratégias de dinamização e valorização cultural aplicadas a diversos contextos e realidades nacionais e internacionais, de modo a propor estratégias de dinamização cultural e turística para o caso de Braga. Tratou-se, ainda, de sensibilizar para o potencial do património inabitado ou parcialmente utilizado, constituído pelas residências de época, com valor histórico e arquitetónico.

A concretização destes objetivos foi realizada através de uma metodologia que valorizou o cruzamento de várias fontes documentais (escritas, iconográficas e cartográficas) mas também uma análise empírica dos espaços residências, que incluiu a visita e o estudo destes imóveis *in loco*, bem como a realização de um inventário das residências da Época Moderna de Braga de modo a sustentar a sua valorização histórica e arquitetónica.

Palavras-chave: património arquitetónico, arquitetura civil, centro histórico, Braga, Época Moderna, barroco, turismo cultural, dinamização cultural, residência-museu temático, centro interpretativo, rota.

Valorisation historique et architecturale d'espaces résidentiels : les maisons modernes de Braga (XVI-XVIII siècles). Proposition de dynamisation culturelle et touristique.

Résumé

L'étude réalisée a eu comme objectif l'élaboration d'une dissertation sur les espaces résidentiels de l'époque moderne (XVI-XVIII siècles), en particulier les maisons de la ville de Braga, inhabitées ou partiellement utilisées en vue de leur promotion culturelle et touristique, plus particulièrement par la mise en œuvre de certaines stratégies.

En ce sens, on a cherché à comprendre l'importance historique et architecturale des maisons de l'époque moderne de Braga (XVI-XVIII siècles), ainsi qu'évaluer différentes stratégies de dynamisations et de valorisation culturelle utilisées dans différents contextes et réalités nationales et internationales, de façon à proposer des stratégies de dynamisations culturelles et touristiques pour le cas de Braga. Il a été également sujet de sensibiliser le public au potentiel du patrimoine inhabité ou partiellement utilisé, constitué par les résidences d'époque, ayant une valeur historique et architecturale.

La réalisation de ces objectifs a été exécutée grâce à une méthodologie soutenue par le croisement de plusieurs sources documentaires (écrites, iconographiques et cartographiques) mais aussi par une analyse empirique des espaces résidentiels, qui compris la visite et l'étude de ces propriétés in situ, ainsi que l'élaboration d'un inventaire des résidences de l'époque moderne de Braga afin de maintenir leur valeurs historiques et architecturales.

Mots-clés: patrimoine architectural, architecture civil, centre historique, Braga, époque moderne, baroque, tourisme culturel, promotion culturelle, résidence-musée thématique, centre d'interprétation, circuit touristique.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	vii
Résumé	viii
Lista de abreviaturas e siglas	xxv
Índice de figuras	xiii
Introdução	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO ÂMBITO DO ESTUDO.....	5
1. A valorização e classificação do património	5
1.1. Perspetiva histórica da valorização e salvaguarda do património	6
1.2. O património das cidades e dos conjuntos históricos.....	9
1.3. Iniciativas e organizações nacionais.....	12
2. A dinamização cultural e turística do património	21
2.1. Problemáticas inerentes ao turismo cultural.....	21
2.2. Utilidade de produtos culturais e turísticos enquanto dinamizadores regionais.....	27
2.3. Contextualização e caracterização de estratégias de dinâmizações culturais e turísticas	29
PARTE II – OS ESPAÇOS RESIDÊNCIAS DE BRAGA (SÉCULOS XVI-XVIII). PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS, FONTES E METODOLOGIA	51
1. O contexto: formação da cidade Moderna de Braga	51
2. A problemática: valorização do património construído. As residências da Época Moderna.....	56
3. Objetivos	61
4. Fontes e metodologia de análise.....	62
PARTE III – AS RESIDÊNCIAS MODERNAS DE BRAGA (SÉCULOS XVI-XVIII).....	71
1. A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).....	71
1.1. O edificado sobrevivente: casos de estudo	75

PARTE IV – PROPOSTAS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA.....	143
1. Potencialidades históricas e arquitetónicas das residências da Idade Moderna de Braga	143
2. Proposta de dinamização das casas da Época Moderna de Braga	146
2.1. Braga como cidade turística e dinamizadora regional.....	149
2.2. Enquadramento historiográfico do conceito de museu.....	151
2.3. Criação de um centro interpretativo, residência-museu temático	155
2.3.1 Criação de rota das Residências da Época Moderna	159
Considerações finais	165
Bibliografia	171
Apêndice - Documentação do tecido histórico construído.....	177
Anexos	291

Índice de figuras

Figura 1 - Representação teatral no Palácio de Breteuil	30
Figura 2 - As cozinhas do Palácio de Breteuil	30
Figura 3 - Evento cultural no Palácio de Breteuil.....	31
Figura 4 - Representação cénica do quarto da bela Adormecida, Conto de Perrault.....	31
Figura 5 - Ofício antigo, com a participação do público, Museu dos Ofícios Antigos Vivos	31
Figura 6 - Demonstração de um ofício antigo, Museu dos Ofícios Antigos Vivos.....	31
Figura 7 - Recriação histórica com os alunos do Colégio Luso Internacional de Braga	32
Figura 8 – O evento “Braga Barroca” no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga	33
Figura 9 - Espólio do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga	34
Figura 10 - Casa de Keats-Shelly	35
Figura 11 - Casa de Giacomo Leopardi	37
Figura 12 - Palácio Spada	38
Figura 13 - O Museu do Território Casa Pezzolla	39
Figura 14 - Apartamentos Reais do Castelo da Mandria	40
Figura 15 - Interiores, auditório	40
Figura 16 - reconstituição histórica Setecentista, em Santo Antão do Tojal	42
Figura 17 - Feira Setecentista no largo do Palácio de Queluz.....	42
Figura 18 – Quotidiano das religiosas no Mosteiro de Arouca.....	43
Figura 19 - Cena de dramatização no Mosteiro de Arouca.....	43
Figura 20 – Tropas francesas nas ruas da cidade de Arouca	44
Figura 21 - O Festival de Jane Austen.....	44
Figura 22 - Festa Galante no Palácio de Versailles	45
Figura 23 - Grande Baile Mascarado do Palácio de Versailles.....	45
Figura 24 - La Vallée-aux-Loups em Châtenay-Malabry, casa de François-René de Chateaubriand	46
Figura 25 - Musée de Montmorency, casa de Jean-Jacques Rousseau	47
Figura 26 - Casa da Lagariça, inspiração para “A Ilustre Casa de Ramires”	47
Figura 27 - Aldeia de Piódão.....	48

Figura 28 – Aldeia de Castelo Rodrigo	48
Figura 29 – Café Majestic, Porto	49
Figura 30 - Capela de S. Geraldo da Sé Catedral de Baga, Rota do Azulejo em/ <i>in</i> Braga	50
Figura 31 - Painéis azulejares musealizados da escadaria nobre do Convento do Pópulo, Rota do Azulejo em/ <i>in</i> Braga	50
Figura 32 - Fotografia aérea atual de Braga	51
Figura 33 – Braga, entre o período romano e Idade Média	52
Figura 34 - D. Diogo de Sousa, o urbanista.....	54
Figura 35 - Casa da Orge antes da destruição.....	59
Figura 36 - O pórtico e partes da fachada da Casa da Orge após a destruição.....	59
Figura 37 – Casa da Naia antes do estado de degradação presentemente	59
Figura 38 – Foto aérea da Casa da Naia em estado de degradação	59
Figura 39 - Mapa de Braunio, de 1594.....	63
Figura 40 - <i>Mapa de Braga Primas</i> , de 1755	64
Figura 41 - Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga	66
Figura 42 - Mapa da ARU do Centro Histórico.....	67
Figura 43 - Tipo Casa da Rua Nova, Tipo Casa-Torre e Tipo Casa com rusticado, respetivamente	74
Figura 44 – Localização das parcelas construídas registadas durante o levantamento <i>in loco</i> , com a respetiva numeração e delimitação da ARU do centro histórico de Braga.....	76
Figura 45 - Localização na planta topográfica atual das casas na Rua de S. João do Souto.....	78
Figura 46 - Casa da Roda (nº 1)	79
Figura 47 - Casa da Roda no MRB.....	79
Figura 48 - Casa da Roda no <i>Mapa de Braga Primas</i>	79
Figura 49 - Casa dos Lagos e Antões Pereira (nº 2)	80
Figura 50 - Casa dos Lagos e Antões Pereira no MRB.....	80
Figura 51 - Casa do Passadiço (nº 3).....	81
Figura 52 - Casa do passadiço no MRB	81
Figura 53 - Casa do Passadiço no <i>Mapa de Braga Primas</i>	81
Figura 54 Localização na planta topográfica atual da Casa dos Coimbras no Largo de S. João do Souto.....	83
Figura 55 - Capela dos Coimbras	83

Figura 56 - Construção original da Casa dos Coimbras, na primitiva Rua de S. João no MRB	83
Figura 57 - Casa dos Coimbras na atualidade (nº 4)	84
Figura 58 - Localização na planta topográfica atual das casas Setecentistas na Rua D. Diogo de Sousa	85
Figura 59 – Casa Setecentista (nº 5)	85
Figura 60 - Casa Setecentista na Rua Nova no MRB (nº 5).....	85
Figura 61 - Associação Comercial de Braga, fachada do conjunto virada para a Rua D. Diogo de Sousa (nº 6).....	85
Figura 62 - Associação Comercial de Braga, fachada do conjunto virada para a Praça do Município.....	85
Figura 63 – Casa Setecentista na Rua Nova no MRB (nº 6)	86
Figura 64 – Casas Setecentistas da Rua Nova no <i>Mapa de Braga Primas</i>	86
Figura 65 - Localização na planta topográfica atual do Antigo Paço Arquiepiscopal e do Edifício na Praça do Município N° 6 a 7	87
Figura 66 - Fachada norte da ala norte do conjunto gótico (nº 7).....	88
Figura 67 - Fachada da ala poente do corpo sul (nº 7)	88
Figura 68 - Fachada da ala central do corpo sul (nº 7)	88
Figura 69 - Fachada da ala nascente do corpo sul (nº 7).....	89
Figura 70 - Fachada poente do corpo barroco (nº 7)	89
Figura 71 - O Paço Arquiepiscopal de Braga no <i>Mapa de Braga Primas</i>	89
Figura 72 - O Paço Arquiepiscopal de Braga no MRB	90
Figura 73 - Edifício na Praça do Município N° 6 a 7 (nº 8)	90
Figura 74 - Localização na planta topográfica atual da casa Setecentista na Rua do Castelo.....	91
Figura 75 – Casa Setecentista (nº 9)	91
Figura 76 - Casa Setecentista na Loura e Terreiro do Castelo no MRB.....	91
Figura 77 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua dos Crivos.....	93
Figura 78 - Casa dos Crivos (nº 10).....	93
Figura 79 – Casa Setecentista (nº 11)	94
Figura 80 - Localização na planta topográfica atual da casa Seiscentista na Rua do Anjo.....	95
Figura 81 - Casa Seiscentista (nº 12).....	95
Figura 82 - Localização na planta topográfica atual do Palácio dos Falcões no Largo de Santiago	97

Figura 83 - Palácio dos Falcões, no Largo de Santiago (nº 13)	97
Figura 84 - Palácio dos Falcões no MRB	97
Figura 85 - Palácio dos Falcões no <i>Mapa de Braga Primas</i>	98
Figura 86 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua de S. Geraldo	100
Figura 87 - Casa Setecentista (nº14)	100
Figura 88 - Casa Setecentista da Rua dos Pelames no MRB.....	100
Figura 89 - Casa Grande da Rua dos Pelames (nº15)	101
Figura 90 - A Casa Grande da Rua dos Pelames no MRB.....	101
Figura 91 - Casa na Rua de S. Geraldo, Nº 51 (nº16)	102
Figura 92 - Casa do Avelar, fachada norte (nº17).....	102
Figura 93 - Casa do Avelar, fachadas oeste e sul (nº17).....	102
Figura 94 - Casa do Avelar no <i>Mapa de Braga Primas</i>	103
Figura 95 - Casa do Avelar no MRB	103
Figura 96 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua do Alcaide	104
Figura 97 - Casa Seiscentista (nº 18)	105
Figura 98 - Casa Seiscentista na Rua do Alcaide no MRB.....	105
Figura 99 - Casa da Senhora da Torre, fachada da Rua do Alcaide (nº 19)	105
Figura 100 - Casa da Senhora da Torre, fachada do Largo de Paulo Orósio (nº 19).....	106
Figura 101 - Casa da Senhora da Torre no <i>Mapa de Braga Primas</i>	106
Figura 102 - Localização na planta topográfica atual da Casa de S. Sebastião das Carvalheiras	107
Figura 103 - Casa de S. Sebastião das Carvalheiras (nº 20)	107
Figura 104 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Bravos na Rua Visconde de Pindela	108
Figura 105 - Casa dos Bravos (nº 21)	108
Figura 106 - Casa adossada á Casa dos Bravos	109
Figura 107 - Casa dos Bravos e a casa adossada no MRB.....	109
Figura 108 - Localização na planta topográfica atual da Casa Casa Grande do Campo das Hortas	111
Figura 109 - Casa Grande do Campo das Hortas (nº 22).....	111
Figura 110 - Primitiva Casa Grande no <i>Mapa da Cidade de Braga Primas</i>	111
Figura 111 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua dos Biscainhos	113

Figura 112 – Casa Seiscentista (nº 23)	113
Figura 113 - Um perspetiva da fachada principal do Museu dos Biscainhos (nº24)	114
Figura 114 - Jardim do Museu dos Biscainhos	114
Figura 115 - Casa dos Biscainhos no MRB	114
Figura 116 - Casa dos Biscainhos no <i>Mapa de Braga Primas</i>	115
Figura 117 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Praça Conde de Agrolongo e Praça Conselheiro Torres Almeida	118
Figura 118 - Casa dos Maciéis e Aranhas (nº 25)	118
Figura 119 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 (nº 26)	119
Figura 120 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115 (nº 27)	119
Figura 121 – Casas registadas no Campo da Vinha no <i>Mapa de Braga Primas</i>	120
Figura 122 - Palácio dos Vilhena Coutinho (nº 28).....	120
Figura 123 – Vista aérea da fachada da casa dos Costas Pereiras, virada para a Praça do Município.....	121
Figura 124 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Sotomayor	122
Figura 125 - Casa dos Sotomayor, fachada para a Praça Conselheiro Torres Almeida (nº 29)	122
Figura 126 - Casa dos Sotomayor, fachada para a Rua da Boavista (nº29)	122
Figura 127 - Pátio interior da antiga Casa dos Sotomayor (nº 29)	123
Figura 128 - Casa dos Sotomayor fachada para a Rua da Cónega no MRB	123
Figura 129 - Casa dos Sotomayor no <i>Mapa de Braga Primas</i>	123
Figura 130 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Avenida Central	125
Figura 131 - Casa de José da Silva Costa (nº 30)	125
Figura 132 - Casa de Manuel Rebelo da Costa (nº 31)	126
Figura 133 - Casa Rolão (nº 32).....	127
Figura 134 - Antiga Hospedaria Convívio, do lado sul da Avenida Central (nº 33)	128
Figura 135 – Casa Moderna do lado sul da Avenida Central (nº 34)	128
Figura 136 – Outra casa Moderna do lado sul da Avenida Central (nº 35)	129
Figura 137 – Casa devoluta no lado Norte da Avenida Central (nº 36)	129
Figura 138 - Casa na Avenida Central N.º171 a 173 (nº 37)	130
Figura 139 - Casa de Manuel da Costa Pessoa (nº 38).....	130
Figura 140 – Localização na planta topográfica atual das casas tardobarrocas na Rua de S. Vicente	131

Figura 141 - Casa tardobarroca (n° 39).....	132
Figura 142 - Casa tardobarroca (n° 40).....	132
Figura 143 - Localização na planta topográfica atual da Casa de Vale de Flores no Largo de Infias	133
Figura 144 - Casa de Vale de Flores (n° 41)	134
Figura 145 - Localização na planta topográfica atual dos edifícios Setecentistas na Praça de Mouzinho de Albuquerque.....	135
Figura 146 - Edifício representativo da Praça de Mouzinho de Albuquerque (n° 42).....	135
Figura 147 – Outro edifício representativo da Praça de Mouzinho de Albuquerque (n° 42)	136
Figura 148 - O Campo Novo em construção no MRB.....	136
Figura 149 - Localização na planta topográfica atual da casa Setecentista na Rua de Santo André	137
Figura 150 - Casa Setecentista (n° 43).....	137
Figura 151 - Casa Setecentista da Rua Santo André no MRB	138
Figura 152 - Localização na planta topográfica atual da casa Setecentista na Rua de S. Gonçalo ..	138
Figura 153 – Casa Setecentista (n° 44).....	139
Figura 154 - Casa Setecentista da Rua de S. Gonçalo no MRB.....	139
Figura 155 - Localização na planta topográfica atual casa tardobarroca na Rua de Santa Margarida	140
Figura 156 – Casa tardobarroca da Rua de Santa Margarida (n°45)	140
Figura 157 - Localização na planta topográfica atual do Palácio do Raio na Rua do Raio	142
Figura 158 - Palácio do Raio (n° 46)	142
Figura 159 - Quingosta da Rua das Águas e Palácio do Raio no quanto inferior esquerdo no <i>Mapa de Braga Primas</i>	142
Figura 160 - Localização tipográfica atual das parcelas construídas analisadas nas diferentes fichas e delimitação da ARU do centro histórico de Braga	178
Figura 161 - Localização na planta topográfica atual da Casa da Roda.....	182
Figura 162 - Casa da Roda no MRB	182
Figura 163 – Reprodução de desenho perspectivado da fachada principal.....	182
Figura 164 - Casa da Roda no <i>Mapa de Braga Primas</i>	183
Figura 165 - Fachada da Rua de Nossa Senhora do Leite, em 1992.....	183
Figura 166 - Antes da reedificação do imóvel, século XX.....	183

Figura 167 - Interior de divisão no piso térreo.....	183
Figura 168 – Pátio interno, escada de acesso ao piso superior	183
Figura 169 - Varanda do piso superior, vista do pátio interno.....	184
Figura 170 - Sala com armário embutido, no interior do segundo piso.....	184
Figura 171 - Interior do piso superior, janela voltada para a Sé de Braga	184
Figura 172 - Mosaico encontrado nas escavações arqueológicas no interior da Casa da Roda, em 1992	184
Figura 173 - Pátio posterior.....	184
Figura 174 - Fachada virada para a Rua da Nossa Senhora do Leite.....	185
Figura 175 - Fachada virada para a Rua de S. João do Souto	185
Figura 176 - Pátio interior	186
Figura 177 - Interiores do piso superior	186
Figura 178 - Sala interior	186
Figura 179 - Localização na planta topográfica atual da Casa do Passadiço	190
Figura 180 - Casa do passadiço no MRB.....	190
Figura 181 - Casa do Passadiço no <i>Mapa de Braga Primas</i>	190
Figura 186 - Piso térreo	193
Figura 189 - Interiores	194
Figura 182 - Fachadas sul e este da Casa do Passadiço.....	191
Figura 183 - Fachada no extremo este da Casa do Passadiço.....	191
Figura 184 - Jardim na parte sul-este do edificado.....	192
Figura 185 - Edificado anexo à Casa do Passadiço	192
Figura 187 - Escadaria interior	193
Figura 188 - Piso superior da fachada virada para o jardim	194
Figura 190 - Localização na planta topográfica atual do paço Arqueiepiscopal de Braga.....	201
Figura 191 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no <i>Mapa de Braunio</i>	201
Figura 192 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no <i>Mapa de Braga Primas</i>	201
Figura 193 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no MRB.....	201
Figura 194 - Planta atual do piso térreo.....	202
Figura 195 - Paço de D. José de Bragança.....	202
Figura 196 - Durante os trabalhos de 1937 na ala medieval.....	203
Figura 197 - Entrada da ala central do corpo sul, ano 1936	203

Figura 198 - Edifício barroco	204
Figura 199 - Largo do Paço, com os Marcos Miliários.....	204
Figura 200 - Fachada norte da ala norte do conjunto gótico.....	205
Figura 201 - Fachada do conjunto gótico, virada para o Jardim de Santa Bárbara.....	205
Figura 202 - Fachada norte da ala central da estrutura sul	205
Figura 203 - Fachada da ala poente do corpo sul	205
Figura 204 - Varandim virado para o Largo D. João Peculiar, da ala poente do corpo sul.....	205
Figura 205 - Fachada da ala central do corpo sul	205
Figura 206 - Fachada da ala nascente do corpo sul.....	206
Figura 207 - Fachada poente do corpo barroco	206
Figura 208 - Parte do acervo da Biblioteca Pública	206
Figura 209 - Sala do Arcaz do Arquivo Distrital, com o móvel arquivístico, do século XVIII, do Cartório Capitular de Braga.....	206
Figura 210 - Sala do Arquivo Notarial, no conjunto gótico	206
Figura 211 - Sala de Leitura com o teto barroco, vindo da Capela do Seminário de Santiago.....	206
Figura 212 - Evento Braga Barroca, no Salão Medieval da Reitoria da Universidade do Minho, no conjunto gótico.....	207
Figura 213 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Crivos	211
Figura 214 - Casa dos Crivos no século XX.....	211
Figura 215 - Fachada principal da Casa dos Crivos	212
Figura 216 - Fachada posterior	212
Figura 217 - Piso térreo	213
Figura 218 - Escadas de madeira.....	213
Figura 219 - Localização na planta topográfica atual da Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51	216
Figura 220 - Início do alçado Este, do troço Norte, da Rua dos Pelames no MRB	217
Figura 221 - Fachada principal da Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51, antes da intervenção	217
Figura 222 - Fachada principal da Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51	218
Figura 223 - Fachada posterior	218
Figura 224 - Poço com coberto e escadarias da fachada posterior	219
Figura 225 - Arcos do vestíbulo nos interiores	219
Figura 226 - Localização na planta topográfica atual da Casa Grande	223
Figura 227 - Primitiva Casa Grande no <i>Mapa de Braga Primas</i>	223

Figura 228 - Fachada principal da Casa Grande	224
Figura 229 - Fachada lateral esquerda com construção adossada	224
Figura 230 - Fachada lateral direita	225
Figura 231 - Fachada virada para o jardim	225
Figura 232 - Muro de cantaria que delimita o jardim	226
Figura 233 - Parte das cavaliariças	226
Figura 234 - Outra parte do piso térreo	227
Figura 235 - Escadarias do átrio	227
Figura 236 - Um contador decorado com embutidos de tartaruga.....	228
Figura 237 - Escadaria par ao terceiro piso	228
Figura 238 - Quarto do terceiro piso.....	229
Figura 239 - Outro quarto da residência	229
Figura 240 - Localização na planta topográfica atual do Museu dos Biscainhos.....	234
Figura 243 - Planta e corte do jardim	235
Figura 241 - Casa dos Biscainhos no MRB.....	234
Figura 242 - Casa dos Biscainhos no <i>Mapa de Braga Primas</i>	234
Figura 244 - Claustro a norte da entrada das carruagens, em 1964	235
Figura 246 - Segunda perspetiva da fachada principal do Museu dos Biscainhos	236
Figura 249 - Interior da cozinha	237
Figura 250 - Jardim do Museu dos Biscainhos	238
Figura 251 - Mirante.....	238
Figura 258 - Silhar de azulejos.....	241
Figura 259 - Sala de música	241
Figura 261 - Claustro a norte da entrada das carruagens	242
Figura 262 - Um dos aposentos do segundo piso da fachada mais comprida.....	242
Figura 263 - Uma das áreas ocupadas pela ASMOTAP	242
Figura 245 - Uma perspetiva da fachada principal do Museu dos Biscainhos	236
Figura 247 - Fachada vista do jardim	237
Figura 248 - Anexo da cozinha	237
Figura 252 - Pequena capela no fundo do jardim	239
Figura 253 - Muro de delimitação do jardim, virado para a rua dos Biscainhos	239
Figura 254 - Torre do edifício	240

Figura 255 - Entrada das carruagens	240
Figura 256 - As cavalariças	240
Figura 257 - Teto do salão nobre.....	240
Figura 260 - Uma das salas de jantar.....	241
Figura 264 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Maciéis e Aranhas.....	246
Figura 265 - Casa dos Maciéis Aranhas no <i>Mapa de Braga Primas</i> (n° 8)	246
Figura 266 - Casa dos Maciéis e Aranhas, em 1970.....	247
Figura 267 - fachada principal e lateral direita, em 1970.....	247
Figura 268 - Fachada lateral esquerda, em 1970	248
Figura 269 - Fachada principal da Casa dos Maciéis e Aranhas.....	248
Figura 270 - Fachada lateral direita.....	249
Figura 271 - Pátio interior	249
Figura 272 - Escadaria do pátio	249
Figura 273 - Localização na planta topográfica atual da Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116	252
Figura 274 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 no <i>Mapa de Braga Primas</i> (n° 9).....	252
Figura 275 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116, no ano 1970	253
Figura 276 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116	253
Figura 277 - Instalações do restaurante, atualmente fechado	254
Figura 278 - Passeio do jardim	254
Figura 279 - Interiores	254
Figura 280 - Localização na planta topográfica atual da Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115	257
Figura 281 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115 no <i>Mapa de Braga Primas</i> (n° 10).....	257
Figura 282 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115, no ano 1970	258
Figura 283 - Pátio interior, ano 1999	258
Figura 284 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115	259
Figura 285 - Pátio no interior da casa.....	259
Figura 286 - Localização na planta topográfica atual da Casa Rolão.....	263
Figura 287 - Traseiras da Casa Rolão em 1914.....	264
Figura 288 - Planta do piso 1	264
Figura 289 - Planta do piso 2.....	265

Figura 290 - Planta do piso 3.....	265
Figura 291 - Fachada principal da Casa Rolão.....	266
Figura 292 - Traseiras da Casa Rolão.....	267
Figura 293 - Livraria Centésima Página no primeiro piso.....	267
Figura 294 - Pinturas murais da escadaria.....	268
Figura 295 - Loja comercial do primeiro piso.....	268
Figura 296 - Ocupação comercial do segundo piso.....	269
Figura 297 - Degraus para o acesso a divisões do terceiro piso.....	269
Figura 298 - Divisão da antiga capela no terceiro piso.....	270
Figura 299 - Acesso ao último piso.....	270
Figura 300 - Localização na planta topográfica atual da Casa de Vale de Flores.....	275
Figura 301 - Alçado da Casa de Vale de Flores.....	275
Figura 303 - Fachada principal da Casa de Vale de Flores.....	276
Figura 304 - Escritório onde são expostos os serviços da Companhia das Índias.....	277
Figura 305 - Sucessão dos salões.....	277
Figura 306 - Quarto com decoração a fresco.....	278
Figura 307 - Copa contígua à sala de jantar onde são guardadas as baixelas de porcelana da Companhia das Índias.....	278
Figura 308 - Capela da Casa de Vale de Flores.....	279
Figura 302 - Planta da Casa de Vale de Flores.....	276
Figura 309 - Localização na planta topográfica atual do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.....	284
Figura 311 - Planta atual do piso 1.....	285
Figura 312 - Planta atual do piso 2.....	285
Figura 313 - Planta atual do piso 3.....	286
Figura 314 - Alado nascente e poente atual.....	286
Figura 315 - Fachada posterior, ano 2003.....	287
Figura 310 - Palácio do Raio no <i>Mapa de Braga Primas</i>	284
Figura 316 - Fachada principal do palácio.....	287
Figura 317 - Fachada sul do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.....	288
Figura 318 - Ala poente.....	288
Figura 319 - Hall de entrada.....	289

Figura 320 - Acesso ao segundo piso	289
Figura 321 – Figura do Turco, nível intermédio da escadaria	289
Figura 322 - Claraboia do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga	290
Figura 323 - Mapa das vias com génese entre 1070-1505 – Parte I	291
Figura 324 - Mapa das vias com génese entre 1070-1505 – Parte II	292
Figura 325 - Mapa das vias abertas entre 1505-1532 – Parte I	293
Figura 326 - Mapa das vias abertas entre 1505-1532 – Parte II	294
Figura 327 - Mapa das vias abertas entre 1532-1725 – Parte I	295
Figura 328 - Mapa das vias abertas entre 1532-1725 – Parte II	296
Figura 329 - Mapa das vias que tiveram um crescimento entre 1725-1850 – Parte I	297
Figura 330 - Mapa das vias que tiveram um crescimento entre 1725-1850 – Parte II	298
Figura 331 – Braga nos inícios da Idade Moderna.....	299
Figura 332 – Património arquitetónico classificado.....	300

Lista de abreviaturas e siglas

ACCR - Rede Europeia de Centros Culturais
ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística
Adeturn - Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte
Aicep - Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
APCA - Associação Portuguesa das Casas Antigas
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico
APOM - Associação Portuguesa de Museologia
APRUPP - Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património
ARU - Área de Reabilitação Urbana de Braga
ASMOTAP - Associação de Motoristas Aposentados dos TUB
ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural
ATA - Associação do Turismo de Aldeia
CAE - Ação Cultural Europeia
Cafjec - centro de acolhimento e formação jovens
CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CENTER - Central Nacional do Turismo no Espaço Rural
CNC - Centro Nacional de Cultura
CoLePa - Coleção de Levantamentos de Patrimónios
D. - Dona/Dom
DEMHIST - Residências Históricas-Museu
DGEMN - Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC - Direção-Geral do Património Cultural
Dr. - Doutor
Dr.^a - Doutora
DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte
EAHTR - Associação Europeia de Cidades Históricas e Regiões
ERTPNP - Entidade Regional de Turismo do Norte e Centro de Portugal
ETC - Europa das Tradições
FEM - Fórum Económico Mundial
GECORPA - Grémio do Património
IC - Instituto de Coimbra
ICOM - Conselho Internacional de Museus
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IIP - Imóvel de Interesse Público
IMC - Instituto dos Museus e da Conservação
IPA - Inventário do Património Arquitetónico
IPC - *Índice dos Prazos das Casas*
IPDT - Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo
IPJ - Instituto Português da Juventude
IPM - Instituto Português de Museus
IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico
IPPC - Instituto Português do Património Cultural

Km² - Quilómetros Cúbicos
MN – Monumento Nacional
MRB - *Mappa das Ruas de Braga*
OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude
OMT - Organização Mundial do Turismo
ON.2 - O Novo Norte
PNRU - Prémio Nacional de Reabilitação Urbana
PSP - Polícia de Segurança Pública
PwC - Sociedade de Revisores de Contas
RAACAP - Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses
Resartis - Rede Mundial de Residência de Artistas
S. - São
SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
SMS - Sociedade Martins Sarmento
SRAZN - Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte
THR - Consultores em Turismo Hotelaria e Recreação
TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação
UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
UE - União Europeia
UEHHA - Associação das Casas Históricas Europeias
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Vol. - Volume
ZEP - Zona Especial de Proteção
ZGP - Zona Geral de Proteção
ZNA - Zona Non Aedificandi

Introdução

A valorização patrimonial e turística tem um papel preponderante nas sociedades atuais, onde a globalização se assume como uma questão incontornável, e as práticas e os modos de vida se homogeneizaram pelo mundo. No entanto, o património possui igualmente uma dimensão identitária e cultural que permite individualizar as sociedades e a sua história ao longo do tempo.

Atualmente, uma parte significativa do património histórico construído nacional, designadamente as residências de épocas passadas, permanece por valorizar e dinamizar do ponto de vista cultural e turístico. Conhecem-se, no entanto, alguns projetos orientados neste âmbito, a nível nacional e internacional.

Este estudo defende, precisamente, a valorização deste tipo de propriedades, algumas esquecidas, inabitadas ou parcialmente utilizadas, mas com potencial histórico, arquitetónico e turístico, que se encontram em estado de degradação, abandono ou subaproveitamento. Estas ações poderão também envolver residências já renovadas ou semi-aproveitadas enquanto produto turístico, com o objetivo de as dar a conhecer e promover.

Na realidade, a valorização histórica e arquitetónica das residências antigas, bem como a sua dinamização cultural e turística, é uma questão transversal a muitas regiões do país. Todavia, no âmbito deste trabalho, a zona geográfica delimitar-se-á à cidade de Braga, tendo em conta o extenso número de espaços que se enquadram neste âmbito, bem como o próprio potencial turístico da cidade. Por outro lado, também a questão do tempo, que envolve um trabalho desta natureza, foi tida em consideração.

A cidade de Braga é detentora de um vasto conjunto de residências históricas, sobretudo para o período moderno (séculos XVI-XVIII), que do nosso ponto de vista, poderiam conhecer um projeto de dinamização cultural, de modo a constituir-se como produto turístico. Nesse sentido, este trabalho pretende, por um lado, proceder à valorização histórica e arquitetónica de alguns destes espaços residenciais construídos na Época Moderna e que atualmente ainda integram o centro histórico da cidade. Por outro, pretende, igualmente, avaliar o potencial de diferentes estratégias de dinamização e valorização cultural de espaços residenciais, aplicadas a diversos contextos e realidades nacionais e internacionais, de modo a elaborar uma proposta que sirva a valorização e dinamização dos espaços de residência Modernos da cidade de Braga. Em boa

Introdução

verdade, e no sentido de aferir o conjunto de estratégias que se adequariam melhor ao objeto de estudo deste trabalho, procedemos à análise de diferentes realidades já implementadas e bem-sucedidas, que contemplam nomeadamente a realização de exposições culturais, a criação de museus temáticos e centros de interpretação ou de rotas culturais.

Deste modo, o objetivo geral do nosso trabalho é proceder à valorização histórica e arquitetónica dos espaços residenciais que integram os núcleos urbanos e fazem parte da sua história, nomeadamente as casas da Época Moderna do centro histórico de Braga (séculos XVI-XVIII). Todavia, tendo em conta a própria história urbana de Braga, nomeadamente, a sua génese medieval, edificada sob o quadrante nordeste da cidade romana de *Bracara Augusta*, e o seu posterior desenvolvimento urbano ao longo dos séculos XVI a XVIII, a limitação da área relativa ao centro histórico utilizada neste trabalho corresponde à última definição geográfica proposta pelo município de Braga, em 1979.

Neste sentido, este trabalho envolve várias questões relacionadas com a arquitetura civil portuguesa da Época Moderna, mas também, por vezes, com a arquitetura vernácula de Braga, particularmente dos séculos XVI, XVII e XVIII, abrangendo vários géneros de edifícios, nomeadamente de cariz aristocrata, incluindo a casa nobre ou senhorial, o solar, o palacete, a casa brasonada, entre outras.

Na realidade, a arquitetura de Braga dessa época é uma representação identitária dos modos e da cultura da sociedade bracarense da Idade Moderna, com efeito, o conjunto edificado dessa época permite-nos estudá-los através das suas preferências e tendências arquitetónicas.

Para a concretização deste objetivo, importa desde logo avaliar o potencial histórico, arquitetónico e turístico das residências bracarenses da Época Moderna. Posteriormente, com base nesta avaliação, procurar-se-á propor soluções de dinamização, tendo em conta a sociedade, a economia, a arquitetura e o urbanismo, mas também os hábitos e costumes das respetivas épocas, que de alguma forma encontram reflexo nestas habitações ou podem ser promovidas a partir delas.

Todavia, devido ao grande número de residências históricas da Época Moderna existentes em Braga, algumas das quais inabitadas ou parcialmente utilizadas, a nossa proposta de dinamização terá de passar necessariamente por uma estratégia de conjunto que permita a valorização integradora destes imóveis, demarcando o potencial turístico expondo-as como produto cultural global.

Esta dinamização pretende abarcar, igualmente, uma vertente educacional, promovendo junto das instituições de ensino atividades pedagógicas e culturais, de modo a sensibilizar para a importância destes espaços enquanto lugares de memória que contribuem para a identidade histórico-cultural da população, a nível regional, nacional e até europeia. Na realidade, a dinamização cultural e turística das residências com valor histórico e arquitetónico permite salientar o conhecimento cultural de um espaço ou edifício, mas também do seu contexto geográfico e histórico, regional ou até nacional, contribuindo para a proteção, promoção e divulgação do património. Sendo assim, é importante também desenvolver estratégias de *marketing* oportunas, bem como apostar na inovação e diversidade dos produtos turísticos, potenciadores de gerar e contribuir para a sustentabilidade, nomeadamente regional.

Deste modo, o presente trabalho encontra-se estruturado em três partes. A primeira, parte I, constitui o enquadramento geral do nosso estudo, onde analisamos algumas questões relacionadas com a valorização e classificação do património (1.), nomeadamente numa perspetiva histórica (1.1.) e acerca do património das cidades e dos conjuntos urbanos (1.2.), mas também sobre diferentes iniciativas e organizações nacionais que se debruçam sobre as questões da sua valorização e salvaguarda (1.3.). Ainda nesta parte dedicamos um capítulo à dinamização cultural e turística do património (2.), onde destacámos as problemáticas inerentes ao turismo cultural (2.1.), a utilidade de produtos culturais e turísticos enquanto dinamizadores regionais (2.2.) e onde procedemos também à contextualização e caracterização de algumas estratégias de dinamização cultural e turística (2.3.).

Por sua vez, a Parte II inclui primeiramente um capítulo onde abordamos a formação da paisagem da Idade Moderna de Braga (1.), depois a problemática inerente ao nosso trabalho, nomeadamente o estado da arte relativamente ao património urbano residencial da Época Moderna (2.), mas também os objetivos (3.), as fontes e metodologia usados no nosso trabalho (4.).

A parte III começa por analisar as características arquiteturais das residências da Idade Moderna de Braga dos séculos XVI-XVIII (1.) e segue com os casos de estudo do trabalho de campo do edificado sobrevivente da Idade Moderna (2.1). Na parte IV procede-se a uma discussão reflexiva sobre as potencialidades históricas e arquitetónicas dos casos de estudo (1.). Segue-se uma proposta de dinamização das casas da Época Moderna (2.), analisando Braga enquanto cidade turística e dinamizadora regional (2.1) e a historiografia do conceito de museu (2.2.) tendo como foco a proposta de um centro interpretativo ou residência-museu temático

Introdução

(2.3), e incluindo, também, a criação de uma rota das Residências da Época Moderna (2.1.1). Finaliza-se com as considerações finais.

Este trabalho inclui ainda 13 fichas técnicas, em apêndice, sobre as casas da Idade Moderna que beneficiam de proteção legal dentro da amostragem do trabalho de campo, e em anexo, mapas contemporâneos que auxiliaram no estudo da urbanização de Braga na Idade Moderna.

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO ÂMBITO DO ESTUDO

1. A valorização e classificação do património

A noção de património sofreu significativas alterações ao longo dos tempos. De modo geral, o património representava aquilo que se herdava ou o legado de uma família, no entanto, Durand (2005: 2-6) esclarece que, no final do século XIX, começa-se a assimilar que o património é um legado que deve ser transmitido às gerações futuras. O património passa, deste modo, a ser entendido como um bem comum, que é de todos e que necessita de ser conservado. Refere, contudo, que este entendimento não impediu a ocorrência de seleções e reconstruções subjetivas que acabaram por dar outra identidade às obras restauradas.

Atualmente, o património ou património cultural, constitui um testemunho do passado, identifica um povo ou um modo de vida ao qual se confere importância, essencialmente pela sua singularidade (Pérez, X. P., 2009: 207-208).

Assim, o património histórico tem a noção de tempo implícita, é aquilo que é vivido e produzido no passado, enquanto o património cultural, abarca todas as manifestações passadas e presentes¹. No século XX, a elaboração de várias Cartas Patrimoniais a nível internacional, veio dar grande auxílio na questão da definição dos vários tipos de património, designadamente na uniformização dos discursos sobre o conceito de património, assim como nas questões relacionadas com a sua preservação e conservação. Também a criação de itinerários culturais a nível europeu, veio contribuir para a consciencialização de um património internacional². Na continuidade desta redação, destacaremos as mais relevantes para este estudo.

O valor afetivo é a base para a iniciação da conservação de um edifício, posto que, quando um valor afetivo em relação a um edifício é reivindicado por parte da comunidade, então pode-se iniciar o processo da conservação. Em boa verdade, pode ser atribuído aos monumentos com valor nacional, cognitivo, económico e artístico. No entanto, o que é legitimamente considerado património é aquilo que beneficia de uma proteção legal, seja mundial ou nacional. As cartas e as organizações, quer internacionais ou nacionais, que trabalham no sentido de uma maior consciencialização e enquadramento do património, ajudam a dotar todo o valor identitário de legislação.

¹ Para aprofundar a conceção de património como memória e identidade, consultar as atas reunidas na obra de João Ramos de 2003.

1.1. Perspetiva histórica da valorização e salvaguarda do património

Inicialmente foi dado aos vestígios da antiguidade um valor mágico ou simbólico, e a sua preservação passava pela reutilização. Podemos considerar “ [...] o nascimento do monumento histórico em Roma por volta do ano de 1420” (Choay, 2008, citado por Fidalgo, 2009: 5). Entre 1420 e 1430, estabeleceu-se um diálogo entre os humanistas, que defendiam a aproximação literária, com os artistas, que defendiam a arte das formas. Com isto formou-se uma complementaridade no entendimento do monumento a nível histórico, artístico e de conservação jurídica ou legal.

A obra “De re aedificatoria” de Leon Battista Alberti (1404-1472), constitui o primeiro tratado moderno da arquitetura: “Neste caso, já havia sido posta em prática a conservação tanto da arquitetura - feita *in situ* - como, das obras de arte – ‘coleccionadores privados’ que precede, então, a ideia do museu.” (Fidalgo, 2009: 7). Com a ajuda dos tratados de Sebastiano Serlio (1475-1554) e de Andrea Palladio (1508-1580), que assentam na contemplação de ruínas, a ideia de restaurar foi incutida aos poucos, assim como eclodiram avanços na conservação e no restauro pela nova distinção do valor dos monumentos góticos e antigos (Fidalgo, 2009: 8).

No Renascimento nasceu a ideia de restaurar aquilo que já existia e acrescentar partes modernas. Mais tarde, os bens antigos passariam a ser “ [...] duplamente nacionais – ao seu valor histórico, respeitante à história nacional, acrescenta-se o seu valor artístico, relativo à arte Nacional” (Choay, 2008, citado por Fidalgo, 2009: 8). As viagens de estudo efetuadas pela Europa por parte dos humanistas e dos arquitetos, entre os séculos XVII e XVIII, resultaram num recenseamento das ruínas gregas e romanas, nascendo assim as coleções privadas que facilitaram o estudo histórico e artístico dos monumentos. No fim do século XVIII, o aparecimento de museus institucionalizou a conservação de obras de arte, sem renegar a conservação de monumentos arquitetónicos (Fidalgo, 2009: 8-9).

A criação do *corpus* de obras de arte, por parte de antiquários, através ilustração, resultou numa memória registada em papel, todavia despido de rigor. Em França, entre os séculos XVI e XIX, e devido à conceptualização e recenseamento das antiguidades, foi executado um *corpus* de edifícios que ajudou, posteriormente, na definição do papel do museu. A partir daqui sentiu-se a necessidade de um método mais rigoroso na compreensão das antiguidades, e isto aquando do uso de critérios formais para a periodização da arte antiga (Fidalgo, 2009: 9-10).

Surgiu, pelas mãos de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), a disciplina científica História da Arte: “ [...] com o aparecimento da História da Arte harmonizou-se a desigualdade

existente entre o estatuto de monumento 'antigo' e de monumento 'gótico' todavia, iniciou-se também a conservação iconográfica" (Fidalgo, 2009: 10).

A partir do século XVIII, o património histórico-artístico passou a ser visto como parte integrante da identidade nacional. A Revolução Francesa permitiu a conservação do conceito de monumento histórico, que apareceu pela primeira vez em 1790, na obra *Antiquités Nationales* de Aubin-Louis Millin (1759-1818). As obras de arquitetura, enquanto bens imóveis, adquiriram os significados históricos e afetivos das antiguidades nacionais e, deste modo:

[...] sofreram uma homogeneização do sentido dos valores que obrigava a elaboração de um método pela Comissão dos Monumentos. Este método devia classificar, inventariar, relatar o estado dos bens e, sobretudo devia estabelecer uma proteção [...] relacionada com o conceito de reutilização. (Fidalgo, 2009: 11)

Os bens móveis teriam como destino os museus, estando aqui perante um sistema de conservação e restauro de carácter científico e técnico.

A revolução industrial deu autentificação ao estatuto de monumento histórico; a definição teve como base os contornos espaço-temporais, o estatuto jurídico e o tratamento técnico. O final do século XIX esteve ligado à época do restauro estilístico, por si ligado a Viollet-le-Duc (1814-1879), este pretendia o restauro original do monumento. Por esse período, na Inglaterra defendiam-se os opostos, a doutrina da "não intervenção" de John Ruskin (1819-1900), pois este contrapunha o valor da ruína ou da reconstituição infiel do monumento. Daqui incutiu-se o valor da autenticidade que viria a ser usado no Documento de Nara, em 1994 (Fidalgo, 2009: 13-15).

Posteriormente nasceu a ideia de intervenções de nível intermédio, consolidada por arquitetos. Esta viria a servir de base às teorias contemporâneas. Entretanto surgiu a Escola Moderna de Restauro pelas mãos de Camillo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947), que influenciaram a "doutrina do restauro científico", as quais viriam a ser utilizadas para desenvolver a *Carta de Atenas* de 1931 (Fidalgo, 2009: 16).

O surgimento de Cartas, Convenções, Recomendações ou Resoluções concedeu carácter universal ao conceito de restauro, mas com vertentes nacionais a serem definidas por cada país. A *Carta de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos* foi um iniciar de consciencialização acerca da importância da preservação dos conjuntos urbanos. Todavia, em 1933, esta torna-se controversa por colocar questões higienofuncionalistas das habitações acima da importância da valorização patrimonial (Sebastião, 2010: 25).

Em 1962, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e dos Sítios* salientou a importância do restauro, mas também do aspeto original das paisagens e sítios, associando a estes uma importância científica e estética, denominando-os de recurso evidente para as condições de vida das populações (Sebastião, 2010: 28).

Apercebemo-nos que ocorreu uma evolução, desde a valorização do monumento isolado, até ao conceito de conjunto histórico, no século XIX. A *Carta de Veneza*, de 1964, deu valor ao monumento histórico, aos conjuntos e sítios, e apontou para a responsabilidade coletiva da salvaguarda destes, incentivando a utilidade social e adaptação funcional, sendo a manutenção permanente um imperativo. Ressalva os efeitos nefastos de renovações apressadas dos espaços urbanos da Europa, realçando o nosso dever de manter a riqueza da autenticidade do património³.

Em 1967, o Reino Unido acrescentou a preservação e a valorização dos conjuntos urbanísticos no planeamento urbano (Sebastião, 2010: 28). Segundo a *Carta do Restauro*, de 1972, baseada no pensamento de Cesare Brandi (1906-1988), aquando o restauro de uma obra de arte, o lado funcional desta deve ser secundário (Fidalgo, 2009: 19-20).

O curso desta consciencialização, acerca da visão alargada do conceito de património, conduziu a formalizações, tais como, a *Recomendação sobre a Proteção do Património Cultural e Natural*, feita em Paris no ano 1972, que uniu numa política global as realizações do passado, os seus valores e as belezas naturais. Já a *Carta Europeia do Património Arquitetónico*, de 1975, alertou para os danos que os planos urbanísticos poderiam causar ao privilegiar questões económicas e exigências do tráfego motorizado (Brito e Lopes, 2004, citados por Sebastião, 2010: 29).

Por sua vez, a *Declaração de Amesterdão*, de 1975, acrescentou os centros históricos e as aldeias tradicionais com interesse patrimonial, desde edifícios de valor cultural, prestigiados, modestos e contemporâneos ao seu enquadramento, ao património arquitetónico a conservar (Cavém, 2007, citado por Sebastião, 2010: 30).

No ano seguinte, a *Recomendação de Nairobi* apelou para a introdução, no planeamento urbano e ordenamento contemporâneo, da salvaguarda e conservação dos conjuntos históricos, com vista na preservação da dimensão cultural e identitária das populações, isto devido à despersonalização das cidades ocorrida pelo urbanismo contemporâneo. Ainda realçou a

³ Informação disponível no Portal a-muse.arte, consultado em janeiro 3, 2017, em <https://amusearte.hypotheses.org/1675>

preservação do comércio e das atividades tradicionais, consoante as particularidades de cada envolvente (Sebastião, 2010: 30).

Em 1985, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa*, acrescentou a proteção do património nos objetivos do ordenamento do território e do planeamento urbanístico (Andrade, 1999, citado por Sebastião, 2010: 31). No ano seguinte, a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* deu relevo ao enquadramento natural e construído dos núcleos históricos e antigos, e ao conjunto de elementos materiais e espirituais que desempenhassem um papel identitário, mas também apontou para a preservação destes (Sebastião, 2010: 31).

A Carta de Cracóvia, sobre *Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, elaborada no ano 2000, renovou a classificação atribuída ao património cultural, anteriormente dividia em monumento, conjunto e sítio, repartiu-se em património arqueológico, edifícios históricos e monumentos, decoração arquitetónica, escultura e elementos artísticos, cidades históricas e lugares, e paisagem (Fidalgo, 2009: 38).

1.2. O património das cidades e dos conjuntos históricos

As cidades são legados e produtos das sociedades, o eixo gravitacional partia dos seus centros, pois nestes aconteciam as atividades mais importantes (Sebastião, 2010: 20). Benévolo (1995: 229) afirma que o simbolismo atribuído ao centro das cidades justifica-se pelo valor dos legados das cidades pré-industriais ser superior ao construído posteriormente. Cávem (2007, citado por Sebastião, 2010: 20) define o centro histórico como " [...] poder de atracção sobre os habitantes e turistas, como foco polarizador da vida económica e social".

É tarefa árdua atribuir uma definição da cidade, pois não existe definição consensual entre as demais áreas que se debruçaram sobre o conceito, mas evidenciam-se pontos de encontro, como a densidade demográfica e o tipo de atividades representadas. As cidades podem ser a base para o estudo das sociedades e as suas permutas ao longo dos tempos. Todavia, a revolução industrial desencadeou uma modificação no tecido urbano das cidades da Europa, pois as elites urbanas apostaram num programa de reorganização e renovação das cidades, opondo, assim, os espaços periféricos exponencialmente crescentes (Ribeiro, 2008: 35).

Segundo Bohigas (1998, citado por Sebastião, 2010: 21), a salvaguarda e valorização dos centros das cidades são fundamentais porque " [...] reconhece-se no centro: o nome, a

identidade, a representação, os monumentos, a integração colectiva, a qualidade urbana". De acordo com Henriques (2003, citado por Sebastião, 2010: 21) preservar os antigos núcleos históricos é um imperativo para as sociedades contemporâneas, mas um desafio para os territórios. Já Salgueiro (1999, citado por Sebastião, 2010: 22) defende que preservar os centros históricos ajuda a lutar contra os perigos da homogeneização e despersonalização.

A descentralização modificou a composição e as funções das áreas históricas, em boa verdade, a suburbanização dissipou a anterior e linear matriz da cidade. Neste sentido, os processos de urbanização alteram os limites das cidades, e o desenvolvimento dos transportes ampara a distância entre o local de trabalho e a residência, mas também, aumenta o consumo do solo, o consumo de energia e favorece o abandono dos centros das cidades. O declínio intensifica-se com o progresso na tecnologia dos transportes e comunicações e a mudança na organização económica e social, sendo necessário novas centralidades, nomeadamente nas periferias (Sebastião, 2010: 22).

A necessidade de revitalizar os centros históricos é uma preocupação. Para esse efeito, Sebastião (2010: 25) apela à retenção e atração de residentes, diversificação da base económica, valorização e qualificação do espaço público e preservação do património histórico e arquitetónico.

Andrade (1999, citado Sebastião, 2010: 26) indica que, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu na Europa um processo de reconstrução económica, centrado nas periferias, o que terá resultado na descaracterização dos centros, isto devido às estratégias de renovação e à escassa sensibilização para a preservação do património construído.

A elaboração de documentos internacionais, os referenciados acima e outros, veio fortalecer uma consciencialização e realçar uma necessidade para a preservação do património, mas também auxiliar nos devidos processos. Refira-se, ainda, a Nova Carta de Atenas, elaborada no final do século XX, regida pelos princípios do Novo Urbanismo e a Carta do Novo Urbanismo, feita nos Estados Unidos da América, que resultaram da nova linha de pensamento que foi surgindo em volta da nova política do *Smart Growth* (crescimento inteligente). Este sustenta, grosso modo, o mínimo de mudanças ou a minimização das alterações significativas nos núcleos urbanos para evitar a perda de identidade (Sebastião, 2010: 32).

Na reflexão de Bell e Jayne (2005, Citados por Sebastião, 2010: 34):

As cidades com maior sucesso possuem sempre os espaços de consumo mais inovadores, associados aos seus núcleos históricos, os quais atraem capital estrangeiro, investimentos, turistas, visitantes e pessoas inovadores, ou seja, o sucesso simbólico da cidade é central para criar uma base económica sustentável.

O abandono dos centros engendrou a necessidade de reabilitá-los, requalificando-os e incentivando o crescimento de empreendimentos mistos, com habitação, comércio, lazer, escritórios (Salgueiro, 1999, citado por Sebastião, 2010: 37). Para Balula (1998, citado por Sebastião, 2010: 40), as parcerias com associações empresariais e autarquias, empresários, comerciantes, proprietários, residentes são fundamentais para o sucesso da revitalização dos núcleos históricos.

O património histórico e arquitetónico está ligado aos "vestígios edificados, ao conjunto dos imóveis que sucessivas gerações foram deixando como legado sobre a superfície terrestre e que hoje investimos de um valor que transcende o da sua utilidade e os 'sacraliza'" (Henriques, 2003, citado Sebastião, 2010: 46). A arquitetura de cidades históricas é representativa das respetivas dimensões económicas, políticas, religião e cultura (Ribeiro, 2008: 43).

[...] a estrutura edificada é um dos elementos principais dos centros históricos, porque é justamente aquilo que dá corpo a estes núcleos e os identifica como conjuntos urbanos distintos e identificáveis, pela sua fisionomia, características morfológicas semelhantes e traços histórico-arquitetónicos de conjunto. (Sebastião, 2010: 44)

Uma consequência do abandono dos centros é a degradação do património edificado. Segundo Barreta (2004, citado por Sebastião, 2010: 47) a revitalização tem de congregar-se com fatores distintivos e de diferenciação competitiva, focando aquilo que não é reproduzível noutros lugares, e ainda realça como exemplo o património histórico e arquitetónico.

Como explica António Oliveira (2011: 55-57), a modernização que ocorreu por toda a Europa, nomeadamente os novos meios de transporte, com as respetivas necessidades de circulação, conduziram à destruição de cascos antigos e quarteirões. Ocorreu uma renovação dos eixos viários, com o aparecimento de novos traçados e a modificação dos existentes, isto alterou os núcleos de algumas cidades. A revalorização da cidade antiga, no século XX e no pós-guerra, definiu um movimento moderno que renovou a maneira de conceber um edifício focando a

funcionalidade e rejeitando os estilos históricos. Associa-se este movimento à Escola da Bauhaus na Alemanha, a Le Corbusier em França, a Frank Lloyd Wright nos EUA e ao construtivismo russo.

Na segunda metade do século XX, casos polémicos de destruição de edifícios históricos causam um aumento de consciência sobre a importância qualitativa do tecido edificado, tanto a nível arquitetural como cultural e patrimonial, foram eles, o Pavilhão Baltard de Paris, a Maison du Peuple de Bruxelas e o Cinema Monumental em Lisboa (Oliveira, A. A. P., 2011: 60).

Neste sentido, a arquitetura foi evoluindo, adaptando os velhos edifícios a funções mais práticas. Em Portugal, verificou-se uma desertificação dos centros das cidades, devido a causas tais como as rendas elevadas, as intervenções desajustadas, as fracas infraestruturas, o congestionamento das vias de tráfego, o envelhecimento e a diminuição dos residentes, o desaparecimento da vivência dos bairros, ou a degradação dos conjuntos habitacionais. Entretanto, nas décadas de 70 e 80, planos de reabilitação foram elaborados para combater o despovoamento dos centros (Oliveira, A. A. P., 2011: 60-61)⁴.

1.3. Iniciativas e organizações nacionais

A nível nacional, personagens como André de Resende (150?-1573), Francisco de Holanda (1517-1585), Alexandre Herculano (1810-1877) e Ramalho Ortigão (1836-1915) tiveram um papel importante na sensibilização para o património, mas será sobretudo a partir do século XX que surgirão várias medidas e legislação fortemente influenciadas pelas políticas e orientações internacionais.

Custódio (2009, citado por Baião, 2011: 254), explica que durante a Monarquia Constitucional (1820-1910), o país sofreu os efeitos culturais da extinção das ordens religiosas e da conseqüente deslocação dos seus patrimónios para a tutela do Estado. Ocorreram várias tentativas de organização do património por parte de serviços públicos, designadamente, o Ministério do Reino (atual Ministério da Administração Interna - MAI) e o Ministério das Obras Públicas (MOP) e por serviços associativos, como a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (RAACAP) entre outros.

A instabilidade económica e social nos finais da Monarquia Constitucional, impediu uma política do património, mas a tentativa de gestão contribuiu para a génese da constituição dos

⁴ Para consultar o atual PDM da cidade de Braga aceder ao Portal PDM Braga, cconsultado em abril, 20, 2017, em <http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php>

primeiros museus. A introdução da classificação dos monumentos históricos, no final da monarquia constitucional, demonstrou uma evolução da consciência do património nacional, apesar de não ter sido suficiente para a sua salvaguarda e conservação (Baião, 2011: 254-255).

Baião (2011: 255) afirma que Custódio (2009) nomeia, na sua tese, Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) como representante dos fundamentos científicos originais da arte portuguesa, e Ramalho Ortigão como representante da corrente da crítica artística. Ainda descreve a ideia de renascença artística portuguesa como "articulação das tradições artísticas do povo com as características e os valores da 'terra portuguesa' e com a dinâmica social e cultural contemporânea" (Custódio, 2009, citado por Baião, 2011: 256). Baião conclui, no seu artigo, que Custódio associa a 1ª República com o desenvolvimento pragmático da conservação e salvaguarda do património por ações públicas e privadas. Linha de ação que viria a ser seguida e reforçada durante o Estado Novo (Baião, 2011: 256).

Podemos, portanto, asseverar que, no século XIX, floresceu em Portugal, uma consciencialização para a salvaguarda do património, sobretudo por parte de associações que manifestaram preocupação pela defesa do património cultural nacional. Em paralelo, na Europa surgiam grupos de amigos, sociedades e associações no mesmo âmbito. Estas organizações de oitocentos não eram entidades concebidas para à defesa do património, antes ligadas ao exercício de profissões ou à promoção de conhecimento científico, relacionados com a salvaguarda dos bens patrimoniais, nomeadamente, a RAACAP e o Instituto de Coimbra (IC) e a Sociedade Martins Sarmento (SMS)⁵.

Fidalgo (2009: 22) explica que, o sistema de valores e crenças, isto é, os bens culturais, tem carácter imaterial e anónimo, porém o monumento histórico participa do que é material e singular de uma dada cultura. Na segunda metade do século XIX, atribuiu-se um conceito mais abrangente ao monumento histórico, deste modo, associando-o ao conceito moderno de bem cultural. Posteriormente, a Lei de Bases do Património Cultural veio legitimar a noção de bem cultural. Neste sentido, e por o património cultural abranger os bens materiais e imateriais que atestam o valor de civilização, estes devem ser protegidos e valorizados, como também, os respetivos contextos que exibem uma relação interpretativa e informativa.

Durante a 1ª República foram criadas organizações civis com base na salvaguarda do património que atuavam diretamente sobre este, nomeadamente, a Comissão da Vigilância do

⁵ Informação disponível no Portal Fórum do Património 2017, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://www.forumdopatrimonio.pt/index.php/porque-o-forum/antecedentes-historicos>

A valorização e classificação do património

Castelo da Feira (atualmente Comissão de Vigilância da Feira), os Amigos do Castelo de Leiria (atualmente Grupo Pro-Évora), entre outras. Devido à superintendência aquando do Estado Novo, as associações restringiram-se a uma mera participação no seu âmbito e propósito⁶.

O instrumento legal internacional e mais universal da proteção do património cultural e natural é a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, adotado em 1972, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta declaração permitiu a classificação de bens Património da Humanidade e a proteção de cidades, sítios e monumentos. Quando Portugal aderiu em 1979 a esta convenção, comprometeu-se a assegurar a conservação dos bens nacionais e proteger o seu património cultural e natural⁷. Refere-se ainda que, Portugal e Espanha são os países com o maior número de cidades decretadas património da humanidade pela UNESCO⁸.

A partir de 1974, com a revolução de abril, assistiu-se a um renascer ativista de associações de defesa do património. Daí sucedeu, no ano 1978, em Alcobaça, o *I Congresso Internacional para a Defesa e Investigação do Património*. A década de 80 do mesmo século, foi marcada pelos Encontros Nacionais das associações de defesa do património nacional⁹.

Do primeiro encontro brotou a *Carta de Santarém* que apresentou modelos e conceitos inovadores para a época, nomeadamente a introdução de novas categorias como o património urbano ou industrial, o apelo à uma legislação nacional e ainda a urgência da educação patrimonial¹⁰.

Para colmar este despertar pela defesa do património, em 1980, sucede a Campanha Nacional para a Defesa do Património, também se cria o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e, finalmente, em 1985, cria-se a Lei 13/85 que veio legitimar o campo de atuação das associações de defesa do património. Em 1989 decorre o *I Congresso Nacional das Associações de Defesa do Ambiente* em Viseu, integrando, desta forma, o campo do ambiente nesta consciencialização pelo património. A partir dos finais do século XX até então, todo este

⁶ Informação disponível no Portal Fórum do Património 2017, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://www.forumdopatrimonio.pt/index.php/porque-o-forum/antecedentes-historicos>

⁷ Informação disponível no Portal da Comissão Nacional Da UNESCO, consultado em junho 1, 2017, em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial>

⁸ Alguns exemplos de Portugal: Centro histórico de Évora, Centro histórico do Porto, Centro histórico de Guimarães, entre outros (Pérez, 2012: 300).

⁹ Os Encontros Nacionais tiveram lugar em cidades como: Santarém em 1980, Braga em 1981, Torres Vedras em 1982 e Setúbal em 1986. Portal Fórum do Património 2017, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://www.forumdopatrimonio.pt/index.php/porque-o-forum/antecedentes-historicos>

¹⁰ O acesso a esta informação pode ser realizado através Portal Fórum do Património 2017, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://www.forumdopatrimonio.pt/index.php/porque-o-forum/antecedentes-historicos>

movimento sofre uma estagnação, de facto as associações perdem as suas funções de entidades consultivas, devido à perda de recursos humanos e financeiros¹¹.

Diga-se que, atualmente, as estruturas associativas gozam de direito de participação na defesa do património, como de informação e ação popular na valorização do património¹². Podemos nomear algumas entidades e associações, internacionais e nacionais, que são exemplos de referência furtiva no campo de ação deste trabalho, como: a Ação Cultural Europeia (CAE); a Rede Europeia de Centros Culturais (ACCR); a Associação Europeia de Cidades Históricas e Regiões (EAHTR); a Rede Mundial de Residência de Artistas (Resartis); o Grémio do Património (GECORPA); o Centro Nacional de Cultura (CNC); a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN); a Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte (Adeturn); a Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património (APRUPP); a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH), entre outras.

Abordaremos outras entidades ao longo deste trabalho, ainda assim, vejamos de imediato, algumas de forma introdutória, uma vez que envolvem de modo abrangente o âmbito do nosso estudo, isto é, o valor patrimonial e turístico de espaços residenciais com valor arquitetónico, histórico e cultural.

A Associação Portuguesa das Casas Antigas (APCA), que usufrui do estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública conferido pelo Estado, foi criada em 1978 para defender os interesses dos proprietários de casas históricas, isto focando a preservação do património imóvel e móvel e a proteção legal. Esta associação também ampara o desenvolvimento turístico e o aproveitamento comercial destas casas antigas¹³.

Ainda no âmbito desta associação, foi criado, em 1985, o Conselho de Honra para a distinção de entidades notáveis. Já em 1991 foi constituído o Conselho Científico para o reforço da capacidade de intervenção, assim como também formaram Diretores Delegados Regionais no intuito de dinamizar as respetivas regiões, isto para uma intervenção mais eficaz a nível

¹¹ Informação acessível no Portal Fórum do Património 2017, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://www.forumdopatrimonio.pt/index.php/porque-o-forum/antecedentes-historicos>

¹² Informação retirada na Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, consultada em dezembro, 30, 2017, em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis

¹³ Informação disponível no Portal Associação Portuguesa de Casas Antigas, consultado em setembro 7, 2017, em http://www.casasantigas.org/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=101&lang=pt

A valorização e classificação do património

regional¹⁴. Conseguimos averiguar que, atualmente, Braga não frui de um diretor delegado regional¹⁵.

Esta associação atua na promoção da conservação, valorização, estudo e divulgação do património privado português de interesse artístico e arquitetónico, designadamente, quintas, casas, parques, matas e jardins. Os membros desta associação concentram esforços na realização de projetos turísticos para auxiliar os encargos dos proprietários deste tipo de património¹⁶.

Filiou-se à União Europeia (EU) pela Associações das Casas Históricas Europeias (UEHHA) que tem como objetivo dilatar a eficiência dos esforços e das capacidades, e promove o intercâmbio de conhecimentos na proteção do património comum cultural europeu da sociedade civil. Esta entidade usufrui de estatuto de consultor da UNESCO, congrega várias organizações nacionais de proprietários privados de casas históricas e respetivos domínios. Atuam junta da UE na promoção de políticas europeias e nacionais para a defesa e preservação do património histórico europeu privado¹⁷.

A Associação do turismo de habitação (TURIHAB) é uma associação com a missão de estimular o *marketing* e a ocupação das casas suas associadas, desta forma, fornece um contributo para o crescimento do turismo na região e no apoio aos proprietários das casas. Impôs-se como uma atividade turística relevante, contribuindo para a preservação e conservação de solares, e a sua tradição e cultura. Fundada em 1983, criou posteriormente a marca Solares de Portugal certificada pela Norma Portuguesa de certificação de serviço de qualidade em Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural, além disso recebeu vários prémios europeus e participou em vários projetos nacionais e europeus¹⁸.

Conjuntamente com a Associação do Turismo de Aldeia (ATA) formaram, em 2000, a Central Nacional do Turismo no Espaço Rural (CENTER) para divulgar e comercializar as seguintes marcas: Associações Solares de Portugal, Casas no Campo (ou Casas Rústicas) e Aldeias de Portugal (ou Quintas e Herdades). A TURIHAB avalia os *Solares de Portugal*¹⁹ segundo a sua imponência, tanto na dimensão, espaços e jardins, na sua decoração e no seu peso histórico, para depois dividi-los em três categorias: Quintas e Herdades, Casas Rústicas e Casas Antigas,

¹⁴Como citado anteriormente.

¹⁵ APCA (comunicação pessoal, 22, junho, 2017).

¹⁶ Informação disponível no Portal Associação Portuguesa de Casas Antigas, consultado em setembro 7, 2017, em http://www.casasantigas.org/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=101&lang=pt

¹⁷ Informação disponível no Portal Associação Portuguesa de Casas Antigas, consultado em setembro 7, 2017, em http://www.casasantigas.org/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=101&lang=pt

¹⁸ Informação disponível no Portal Solares de Portugal, consultado em setembro 7, 2017 em <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/index.php>

¹⁹ Marca certificada pela Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (Aicep).

esta última funciona segundo uma qualificação arquitetural e muitas delas datam dos séculos XVII e XVIII²⁰.

Esta associação revela que o mercado internacional tende a liderar na procura deste mercado, com 80% em 2007, por via de que conclui que a qualidade dos serviços é reconhecida a nível internacional²¹. Em 1996, criou, juntamente com consórcios de *Solares de Portugal*, a rede europeia Europa das Tradições (ETC), posteriormente alargada a mais territórios fora da Europa²².

A Federação Portuguesa da Festa da História, instituída em 2014, com sede em Idanha-a-Velha, é uma associação cultural que visa promover e divulgar, a nível nacional e internacional, representações culturais e artísticas públicas que recriem um argumento histórico testemunho do património nacional. Estimula a troca de experiências e de informações dos seus associados e promove uma relação fidedigna entre história, memória e espetáculo²³. Em boa verdade, recria memórias passadas em locais físicos relacionados com estas, conferindo-lhes, deste modo, autenticidade no ato.

Em Portugal, a Lei de Bases do Património (2001) definiu o papel da política nacional, regional e restantes localidade, em relação ao direito à cultura, como à sua fruição e uso segundo a Constituição e direito internacional. Neste sentido, foi decretado o seguinte: “Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”²⁴.

Por sua vez o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), criado em 1992, regularizou a classificação do património histórico português, bem como a homologação do nível de protecção; em 2006 ocorreu uma fusão ente esta entidade e a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), originando o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR)²⁵.

A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), identifica o património arquitetónico, construído e paisagístico como fulcral para a diferenciação e valorização territorial, e identidade

²⁰ TURIHAB 2008, consultado em setembro 7, 2017, em http://www.center.pt/imprensactr/estudo_484.pdf

²¹ Como citado anteriormente.

²² O acesso a informação mais detalhada sobre esta rede pode ser alcançável através o Portal TURIHAB, consultado em setembro 7, 2017, em <http://www.turihab.pt/PT/index.html>

²³ Informação acessível no Portal Idanha-a-Nova, consultado em maio 13, 2017, em http://www.cm-idanhanova.pt/divulgacao/arquivo_noticias/noticias_2014/federacao_historia.aspx

²⁴ De acordo com o Decreto. lei n° 107/2001, Diário da República, 1ª Série, n° 209 de 8 de setembro.

²⁵ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em setembro, 7, 2017, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/arquivos-dgpc/arquivos-do-ex-igespar-e-do-ex-imc/>

A valorização e classificação do património

coletiva, realçando, neste sentido, a importância da preservação como legado às gerações futuras. Ainda afirma que, a sua conservação, valorização e divulgação são um potencial atrativo de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística²⁶.

Portanto, a DGPC gere o património cultural de Portugal continental, realiza estudos, investigações, e divulga o património imóvel, móvel e imaterial, entre outras atividades de igual importância. Fiscaliza a aplicação das leis e regras, abrangendo várias áreas e contextos, repartidos em três eixos: conhecimento, inventário, salvaguarda, conservação, valorização, divulgação do património cultural arquitetónico, arqueológico, móvel e imaterial, execução da política museológica nacional; gestão dos mais importantes museus nacionais portugueses e dos monumentos classificados Património Mundial pela UNESCO; articulação permanente com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos domínios normativo e da fiscalização, da investigação científica, da ação educativa e formativa e da administração do território²⁷.

Um dos campos de atuação da DGPC, de interesse para o nosso estudo, é o registo do património pela classificação e inventariação, estes podem abranger o património imóvel, móvel e imaterial. Os bens imóveis podem integrar as categorias de monumento, conjunto ou sítio, no âmbito de interesse nacional, público ou municipal. Os bens classificados, ou em vias de, garantem uma Zona Geral de Proteção (ZGP) de 50 metros, mas também de uma Zona Especial de Proteção (ZEP), em que esta possa ser Zona “Non Aedificandi” (ZNA). Os bens móveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público, de interesse municipal, ou usufruírem de proteção através do regime patrimonial de inventário. Nos bens imateriais só atua a inventariação²⁸.

A área de atuação para a conservação, recuperação e valorização do património engloba o património arquitetónico, arqueológico e respetivas zonas de proteção, mas também o património móvel. Para a realização destas ações, compete à DGPC, o levantamento das necessidades e do estado de conservação, a elaboração de planos e projetos de intervenções, o controlo do cumprimento das implementações segundo as regras²⁹.

²⁶ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em setembro, 7, 2017, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o-que-fazemos/>

²⁷ Como citado anteriormente.

²⁸ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em setembro, 7, 2017, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>

²⁹ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em setembro, 7, 2017, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o-que-fazemos/>

A conservação implica uma manutenção permanente do património, visa salvaguardar o valor cultural e patrimonial. Esta ação pretende manter a autenticidade e integridade, sendo que pede um mínimo de intervenções no edificado. A preservação induz a manutenção de um lugar, também com o menor número de intervenções. Nesta ação está patente o atraso da deterioração do objeto (Barranha, 2016: 76-83).

O registo por classificação ou o inventário são instrumento de proteção que fazem viver o património, não só valoriza e reconhece, como ainda salvaguarda-o. Segundo a UNESCO (1968) “ [...] o inventário [...] é instrumento de conhecimento de bens culturais, seja de natureza material ou imaterial, que subsidia as políticas de preservação do património cultural [...] ” (Campos, 2013: 121). O número de monumentos, a nível nacional, sem valorização patrimonial é enorme. Alguns em situações de risco de destruição devido a atos de vandalismo ou projetos de urbanização ou ainda do tempo e condições meteorológicas. O registo intervém aqui como uma solução adequada.

A DGPC também gere o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) que abarca o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português. Este defende a produção e aquisição, a conservação, a divulgação e difusão de informação e documentação autêntica, isto para prover os bens culturais de identificação, reconhecimento e compreensão, gestão, salvaguarda e valorização³⁰.

O inventário do património arquitetónico (IPA), criado nos finais do século XX pela extinta DGEMN, regista o património arquitetónico português e é atualmente gerido e produzido pelo SIPA. Os seus objetivos envolvem a melhoria da qualidade do desempenho dos agentes dos sectores da salvaguarda, valorização, qualificação e reabilitação urbana, assim como, o crescimento da consciência coletiva e individual sobre a qualidade dos espaços construídos e a importância da sua salvaguarda, assim também a promoção da investigação científica e técnica em disciplinas de relevo, como ainda a instigação à utilização desses conteúdos enquanto recursos educativos e culturais³¹.

O registo pode permitir o reconhecimento do edifício como contributo para a história da arquitetura. Em boa verdade, o registo deve contemplar os bens patrimoniais que apresentam valor histórico e patrimonial consoante os critérios definidos no âmbito, estes ao serem

³⁰ Informação disponível no SIPA, consultado em setembro, 7, 2017, em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8

³¹ Informação disponível no SIPA, consultado em setembro, 7, 2017, em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=3528f11c-be07-4088-91be-4f8ed78738c9

A valorização e classificação do património

estudados, inventariados e salvaguardados poderão usufruir de reabilitação. As fichas de inventário elaboradas pelo IPA compõem-se por 48 campos de informação agrupados em seis categorias: identificação, descrição, análise histórica, artística e tipológica, dados técnicos e estado de conservação, bibliografia e documentação específica, e identificação do autor e dados relacionados com a gestão da ficha³².

As medidas cautelares podem ser executadas mesmo sem classificação ou inventariação prévia. O inventário pode incluir os bens classificados ou não e aqueles em vias de classificação ou aos bens em que a classificação foi negada. O procedimento de classificação tem um prazo de um ano e 18 meses para ZEP, já o processo para a inventariação tem um prazo de 90 dias. Qualquer pessoa ou entidade pode proceder a um pedido de classificação ou inventariação. Se algum bem classificado, ou em vias de, esteja em risco de destruição perda ou extravio, o órgão competente da administração pública deverá tomar medidas de salvaguarda³³.

A abertura de um procedimento de classificação impede certas ações como obras urbanísticas, edificação, demolição, entre outras. Caso tais ações foram praticadas será considerado crime, para além de que a administração do património cultural ou os municípios poderem exigir a reconstrução ou demolição do acrescento. Uma autorização de demolição sobre um bem classificado, ou em vias de, pode ser concedida caso existir perigo de ruína ou se uma nova contração tiver primazia em termos de valor na anterior, e se não for viável a salvaguarda ou o seu deslocamento. Apesar do disposto a cima, todas as medidas devem ser tomadas para a manutenção de todos os elementos suscetíveis de salvaguarda³⁴.

A reabilitação de um objeto é a adaptação para um novo uso, sendo assim, pode envolver alterações significativas necessárias, como a demolição, ampliação ou a reconstrução. Estas alterações visam melhorar as instalações para o novo uso, traduz-se, portanto, numa regeneração e conservação do lugar. A revitalização surge aqui como apoio na articulação das intervenções de recuperação, isto é, nas estruturas sociais, económicas e culturais do lugar. O restauro é uma ação que requer um estudo arqueológico e histórico especializado, visa promover os valores estéticos e históricos, faz uso dos materiais originais das obras. As intervenções, decorrentes do restauro, devem justificarem-se no âmbito de questões estéticas ou técnicas, e perfazer um todo com o edificado existente e o novo (Barranha, 2016: 85-88).

³²Como citado anteriormente.

³³ Informação proveniente na Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, consultado em dezembro, 30, 2017, em http://www.pgdisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis

³⁴ Como anteriormente citado.

Durand afirma que em certos casos o registo do património pode ser uma alternativa satisfatória ao restauro, posto que, a definição do limite do que pode ser destruído é ambíguo, e que “ [...] qualquer intervenção, desde que não seja escandalosamente destruidora, pode ser legítima se abertamente assumida. Haverá sempre opiniões divergentes, mas o ideal da conservação generalizada é obviamente ilusório e irrealista”³⁵. Na interpretação de Salgueiro (1999, citado por Sebastião, 2010: 46), se a conservação envolve pequenas reparações periódicas, “ [...] o restauro e a reconstituição já envolvem uma intervenção mais profunda, determinada por um estado mais adiantado de degradação”.

2. A dinamização cultural e turística do património

2.1. Problemáticas inerentes ao turismo cultural

A Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turismo como: “As actividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”³⁶.

Valene L. Smith (1992, citado por Pérez, X. P., 2009: 10) identifica o turismo como um encontro entre culturas e sistemas sociais que provoca mudanças. O turismo permite ao local abrir-se ao mundo e promover a sua identidade cultural num mundo global, este processo influencia as pessoas à mudança, ou seja, à reprodução do aprendido. Assim sendo, o turismo é associado à globalização, o que não deixa de ser paradoxal, uma vez que um dos motivos do turismo é promover uma identidade (Pérez, X. P., 2009: 76).

O turismo pode ser categorizado em tipologias de produtos turísticos, isto é, aquilo que se consome ou compra. Este estudo terá como foco a tipologia “turismo cultural”. Este é um turismo arqueológico, artístico-monumental, religioso, gastronómico/vinhos. O turismo cultural pode ser visto como um ato cultural que se traduz em turismo de experiência, em que os turistas

³⁵ J.-Y Durand (comunicação pessoal, 17, outubro, 2017).

³⁶ Informação acessível no Portal do Turismo de Portugal, consultado em dezembro 7, 2017, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/CooperacaoInternacional/Pages/OMT.aspx>

têm contacto com produções culturais e património cultural. Os tipos de atração do turismo cultural vão desde património cultural, lugares de recordações e memórias, até artes e atividades de criação e aprendizagem cultural (Pérez, X. P., 2009: 120-121).

Cláudio Torres, diretor do campo arqueológico de Mértola, associa a cultura à dignidade, isto por nos ligar aos antepassados, e associa antepassados a passado, que por sua vez, sendo história acaba por ser uma espécie de reencontro. Explica que o facto cultural cria desenvolvimento, e identifica-o como uma linguagem³⁷. Estabelecendo desde já que o turismo cultural é a descoberta de algo, podemos assentar que o turismo participa no desenvolvimento cultural do homem.

Na perspetiva antropológica, a cultura é um modo de vida, isto é, como os seres humanos pensam, dizem, fazem e fabricam. Esta perspetiva tem uma visão mais ampla do âmbito da cultura, não se reduz àquilo que sucede das belas artes. Na visão sociológica, a cultura é como um campo de ação associado aos campos da economia e política. Esta entende-a como um campo de conhecimento dos grupos humanos, como produção e consumo de atividades culturais. Já na perspetiva estética, a criação artística é uma forma de cultivo humano do espírito. Associa altos padrões de instrução educativa formal à cultura, ou seja, faz uma diferenciação entre a categoria de culto, este associado a práticas de “alta cultura”, e o “inculto” ou de “pouca cultura” (Pérez, X. P., 2009: 104-105).

Segundo Xerardo Pérez (2009: 294-295), o turismo cultural urbano pode ser pensado enquanto meio estratégico de regeneração urbana, para o desenvolvimento económico da cidade, isto é, renovando a imagem e o simbolismo e criando uma economia de serviços. Eventos tais como olimpíadas, exposições universais, festivais e instalações tais como auditórios, museus ou centros de conferências, costumam ser utilizados na regeneração. Uma das missões da regeneração urbana é a coesão social, contudo pode suceder uma camuflagem de problemas sociais sem que estes sejam, na verdade, solucionados. Este autor afirma ainda que a experiência turística engloba vivências sensuais, sociais, culturais e económicas, isto sob forma de produto. Este produto é um turismo cultural em que o consumidor compra experiências e sensações (Pérez, X. P., 2009: 110).

Para Xerardo Pérez (2009: 295-296) o turismo cultural é associado a três conceitos, o de requalificação, reutilização e revalorização, estando presente uma possível ocorrência de massificação ou de superficialidade perante o conteúdo cultural. Limitar a privatização no

³⁷ Ferreira, F.C. (Diretor). (2016). Prós e Contras: O estado da cultura [Programa televisivo]. Portugal: RTP1.

turismo cultural e promover a responsabilidade das administrações públicas parecem ser essenciais, mas o principal problema em Portugal é o investimento se centrar em Lisboa e no Porto. Além disso, existe uma concorrência entre as cidades pelo mesmo tipo de infraestruturas e eventos culturais, não destacando, deste modo, uma diferenciação dos produtos culturais.

Segundo a OMT, o turismo crescerá 3,3% a nível mundial até 2030, isto é, 40 a 43 milhões de turistas por ano (PwC, 2014: 6). Conforme o estudo realizado pela Sociedade de Revisores de Contas (PwC), o turismo em Portugal contribui com cerca de 46% nas exportações de serviços e mais de 14% nas exportações totais (PwC, 2014: 1). Outro estudo realizado pela empresa de Consultores em Turismo Hotelaria e Recreação (THR), para o Turismo de Portugal em 2006, avaliou em 34 milhões as viagens direcionadas a turismo de *city breaks*²⁸, isto corresponde a 14% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus em 2004 (THR, 2006a: 9).

Estes peritos avaliam um crescimento anual entre os 12% e os 15%, e estimam que as viagens de *city breaks* alcançarão cerca de 1.000 milhões de viagens no mercado europeu em 10 anos. Além disso, viagens com foco em outras motivações principais, nas quais os *city breaks* são complementares, elevam-se a 85 milhões de viagens por ano. A França e o Reino Unido lideram enquanto destinos de viagens de *city breaks* com 14,86 e 11,10 respetivamente, já Portugal marca 2,66% das viagens europeias de *city breaks*, isto é, 900 mil viagens (THR, 2006a: 10-15).

Dentro desta modalidade de viagens, destacam-se atividades como assistir a festivais, visitar exposições, visitar museus, desfrutar da atmosfera da cidade, ou desfrutar da gastronomia local. O referido estudo registou que a atividade “visitar sítios de interesse histórico-cultural” culminou com 70%, isto com fonte na Monitorização de Viagens Europeias 2004 (THR, 2006a: 22).

Este estudo também apresenta Lisboa e Porto como os principais destinos turísticos em Portugal. Em Lisboa, as principais atrações turísticas relacionam-se com a arquitetura manuelina e os Descobrimentos, os bairros históricos, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Parque das Nações. Para a cidade do Porto destacam-se o Vinho do Porto (caves), o centro histórico, o património edificado do período barroco e espaços de arquitetura contemporânea. Também é referido que apesar de Lisboa e Porto terem eventos de animação e festivais artísticos, não conseguem projeção internacional com capacidade para gerar fluxos turísticos, devido a uma lacuna na mediatização nos principais mercados emissores (THR, 2006a: 27).

²⁸ O sector de *city breaks* envolve conhecer uma cidade e as suas atrações monumentais, arquitetónicas, culturais, comerciais, gastronómicas, etc.

Segundo um estudo sobre o Perfil dos Turistas do Porto e Norte de Portugal (2014), desenvolvido pelo Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT), em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (ERTPNP) e o Aeroporto Sá Carneiro, as atividades com maior adesão nesta região são: experimentar a gastronomia, fazer compras, desfrutar da paisagem, passeios de carro pela região ou gozar a animação noturna, mas ainda se destacam outras, tais como, visitar o Vale do Douro, ou visitar monumentos (IPDT, 2014, slide 32).

Numa escala de 1 a 7 pontos, mediram, no referido estudo, a satisfação global e intenção de recomendar e regressar dos turistas, sendo que a pontuação alcançou uma média de 6 pontos para a totalidade dos turistas referentes à satisfação e a intenção de recomendar, no que se refere à intenção de regressar a média é ligeiramente mais baixa. Em comparação com o trimestre homólogo do ano anterior, o grau de satisfação e regresso foram superiores em 2013, já a intenção de recomendar teve um valor mais baixo (IPDT, 2014, slide 33).

O principal atrativo identificado pelos turistas foi a hospitalidade, sucedendo-se o rio Douro e a animação noturna do Porto, também destacaram o alojamento, a paisagem/natureza, a segurança, a gastronomia/vinhos, o património mundial, seguido de outros com percentagens mais baixas (IPDT, 2014, slide 35). A cidade do Porto foi a única cidade de Portugal a ser eleita como “Melhor Destino Europeu” pela organização do World Travel Awards, e saliente-se que conquistou três vezes o título em 2012, 2014 e 2017³⁹.

É identificado pelos THR que o baixo grau de conhecimento de Portugal, enquanto destino de lazer, é a principal causa da sua baixa posição competitiva, assim como, a qualidade dos serviços *in loco*, a preservação e manutenção do património arquitetónico-monumental, a oferta variada de atividades culturais, a oferta variada de itinerários temáticos dentro da cidade e regiões envolventes, ou o cuidado e manutenção do cenário urbano. Estes fatores influenciam e caracterizam a experiência pessoal e a recomendação de parentes e amigos, que por sua vez atuam no conhecimento do destino e no grau de satisfação obtido (THR, 2006a: 31-32).

Os THR (2006a: 28) afirmam que:

Muitos recursos e atracções de carácter histórico-cultural-monumental existentes nas cidades portuguesas sofrem de abandono e de cuidados de manutenção e não estão aproveitados como elementos de atracção turística, e necessitam de intervenções de valorização e conservação.

³⁹ Mais informação sobre estes prémios pode ser alcançada no Portal World Travel Awards, consultado em dezembro, 7, 2017, em <https://www.worldtravelawards.com/>

Em 2013, um relatório produzido pelo Fórum Económico Mundial (FEM) assinalou que Portugal apresentava falhas na eficácia do *marketing* e do *targeting*⁴⁰, nas políticas de contratação e gestão do pessoal e na escassa formação das equipas que recebem e servem os turistas. Em compensação, certificaram que oportunidades de crescimento eram evidentes, particularmente, no setor dos recursos naturais e, conseqüentemente, no turismo sustentável (PwC, 2014: 38).

O setor de *Touring* (excursão), que envolve percursos em *tour*, rotas ou circuitos em viagens independentes e organizadas, é avaliado em 44 milhões de viagens, sendo 18% do total de viagens de lazer efetuadas pelos europeus, num estudo desenvolvido em 2006, sobre *Touring Cultural e Paisagístico*. Neste estudo, identificaram um crescimento anual de 5 a 7%, e avaliaram que, a procura secundária de *touring*, isto é, com outras motivações principais, é composta por 80 milhões de viagens. Os países que lideram a tabela de destinos de viagens de *touring* são, respetivamente, França, Espanha, Itália e Alemanha (THR, 2006b: 9-15).

O respetivo estudo afirma que existem condições favoráveis para o crescimento deste setor em Portugal, uma vez que é um país europeu, isto é, integra a principal região emissora e recetora de viagens de *touring*; recebe um grande volume de turistas de sol e praia, estando estes associados a procuras secundárias de *touring*; possui um vasto património histórico-cultural; reúne uma dimensão territorial relativamente reduzida e uma ampla riqueza e variedade de atrações, minimizando, assim, incómodos e inseguranças ao viajante (THR, 2006b: 17-18).

Os THR (2006b: 25) também identificam lacunas neste setor em Portugal, de facto, o país evidencia um grau de estrutura reduzido, baixos níveis de cooperação e coordenação pública-pública, público-privada e privada-privada. Salientam a necessidade de aumentar o grau de cooperação e coordenação entre o setor público e privado.

Este trabalho pretende combater estes indicadores pela promoção de produtos turísticos providos de sustentabilidade económica, social e ambiental. Expomos, de seguida, algumas dinamizações culturais e turísticas, do interesse do nosso estudo e a título exemplificativo, tais como: eventos periódicos, como uma rede de eventos ou *Touring* temáticos, como um *tour*, rotas ou circuitos temáticos. Estes exemplos envolvem modalidades de transporte; *touring* independente, isto é, viagens em veículo próprio ou *fly & drive* (Voar e conduzir) ou *touring* em grupo, que envolvem viagens em transporte coletivo (THR, 2006b: 9).

⁴⁰ Targeting inclui dois elementos: os segmentos de procura ou públicos-alvo, e os mercados geográficos alvo.

O turismo cultural, para funcionar, necessita de um recurso, e no nosso trabalho identificamo-lo no património cultural, isto é, nas residências com valor histórico e arquitetónico. Ainda assim, um produto é igualmente necessário, sendo que, no nosso estudo, pode ser museus, centros interpretativos, recriações históricas, itinerários, rotas, roteiros, percursos ou trajetos temáticos. Em relação aos museus, foram criadas redes internacionais para o esforço comum de ultrapassar certas limitações. Em Portugal, a DGPC associou-se a redes como a EUROPEANA, o Ibermuseus, a Rede Europeia de Organizações Nacionais de Museus (NEMO), entre outras, que envolvem a temática geral do património⁴¹.

No exemplo específico dos itinerários, estes podem englobar um circuito, uma visita e uma rota. Gomez e Quijano (1991, citados por Ferreira, L., Aguiar & Pinto, 2012: 117) definem itinerário como um caminho ou rota, de lugares específicos, com atividades e serviços. Segundo Barranha (2016: 65-66) um itinerário cultural é uma evolução de património cultural, espelha a importância dos valores que atribuímos ao meio e ao território onde este se encontra. Pode ser considerado como uma nova ética de conservação que vê os valores culturais como um património comum e interpretado como uma via de comunicação terrestre. O itinerário cultural é fisicamente delimitado, dinâmico e provido de um objetivo claro e de funções históricas específicas.

Em 1987, nasce por obra do Conselho da Europa, os Itinerários Culturais Europeus, com o objetivo de interligar o espaço, o tempo e a cultura europeia como um todo enquanto bem comum⁴². Dos 33 itinerários já credenciados, Portugal faz parte de alguns, designadamente, a Rota Europeia das Abadias Cistercienses, a Rota Europeia dos Cemitérios, a Rota do legado Andaluz, ou o Itinerário Europeu das Cidades termas históricas, entre outros.

O conceito de rota é sinónimo de itinerário e evolve um percurso dirigido. O Conselho da Europa (2002) diz que “As rotas devem ser baseadas numa série de destaques, com locais particularmente ricos em associações históricas”⁴³. A rota, mas também o itinerário cultural, dedicam-se ao património e às tradições com significado, ilustrativos de períodos ou acontecimentos específicos da história (Barranha, 2016: 65). Existem várias rotas a nível nacional. Podemos citar, a título de exemplo, a Rota da Pré-história no Parque Nacional da Peneda-Gêres, a Rota do Românico, a Rota da Cortiça, a Rota do Vinho, ou a Rota dos Castelos e Fortalezas do Oeste.

⁴¹ Para mais informação acerca das associações entre instituições aceder ao Portal Património Cultural, já referenciado neste trabalho.

⁴² Mais informação disponível no Portal European Institute of Culture Routes, consultado em setembro 28, 2017, em <http://culture-routes.net/fr>

⁴³ Informação disponível no Portal Council of Europe, consultado em setembro 28, 2017, em <https://www.coe.int/pt/web/about-us>

Por sua vez, o roteiro é a descrição ampla e detalhada de uma viagem, com ênfase em locais específicos e turísticos. Os objetivos de um roteiro passam pela dinamização de economias locais, sensibilização da importância do património, recuperação da identidade local e preservação do património.

2.2. Utilidade de produtos culturais e turísticos enquanto dinamizadores regionais

O património traduz-se em memória do passado. Num produto turístico está implícita uma função de sustentabilidade, com objetivos económicos, sociais e ambientais coordenados, de forma a sustentar uma viabilidade das comunidades e do planeta. Deve existir uma correlação entre a sustentabilidade ambiental e a conservação genuína da cultura. O conceito de sustentabilidade do património aponta para a necessidade do uso de métodos sustentáveis nas intervenções e de um adequado processo do seu desenvolvimento e gestão (Barranha, 2016: 106). É importante perceber aquilo que nos faz crescer a nível económico para o turismo ser sustentável a longo prazo.

Kotler (2000, citado por Rocha, J.C.L. & Carvalho, S.M.S., 2010: 30) sustenta que o *marketing* desenvolvido em organizações culturais é um aliado eficaz para atingir objetivos: “devem visar a possibilidade de maiores recursos para a instituição, de estímulos aos funcionários e a busca de clientes, por meio de parcerias, eficientes e eficazes”. Um recurso cultural é discriminado em valor material ou imaterial, sendo a valorização e utilização contingentes, por conseguinte é criado um bem económico. Um produto cultural necessita de *marketing* para a capitalização do património, isto é, da memória. Neste trabalho, o produto turístico caracteriza um conjunto de recursos existentes interligados a um conjunto de serviços para consumo.

A colaboração com o sector privado, no âmbito da promoção turística, é vista como essencial, a razão é que o *marketing*, o conteúdo, a competitividade e a qualificação dos recursos humanos são primordiais para atingir os objetivos definidos para cada produto turístico.

Xerardo Pérez (2009: 78) identifica as seguintes características dos impactos económicos do turismo: o aumento de benefícios económicos *in loco*; os desenvolvimentos de bens e serviços turísticos e o contributo para a balança de pagamentos. Em boa verdade, os impactos económicos são determinados pelos critérios seguintes: os serviços e os atrativos para os

turistas; o volume e intensidade das despesas dos turistas no destino; o nível de desenvolvimento e a base económica da área de destino; o grau de redistribuição dos ganhos ao interior da área de destino; o grau de ajustamento à sazonalidade da procura turística (Palomo, 1990, citado por Pérez, X. P., 2009: 78).

Santana (1997, citado por Pérez, X. P., 2009: 80-82) enuncia alguns empregos que o turismo gera na área de destino, designadamente em hotéis, transportes, agências, entre outros. Este autor contrasta os aspetos positivos e negativos dos impactos turísticos em relação ao meio ambiente, sendo os positivos, o restauro de monumentos e a conservação de vestígios arqueológicos e de recursos naturais, e os negativos, a massificação, o barulho e a sobrelotação de pessoas.

Nash, (1992, citado por Pérez, X. P., 2009: 79) afirma que o risco de dependência económica do turismo é identificado como uma possível consequência em alguns casos, e associado a um certo imperialismo em que uma sociedade se constrange aos interesses de outra sociedade estrangeira. Segundo Mathieson e Wall (1990, citados por Pérez, X. P., 2009: 79) esta dependência derivaria dos seguintes efeitos: a prioridade de alguns países em vias de desenvolvimento, a transferência de riqueza dos destinos turísticos para os espaços geradores de turismo, o emprego de pessoas de outros locais em postos superiores e diretivos e a imposição de sistemas de trabalho exploradores e neocoloniais⁴⁴.

Todavia o conceito de turismo sustentável foi criado com o objetivo de conciliar o turismo com a área de destino, minimizando os possíveis impactos negativos. Visa, portanto, o equilíbrio entre o meio ambiente, os recursos e desenvolvimento económico, o bem-estar das gerações futuras, a necessidade de instrumentos de intervenção para uma sustentabilidade viável e um processo de aprendizagem coletiva para moderar o impacto de mudança na área de destino (Pérez, X. P., 2009: 85).

Os THR (2006a: 60) defendem a necessidade de um sistema de monitorização para avaliar, acompanhar e controlar os impactos positivos e negativos. Entre os impactos positivos salienta-se a dinamização da economia urbana, a promoção do restauro, a preservação e a aposta na valorização do património arquitetónico e cultural, o reforço das tradições e valores, ou a contribuição do reconhecimento da cidade, população e valores. E, por sua vez, os impactos negativos envolvem a degradação do espaço urbano e das infraestruturas, a ameaça do

⁴⁴ Para uma visão mais alargada dos efeitos económicos, identificados por Santana, consultar Xerardo Pérez, 2009, pp. 79-80.

património cultural, os custos adicionais de segurança, os processos inflacionistas que aumentam o custo de bens, os serviços para a comunidade local, entre outros⁴⁵.

Os THR (2006a: 58) identificam etapas de crescimento turístico, como parte de um processo dinâmico e interrelacionado que leva ao desempenho competitivo, sendo estas: o planeamento, o desenvolvimento da oferta, o reforço da competitividade, a diversificação e aprofundamento da oferta e o *marketing*. PwC Portugal (2014: 12) afirma ainda que os principais influenciadores do turismo são as associações, os reguladores, os municípios, as infraestruturas de suporte, a segurança e a qualificação.

2.3. Contextualização e caracterização de estratégias de dinâmizações culturais e turísticas

Vários museus, centros de interpretação, rotas ou festividades temáticas, a nível nacional como também a nível internacional, podem servir como exemplos de dinamização turístico-cultural ao nosso trabalho, seja no valor histórico-cultural e arquitetónico, enquanto produto turístico, seja na vertente pedagógica e de entretenimento. É relevante observar a multiplicidade de estratégias que um elemento cultural pode contemplar, isto é, as potencialidades que tornam possível o funcionamento de um produto turístico, tanto a nível pedagógico como lúdico, e no contexto em que se encontra.

De seguida são apresentados alguns exemplos dessas estratégias de dinamização turístico-cultural, isto para contextualizar conceções similares de empreendimento, onde o conceito de residência-museu temático pode beber a sua versatilidade enquanto produto turístico. Os exemplos, abaixo expostos, pretendem ser uma amostra representativa da vasta oferta existente da valorização do património cultural, histórico, mas também arquitetónico, no intuito de fomentar novas dinâmizações culturais e turísticas para o caso de Braga⁴⁶.

O Palácio de Breteuil e Museu dos Ofícios Antigos Vivos ou Musée des Vieux Métiers Vivants, de Argol, são dois exemplos de museus, situados em França, que iremos expor de seguida. O primeiro foi classificado monumento histórico em 1973 e convertido em produto turístico a partir de 1969. Construído no século XVII e aumentado nos dois séculos seguintes, recria momentos históricos ligados às várias épocas da habitação do palácio. Utiliza autómatos e figuras de cera

⁴⁵ Informação sobre instrumentos de apoio para uma maior e mais eficaz contribuição no crescimento do turismo de viagens *city breaks* pode ser consultada em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/City%20Break%202006.pdf>

⁴⁶ O conjunto de websites e fotografias referidos e utilizados nesta secção foi consultado e adquirido através a internet, entre os dias 20 e 25 de dezembro 2017.

A dinamização cultural e turística do património

criadas pelo Museu Grévin, além disso decoram, esporadicamente, eventos representativos dos séculos passados, onde o público é convidado a participar. Os contos de Charles Perrault fazem parte das recriações cénicas, ainda exposições de pinturas e mobília do século XVIII e descortina uma propriedade que compreende um parque natural e jardins⁴⁷.



Figura 1 - Representação teatral no Palácio de Breteuil⁴⁸



Figura 2 - As cozinhas do Palácio de Breteuil⁴⁹

⁴⁷ Informação detalhada no Portal Château de Breteuil, consultado em <http://www.breteuil.fr/>

⁴⁸ Fonte: <https://www.facebook.com/Ch%C3%A2teau-de-Breteuil-280436375301433/>

⁴⁹ Fonte: <https://www.facebook.com/Ch%C3%A2teau-de-Breteuil-280436375301433/>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 3 - Evento cultural no Palácio de Breteuil⁵⁰



Figura 4 - Representação cénica do quarto da bela Adormecida, Conto de Perrault⁵¹

O Museu dos Ofícios Antigos Vivos foi inaugurado em 1985, é um espaço, numa antiga quinta, com várias oficinas onde voluntários executam e demonstram ofícios, objetos e jogos de antigamente. Estas oficinas têm uma vertente interativa, uma vez que o público é convidado a participar. Esporadicamente decorrem eventos associados a festividades simbólicas, como a festa do pão, a festa da sidra, a festa da colheita, etc⁵².



Figura 5 - Ofício antigo, com a participação do público, Museu dos Ofícios Antigos Vivos⁵³



Figura 6 - Demonstração de um ofício antigo, Museu dos Ofícios Antigos Vivos⁵⁴

Em Portugal, podemos referenciar o Museu dos Biscainhos e o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga, precisamente por se situarem na cidade onde se foca o nosso estudo. O primeiro foi casa senhorial construída no século XVII, ainda que tenha sofrido alterações no início do século XIX. As divisões interiores desvendam decorações neoclássicas,

⁵⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/Ch%C3%A2teau-de-Breteuil-280436375301433/>

⁵¹ Fonte: <https://www.facebook.com/Ch%C3%A2teau-de-Breteuil-280436375301433/>

⁵² Informação acerca do museu é disponibilizada pelo Portal Argol, consultado em <http://www.argol.fr/>

⁵³ Fonte: <https://www.facebook.com/museedesvieuxmetiersvivants/>

⁵⁴ Fonte: <https://www.facebook.com/museedesvieuxmetiersvivants/>

A dinamização cultural e turística do património

além disso usufrui de um jardim barroco, do estilo *rocaille*. O seu último proprietário, o 3º visconde de Paço de Nespereira, Gaspar Lobo Machado do Amaral Cardoso de Menezes (1818-1874), da família dos condes de Bertandos, doou os bens à cidade em 1963⁵⁵.

Funciona, desde 1978, como Museu de Artes Decorativas e encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) desde 1949. O museu ilustra o quotidiano dos séculos XVII e XIX da nobreza, mas também de capelães, criados e escravos, isto com coleções de peças de artes decorativas, instrumentos musicais, meios de transporte, gravuras, esculturas, azulejaria e pinturas. Dispõe de um serviço educativo, livraria, biblioteca, auditório e aquando de eventos culturais da cidade participa com programações específicas⁵⁶.



Figura 7 - Recriação histórica com os alunos do Colégio Luso Internacional de Braga⁵⁷

O Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga foi originalmente uma residência designada por Casa dos Granjinhos. Notável edifício de arquitetura civil em estilo barroco joanino. Foi mandado construir pelo negociante nobilitado João Duarte de Faria (1693-1767) a meados do século XVIII, provavelmente pelo arquiteto André Soares (1720-1769) (Santa Casa da Misericórdia, 2015: 45).

Após a morte de Faria, a casa teve vários proprietários até ser vendida, em 1853, a Miguel José Raio (1814-1875), futuro visconde de S. Lázaro, fase em que recebe a designação de Palácio do Raio. Sete anos após a morte do visconde, a casa é vendida ao Banco Minho, e no ano 1884, a Misericórdia de Braga adquire este imóvel e anexa-o às instalações do Hospital de S. Marcos. Em 1956 é classificado como IIP. Até 2011 esteve afeto à área da saúde,

⁵⁵ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1047

⁵⁶ Informação disponível no Portal Cultura Norte, consultado em <http://culturanorte.pt/pt/patrimonio/museu-dos-biscainhos/>

⁵⁷ Fonte: <http://bragatv.pt/alunos-do-clib-recebem-visitantes-no-museu-dos-biscainhos-recriando-ambiente-barroco/>

nomeadamente, como gabinete de sangue, oftalmologia e morgue. Nesse mesmo ano é considerada ZEP (Santa Casa da Misericórdia, 2015: 45).

Em 2015, no Palácio do Raio, é inaugurado o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga, centro de interpretações dinâmico e interativo do património material e imaterial. Pretende contar a história das diferentes fases de habitações e funcionalidades do edifício. As suas salas temáticas expõem aparelhos pertencente ao antigo Hospital de S. Marcos e à antiga botica (farmácia), como ainda resenhas históricas sobre arquitetos bracarenses, mas também sobre a história do palácio e a sua recuperação e a história das misericórdias no mundo, incluindo a Misericórdia de Braga.

O museu também expõe documentos dos séculos XVI-XVIII, pinturas dos séculos XVII-XVIII, esculturas de arte sacra do século XVII, ourivesaria ligada à atividade de culto, entre outras peças históricas. Durante eventos culturais da cidade, a instituição museologia organiza nas suas instalações concertos e teatros. Ainda podemos referir que o Centro foi galardoado com o prémio *SOS Azulejos 2015*⁵⁸ e recebeu, em 2016, o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana (PNRU)⁵⁹. É um exemplo contemplativo daquilo que se pretende com o nosso conceito de residência-museu temático, isto é, extrair o potencial turístico-cultural do valor histórico e arquitetónico do tecido edificado para a valorização do património⁶⁰.



Figura 8 – O evento “Braga Barroca” no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga⁶¹

⁵⁸ Informação acerca do prémio SOS Azulejo 2015 no Portal Sapoviagens, consultado em <http://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/misericordia-de-braga-uma-das-galardoadas-com-premios-sos-azulejo-2015>

⁵⁹ Informação acessível no Portal Idealista/news, consultado em <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/construcao/2016/04/08/30336-e-os-vencedores-do-premio-nacional-de-reabilitacao-urbana-sao>

⁶⁰ Informação acessível em Portal Rua, consultado em <http://www.revistarua.pt/Noticias/Palacio-do-Raio-com-portas-abertas-a-novas-memorias>

⁶¹ Fonte: <https://www.facebook.com/Centro-Interpretativo-das-Mem%C3%B3rias-da-Miseric%C3%B3rdia-de-Braga-1683505868557224/>



Figura 9 - Espólio do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga⁶²

O comité internacional das Residências Históricas-Museu (DEM HIST), pertencente ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), nasceu em 1997, intervém na conservação e gestão dos museus residências históricas de todas as épocas históricas. Para estas residências serem museus é considerada a informação histórica, arquitetónica, cultural, artística e social. Elaboram normas para a conservação, o restauro, a segurança destas casas museus e para o desenvolvimento de estratégias de comunicação entre profissionais e para visitantes. As Residências Históricas-Museu podem ser classificadas em diferentes categorias, vejamos de seguida algumas delas, com exemplos concretos⁶³.

Na categoria “Residências d’homens – e mulheres – ilustres” temos a Casa de Keats-Shelly, em Roma, do século XVIII. É um museu dedicado ao poeta romântico inglês John Keats (1795-1821), um dos maiores nomes de poetas do romantismo inglês. Autor dos poemas *Endymion* (1818), *Hyperion* (1818), *Ode a um Rouxinol* (1819), *A Vigília de Saint Agnes* (1819), entre outros⁶⁴. Também é dedicado a Percy Bysshe Shelly (1792-1822) uma referência na poesia romântica britânica. Escreveu os poemas *Rainha Mab* (1813), *Alastor* (1816), *Os Cenci* (1819), *Adonais* (1821), etc⁶⁵.

⁶² Fonte: http://www.panoramio.com/user/2430227?photo_page=44&comment_page=4

⁶³ Informação acessível no Portal ICOM

DEM HIST, consultado em <http://demhist.icom.museum/shop/shop.php?detail=1255432597&lang=2>

⁶⁴ Informação acessível no Portal Poetry Foundation, consultado em <https://www.poetryfoundation.org/poets/john-keats>

⁶⁵ Informação acessível no Portal Poetry Foundation, consultado em <https://www.poetryfoundation.org/poets/percy-bysshe-shelley>

Esta casa foi a sua última morada de Keats, antes de falecer em 1821. Em 1903, a casa foi habitada por duas escritoras americanas, James Walcott Haslehurst e a sua mãe, estas procuraram restaurar a casa, mas a falta de verbas foi um obstáculo, em vez disso abrem as portas da residência aos curiosos da vida de Keats. Em 1903, um poeta americano, Robert Underwood Johnson, após uma visita à casa, reúne um grupo de literatos americanos residentes na cidade para os sensibilizar para a necessidade de conservação da memória de Keats. E, em 1906, a casa é adquirida pela recente formada Associação Memorial Keats-Shelly. Abre, oficialmente, ao público em 1909⁶⁷.



Figura 10 - Casa de Keats-Shelly⁶⁶

O conteúdo do museu vai desde curiosidades ligadas à vida e às obras de poetas românticos a uma biblioteca de literatura romântica com mais de 8 000 volumes. Ainda se encontra esculturas, mobiliário, pinturas, uma livraria, uma boutique e uma sala de cinema onde os visitantes podem visionar um filme introdutório sobre os poetas românticos. Os quartos e os

⁶⁶ Fonte: <http://www.keats-shelley-house.org/>

⁶⁷ Informação acessível no Portal Keats-Shelly House, consultado em <http://www.keats-shelley-house.org/>

A dinamização cultural e turística do património

terraços podem ser alugados. Também ocorre, no museu, palestras, exposições de arte, recitais de poesia e eventos de gala⁶⁸.

Outro exemplo nesta categoria é a Casa de Giacomo Leopardi (1798-1837), construída no século XVII, cidade de Recanati, na Itália. Giacomo Leopardi foi um influente poeta italiano, é o autor de obras tais como, *Zibaldone* (1817), *O Infinito* (1819) *Operação Moral* (1824), também conhecido pelas suas composições líricas tais como as *Operette Morali* (1827). A visita à casa Giacomo Leopardi inclui a Biblioteca Leopardi, a Montra “Giacomo dei libri”, a casa de “Silvia” e as adegas históricas⁶⁹.

A Biblioteca Leopardi reúne uma coleção de livros iniciada em 1812 pelo pai de Giacomo, este abriu, nesse mesmo ano, a sua biblioteca pessoal ao público. Tirando a biblioteca, o resto do edifício é habitado pela família Leopardi, portanto fechado ao público. A Montra “Giacomo dei libri”, instalada no antigo lugar de azeite do palácio, abriu ao público em 2012, esta expõe a importância simbólica e emocional deste lugar para Leopardi e o seu pai. Esta parte compreende seis áreas temáticas sobre o poeta, como também, móveis e objetos da família e placards multimédia, estes abordam assuntos, tais como, a Enciclopédia Metódica de Diderot e d’Alembert, A Nova Heloísa de Rousseau, entre outros⁷⁰.

Esta visita também nos leva à Casa de Teresa Fattorini ou casa de “Silvia”, amada de Leopardi. Esta casa abrigava, no primeiro piso, os antigos estábulos da família Leopardi e, no segundo piso, moravam os serviçais da família, esta abriu ao público em 2017. Esta visita oferece um itinerário segundo uma perspectiva particular: vista pelos olhos dos dois jovens e a descoberta da intimidade dos serviçais. Nas adegas históricas, construídas entre os séculos XVII e XVIII, é possível ver os equipamentos vinícolas originais e comprar vinhos da produção da família Leopardi. Este espaço ainda acolhe conferências e eventos culturais e gastronómicos⁷¹.

⁶⁸ Como anteriormente citado.

⁶⁹ Informação acessível no Portal casa Leopardi, consultado em <http://www.giacomoleopardi.it/giacomo-leopardi/>

⁷⁰ Como anteriormente citado.

⁷¹ Como anteriormente citado.



Figura 11 - Casa de Giacomo Leopardi⁷²

Na categoria “Residências da Beleza” são consideradas casas pelo seu valor artístico ou arquitetural, mais do que pelas pessoas que nelas viveram. Nesta categoria podemos citar o Palácio Spada em Roma, este abriga atualmente o Conselho de Estado e a Galeria Spada. É uma construção românica do ano 1540, elaborado pelo arquiteto Bartolomeo Baronino (1511-1554), para o cardinal Girolamo Capodiferro (1502-1559), que passou para a posse do cardinal Bernardino Spada (1594-1661), em 1632. Este pediu ao arquiteto Francesco Borromini (1599-1667) para reformar o edifício enquanto palácio⁷³.

O palácio apresenta uma galeria da coleção privada de Spada, tais como, pinturas, esculturas clássicas, mobília do século XVIII, etc. Podemos admirar, a partir do pátio interior, a famosa galeria em perspectiva *trompe-l'œil* de Borromini e uma estátua colossal de Pompeu. Em 1927, o Estado adquiriu o palácio para instalar o Conselho de Estado e abre a Galeria Spada. Abre ao público no mesmo ano⁷⁴.

⁷² Fonte: <https://www.casavacanzecastelnuovo.com/itinerario-giacomo-leopardi>

⁷³ Informação acessível no Portal Rome – Roma, consultado em <https://www.rome-roma.net/galerie-palais-spada.php>

⁷⁴ Como anteriormente citado.



Figura 12 - Palácio Spada⁷⁵

Outra categoria de destaque, que podemos referenciar, dentro das restantes, é aquela que envolve “Residências etno-antropológicas”, estas servem a curiosidade dos amantes da história e da arte. Dentro desta categoria iremos citar duas casas, o Trullo Casa Pezzola e os Apartamentos Reais de Borgo Castello. O primeiro exemplo situa-se em Alberobello, na Itália, é o Museu do Território “Casa Pezzola”, divulga a cultura material, as tradições populares e as relações culturais, como também, o património artístico e arquitetónico. É um museu que permite entender a identidade da vila onde se situa. É composto por 15 trulli ligados entre si, com um tour auxiliado de vários layouts sobre as origens da cidade, as construções secas típicas trulli, o mobiliário doméstico, o artesanato tradicional⁷⁶, documentação histórico-educacional, entre outros, ainda dispõe de uma área para exposições⁷⁷.

Os trulli mais antigos são os mais pequenos, datam do século XVIII e pertenciam ao médico Giacomo Pezzola. A Casa Pezzola, propriamente dita, foi edificada em 1780 e tornou-se uma das casas mais aristocráticas de então. O complexo é adquirido pelo Município de Alberobello, em 1986, que empreendeu obras de restauração para o devolver ao seu estado original⁷⁸. A partir da segunda metade do século XVIII os trulli começaram a suscitar o interesse de visitantes que ao longo dos anos aumentaram sobretudo quando, em 1910, são considerados Monumento Nacional (MN) e posteriormente, em 1996, Património Mundial da Unesco⁷⁹.

⁷⁵ Fonte: <https://www.flickr.com/photos/123745910@N06/21339185573>

⁷⁶ Informação acessível no Portal Alberobellocultura, consultado em <http://www.alberobellocultura.it/it/rete-museale/museo-del-territorio-ccasa-pezzolaq>

⁷⁷ Informação acessível no Portal Visit Costa dei Trulli, consultado em <http://www.costadeitruilli.org/en/region/alberobello-55/museo-del-territorio-previously-casa-pezzola-017.html>

⁷⁸ Informação acessível no Portal

⁷⁹ Informação acessível no Portal Alberobello Proloco, consultado em <http://www.prolocoalberobello.it/fr/cenni.html>



Figura 13 - O Museu do Território Casa Pezzolla⁸⁰

O segundo exemplo desta categoria situa-se em Venaria Reale, na Itália, e oferece uma experiência centrada na valorização do património histórico, natural e gastronómico. Entre 1658 e 1699 o arquiteto Amedeo di Castellamonte (1613-1683) edifica um novo complexo cenográfico real a pedido de Carlos Emanuel II (1634-1675) e Maria Joana Batista de Saboia (1644-1724), duques de Saboia. Este projeto envolveu a construção de um palácio, um parque, um bosque para a caça e um burgo de raiz. Daqui nasceram jardins italianos com jogos de esculturas, fontes, escadórios monumentais, terraços de níveis e jardins de patamares diferentes⁸¹.

A propriedade foi ocupada e descaracterizada por serviços militares, tanto pelas tropas de Napoleão, entre 1798 e 1998, como nas duas guerras mundiais. Segue-se um período de vandalismo até ser adquirida pela municipalidade. Este complexo é classificado Património Mundial da Unesco em 1997, entretanto iniciam-se as maiores obras de restauração empreendidas no património da Europa. Abre ao público em 2007⁸².

É uma edificação barroca, onde se descobre o Salão de Diane, a Grande Galeria e a capela de Saint-Hubert com estábulos do século XVIII, desenhados por Filippo Juvarra (1678-1736), o percurso de exposição, nos interiores, dedicado ao Ducado de Saboia, o burgo de Venaria e o parque da Mandria. O complexo é utilizado para exposições de arte, espetáculos, concertos, conferências, eventos gastronómicos, entre outros⁸³.

⁸⁰ Fonte: <http://www.vemprapuglia.com/2017/06/13/alberobello/>

⁸¹ Informação acessível no Portal La Venaria Reale, consultado em <http://www.lavenaria.it/fr/decouvrir>

⁸² Como anteriormente citado.

⁸³ Como anteriormente citado.

A dinamização cultural e turística do património

Nesta propriedade situam-se os Apartamentos Reais do Castelo da Mandria ou Borgo Castello, que foram edificadas de fachada com o castelo, neles viveram o rei Vítor Emanuel II (1820-1878) e Rosa Vercellana (1833-1885). Em 1882 até 1887, foi propriedade da família Medici del Vascello até ser adquirido, juntamente com todo o complexo do parque, pela municipalidade, em 1978, que cria a Organização de Gestão do Parque natural regional A Mandria. Os apartamentos contêm a decoração original, objetos de arte, tecidos preciosos, mobília, coleção de livros dos Saboia, etc⁸⁴.



Figura 14 - Apartamentos Reais do Castelo da Mandria⁸⁵



Figura 15 - Interiores, auditório⁸⁶

⁸⁴ Como anteriormente citado.

⁸⁵ Fonte: <http://www.lavenaria.it/es/explorar/castillo-de-mandria/breve-historia>

⁸⁶ Fonte: <http://www.lavenaria.it/es/explorar/castillo-de-mandria/los-apartamentos-reales>

Outros produtos turísticos relevantes para este estudo são as festividades culturais e temáticas e os eventos históricos recreativos, que têm vindo a adquirir um grande destaque na promoção turística. Muitas atividades culturais e recreativas são apelativas para o nosso estudo, pelo valor simbólico que atribuem ao passado e pela vertente educativa que daí pode brotar, como a perceção da evolução dos costumes e da urbanização. Um exemplo, a nível nacional, são as feiras e mercados ilustrativos do período romano, como a Braga Romana que conta com várias edições, e ainda, as feiras e mercados representativos da Época Média que ocorrem de norte a sul de Portugal⁸⁷. Outro exemplo, são as feiras Setecentistas que todos os anos animam algumas cidades, citaremos dois exemplos de seguida.

Desde 1996, em Santo Antão do Tojal, em Loures, uma reconstituição histórica Setecentista decora as ruas, retrata o reinado de D. João V e a construção do Convento de Maфра, e tem como objetivo assinalar o Dia Mundial do Turismo. Fazem parte um desfile a rigor, contadores de histórias, jogos tradicionais, danças palacianas, recitais de música e poesia, espetáculos musicais, etc.

Em Sintra, desde 2009, outra feira cultural recria, no largo do Palácio de Queluz, situações do quotidiano de Portugal Setecentista, nomeadamente momentos históricos do reinado de D. Pedro. Assiste-se a atividades interativas, duelos de esgrima, concertos musicais, artesões nacionais e estrangeiros, poesia barroca, etc. Os participantes aderem às centenas nestes eventos; são aguadeiros, criadas do paço, carvoeiros, lavadeiras, mendigos, barbeiros sangradores, saltimbancos, gaiteiros, ferreiros, vendedores de água e de carvão, taberneiros, artesões de pedra e de madeira, nobres, entre outros⁸⁸.

⁸⁷ Para consultar a lista de cidades onde ocorrem feiras e mercados medievais, aceder ao Portal Mercado Medieval, consultado em <http://mercadomedieval.pt/calendario-2013/>

⁸⁸ Informações acessíveis respetivamente nos endereços eletrónicos seguintes: <https://www.cm-loures.pt/artigo.aspx?displayid=356> e <http://www.sintraromantica.net/pt/agenda/321-feira-setecentista-de-queluz-2016>



Figura 16 - reconstituição histórica Setecentista, em Santo Antão do Tojal⁸⁹



Figura 17 - Feira Setecentista no largo do Palácio de Queluz⁹⁰

Ainda em Portugal, desde 2006, “Arouca, História de um Mosteiro: recriação histórica” oferece uma ampla dinamização cultural, de alguns dias anuais, em volta dos eventos mais críticos ocorridos nos séculos XVIII e XIX em Arouca. Estes eventos culturais têm contemplado centenas de figurantes para a encenação das invasões francesas, a recriação das lutas liberais, entre outros. Ainda fazem parte do espólio cultural, dramatizações, cortejos, concertos, visitas guiadas, recriação de ofícios, prova de doces conventuais, etc.

⁸⁹ Fonte: http://www.cm-loures.pt/Media/Microsite/microsite_visiteloures/index.html

⁹⁰ Fonte: <http://academia-do-saber.blogspot.pt/>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 18 – Quotidiano das religiosas no Mosteiro de Arouca⁹¹



Figura 19 - Cena de dramatização no Mosteiro de Arouca⁹²

⁹¹ Fonte: <https://www.facebook.com/recriacao.historica.arouca/>

⁹² Fonte: <https://www.facebook.com/recriacao.historica.arouca/>



Figura 20 – Tropas francesas nas ruas da cidade de Arouca⁹³

A nível internacional, podemos referir o Festival de Jane Austen na cidade de Bath, Inglaterra. Este reúne, desde 2001, centenas de participantes amantes dos romances de Jane Austen, num desfile de dez dias, com trajes do século XVIII. Este evento envolve teatro, saraus musicais, degustações, baile de máscaras, *tours*, palestras, danças, *workshops*, leitura dos romances, etc. Em 2014, o desfile foi premiado pelo Guinness World Records como “A maior reunião de pessoas vestidas com trajes da Regência”⁹⁴.



Figura 21 - O Festival de Jane Austen⁹⁵

⁹³ Fonte: <https://www.facebook.com/recriacao.historica.arouca/>

⁹⁴ Informação sobre o festival no Portal Jane Austen Festival, consultado em <http://www.janeaustenfestivalbath.co.uk/>

⁹⁵ Fonte: <http://www.lonelyplanet.com/news/2016/09/09/jane-austen-festival-bath-england>

Valorização histórica e arquitetônica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

Outro exemplo, a nível internacional, são os bailes barrocos no Palácio de Versailles, em França. Desde 2010, ocorre anualmente, o Grand Bal Masqué du Château de Versailles (Grande Baile Mascarado no Palácio de Versailles) e, desde 2014, a Fête Galante (Festa Galante). Tem uma grande adesão internacional, o primeiro envolve trajes barrocos, no entanto o ambiente é de música *pop* e *electro* e o segundo visa recriar o ambiente refinado e artístico dos saraus de Louis XIV ⁹⁶.



Figura 22 - Festa Galante no Palácio de Versailles⁹⁷



Figura 23 - Grande Baile Mascarado do Palácio de Versailles⁹⁸

⁹⁶ L. Brazidec (comunicação pessoal, 9, fevereiro, 2017).

⁹⁷ Fonte: <http://www.chateauversailles-spectacles.fr/en/spectacles/2016/fetes-galantes-2016-fancy-dress-evening-hall-mirrors>

⁹⁸ Fonte: <http://www.chateauversailles-spectacles.fr/spectacles/2017/le-grand-bal-masque-du-chateau-de-versailles>

Outra tipologia de produto turístico relevante, para o nosso estudo, envolve os itinerários temáticos. Estes têm sido abundantes nas ofertas culturais e turísticas para a dinamização regional. A nível internacional podemos referir La Route des Maisons d'Écrivains (Rota das Casas de Escritores) que nos faz viajar através várias cidades francesas onde moraram distintos escritores. Estas casas foram convertidas em museus, algumas propõem dinamizações culturais como exposições temporárias, espetáculos, encontros culturais e todas elas oferecem-nos a possibilidade de descobrir os seus interiores e os objetos pessoais dos escritores tais como mobilias, fotografias, gravuras, coleções de esculturas, arquivos, manuscritos, bibliotecas pessoais, gabinetes pessoais, jardins domésticos, entre outros.

Esta rota leva-nos primeiro a Normandia descobrir as residências de Maurice Leblanc (1864-1941), Victor Hugo (1802-1885), Pierre Corneille (1606-1684), Gustave Flaubert (1821-1880) e Jules Michelet (1798-1874). Depois elvanos até à Ilha de França descobrir as casas de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Émile Zola (1840-1902), Maurice Maeterlinck (1862-1949), Alexandre Dumas (1802-1870), Ivan Tourguéniev (1818-1883), François-René de Chateaubriand (1768-1848), Elsa Triolet (1896-1970) e Louis Aragon (1897-1982) e Jean Cocteau (1869-1963)⁹⁹.



Figura 24 - La Vallée-aux-Loups em Châtenay-Malabry, casa de François-René de Chateaubriand¹⁰⁰

⁹⁹ Mais informação sobre esta rota no Portal Route des Maison d'Écrivains, consultado em <http://www.routecrivains.fr/>

¹⁰⁰ Fonte: <http://www.routecrivains.fr/>



Figura 25 - Musée de Montmorency, casa de Jean-Jacques Rousseau¹⁰¹

A nível nacional, iremos referir alguns exemplos de seguida. O Roteiro Regional de Tormes, dos conselhos de Baião e Resende traduz-se num percurso dos cenários dos romances de Eça de Queiroz, como “A Cidade e as Serras”, “A Ilustre Casa de Ramires”, “Os Maias” ou ainda “O Crime do Padre Amaro”. É uma incursão aos cenários de ficção do escritor, este itinerário, que dura um dia, inicia em Tormes, passa por Resende, Santa Maria de Cárquere, S. Cipriano, Freigil, Porto Antigo, Ancede, Aregos e Santa Cruz do Douro¹⁰².



Figura 26 - Casa da Lagariça, inspiração para “A Ilustre Casa de Ramires”¹⁰³

A Rota das Aldeias Históricas de Portugal, da região da Serra da Estrela, oferece uma viagem aos tempos medievais, romanos e paleolíticos. Estas aldeias compõem a Associação de

¹⁰¹ Fonte: <http://www.routecrivains.fr/>

¹⁰² Informação sobre o roteiro no Portal e-Cultura, consultado em <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/19363>

¹⁰³ Fonte: <http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/19363>

A dinamização cultural e turística do património

Desenvolvimento Turístico, juntas promovem a dinamização turística da Rede Aldeias Históricas de Portugal, isto com pacotes temáticos, percursos de travessia, circulares ou urbanos, promoção de épocas festivas das próprias, artesanato, etc. Esta rota é composta pelas aldeias de Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso¹⁰⁴.



Figura 27 - Aldeia de Piódão¹⁰⁵



Figura 28 – Aldeia de Castelo Rodrigo¹⁰⁶

A Rota dos Cafés com História de Portugal engloba vinte-e-três cafés de norte a sul do país, uma rota que pretende contar um pouco da história de uma nação pelos seus velhos cafés,

¹⁰⁴ Mais informação sobre esta rota no Portal Aldeias Históricas de Portugal, consultado em <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>

¹⁰⁵ Foto da autora.

¹⁰⁶ Fonte: <https://www.facebook.com/ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL/photos/a.141290762628580/1692392910851683/?type=3&theater>

desde o tempo em que a entrada era proibida a mulheres ao primeiro café com frigorífico. Nesta rota percebe-se uma evolução social, cultural e tecnológica¹⁰⁷. Dos cafés com história em Portugal, são destacados nesta rota: Café Santa Cruz em Coimbra; Café A Brasileira e Café Vianna em Braga; Café Milenário e Tecto de Mercurio em Guimarães; Café São Gonçalo em Amarante; A Pastelaria Gomes em Vila Real; Majestic Café, Café Guarany, Café Aviz e Café Piolho, todos no Porto; Café Paraíso em Tomar; Café Nicola, A Brasileira do Chiado, Pastelaria Benard, Café Martinho da Arcada, Confeitaria Nacional, Pastéis de Belém e Pastelaria Versailles, estes últimos em Lisboa; Café Alentejano em Portalegre, Cadeia Quinhentista em Estremoz; Café Arcada em Évora; Café Calcinha em Loulé¹⁰⁸.



Figura 29 – Café Majestic, Porto¹⁰⁹

A Rota do Azulejo em/ *in* Braga centra-se no azulejo da Época Barroca no intuito de caracterizar a região. A Idade Moderna é a época de predileção desta rota, e Braga foi a cidade escolhida uma vez que detém um acervo substancial de azulejos barrocos que dão forma a momentos históricos do país. Esta rota conta um pouco da história da arte, inicia com elementos do século XVII, viaja pela narratividade e monumentalidade, passa pelo século XVIII e finda no período rococó. Os painéis de azulejos desta rota são principalmente em igrejas, conventos, casas nobres, capelas particulares ou ainda espaços recônditos¹¹⁰.

¹⁰⁷ Informação disponível no Portal P, consultado em <https://www.publico.pt/2016/11/14/local/noticia/a-historia-da-vida-em-portugal-contada-pelos-cafes-1750883>

¹⁰⁸ Informação consultada em <https://www.facebook.com/rotadoscafescomhistoria/>

¹⁰⁹ Fonte: <http://www.viajecomigo.com/2014/06/14/rota-dos-cafes-com-historia-portugal/>

¹¹⁰ Informação extraída do Portal Azulejo, consultado em <http://www.centroatl.pt/titulos/artes/azulejoembraga/index.html>



Figura 30 - Capela de S. Geraldo da Sé Catedral de Braga, Rota do Azulejo em/ *in* Braga¹¹¹



Figura 31 - Painéis azulejares musealizados da escadaria nobre do Convento do Pópulo, Rota do Azulejo em/ *in* Braga¹¹²

¹¹¹ Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1a/Capela_de_S%C3%A3o_Geraldo_05.JPG

¹¹² Fonte: <https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/tag/azulejaria>

PARTE II – OS ESPAÇOS RESIDÊNCIAS DE BRAGA (SÉCULOS XVI-XVIII). PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS, FONTES E METODOLOGIA

1. O contexto: formação da cidade Moderna de Braga

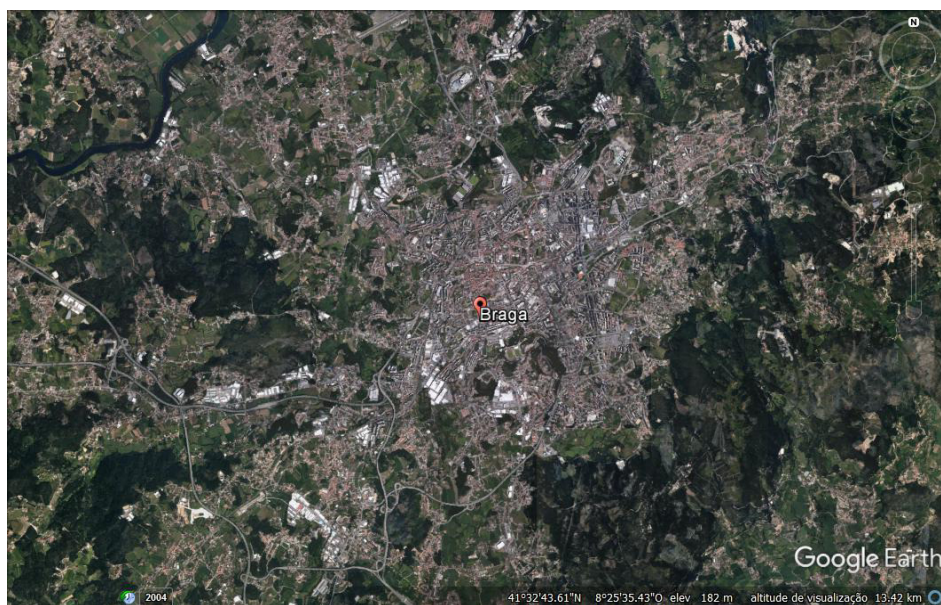


Figura 32 - Fotografia aérea atual de Braga¹¹³

A cidade de Braga possui um longo passado, com mais dois mil anos de história urbana, circunstância que lhe permitiu ser titular de um vasto património. A urbe de Braga e o seu grande património são o resultado de várias ocupações ao longo dos séculos. Segundo Ribeiro (2008: 21) “ [...] a cidade constitui um lugar privilegiado de criação e conservação de memórias materiais, fruto de diferentes tempos e experiências [...] ”, à medida que, metamorfoses alteraram os testemunhos do seu passado.

No entanto, a cidade de Braga conserva ainda muitos vestígios que permitem documentar a sua história ocupacional e evolução urbana. Fundada no século I a.C., por Octávio César Augusto, primeiro imperador romano, do qual recebe o nome de *Bracara Augusta*, a cidade cedo se assume como uma importante urbe, nomeadamente como capital do *conventus bracaraugustanus* com funções administrativas, judiciais, financeiras, militares e religiosas, mas também, com um governo próprio (Ribeiro, 2008: 214-150). A sua primeira forma urbana, definida segundo um plano ortogonal, facilitado pelas condições topográficas e pela ausência de

¹¹³ Fonte: Google Earth

estruturas urbanas anteriores, possuía o seu centro nevrálgico – o fórum romano – no atual Largo Paulo Orósio, nas proximidades do qual se situavam as grandes termas públicas do Alto da Cidade ou o teatro. Ao longo dos séculos I e II a cidade foi dotada de equipamentos públicos e privados que a transformaram numa cidade monumental, elevada a capital da Galécia, entre finais do século III e inícios do século IV, período em que é cercada por uma poderosa e robusta muralha defensiva (Ribeiro, 2008: 219-220).

Apesar das vicissitudes registadas ao longo da Antiguidade Tardia, Braga afirma-se como sede de bispado e capital do reino suevo, no século V, assim como importante centro religioso e cultural entre os séculos IV e VII (Fontes, *et al.*, 2010: 255-258).

Todavia, a partir deste período, a cidade regista significativas alterações morfológicas que irão ditar, nomeadamente, a redução do seu perímetro urbano, assistindo-se, no entanto, à emergência de aglomerados urbanos periféricos, em torno das basílicas paleocristãs que, por sua vez, darão origem às paróquias medievais de S. Vítor, S. Vicente e S. Pedro de Maximinos (Ribeiro, 2008: 300-301).

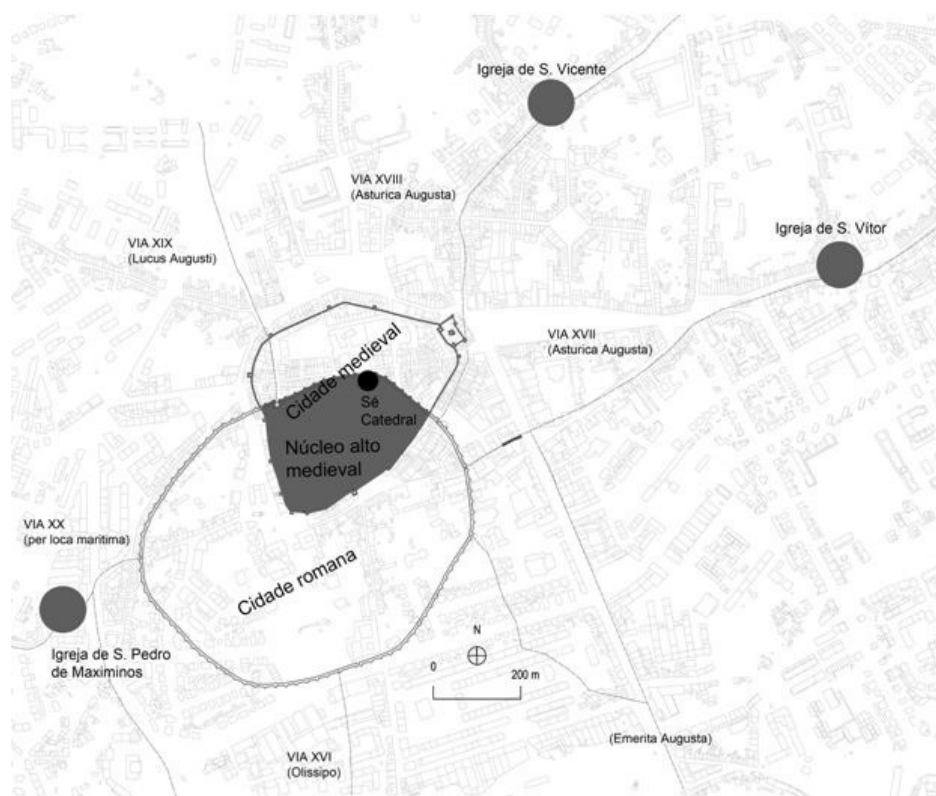


Figura 33 – Braga, entre o período romano e Idade Média¹¹⁴

¹¹⁴ Ribeiro, 2009/2010: 190.

Ao longo da Alta Idade Média, a cidade irá estabelecer-se apenas no quadrante nordeste de *Bracara Augusta*, reaproveitando alguns dos espaços anteriores, bem como a parte norte da muralha romana. A marcar o renascimento urbano medieval de Braga regista-se a consagração da Sé Catedral, em 1089, bem como as ações levadas a cabo pelo primeiro Bispo, D. Pedro (1070-1091) e as políticas empreendidas pelos primeiros soberanos de Braga, no reforço e consolidação da importância da cidade e da arquidiocese de Braga (Ribeiro, 2008: 205-318).

Comparativamente ao período romano, a cidade alto medieval reduz significativamente a sua área urbana. Todavia, a partir dos finais do século XIV regista-se um aumento da área amuralhada, que passa a incluir o castelo medieval, a nordeste, bem como os espaços urbanizados a norte (Ribeiro, 2008: 329). Refira-se, igualmente, que alguns dos espaços e arquiteturas da cidade medieval integram a lista de património edificado da cidade, nomeadamente a Sé, os paços arquiépiscopais, a torre de menagem do castelo medieval, entre outros.

Um dos grandes momentos de transformação urbana de Braga ocorreu nos inícios da Idade Moderna. Na verdade, a convergência de um conjunto de fatores, nomeadamente o aumento demográfico, o crescimento económico, a conjuntura nacional favorável, bem como a atuação de D. Diogo de Sousa (1461-1532) contribuíram de forma significativa para uma alteração da forma urbana da cidade nos inícios do século XVI (Bandeira, 2000a; Bandeira, 2002; Bandeira, 2006; Ribeiro, 2008).

De facto, um dos grandes protagonistas das alterações urbanísticas de Braga, na Idade Moderna, foi o arcebispo D. Diogo de Sousa que governou a cidade entre 1505-1532. A sua atuação pautou-se pela implementação de um conjunto de alterações urbanas que visaram o melhoramento da vida urbana, nomeadamente ao nível das infraestruturas, desde as ruas, praças ao sistema de abastecimento de água, da racionalização da circulação intramuros, mas também da definição das linhas mestres do seu crescimento urbano periférico, assim como da sua renovação arquitetónica (Bandeira, 2000a). Na área extramuros regista-se a abertura de sete campos ligados por ruas, mas também a abertura de uma nova porta na muralha medieval, permitindo deste modo o prolongamento da Rua Nova de Sousa, também por ele mandada urbanizar, tornando-se no protagonista de uma inovação do Renascimento, através da criação de uma rua principal retilínea (Bandeira, 2000b: 137).



Figura 34 - D. Diogo de Sousa, o urbanista¹¹⁵

A intervenção urbana de D. Diogo de Sousa possibilitou, desta forma, o crescimento e renovação urbana de Braga durante a Idade Moderna, período em que se assiste a uma duplicação da população e uma ampliação da cidade, intra e extramuros, através do aumento de construções e espaços de circulação que permitem, nomeadamente, ligar a cidade à periferia, definindo a base do plano radioconcentrico que a cidade foi desenvolvendo até ao século XX. A concorrer para este cenário regista-se igualmente perda da função militar da muralha medieval (Ribeiro, 2009/2010: 195).

As grandes alterações urbanas ocorridas no século XVI encontram-se registadas na primeira ilustração iconográfica de Braga, datado de 1594, vulgarmente conhecido por o Mapa de Braunio, de Georg Braun (Bandeira, 2000a). Os conventos e recolhimentos se multiplicariam pelos novos espaços abertos por D. Diogo de Sousa. Além disso, Braga, na Idade Moderna, também foi uma cidade abastada de comerciantes de tecidos, velos, sinos, ourivesarias, talha etc. (Oliveira, E. P., 1982: 32-34).

Entre os novos espaços surgidos extramuros destacam-se os largos ou campos, nomeadamente o Campo dos Remédios, o Campo da Vinha, o Largo das Carvalheiras, o Campo de Sant Ana, o Campo de Santiago, o Largo Senhora-a-Branca, mas também edificações tais como a Arcada, a Igreja Senhora-a-Branca, a capela-mor da Sé e túmulos reais, cruzeiros e

¹¹⁵ Bandeira, 2000a: 55.

várias capelas, o Colégio S. Paulo, fontenários, o Paços de Conselho (hoje destruído), o Arco da Porta Nova, a Casa dos Coimbras ou a ampliação do Hospital de S. Marcos. Igualmente ruas novas se desenham como a Rua de S. Marcos, a Rua dos Biscainhos, a Avenida de S. Miguel-o-Anjo, a Rua do Alcaide, a Rua do Anjo, a Rua de São Lázaro, a Rua dos Granjinhos, a Rua dos Capelistas, a Avenida Central, a Rua de S. João, a Rua Nova de Sousa, entre outras. (Oliveira, E. P., 1982: 25-31).

A documentar as características urbanas e arquitetónicas de Braga entre os séculos XVII e XVIII, surgem novas ilustrações iconográficas, nomeadamente, o Mapa das Ruas de Braga (MRB) de 1750 elaborado pelo Padre Ricardo Rocha e o *Mapa da Cidade de Braga Primas*¹¹⁶, de 1755, elaborado por André Soares (Ribeiro, 2008: 191-192).

A cidade Moderna de Braga irá atingir o seu ponto áureo com a adoção dos modelos da cidade barroca que dominarão o cenário urbano bracarense a partir do século XVIII. Paralelamente à influência dos arcebispos, destaca-se a atuação dos arquitetos bracarenses André Soares, Carlos Amarante (1748-1815), e ainda do arquiteto português Manuel Fernandes da Silva (1693-1751). A vida e obra destes arquitetos têm sido objeto de alguns trabalhos importantes, nomeadamente André Soares (E. Oliveira, 2011).

Na realidade, a cidade de Braga foi profundamente marcada pelos ideais barrocos, designadamente na arquitetura e no urbanismo. Uma parte significativa das obras barrocas, designadamente, igrejas e palácios, ainda se conservam atualmente como testemunhos da importância do barroco bracarense.

André Soares atuou em várias cidades do país, em obras de arquitetura, talha, ferro, desenho e cartografia, usava o estilo joanino e posteriormente o rococó e o tardobarroco¹¹⁷. As suas influências do rococó provieram do arcebispo D. José de Bragança, sendo este o primeiro a levar o rococó a Braga (Oliveira, E. P., 2011, vol. I: 237). Nas palavras de Correia (2009: 24), André Soares seria "um dos expoentes da arquitetura portuguesa na segunda metade do século XVIII no norte de Portugal [...]". Este arquiteto fez da cidade de Braga o Ex-Libris do barroco em Portugal, e isto observa-se nos principais monumentos de destaque que a cidade possui. Revolucionou a forma de se desenhar retábulos, de conceber, recobrir e redesenhar os edifícios civis ou religiosos (Oliveira, E. P., 2011, vol. I: 83).

¹¹⁶ Que daqui em diante passaremos a designar de *Mapa de Braga Primas*.

¹¹⁷ Para uma informação mais detalhada acerca das obras de André Soares recomenda-se *André Soares e o Rococó do Minho*, vol. I-IV, de Eduardo de Oliveira, publicado em 2011.

O contexto: formação da cidade Moderna de Braga

Carlos Amarante, também arquiteto de algumas obras substanciais em Braga, deixou a sua pegada pelo país na engenharia de pontes e estradas, em design como criador de móveis, entre outros domínios artísticos. Em boa verdade, deixou importantes obras religiosas e civis à cidade de Braga, onde se reconhece a sua evolução do rococó ao estilo neoclássico¹¹⁸. Teve mão em grande parte das obras ocorridas aquando da renovação urbana de 1769 da cidade de Braga e foi designado como responsável-mor dessas mesmas (Oliveira, E. P., 2014: 32).

Manuel Fernandes da Silva foi dos maiores nomes do barroco bracarense, a arte deste arquiteto prosperou na talha, no azulejo, na pintura e na escultura. O seu testemunho na cidade de Braga reflete-se na arquitetura religiosa e civil. Manuel da Rocha (1996: 196) afirma “Foi um arquitecto a quem os espaços centralizados eram familiares. Em formas simples, de contornos gizados pela rigidez das linhas rectas e curvas sem sobressaltos [...]”, ainda denota nas suas obras uma apetência para a linguagem decorativa (Rocha, 1996: 199).

Alguns dos edifícios que integram a cidade atual ainda conservam as características arquitetónicas e topológicas dos inícios da Idade Moderna, designadamente os que foram edificadas nas novas artérias que surgem no exterior da muralha medieval, mas também em zonas intramuros (AAVV, 1989/91; Bandeira 2000b; Ribeiro, 2009/2010: 197).

2. A problemática: valorização do património construído. As residências da Época Moderna

Ao longo dos anos, muitas casas nobres viram o seu valor patrimonial desperdiçar-se devido a causas tais como o estado de deterioração, o abandono, a delapidação, a adulteração, a desanexação, a venda, a destruição, entre outros. Torna-se, pois, urgente conservar para não deixar os edifícios chegarem a um estado de degradação alarmante e irrecuperável. Para isso, a valorização do património parece o caminho adequado. O primeiro passo seria registar as construções para adquirirem estatutos de proteção, nomeadamente para prevenir a sua destruição. O segundo passo envolve ações práticas como intervenções arquitetónicas e revitalizações.

Ao digitar o título “património abandonado” no *Google* Imagens, deparamo-nos com vários casos e tipos de bens patrimoniais abandonados em Portugal, a título de exemplo, o Palácio de Midões em Tábua, o Palácio do Rei do Lixo em Coima, o Palácio do Farrobo em Vila Franca de

¹¹⁸ Ferreira, R. (2015). Dois séculos após o seu desaparecimento: Recordar Carlos Amarante. *Diário do Minho*, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://jovemcoop.blogspot.pt/2015/01/trilhos-bragueses-recordar-carlos.html>

Xira, o Palacete Rosa Pena em Espinho, o Palacete Villa Sousa no Lumiar, a Casa do Relógio em Foz do Douro, entre outros.

Nestes casos de desvalorização encontramos vários construídos nos séculos em estudo neste trabalho, a título de exemplo: o Palácio Valflores, em Loures, exemplo da arquitetura civil do século XVI, atualmente alvo de um projeto de restauro para torná-lo visitável, foi considerada em 2015 um dos monumentos mais ameaçados na Europa pela Europa Nostra¹¹⁹; a Quinta do Duque em Apriate, Vila Franca de Xira, construção original do século XVIII, com instalações utilitárias e zonas de lazer, considerado o primeiro edifício introdutor da linha neoclássica, atualmente descaracterizado devido ao abandono; a Quinta do Esteiro Furado em Montijo, construção do século XVIII, propriedade envolve uma casa, capela e praia privativa, atualmente em ruínas e saqueado; ou a Casa Rolão em Braga, um dos melhores exemplos de preservação do rococó, do século XVIII, atualmente parcialmente revitalizada, entre outros.

A sensibilização para a proteção e salvaguarda do património é fundamental para valorizar o património “esquecido” e em risco. É necessário por em prática o inventário e registo das casas com valor patrimonial, uma vez que são os processos em vigor para o tratamento do património que carece de valorização. Ainda assim, verificou-se que os processos que envolvem a classificação nem sempre resultavam a bem, pois alguns bens patrimoniais após usufruir de uma proteção legal não foram salvos da ruína ou até da demolição. Em alguns casos, este processo por si só não foi suficiente. Talvez uma intervenção rápida e uma revitalização, após a proteção legal adquirida, sejam fundamentais para precaver eventuais descatos.

Projetos como O Projeto Revive – Reabilitação, Património e Turismo são um exemplo estratégico para uma rápida ação para agilizar os processos de rentabilização e preservação do património. Este projeto propicia o património ao investimento privado para desenvolvimento de projetos turísticos, através da realização de concursos públicos¹²⁰.

A investigação documental é o ponto de partida para uma consciencialização da pertinência do património e sua conservação. Muitos estudos patrimoniais são produzidos ao longo dos anos por eruditos, contudo a divulgação e a partilha destes ensaios são uma mais-valia para o processo de valorização cultural ou patrimonial. A título de exemplo, a *Casa Nobre: um Património para o Futuro* conta já alguns congressos internacionais, onde se partilha e divulga

¹¹⁹“Câmara de Loures aprova Câmara de Loures aprova projeto para recuperação do Palácio Valflores” (2016). *Diário do Minho*. Consultado em novembro 16, 2017, em <http://www.dn.pt/sociedade/interior/camara-de-loures-aprova-projeto-para-recuperacao-do-palacio-valflores-5501364.html>

¹²⁰ Mais informação no Portal a.muse.arte, consultado em janeiro 3, 2017, em <https://amusearte.hypotheses.org/1675>

investigação documental sobre casos específicos. As temáticas destes estudos envolvem: Memória Histórica: História da Família, Genealogia, Documentação Familiar e Heráldica; Arquivos e documentação familiares; Património Construído: estudos, defesa e valorização; Turismo e Desenvolvimento Regional¹²¹.

No caso da cidade de Braga, bastante património edificado encontra-se classificado. Existem exemplos de boas recuperações para fins culturais, tais como a Torre de Menagem, a torre do Museu da Imagem, o estaleiro cultural Velha-a-Branca, bem como palacetes e casas antigas, nomeadamente o Palácio dos Biscainhos, a casa Museu Nogueira de Silva, a casa da Galeria Mário Sequeira, o Palácio do Raio, etc. Porém outros exemplos espelham a problemática do abandono, destruição e adulteração, designadamente, a casa Correia da Cunha, a Casa Castelo de Guadalupe, o Teatro São Geraldo, entre outros.

Podemos ainda mencionar alguns casos de património com proteção legal que sofreram atentados em Braga, tais como, destruição, adulteração ou abandono, sendo estes: a Casa da Orge, construída em 1735, registada em 2002 numa tentativa de classificação¹²², mas procederam à sua demolição em 2007 para dar lugar a um edifício, já o que restou da fachada principal e do portal foram reconstruídos noutra local; a Casa da Naia, construção entre os finais do século XVII ou inícios do século XVIII, foi classificada como IIP em 1977¹²³, e está num estado avançado de destruição; entre outros¹²⁴.

¹²¹ Informação disponível no Portal Casa nobre, consultado em outubro 20, 2017, em <https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/>

¹²² A proposta de classificação pode ser contemplada no Portal SIPA, consultado em fevereiro 15, 2017, em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17158

¹²³ O registo de classificação pode ser contemplado no Portal SIPA, consultado em fevereiro 15, 2017, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73978/>

¹²⁴ Mais casos de destruição do património em Braga podem ser descobertos no Portal Entre Aspas, consultado em fevereiro 15, 2017, em <http://www.aspa.pt/entreaspas/ea20030519.htm>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 35 - Casa da Orge antes da destruição¹²⁵



Figura 36 - O pórtico e partes da fachada da Casa da Orge após a destruição¹²⁶



Figura 37 - Casa da Naia antes do estado de degradação presentemente¹²⁷



Figura 38 - Foto aérea da Casa da Naia em estado de degradação¹²⁸

A Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASPA), com sede em Braga, foi criada em 1977, tem como área prioritária de intervenção o distrito de Braga e Viana do Castelo. As suas atividades debruçaram-se não só na defesa da cidade romana de *Bracara Augusta* e na reintegração do Mosteiro de Tibães no património nacional, como ainda na recuperação da revista *Mínia*, também editou livros, opúsculos, catálogos, roteiros e desdobráveis¹²⁹. Entretanto instruiu processos de classificação, dos quais classificados: Sete Fontes, Paços do Concelho de Braga, Estádio 1º de Maio, Capela de Guadalupe e Bom Jesus do Monte¹³⁰. Procedeu à salvaguarda de núcleos documentais e patrimoniais, e de especial destaque para o nosso estudo, colocaram nos últimos anos desafios à câmara municipal no âmbito da

¹²⁵ Fonte: Fórum Bracarae, consultado em dezembro 15, 2017, em <http://forum.bracarae.com/viewtopic.php?p=51671>

¹²⁶ Fonte: consultado em dezembro 20, 2017, em <http://forum.bracarae.com/viewtopic.php?p=51671>

¹²⁷ Fonte: Portal Braga, consultado em dezembro 15, 2017, em <https://www.cm-braga.pt/es/1201/conhecer/historia-e-patrimonio/patrimonio-cultural/patrimonio-edificado/item/item-1-621>

¹²⁸ Fonte: *Google Earth*.

¹²⁹ Informação acessível no Portal ASPA, consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://www.aspa.pt/>

¹³⁰ Como citado anteriormente.

A problemática: valorização do património construído. As residências da Época Moderna

valorização do património e realizaram um inventário histórico e arquitetónico do edificado urbano e do património rural significativo¹³¹.

A ASPA (2016) tem difundido os atentados ao património ocorridos em Braga, como demolições ou anúncios de obras inquietantes, tanto de fachadas de edifícios históricos como de interiores de habitações históricas. Em 2016, foi promovido por Braga a *II Convenção Nacional do Património Cultural* na qual foram elaboradas políticas de território para os municípios com Centro Histórico, visando: “ [...] a educação para a preservação do património; a arquitetura e o urbanismo, a reabilitação dos interiores e o estudo e conservação de vestígios artísticos e arqueológicos; a qualificação do ambiente urbano e a gestão sustentável do espaço público; a participação cívica e a cooperação institucional no âmbito da reabilitação urbana”¹³².

No entanto continuam a ocorrer ações contrárias aos princípios assinados pelos municípios com Centro Histórico; o facto é que o regulamento de intervenção sobre o centro histórico de Braga é bastante permissivo¹³³, isto devido às políticas públicas, sendo assim, as destruições e adulterações de bens patrimoniais continuam temáticas atuais. A ASPA acentua a culpa na Direção Regional de Cultura Norte (DRCN)¹³⁴, pela escassez de condicionantes por ela impostas¹³⁵.

Os cidadãos de Braga manifestam, no geral, preocupação pelo património da cidade, através de *blogs* e fóruns de debates abertos, particularmente o *blog* Bragamaior¹³⁶ e o *blog* Braga+¹³⁷. Várias entidades participam na ação da preservação da identidade de Braga, ou pela divulgação do património ou com ações direcionadas para a sua preservação, como por exemplo, a associação Braga+¹³⁸, ou ainda a plataforma visual de partilha de levantamentos arquitetónicos de edifícios históricos, isto é, a Coleção de Levantamentos de Património (CoLePa). Esta última, desenvolvida pelas unidades curriculares do curso de Arquitetura da Universidade do Minho,

¹³¹ ASPA (2017, fevereiro 6). ASPA: uma associação indomada e indomável. *Diário do Minho*, consultado em fevereiro 7, 2017, em https://3.bp.blogspot.com/-rkVdBab76mE/WJkEstwWrGI/AAAAAAAAADP4/FqDynjnXn-EQD_R4fVgj1w2mi_7lkxSfwCLcB/s1600/dm170206%2B-%2BEA%2B.jpg

¹³² ASPA (2016). Reabilitação de edifícios históricos em Braga. *Diário do Minho*, consultado em junho 19, 2017, em <http://aspa35anos.blogspot.pt/2016/05/entre-aspas-reabilitacao-de-edificios.html>

¹³³ Informação acessível no Portal Braga, consultado em setembro 20, 2017, em <https://www.cm-braga.pt/pt>

¹³⁴ Informações acerca da DRCN disponíveis no Portal Cultura Norte, consultado em setembro 19, 2017, em <http://www.culturante.pt/pt/>

¹³⁵ ASPA (2016). Reabilitação de edifícios históricos em Braga. *Diário do Minho*, consultado em junho 19, 2017, em <http://aspa35anos.blogspot.pt/2016/05/entre-aspas-reabilitacao-de-edificios.html>

¹³⁶ O *blog* pode ser acedido pelo Portal Bragamaior, consultado em setembro 18, 2017, em <https://bragamaior.blogspot.pt/>

¹³⁷ Braga+ é uma associação que promove a cultura, património e cidadania, pode ser acedido no Portal Braga+, consultado em setembro 18, 2017, em <http://bragamais.blogspot.pt/p/sobre-nos.html>

¹³⁸ Informação sobre a atividade desta associação acessível no Portal Braga+, consultado em setembro 18, 2017, em <http://bragamais.blogspot.com/>

pretende a divulgação e valorização do património edificado português através do levantamento e recolha documental¹³⁹.

No nosso entender, para a valorização patrimonial ter melhor impacto a nível prático, tem necessariamente de existir um labor em quatro frentes: no conhecimento, estudando a história e conhecendo o património por meio de investigação; na cultura, contribuindo para a valorização e preservação da cultura através de iniciativas culturais mas também educativas, nomeadamente acerca das lacunas no domínio político; no património, valorizando e promovendo a conservação deste fomentando a sua defesa não só no intuito da salvaguarda da identidade cultural mas também pela responsabilidade perante as gerações futuras; na cidadania, sensibilizando e educando os cidadãos para um papel mais ativo e responsável nos assuntos culturais.

3. Objetivos

Tal como referido, o património de alguns espaços históricos construídos permanece, em muitos casos, por valorizar. A adoção de algumas estratégias de dinamização, tais como atividades culturais e recreativas, permitem potencializar a importância histórica, arquitetónica e cultural destes espaços e de igual modo da cidade ou região em que se inserem. Todavia, para uma adequada valorização é necessário estudar e conhecer estes espaços, seja na sua dimensão histórica, designadamente, as vicissitudes que conheceram ao longo do tempo, seja na sua dimensão arquitetónica, resultante das diferentes fases artístico-culturais, seja nos respetivos processos de construção.

Importa igualmente avaliar as várias estratégias de dinamização cultural e turística, nomeadamente a criação de centros de interpretação, onde podemos envolver, simultaneamente, museus temáticos, exposições, atividades educativas e roteiros, que possam emancipar o valor patrimonial destes espaços. Trata-se da criação de produtos culturais que estimulem o conhecimento, mas também o turismo e a economia regional, constituindo-se juntamente uma mais-valia no processo de consciencialização e uma valorização do património pela própria população.

Deste modo, este trabalho procura igualmente promover a interligação entre o património e o turismo cultural, dando forma a um conceito que envolve a programação da dinamização de

¹³⁹ Informação acerca da CoLePa no Portal Universidade do Minho, consultado em dezembro 20, 2017, em <http://www.arquitectura.uminho.pt/Default.aspx?tabid=16&pageid=438&lang=pt-PT>

espaços históricos construídos, de modo a otimizar o seu potencial turístico através da valorização histórica e cultural que estes detêm.

Assim sendo, o principal objetivo deste trabalho é valorizar a história e a arquitetura de espaços residenciais da cidade de Braga, da Época Moderna (séculos XVI-XVIII), bem como propor estratégias para a sua dinamização cultural e turística. Neste sentido, definiram-se igualmente vários objetivos específicos, nomeadamente:

- Aferir a importância histórica e arquitetónica de uma seleção de espaços residenciais da Idade Moderna, atualmente integrados no centro histórico da cidade em Braga, que se encontram inabitadas ou parcialmente habitadas;
- Analisar diferentes estratégias de dinamização e valorização cultural aplicadas a diversos contextos e realidades nacionais e internacionais, bem como o seu potencial cultural e turístico;
- Propor estratégias de dinamização cultural e turística que possam servir a valorização patrimonial e turística, das habitações da Época Moderna de Braga;
- Sensibilizar para o potencial do património inabitado ou parcialmente utilizado, constituído pelas residências de época, com valor histórico e arquitetónico.

4. Fontes e metodologia de análise

A concretização dos nossos objetivos incluiu, numa primeira etapa, um conjunto de estudos relacionados com o estado da arte e o enquadramento teórico, tendo em vista aferir nomeadamente as várias estratégias de dinamização cultural e turística do património construído, particularmente os espaços residenciais da Época Moderna. Procurou-se, desde modo, avaliar o impacto e a viabilidade de estratégias de dinamização cultural e turística através da análise de casos de estudo de sucesso nacionais e internacionais.

Posteriormente, tendo em vista à valorização histórica e arquitetónica dos espaços residenciais Modernos de Braga, começamos por enquadrar, do ponto de vista histórico e cultural, o período cronológico em que surgem estas residências, tendo em conta as principais características urbanísticas e morfológicas da cidade de Braga na Época Moderna. Para isso foi igualmente necessário analisar as principais características da arquitetura da Idade Moderna de Braga, de modo a identificar e diferenciar as particularidades arquitetónica das casas construídas neste período, por forma a individualizar, no caso concreto, as residências com valor histórico e arquitetónico de Braga, isto é, as casas construídas sob os ideais tanto renascentistas, como do barroco e neoclássico.

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

No âmbito deste processo tornou-se fundamental recorrer a um conjunto de fontes histórico-documentais, nomeadamente à iconografia e cartografia histórica, decisivas na compreensão da evolução do tecido urbano de Braga e da urbanização e arquitetura das ruas, praças e edifícios da Época Moderna. Destas destaca-se a primeira ilustração produzida para Braga intitulada *Bracaræ Avgvste descriptio* e vulgarmente conhecido por Mapa de Braunio, datado de 1594. Este mapa determina o edificado existente no início da Época Moderna e as reformas empreendidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa na urbe. Apesar da falta de rigor cartográfico, esta iconografia constitui uma referência primordial para o estudo da morfologia de Braga, pelo facto de ser a primeira representação desta e oferecer vários detalhes para a compreensão do tecido urbano dessa época e da anterior (Bandeira, 2000b; Ribeiro, 2008: 190-191).



Figura 39 - Mapa de Braunio, de 1594¹⁴⁰

Refira-se, também, o MRB, datado do ano de 1750, atribuído ao Padre Ricardo Rocha, de grande valor iconográfico e cadastral, tratando-se, na realidade de um livro, que contém o desenho dos edifícios que compõem as fachadas de algumas ruas da cidade nos seus vários fólios (Bandeira, 2000b; Ribeiro, 2008: 191-192).

Foi executado para registar as propriedades pertencentes ao Cabido, não representando todas as artérias e respetivos alçados. No entanto, é um documento fulcral para entender o

¹⁴⁰ Fonte: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM).

urbanismo e arquitetura da cidade de Braga em meados do século XVIII, estabelecendo a relação entre os imóveis representados e os contratos de emprazamento efetuados ao Cabido de Braga (Bandeira, 2000b: 158).

Este documento foi objeto de uma publicação onde precisamente se procede à sua análise, bem como à relação existente entre o desenho e os contratos de emprazamento constantes do *Índice dos Prazos das Casas* (IPC) (4 volumes) do cabido de Braga (AAVV 2000). Esta última publicação foi essencial para determinar, com maior precisão e quantidade, os edifícios existentes nessa época e aqueles que vieram a ser construídos num momento posterior. Os registos que acompanham este mapa foram de igual modo enriquecedores para o nosso estudo, nomeadamente, para a reconstituição da história das famílias que habitaram as propriedades visadas no nosso trabalho.

Igualmente importante é o *Mapa de Braga Primas*, de 1755, da autoria de André Soares, que reproduz com alguma exatidão o espaço urbano de Setecentos e permite obter informações para o estudo da morfologia da urbe (Ribeiro, 2008: 192). Este mapa encontra-se incompleto e não apresenta uma delimitação exata, todavia uma legenda acompanha-o e oferece informações toponímicas.



Figura 40 - *Mapa de Braga Primas*, de 1755¹⁴¹

¹⁴¹ Fonte: Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda.

Importa igualmente destacar um conjunto de mapas contemporâneos resultantes de estudos sobre os séculos em análise e mapas da urbe atual, que constituíram, igualmente, tal como a iconografia, uma base primordial para o estudo e compreensão da evolução da urbe, sobretudo para identificar as ruas desenvolvidas na Idade Moderna, como também, o edificado que ganhou forma nos séculos XVI, XVII e XVIII e que permanece atualmente na urbe. Estes também permitiram também identificar algumas intervenções ocorridas no edificado ao longo dos séculos. Na realidade, o levantamento e registo das casas da Idade Moderna, que ainda permanece na urbe atual, basearam-se nas ruas e praças que tiveram um desenvolvimento considerável na Época Moderna.

Deste conjunto de mapas contemporâneos destacam-se o “Mapa das vias com génese entre 1070-1505 que evoluíram na Idade Moderna”; o “Mapa das vias abertas por D. Diogo de Sousa entre 1505-1532”; o “Mapa das vias abertas durante a Contra-Reforma entre 1532-1725” e o “Mapa das vias que tiveram um crescimento aquando do barroco tardio entre 1725-1850” elaborados por Eduardo Pires de Oliveira, Eduardo Souto Moura e João Mesquita (1982: 20-45), e que apresentamos em anexo a este trabalho.

Refira-se, ainda, o “Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga” elaborado em 2006 por Ricardo Graça, que representa uma cartografia da datação dos imóveis do núcleo medieval de Braga. Este inventário foi determinante na datação de algum edificado em estudo no nosso trabalho, isto para a discriminação de construções antecedentes, mas também posteriores, aos séculos em estudo neste trabalho, e para a elaboração do nosso inventário dos espaços construídos da Idade Moderna. Este mapa também se revelou um auxílio na identificação de intervenções posteriores às construções originais do tecido urbano.

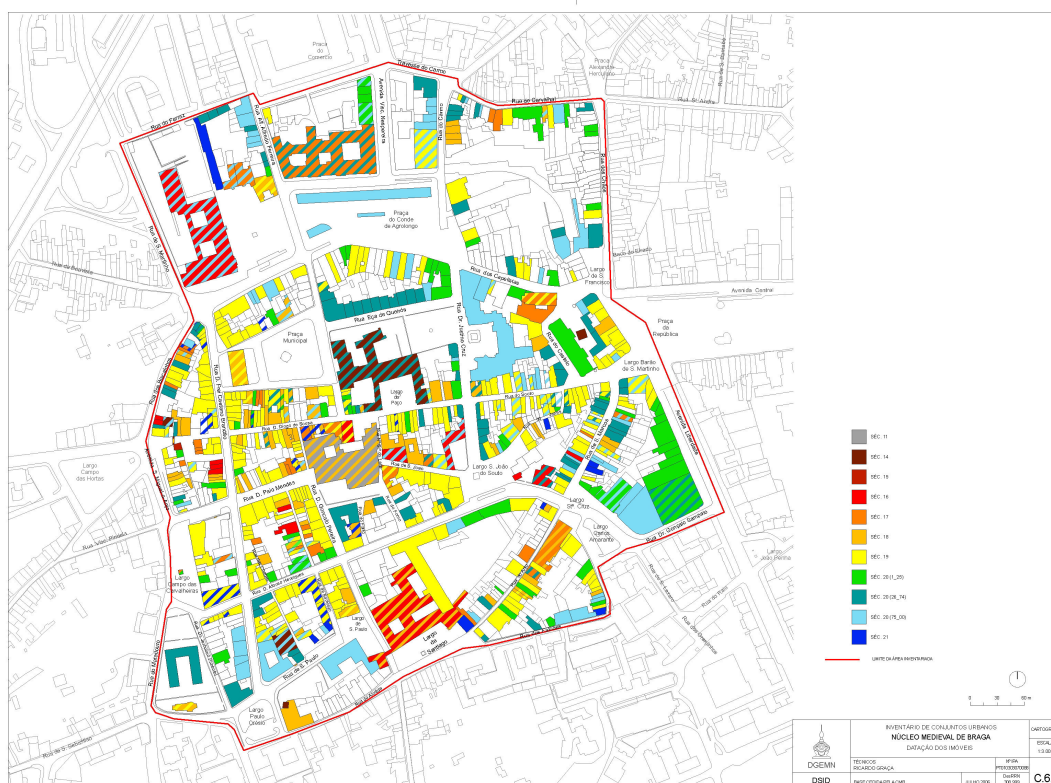


Figura 41 - Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga¹⁴²

Por fim, refira-se o “Mapa da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Braga”, elaborado pela Câmara Municipal de Braga. Os limites a vermelho representam a área demarcada pelo projeto de reabilitação urbana do centro histórico. Este projeto visa promover uma correta avaliação e uma intervenção eficiente na reabilitação e reconversão do centro histórico urbano e das áreas envolventes.

Esta “Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga” foi criada pelo Decreto Regulamentar nº 13/96 de 13 de novembro e pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, que veio substituir a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) do centro histórico de Braga criada em 1979¹⁴³. Este mapa auxiliou-nos a identificar a área envolvente do centro histórico da cidade, reconhecida pela Câmara Municipal de Braga.

¹⁴² Fonte: SIPA.

¹⁴³ Informação disponível no Portal da Regeneração Urbana, consultado em fevereiro 1, 2017, em <https://ru.cm-braga.pt/0501/reabilitacao-urbana/aru-centro-historico/perguntas-frequentes>

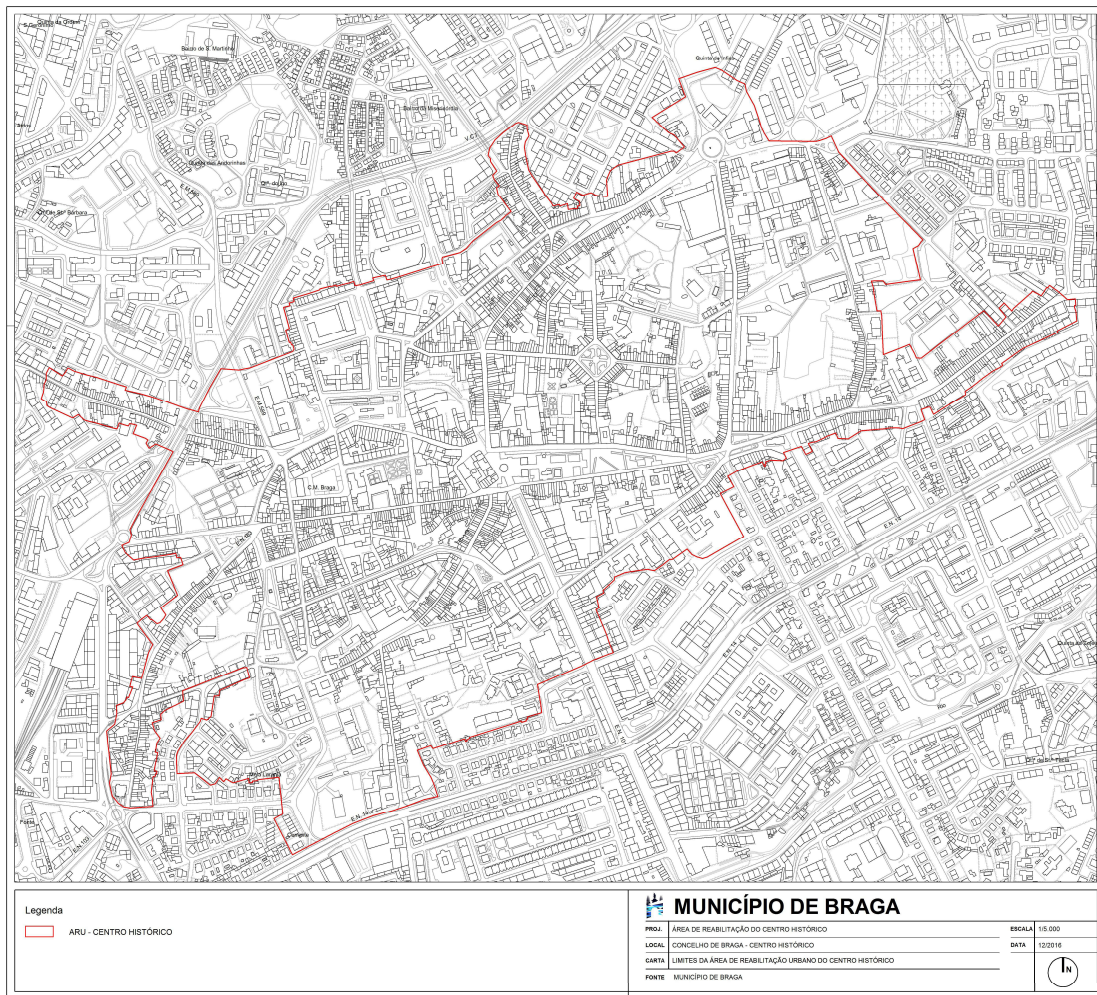


Figura 42 - Mapa da ARU do Centro Histórico¹⁴⁴

Deste modo, o uso destas diferentes fontes permitiu reconhecer as residências com valor histórico e arquitetónico da Época Moderna que ainda permanecem no tecido urbano de Braga, entender mudanças ocorridas nas habitações ao longo dos anos, bem como obter dados acerca da sua arquitetura e de alguns dos habitantes. A contribuir para esta análise destaque-se igualmente o conhecimento adquirido através de documentos provenientes, essencialmente, do Arquivo Distrital de Braga, de mapas cedidos pela Câmara Municipal de Braga e pelo SIPA, bem como de investigações académicas e estudos contemporâneos sobre a cidade de Braga, principalmente livros, revistas, catálogos e imprensa.

Todavia, e tendo em conta o número de imóveis identificados pertencentes à Época Moderna que integram o tecido histórico atual mas também à sua dispersão pelo tecido urbano, foi necessário proceder a uma seleção, que funcionou como amostragem.

¹⁴⁴ Fonte: Camara Municipal de Braga.

Assim, a área geográfica foi restringida ao centro histórico de Braga, de acordo com o Mapa da ARU do Centro Histórico de Braga elaborado pela Câmara Municipal de Braga, delimitando a nossa área de estudo pelas ruas que tiveram desenvolvimento na Idade Moderna. Neste sentido, e para a viabilidade deste estudo, excluíram-se as ruas com génese na Idade Média, uma vez que não são representativas do desenvolvimento urbano da Idade Moderna. No entanto, as vias urbanas medievais que sofreram um desenvolvimento significativo na Época Moderna, nomeadamente as mandadas abrir por D. Diogo de Sousa, foram abrangidas, bem como as ruas e praças abertas nesta mesma época.

Posteriormente, enveredámos por uma etapa de trabalho de campo, com o objetivo de fazer o registo e levantamento de residências com potencial valor histórico e arquitetónico, que possam revelar-se como mais-valias numa vertente turístico-cultural. Procurava-se com o registo e levantamento *in loco* das residências da Idade Moderna com valor histórico e arquitetónico completar o conhecimento adquirido através das fontes documentais, isto para uma maior consciencialização do património existente dessa época.

Desta forma, o critério cronológico, para além dos séculos XVI, XVII, XVIII, foi a génese das ruas do centro da cidade. Como apoio usou-se os mapas sobre a evolução da estrutura urbana de Eduardo Oliveira (1982) e para uma datação mais apurada do edificado usou-se o *Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga* de Ricardo Graça (2006), para além dos registos documentais.

As ruas e praças, objetos do nosso estudo foram escolhidas segundo duas variáveis; a do tempo e da evolução morfológica. Selecionou-se as vias existentes em épocas anteriores, entre 1070 a 1505, que tiveram um desenvolvimento significativo na Idade Moderna: Rua dos Chãos de Baixo, Rua dos Chãos de Cima, Rua de S. Vítor, Rua Don Pedro V, Rua da Régua, Rua das Águas, Rua da Ponte de Guimarães, Rua das Cónegas e Rua Cruz de Pedra.

Também as vias abertas na Idade Moderna entre 1505 e 1532: Rua de S. Marcos, Rua dos Biscainhos, Rua de S. Miguel-o-Anjo, Rua do Alcaide, Rua do Anjo, Rua de S. Lázaro, Rua dos Granjinhos, Rua dos Capelistas, Campo de Santa Ana, Rua de S. João do Souto, Rua Nova de Sousa, Largo Senhora-a-Branca, Campo das Carvalheiras e Campo das Hortas, Campo da Vinha, Campo dos Remédios e Campo de Santiago.

Selecionou-se ainda as vias que tiveram um desenvolvimento durante a Contra-Reforma, entre 1532 a 1725: Rua do Castelo, Rua dos Pelames, Rua dos Açougues Velhos, Praça do

Município, Rua do Carmo, Avenida Doutor Artur Soares, Rua do Sardoal, Rua do Raio, Rua Dom João Cândido de Novais e Sousa e Rua Santa Margarida.

Também fizeram parte desta seleção as vias que tiveram um desenvolvimento durante o barroco tardio, entre 1725 e 1850: Rua dos Falcões, Campo Novo, Rua de S. Gonçalo, Rua de Santo André, Rua de Guadalupe, Rua das Oliveiras, Rua de S. Barnabé, Rua do Carvalhal, Rua de Espanha, Quingosta da Escoura, Rua de Infias, Rua dos Chão de Cima, Rua de S. Sebastião, Rua Direita, Campo de S. Sebastião, Largo de S. João de Souto e Largo dos Penedos.

As residências construídas na Idade Moderna, mas que se encontram fora do centro histórico ou em ruas não desenvolvidas na época em questão, como já referido, foram, portanto, excluídas. De igual modo, foram excluídas as residências descaracterizadas, que sofreram grandes alterações posteriores à Época Moderna. Mesmo assim, o levantamento de casas da Época Moderna de acordo com estes critérios, proporcionaria um número avultado para a natureza deste tipo de investigação.

Sendo assim, e tendo em consideração o potencial das estratégias a aplicar para a dinamização cultural e turística das residências da Idade Moderna de Braga, estabelecemos outro critério, designadamente a dimensão dos espaços construídos, procedendo-se ao registo das habitações com três vãos no mínimo. Na realidade, este critério prendeu-se com a possibilidade de aplicação do conceito de residência-museu temático ou centro de interpretação como estratégia de dinamização, adequando-se este a casas com alguma dimensão, especialmente para a receção de visitas de estudo.

Assim, os dados recolhidos foram classificados por ruas e praças e procedeu-se a uma pesquisa mais detalhada acerca de cada imóvel, de modo a perceber o valor histórico e arquitetónico de cada. Para a elaboração deste inventário, num primeiro tempo, procedeu-se à discriminação das casas da Idade Moderna, com valor histórico e arquitetónico, das ruas e praças do núcleo intramuros medieval e, num segundo tempo, das ruas e praças abertas na Idade Moderna, isto é, da área extramuros, e seguindo o sentido dos ponteiros do relógio.

Por fim, do inventário realizado, procedemos à elaboração de fichas técnicas detalhadas dos imóveis já classificados como Imóvel de Interesse Público IIP e ZEP, com o objetivo de expor o tipo de residências da Idade Moderna beneficiadas de proteção legal e encarar o estado e propósitos atuais destas, percebendo assim o estado da valorização como bem patrimonial de cada uma. Estas apresentam-se em apêndice e perfazem um total de 13 fichas.

Estas fichas do inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga estão organizadas em categorias: número da ficha; identificação (1), com o local/endereço (1.1), a designação/nome (1.2), outras designações (1.3) e a época de construção (1.4); caracterização (2), sobre as funções das habitações desde o século XVI até ao século XXI (2.1), a cércea (2.2), o número de tipologia (2.3) e a sua utilização tipológica (2.4), o estado da fachada (2.5), o estado de conservação do interior (2.6), a alteração do interior (2.7), a caracterização histórico-artístico (2.8) e a caracterização arquitetónica (2.9); observações pertinentes como as intervenções arquitetónicas (3); a necessidade de intervenção (4); proteção legal (5); elementos iconográficos e cartográficos (6); fotografias atuais (7).

A informação sobre as funções ao longo dos séculos, como a utilização tipológica atual foram interpretados segundo a seguinte legenda: arrumações (A); comércio/serviços (CS); devoluto (D); empreendimentos culturais (EC); equipamentos públicos (EP); habitação (H); misto (M); impreciso (I). Na descrição do estado da fachada, é feita uma avaliação acerca das paredes, coberturas e outras estruturas, para além disso, tanto para a descrição do estado da fachada como para a do estado de conservação do interior, a tipologia usada foi a seguinte: muito bom; bom; razoável; mau; ruína. Para a categorização da alteração do interior, é feita a seguinte divisão; não alterado; pouco alterado; muito alterado. Já a parte da necessidade de intervenção é subdividida em nenhuma, pouco, alguma e muita.

Deste modo, a comparação entre fontes documentais e o levantamento *in loco* efetuado permitiram determinar as habitações da Época Moderna que ainda integram o tecido urbano, assim como discriminar as residências providas de classificação para a elaboração de fichas técnicas, com o objetivo de expor o tipo de residências da Idade Moderna beneficiadas com proteção legal e, neste sentido, encarar o estado e propósitos atuais destas, percebendo assim o estado da valorização enquanto bem patrimonial de cada uma.

PARTE III – AS RESIDÊNCIAS MODERNAS DE BRAGA (SÉCULOS XVI-XVIII)

1. A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

No início do Renascimento, as cidades permaneceram essencialmente medievais sem alterações profundas. O barroco introduziu-se pouco a pouco e sobretudo pelas elites. Os nobres e os príncipes alteram as fachadas na busca do belo e da imitação da antiguidade, mas “as cidades continuam a ser geralmente pequenas, situadas a curta distância umas das outras [...] um poder municipal forte, uma vida mercantil livre e um artesanato organizado em sólidas corporações” (Goitia, 1996: 127).

De igual modo, a arquitetura do edificado da cidade de Braga na Idade Moderna é naturalmente herdeira da sua ocupação medieval, refletindo, igualmente, as inovações introduzidas nesta época. Importa, do mesmo modo, atender ao facto da cidade de Braga ter sido alvo de uma importante alteração urbanística, nomeadamente nos inícios do século XVI, por D. Diogo de Sousa, como já referido. Assiste-se, deste modo, à abertura de novas ruas e praças no espaço urbano, dentro e fora das muralhas medievais, onde as parcelas construídas podem adquirir maiores proporções e arquitetura orientada pelos padrões renascentistas.

Assim, encontramos habitações simples construídas segundo um modelo de utilidade funcional. São normalmente casas de comerciantes tais como sapateiros ou sirgueiros, herdeiras do espaço da casa dos séculos XIV e XV, construídas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, como se pode observar no MRB. Estas casas são mais difíceis de estudar por falta de elementos relevantes ou indicativos, apresentando normalmente rés-do-chão feito de pedra, onde se situavam lojas para o comércio ou ocupação artesanal, geralmente com dois portais, um maior onde entrava um carro de bois. O segundo andar seria de pedraria e um terceiro andar de taipa (Pereira, 2000: 63-65).

O século XVI foi um período continuado de tradições conservadoras, registando-se, no entanto, algumas inovações na arquitetura civil em Braga, nomeadamente o uso de pedra na construção de novas casas, em detrimento da madeira (Maurício, 2000, citado por Portocarrero, 2010: 46), o aparecimento dos telhados de telha no centro da cidade, a construção de casas de grandes dimensões, principalmente nas esquinas das ruas e fachadas mais trabalhadas (Portocarrero, 2010: 47). Algumas destas habitações, mandadas construir por famílias com

maior poder económico, ocupam parcelas maiores, possuem um andar térreo e um sobrado formando um torreão, inspirado na casa torre medieval (Pereira, 2000: 66).

Também ao nível dos exteriores, muitas casas passam a ser rebocadas e caiadas, com exceção de algumas propriedades aristocratas feitas de pedra aparelhada. Assiste-se, igualmente, a uma reformulação ao nível da disposição das casas, nomeadamente na posição dos vãos em relação às ruas, na multiplicação de janelas, até então, por vezes, quase inexistentes, que se alargam e adotam a forma quadrada (Portocarrero, 2010: 42-43).

Ao nível dos interiores, verifica-se a adoção do modelo de portas retangulares, deixando as escadas de ser exclusivas dos interiores para ser incluídas nas fachadas, principalmente nas casas de elites (Silva, J. C. V., 2002, citado por Portocarrero, 2010:44). Também os vãos do andar térreo das casas comerciais se alteram tornando possível observar as atividades artesanais e comerciais que se desenvolviam no seu interior (Friedrichs, 1995, citado por Portocarrero, 2010: 44).

As divisões das traseiras, como a cozinha e o quarto, contrastavam, desta forma, com as mudanças nas áreas visíveis da via pública, como a sala e a loja, as primeiras mantiveram-se, deste modo, privadas, tal como os quintais que abrigavam espaços de cultivo e construções anexas (Oliveira, E. V., Galhano, 1992 e Maurício, 2000 citados por Portocarrero, 2010: 44).

Exemplares de casa-torre ainda se observavam em algumas ruas de Braga no ano 1750, nomeadamente na Rua das Cónegas ou no Campo da Senhora-a-Branca. O símbolo de poder refletido nas torres das casas parece ter sido extravasado, posteriormente, em elementos como o portal ou escadaria. Algumas casas-torre, que apareceram entre os séculos XVII e XVIII, deram lugar a casas de um sobrado, com fachadas modestas, ocasionalmente com elementos requintados. A arquitetura destas espelhava o recato como modo de vida escolhido pelos bragueses. Em Braga, estas casas possuíam, na sua maioria, uma quinta nas traseiras e pertenciam à classe aristocrática-religiosa (Pereira, 2000: 67-86).

Nos finais do século XVII e inícios do século XVIII, constroem-se fachadas simétricas nas casas, e observa-se uma mudança nos jardins das casas, pois estes deixam de pertencer somente ao júbilo dos proprietários e abrem-se janelas nos muros para os vislumbrar. As janelas com gelsias nas casas da elite e da burguesia também fazem a sua introdução na urbe, enquanto se observa a retração paulatina das escadas do exterior (Portocarrero, 2010: 98-99).

Em relação às janelas típicas braguesas, independentes da casa, possuíam uma armação de madeira e vidro com duas argolas de ferro para suspendê-las em dois ganchos postos nos

cantos do lintel das janelas. Também eram equipadas de um ferro com argola na ponta, isto na parte inferior da janela. A argola encaixava-se num esporão assentado na moldura da janela. Não permitiam ver para dentro, nas palavras de Eduardo Oliveira (2014: 102) era um meio-termo entre a gelosia e a janela de guilhotina. As gelosias surgiram com as ideias da Contra-Reforma, adotadas pela burguesia comercial de Braga e pelos devotos com algum poder económico, porém, na segunda metade do século XIX, estas desaparecem devido a novas tendências (Oliveira, E. P., 1993: 81-82).

No século XVIII, o tipo de casa que se construía em Braga era de planta retangular, com um andar sobradado e vários vãos de cornijas simples e retas. As obras em igrejas, por engenheiros militares, influenciaram a arquitetura civil nas casas de cônegos e senhores de Braga:

[...] entre um barroco dinâmico e uma arte de construir praças-fortes, fria, contida e profundamente geométrica [...] nas fachadas se desvenda uma geometria rigorosa, estabelecendo linhas paralelas e perpendiculares, que suportam linhas curvas num desenho orgânico livre e desmedido em formas volumosas e alegres. (Pereira, 2000: 148)

As casas que pertenciam à classe alta permaneceram com traços rurais, tanto intramuros como extramuros. No entanto, no início do século XVIII, já se construía casas independentes de espaços agrícolas, com as portas da fachada de igual dimensão, algumas ainda conservavam uma loja ou arrumações nas traseiras, com uma passagem direta para as traseiras e outras com uma passagem para as traseiras, não necessariamente direta (Pereira, 2000: 148).

Enquanto as quintas são deslocadas para fora do centro da cidade no século XVII, observa-se, portanto, uma tendência por jardins nas traseiras das casas durante o século XVIII; as parcelas e as fachadas são, necessariamente, maiores sem as quintas nas traseiras. Também se consolidam mudanças nos interiores, como a introdução do corredor, mas só no século XIX, este modelo de casa urbana consolidar-se-á no campo (Pereira, 2000: 149).

Em Braga, a arquitetura de raiz empírica era pouca desenvolvida, logo as janelas e as portas não tinham grande vão e muitas janelas tinham portadas de madeira em detrimento do vidro que era dispendioso. As casas de Braga apresentam, na sua generalidade, as mesmas características, sendo difícil a datação das mesmas: “ [...] planta retangular em U ou L, rés-do-chão e andar sobrado de granito rebocado e caiado, com as cornijas, cunhais e molduras das janelas e portas em cantaria lavrada, no andar térreo apresentam normalmente dois portais (um mais largo de serviço) postigos e frestas estes todos com cornijas simples” (Pereira, 2000: 86).

Porém, as janelas da cidade podem auxiliar na datação das casas, isto no caso de escassez de informação, ora vejamos, no século XVII as janelas apresentavam um desenho sobre o quadrado e eram pequenas, já no século XVIII as janelas eram desenhadas sobre um desenho retangular, necessariamente de maiores dimensões, e no final deste século aumentam em comprimento acompanhando o pé direito das casas (Oliveira, E. P., 2014: 101-102).

Eduardo Oliveira (1993: 35) identifica tipos de casa do MRB, sendo estes: tipo porta-janela, estando o maior número de casas deste tipo fora da muralha, normalmente de dois pisos, com largura média de fachada, desprovidas de varandas e construídas de pedra; tipo Campo Novo, de arquitetura baseada em modelos eruditos, feitos de pedra com dois pisos e varandas, introduzidas em Braga aquando da urbanização do Campo Novo; tipo cobertas com gelosias e de grande dimensão, com fachada de cortina e habitadas por nobres e comerciantes.

Ana Pereira (2000: 83) também sintetiza três tipo-casa no MRB: “casa da Rua Nova”, “casa-torre e “casa com rusticado”. O tipo casa da Rua Nova é o mais frequente e subdivide-se em dois subtipos: casa com rés-do-chão em pedra e dois sobrados em taipa (muitas vezes avançados uns em relação aos outros) e casa com andar térreo e um sobradado em pedra, com um segundo sobradado em taipa. Neste segundo subtipo, as janelas do primeiro andar podem aparecer facetadas e o segundo andar possui, geralmente, uma varanda de madeira. O segundo tipo casa-torre, ele também muito frequente no MBR, envolve casas de pedra com torre de dois sobrados, muitas vezes com uma janela de ângulo ou até um complexo agrário na parte de trás. O último tipo, casa com rusticado, é mais escasso, são casas de pedra sobradadas, com vinte varas de largo e com vãos em arco rusticados de volta perfeita.

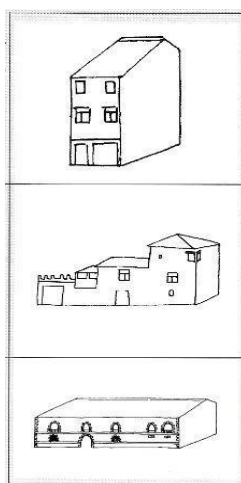


Figura 43 - Tipo Casa da Rua Nova, Tipo Casa-Torre e Tipo Casa com rusticado, respetivamente¹⁴⁵

¹⁴⁵ Pereira, 2000: 83.

1.1. O edificado sobrevivente: casos de estudo

Os casos de estudo que se apresentam procedem do inventário das residências de Época Moderna, resultantes da análise que efetuámos na qual procurámos cruzar os dados constantes das fontes histórico-documentais com o registo e levantamento realizados no tecido urbano atual. Pretende-se, deste modo, expor informações e fotografias das residências dos séculos XVI, XVII e XVIII, ainda hoje existentes embora possam ter sofrido alterações. Estas casas estão atualmente habitadas, devolutas, ou ainda, valorizadas do ponto de vista cultural e/ou turístico. Não se pretende referenciar todo o edificado conservado dos séculos supracitados, mas antes aqueles que na nossa visão possam ter maior valor histórico e arquitetónico, portanto patrimonial, constituam uma amostra das principais características das residências e dos modos de vida na Época Moderna, assim como melhor se adequem à aplicação de estratégias de dinamização cultural e turística.

Para facilitar a localização das casas na planta tipográfica atual de Braga, efetuou-se uma numeração das mesmas consoante a ordem das ruas e praças apresentadas (figura 48). Todo o levantamento fotográfico resultante do nosso trabalho de campo foi registado entre dezembro de 2016 e agosto de 2017, assim como a informação recolhida na internet ocorreu entre o dia 11 de abril e dia 19 de agosto 2017, salvo algumas exceções que serão devidamente referenciadas ao longo do texto. De entre as residências registadas, as que beneficiam de uma proteção legal foram reagrupadas e serão objeto de estudo pormenorizado em fichas técnicas, apresentadas no apêndice, uma vez que consideramos serem as mais propícias a uma dinamização cultural e turística, em grande parte devido à relevância que lhes foi atribuído através a classificação.

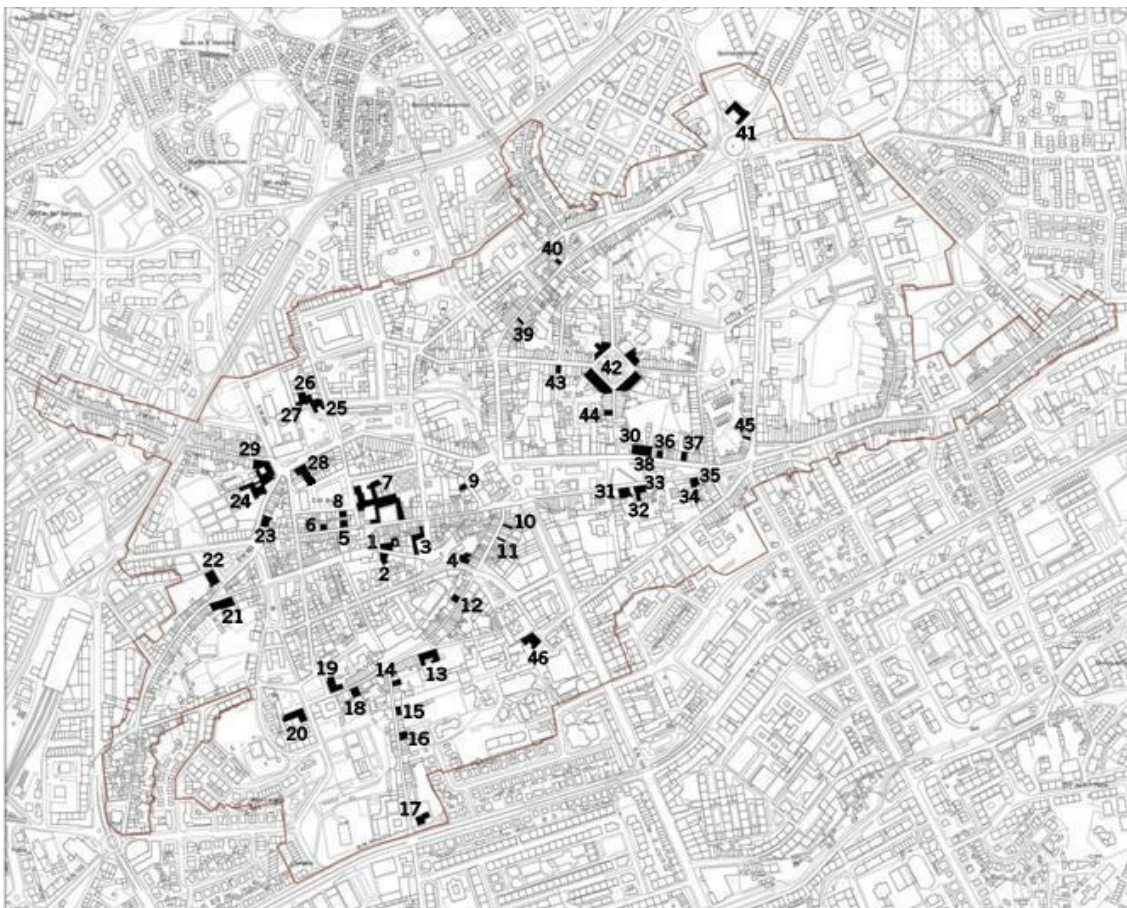


Figura 44 – Localização das parcelas construídas registadas durante o levantamento *in loco*, com a respetiva numeração e delimitação da ARU do centro histórico de Braga

Entre os vários exemplares de residências construídas na Idade Moderna que ainda se conservam na área intramuros medieval, destacámos alguns que se localizam nas ruas mandadas abrir por D. Diogo de Sousa, nos inícios do século XVI. Referimo-nos concretamente à Rua e Largo de S. João do Souto e à Rua Nova de Sousa.

A Rua de S. João do Souto ligava as traseiras da Sé à porta da muralha medieval, designada de S. João, atualmente verte no Largo de S. João do Souto. Foi uma das maiores obras urbanísticas de D. Diogo de Sousa, com o objetivo de obter um maior ângulo de visão da capela-mor da Sé, sobretudo para quem entrava pela porta da muralha medieval, permitindo igualmente a abertura da cidade para o exterior nomeadamente para o Campo dos Remédios e a Rua dos Granjinhos, onde por exemplo se localizava o hospital de Braga, também este mandado construir pelo mesmo arcebispo. A Rua de S. João do Souto possuía na Idade Moderna grandes e belas casas, de arquitetura tradicional, onde vivia a mais importante aristocracia civil e religiosa do século XVIII (Oliveira, E. P., 1993: 78-100).

Da Rua de S. João do Souto seleccionámos como exemplos de residências da Idade Moderna a Casa da Roda, a Casa dos Lagos e Antões Pereira e a Casa do Passadiço. A Casa da Roda (nº

1), com estrutura do século XVI, tem uma fachada para a Rua de Nossa Senhora do Leite e outra para a Rua de S. João do Souto. Conhecemos-lhe vários prazos registados pelo cabido no IPC, entre eles, o fidalgo de Sua Majestade Manuel Falcão Costa, em 1673 (AAV 1989-91, vol. II). Entre os séculos XVII e XVIII, pertenceu à família Paivas Marinho. Posteriormente, em 1897, a Câmara Municipal de Braga aluga o imóvel para lá instalar o Hospício dos Expostos, e em 1986 compra o edifício¹⁴⁶. Atualmente serve de sede à Junta de Freguesia de S. João do Souto e abriga o Centro de Acolhimento e Formação Jovens (Cafjec).

É uma estrutura com os cunhais rústicos, com dois pisos separados por uma faixa de pedra e possuído um pátio em U no interior do quarteirão. Todas as janelas e portas têm um desenho semelhante, com lintel em arco pleno. Em 1922, o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (SRAZN) empreendeu escavações no interior da casa, daí resultaram alguns achados, tais como os vestígios de uma habitação¹⁴⁷. Esta casa foi reconstruída em 1989 pela Câmara Municipal de Braga devido ao seu estado de ruína¹⁴⁸.

Este imóvel encontra-se classificado como IIP, pelo Decreto n.º 1/86, Diário da República, 1.ª Série, n.º 2 de 3 de janeiro 1986 e abrangido pela ZEP da Igreja da Misericórdia de Braga, mas também, do Pelourinho de Braga, e ainda, da Sé de Braga (Apêndice, Ficha 1)¹⁴⁹. Tanto a fachada como os interiores estão em bom estado de conservação.

Outro edifício pertinente nesta rua, e referido por Pereira (2000: 308), é a Casa dos Lagos e Antões Pereira (n.º 2), identificada com feições do século XVII e com alterações significativas no século XIX¹⁵⁰. Nas fachadas viradas para as ruas de S. João do Souto e de Nossa Senhora do Leite, identifica-se na sua totalidade, em comparação ao MRB, a abertura adicional de quatro portas por baixo de postigos pré-existentes. Atualmente, os dois pisos têm uma ocupação comercial.

A Rua de S. João do Souto possui outra casa com uma arquitetura de referência para o nosso estudo, sendo esta a Casa do Passadiço (n.º 3), original do século XVI embora tenham ocorrido obras nos séculos XVIII e XX. Mandada construir por D. João da Guarda que nela instalou a “empresa da Roda”, mais tarde serviu de habitação unifamiliar (Vasconcelos, 1988: 97) e,

¹⁴⁶ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1917

¹⁴⁷ UAUUM, consultado em dezembro 14, 2017, em <http://www.uaum.uminho.pt/webapp/#interventions/1000>

¹⁴⁸ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1917

¹⁴⁹ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74663>

¹⁵⁰ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

atualmente, é propriedade de Caterina Rosas Pereira, servindo fins comerciais, nomeadamente para exposições de decoração de interiores¹⁵¹.

A abertura da Rua Francisco Sanches, no século XX, cortou parte da casa e do seu terreiro. O corpo a sul apresenta-se com dois pisos e um jardim na parte sul-este, possui pilastras toscanas com um friso como remate, o segundo piso ostenta um friso, uma cornija reta e baldaquinos no topo das janelas. No corpo a este, virado para o jardim, denotam-se pilastras molduradas no topo, um janelão, por cima do portal central, com aletas com motivo concheado nas laterais. No MRB a fachada virada para a Rua de São João ainda não existia, contudo no *Mapa de Braga Primas* já se encontra representada. Esta casa está protegida enquanto ZEP da Sé de Braga e da Capela de Nossa Senhora da Conceição¹⁵².

Este imóvel está incluída na ZEP da Sé de Braga e da Capela de Nossa Senhora da Conceição (Apêndice, Ficha 2)¹⁵³. A nossa visita ao local permitiu-nos apurar um bom estado de conservação tanto das fachadas como dos interiores.

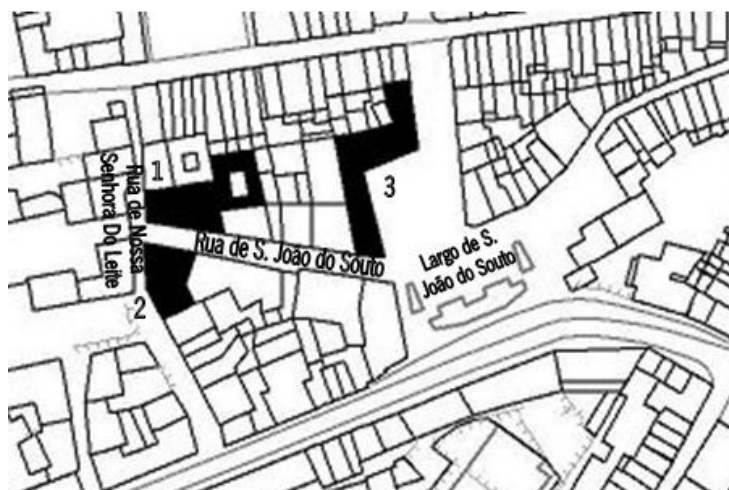


Figura 45 - Localização na planta topográfica atual das casas na Rua de S. João do Souto

¹⁵¹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6968

¹⁵² Como anteriormente citado.

¹⁵³ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6968

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 46 - Casa da Roda (nº 1)

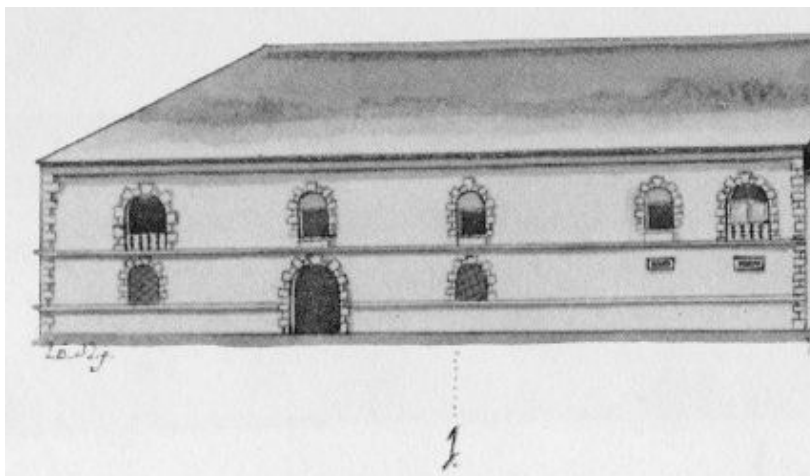


Figura 47 - Casa da Roda no MRB

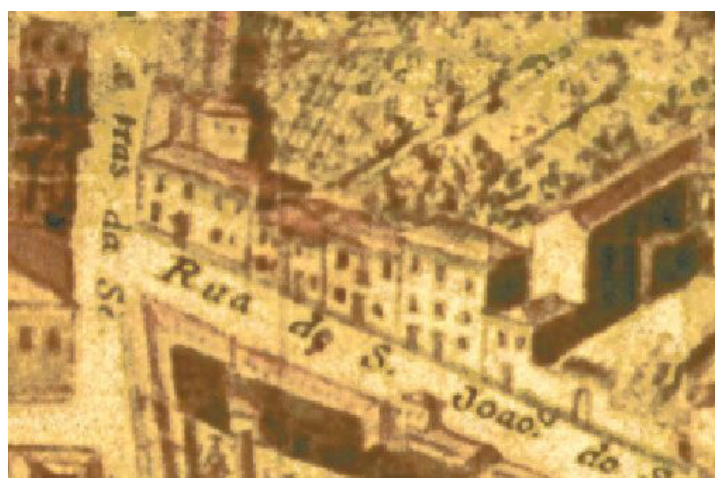


Figura 48 - Casa da Roda no *Mapa de Braga Primas*

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)



Figura 49 - Casa dos Lagos e Antões Pereira (nº 2)

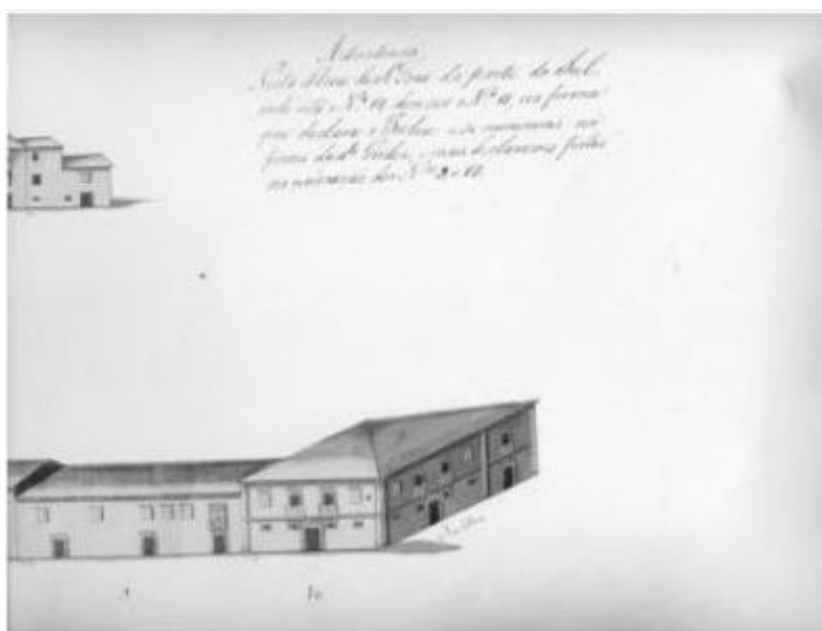


Figura 50 - Casa dos Lagos e Antões Pereira no MRB

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 51 - Casa do Passadiço (nº 3)



Figura 52 - Casa do passadiço no MRB

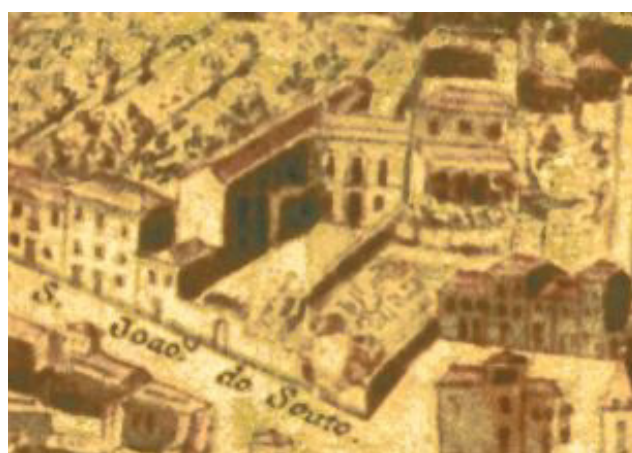


Figura 53 - Casa do Passadiço no *Mapa de Braga Primas*

O Largo de S. João do Souto foi aberto no século XX, este largo tinha no sudoeste a Porta de S. João que abria para o Campo dos Remédios, atual Largo Carlos Amarante. Do final do século XVIII ao século XX muitas casas foram destruídas (AAVV, 1989-91, vol. II). Uma casa que sofreu, devido às alterações neste largo, foi a Casa dos Coimbras (n.º 4), uma casa nobre quinhentista, de estilo manuelino, o desenho desta terá mão de artistas vindos da Biscaia¹⁵⁴.

A Casa dos Coimbras foi edificada antes da sua própria Capela de Nossa Senhora da Conceição, esta última foi edificada em frente àquela, pois inicialmente a casa situava-se na fachada sul da Rua de S. João do Souto, tendo mudado para o lado oposto no século XX. O doutor em degredos, João de Coimbra, um lisboeta que acompanhava o arcebispo D. Diogo de Sousa a Braga, por volta de 1505, aluga a casa e posteriormente adquiria e fá-la morgado. Associam-lhe vários encargos como o de provisor e vigário geral da Arquidiocese (Nóbrega, Tomo II, vol. I, 1971/1980: 577-579).

Atualmente, o primeiro piso da Casa do Coimbras tem utilidade comercial, no ramo da restauração, o segundo e último pisos são escritórios, já o jardim dá lugar a uma esplanada de bar nas noites de verão. A fachada encontra-se em bom estado de conservação e os interiores em estado razoável.

Comparando o MRB com a atualidade, constata-se que o edifício conserva alguns elementos do antigo edifício quinhentista, de igual forma, observam-se várias mudanças como a orientação de construção que do sentido E/O adquiriu um sentido N/S, e o aumento do número de fachadas, pois no seu lugar original era ladeado de ambos os lados por construções, já no atual local possui somente um alçado ladeado de construção. A atual fachada poente corresponde ao alçado representado no MRB, mantém os dois pisos com um terceiro na torre, do lado norte. Nas traseiras, o edifício usufrui de três pisos e um jardim¹⁵⁵.

A Casa dos Coimbras encontra-se em estudo pelo SIPA, já a sua capela encontra-se classificada como MN pelo Decreto de 16-06-1910, Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho 1910, abrangida por ZNA pela Portaria de 28-02-1955, publicada no Diário do Governo, 2ª Série, n.º 69, de 23 de março 1955¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Ribeiro, 2008, Apêndice I, Ficha 5.

¹⁵⁵ Ribeiro, 2008, Apêndice I, Ficha 5.

¹⁵⁶ Informação acerca da classificação da Capela, pode ser consultada no Portal SIPA e no Portal Património Cultural, respetivamente, consultados em janeiro 20, 2017, em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17184 e <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70651/>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

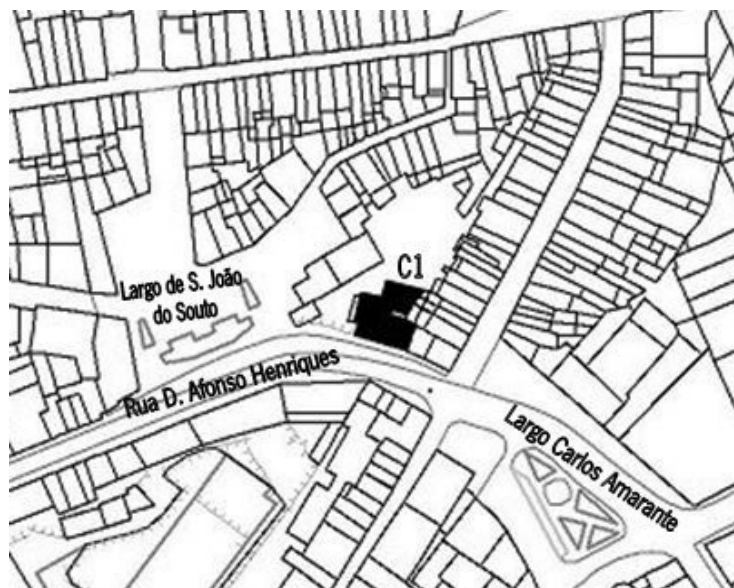


Figura 54 Localização na planta topográfica atual da Casa dos Coimbras no Largo de S. João do Souto



Figura 55 - Capela dos Coimbras¹⁵⁷

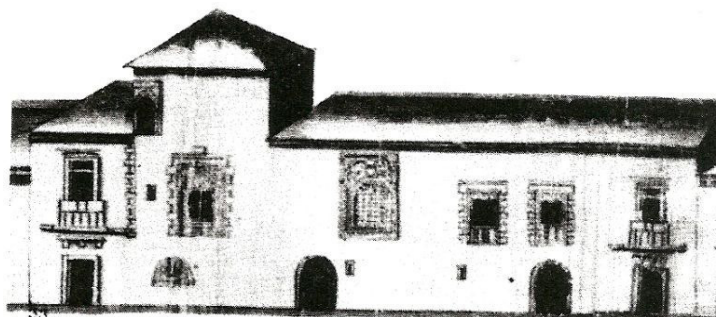


Figura 56 - Construção original da Casa dos Coimbras, na primitiva Rua de S. João no MRB

¹⁵⁷ Fonte: <http://bragaon.blogspot.pt/2013/03/capela-dos-coimbras.html>.



Figura 57 - Casa dos Coimbras na atualidade (n° 4)

A Rua Nova, atualmente Rua D. Diogo de Sousa, ligava a Rua do Souto ao Campo das Hortas pela última abertura na muralha, a Porta Nova. Esta rua, de acordo com a sua representação no MRB, apresentava no século XVIII muitas casas com gelsias, de três ou quatro pisos e muitas varandas. Muitas casas desta rua representadas no MBR ainda permanecem atualmente, algumas bastante alteradas. As gelsias desapareceram totalmente.

Esta rua conserva, portanto, vários edifícios da Época Moderna, abordaremos dois deles pelas suas características mais vincadas e representativas. Um deles tem dois pisos, é datado do século XVIII, contudo regista obras do século XX (n° 5)¹⁵⁸, possui uma fachada em bom estado de conservação e, atualmente, serve fins comerciais no primeiro piso e funciona de habitação no segundo piso. Em comparação com o MRB observa-se que duas janelas do primeiro piso são atualmente portas, ficando o edifício com quatro portas. O segundo edifício (n° 6) chama atenção pela arquitetura mais trabalhada, também do século XVIII¹⁵⁹, terá pertencido à família dos Carvalho e Silva, senhores da Quinta da Ordem (Oliveira, E. P., 1999: 34).

Este último tem 3 andares, exhibe um brasão na fachada em bom estado de conservação. A casa acolhe, desde 1959, a Associação Comercial de Braga. No interior descobre-se um pátio que leva ao resto do conjunto arquitetónico com a fachada virada para a Praça do Município, neste lado do conjunto o primeiro e segundo pisos servem para serviços e o último piso faz parte da associação.

¹⁵⁸ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

¹⁵⁹ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 58 - Localização na planta topográfica atual das casas Setecentistas na Rua D. Diogo de Sousa



Figura 59 – Casa Setecentista (nº 5)



Figura 60 - Casa Setecentista na Rua Nova no MRB (nº 5)



Figura 61 - Associação Comercial de Braga, fachada do



Figura 62 - Associação Comercial de Braga, fachada do

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

conjunto virada para a Rua D. Diogo de Sousa (n° 6)

conjunto virada para a Praça do Município

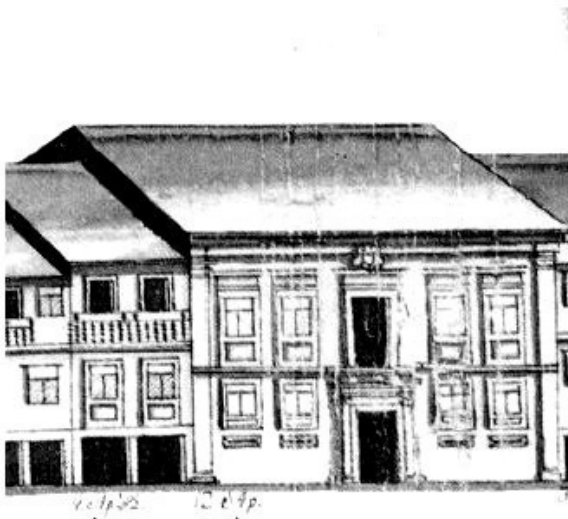


Figura 63 – Casa Setecentista na Rua Nova no MRB (n° 6)



Figura 64 – Casas Setecentistas da Rua Nova no *Mapa de Braga Primas*

No espaço intramuros destacam-se, igualmente, outros espaços e edifícios, nomeadamente o edifício da Câmara Municipal, mandado construir em construído em 1756, atribuído a André Soares, localizado no antigo Campo dos Touros, atual Praça do Município. Nesta Praça, também, localiza-se o antigo paço do arcebispo D. José de Bragança, originalmente do século XVIII, onde atualmente funciona a Biblioteca Pública (Bandeira, 2000b: 146).

Na realidade, o paço do arcebispo D. José de Bragança constitui a ala Barroca do Antigo Paço Arquiepiscopal (n° 7), que na sua totalidade constitui um complexo arquitetónico que desaba no Largo do Paço, na Rua do Souto, no Largo D. João Peculiar, na Rua da Misericórdia, na Praça do Município e na Rua Eça de Queirós. Houve várias fases de construção que contemplaram os séculos XIV, XVI, XVIII e XX: uma ala a norte, de origem gótica, voltada para o jardim de Santa Bárbara, esta foi reconstruída no século XX segundo modelos neogóticos; uma ala voltada para o Largo e Rua do Souto, que sofreu alterações entre os séculos XVI e XVIII e onde se identifica uma mistura de arquitetura maneirista e barroca; outra ala barroca, voltada a poente e virada para a Praça do Município, o dito Paço de D. José de Bragança, reconstruída no século XX e onde as decorações barrocas e rococós se fazem notar¹⁶⁰.

Este complexo foi a residência dos arcebispos de Braga até ao século XVIII, atualmente serve a Biblioteca Pública de Braga e a Reitoria da Universidade do Minho. O complexo serviu de abrigo a serviços variados como o Governo Civil, o Quartel-general e serviços do Distrito de

¹⁶⁰ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1106

Recrutamento e Reserva nº8, assim como, o Tribunal da Comarca, os Bombeiros Municipais, o Museu D. Diogo de Sousa, o Instituto de Estudos Regionais, a Aliança Francesa, assim também, a um carroceiro, a uma oficina de santeiros e ao Arquivo Distrital de Braga¹⁶¹.

O antigo paço eclesiástico beneficia de uma proteção legal enquanto IIP, Decreto nº 47 508, Diário do Governo, 1ª Série, nº 20 de 24 de janeiro 1967, já o antigo palácio de D. José de Bragança esteve em vias de classificação em 2006, encontrando-se atualmente o processo caducado (Apêndice, Ficha 3)¹⁶². Todo o complexo encontra-se em bom estado de conservação tanto nas fachadas como nos interiores.

Mencionaremos, ainda, outra casa que vai de encontro aos nossos critérios, a casa designada por Edifício na Praça do Município Nº 6 a 7 (nº 8). É uma construção barroca com dois pisos e ostenta um elemento decorativo em flores-de-lis por baixo dos cachorros das janelas do segundo piso e está em estudo pelo SIPA¹⁶³. Provavelmente mandada construir em 1731 por Domingas Trindade (Oliveira, E. P., 1999: 83), ainda sabemos que foi até pouco tempo da família Castro Pereira Coutinho, da Casa das Brolhas em Lamego¹⁶⁴. A Fachada encontra-se em bom estado de conservação e o primeiro piso é destinado ao comércio e o segundo é habitacional.

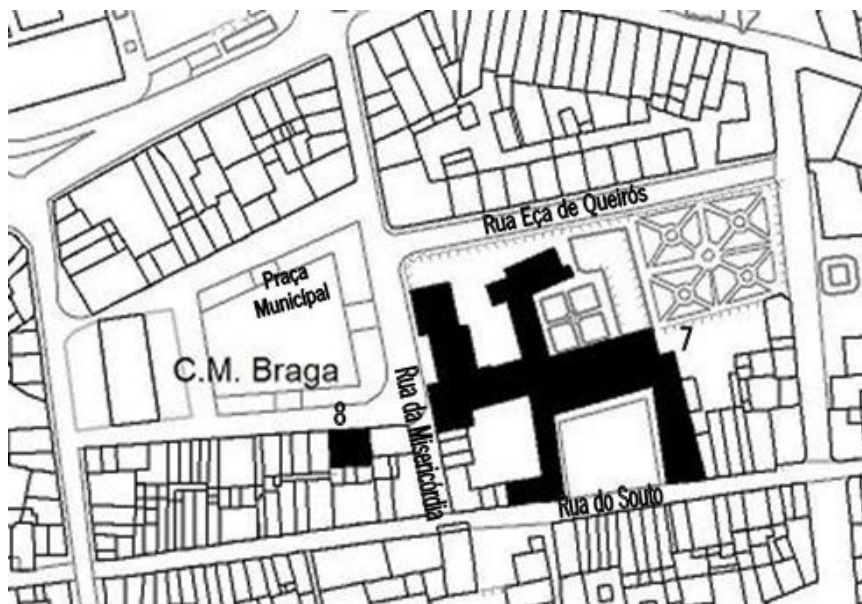


Figura 65 - Localização na planta topográfica atual do Antigo Paço Arqueiepiscopal e do Edifício na Praça do Município Nº 6 a 7

¹⁶¹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1106

¹⁶² Como anteriormente citado.

¹⁶³ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24176

¹⁶⁴ Informação disponível no Portal Portugal em 360º, consultado em <http://braga.360portugal.com/Concelho/Braga/Municipio/>

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)



Figura 66 - Fachada norte da ala norte do conjunto gótico (nº 7)



Figura 67 - Fachada da ala poente do corpo sul (nº 7)



Figura 68 - Fachada da ala central do corpo sul (nº 7)

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 69 - Fachada da ala nascente do corpo sul (nº 7)



Figura 70 - Fachada poente do corpo barroco (nº 7)

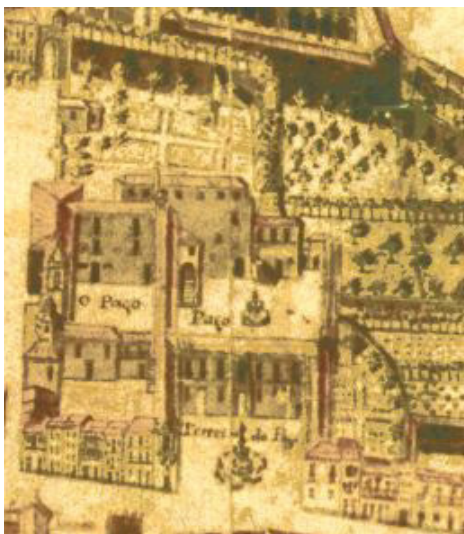


Figura 71 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no *Mapa de Braga Primas*

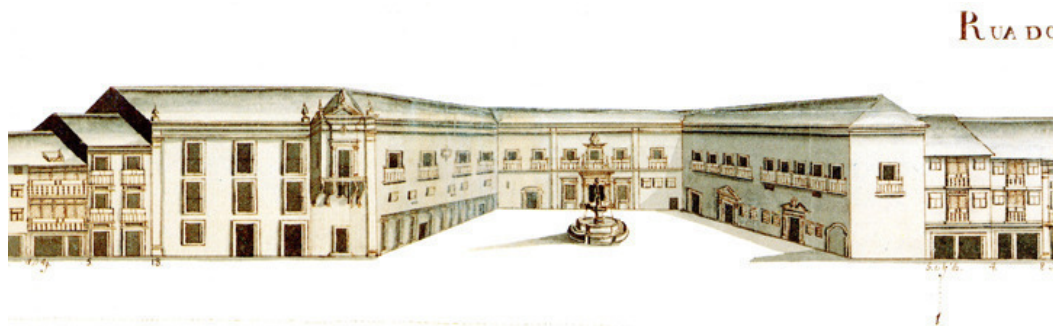


Figura 72 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no MRB



Figura 73 - Edifício na Praça do Município N° 6 a 7 (n° 8)

Por fim, dentro da área intramuros refira-se, ainda, à Rua do Castelo que integrava a Loura e Terreiro do Castelo, e situa-se na antiga zona do antigo castelo medieval, entre o Largo de S. Francisco e o Largo Barão de S. Martinho. Foi provavelmente aberta no século XVII, mas entre os séculos XVI e XIX a morfologia desta zona sofre alterações; várias fontes iconográficas, nomeadamente os mapas da urbe de Braga já referidos, permitem reconstituir o quarteirão do antigo Castelo (Ribeiro, 2008: 337-339).

Todos os edifícios do terreiro do Castelo sofreram alterações no século XX, porém, um edifício da atual Rua do Castelo destaca-se com as suas feições do século XVIII¹⁶⁵ (n° 9), em bom estado de conservação. O primeiro piso tem uma utilização comercial, já o segundo piso tem função habitacional. A sua representação é visível no MRB.

¹⁶⁵ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

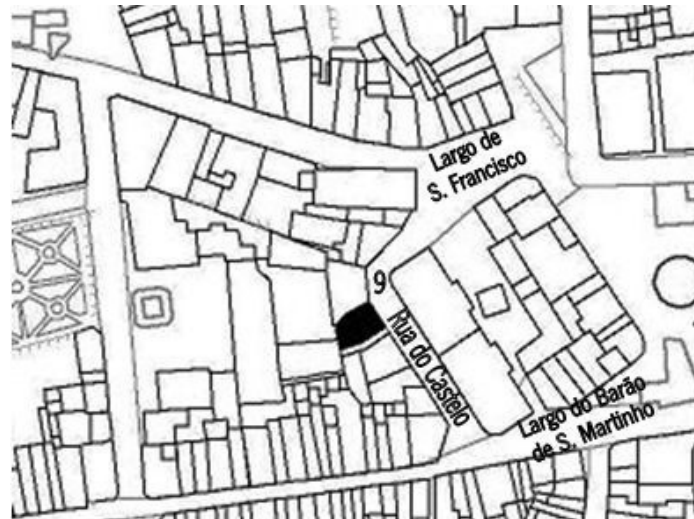


Figura 74 - Localização na planta topográfica atual da casa Setecentista na Rua do Castelo



Figura 75 - Casa Setecentista (n° 9)

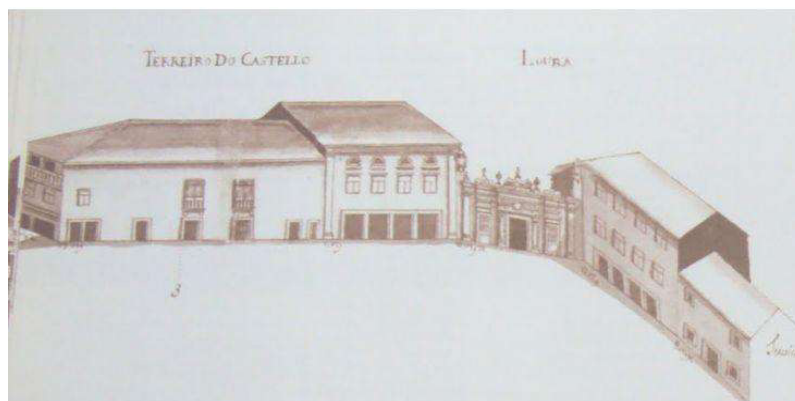


Figura 76 - Casa Setecentista na Loura e Terreiro do Castelo no MRB

No que se refere aos espaços periféricos, destacam-se os campos abertos por D. Diogo de Sousa, no século XVI, e as ruas que sofreram conseqüentemente uma urbanização e um desenvolvimento. Começamos por abordar a Rua de S. Marcos, esta localiza-se entre o Campo dos Remédios, hoje Largo Carlos Amarante, e o Largo Barão de S. Martinho. No século XVI, o lado nascente já estava totalmente construído contrariamente ao seu lado poente, como se pode constatar no Mapa de Braunio. No século XVII aumenta o edificado desta rua mas tal não será totalmente representado no MRB, no entanto é possível verificar a existência dessas construções no *Mapa de Braga Primas* (Ribeiro, 2008: 508-510).

Um edifício de destaque é a Casa dos Crivos ou Casas das Gelasias (nº 10), datada do século XVII, que tem a particularidade de possuir gelosias na fachada principal, um dos poucos exemplares representativos do clima religioso de recolhimento que se viveu em Braga entre os séculos XVII e XVIII¹⁶⁶. A Câmara Municipal de Braga compra o edifício em 1980 para convertê-lo no Museu da História da Imagem de Braga¹⁶⁷. Possuía, muito provavelmente, lojas de comércio no piso térreo.

Este imóvel possui uma planta retangular com três pisos, dividia-se em duas casas na sua génese. As portas do primeiro piso são de madeira, os dois vãos da esquerda têm arestas chanfradas em cantaria e portadas de madeira, os andares detêm gelosias (Ribeiro, 2008, Apêndice I, Ficha nº 4). No interior, encontra-se escadas de madeira para o acesso aos pisos, o piso térreo serve de sala de exposições e gabinetes, o primeiro andar possui uma sala de exposições e um auditório e o segundo andar está dividido entre gabinetes e arrumos.

O interior deste edifício foi remodelado aquando obras empreendidas pela Câmara Municipal de Braga, entre 1982 e 1984, atualmente, encontra-se em bom estado de conservação. Foi classificado como IIP, pelo Decreto nº 516/71, Diário do Governo, 1ª Série, nº 274 de 22 de novembro 1971 (Apêndice, Ficha 4)¹⁶⁸.

Encontra-se outro edifício relevante, datado do século XVIII¹⁶⁹ (nº11), com misulas nas janelas de sacada centralizadas nos dois primeiros andares. Possui atualmente cinco pisos: o piso zero serve para arrumações, o primeiro piso é destinado ao comércio, o segundo são escritórios e o terceiro e quarto servem de habitações. O seu interior foi revitalizado e a fachada encontra-se em bom estado.

¹⁶⁶ Informação disponível em suporte informativo no próprio local.

¹⁶⁷ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=768

¹⁶⁸ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=768

¹⁶⁹ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 77 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua dos Crivos



Figura 78 - Casa dos Crivos (nº 10)



Figura 79 – Casa Setecentista (nº 11)

Vejamos agora a Rua do Anjo, situava-se entre o Largo de S. Sebastião e o Campo dos Remédios e já possuía um grande número de edificações no século XVI, como se pode verificar no Mapa de Braunio. Reconhece-se aqui algumas casas de arquitetura mais trabalhada dos séculos XVII, XVIII e XIX, semelhantes a outras da zona intramuros dos séculos XVI e XVII, e ainda hoje preservadas no lado norte (Ribeiro, 2008: 511-113).

Deparamo-nos com uma casa datada do século XVII¹⁷⁰ (nº 12), com três pisos, provavelmente com dois pisos aquando da sua génese. Ostenta uma arquitetura tardo-renascentista, possui um sistema de tabuleiros sobre as portas e janelas nos dois primeiros pisos. As portas do segundo piso e três das quatro portas do primeiro piso têm uma moldura de platibandas de granito, lintéis monolíticos e ombreiras, também se regista um postigo. As portas do segundo piso abrem para sacadas e todas as janelas do edifício são de guilhotina (Ribeiro, 2008, Apêndice I, Ficha 6). Observa-se uma fachada em bom estado, atualmente o primeiro piso dedica-se ao comércio e os restantes são habitacionais.

¹⁷⁰ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

Valorização histórica e arquitetônica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

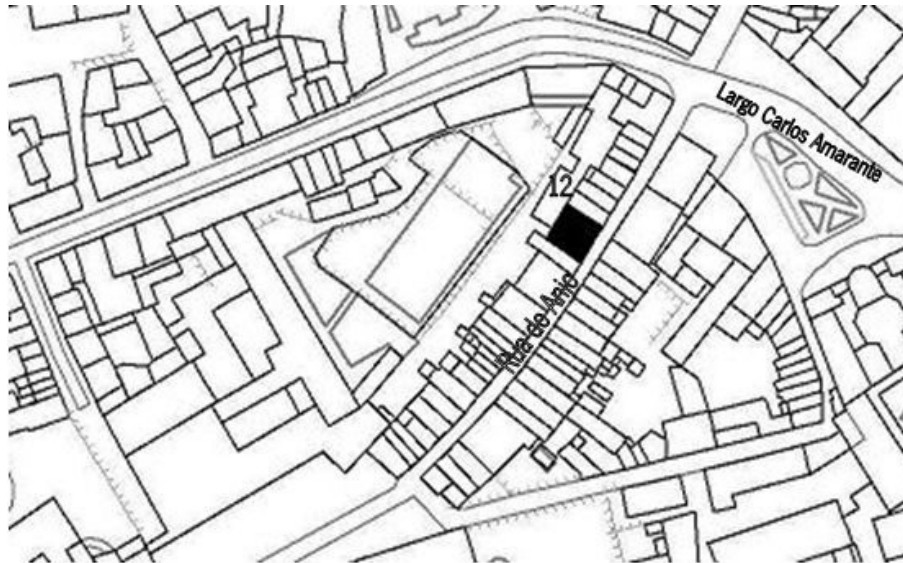


Figura 80 - Localização na planta topográfica atual da casa Seiscentista na Rua do Anjo



Figura 81 - Casa Seiscentista (nº 12)

o Campo de Santiago, mandado abrir por D. Diogo de Sousa, ganha importância com a edificação do Colégio de São Paulo (1560-70), atualmente Seminário de Santiago (Oliveira, E. P., 1993: 117-118). No MRB identificam-se, na sua maioria, casas de traço mais simples, com dois ou três andares. Hoje denominado Largo de Santiago, presenteia-nos com o Palácio dos Falcões (nº 13).

Antes Quingosta das cruces, a Rua dos Falcões estava parcialmente construída em 1750, ligava o Campo Santiago à fachada lateral poente do Hospital de S. Marcos. O nome deve-se ao

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

palácio ainda hoje existente dos Falcões Cota (Oliveira, E. P., 1993: 118-119). Nas palavras de Ana Pereira (1998/99: 123), é um palácio de princípios maneiristas, encomendada ao pedreiro Mestre Manuel Fernandes da Silva em 1703 pelo cónego Francisco de Meira Carrilho, que se constituirá um exemplo de modelo ao longo do século XVIII. Posteriormente herdado por Manuel Falcão Costa, fidalgo-escudeiro da casa real. O último proprietário foi Francisco Maria Falcão Cota de Bourbon e Menezes, este vendeu a casa ao Estado (Azeredo, A. C., 2013: 84).

O Palácio dos Falcões é um palacete de planta em U¹⁷¹, tardo-clássico com aduelas que fazem alusão a construções militares (Oliveira, E. P., 1999: 43). Possui vãos com pilastras adossadas e faixas de pedra num jogo geométrico ora vertical ora horizontal, o que fará dele o primeiro de uma nova conceção arquitetural civil de Braga (Pereira, 2000: 124-125).

Na descrição de Ana Pereira (2000: 139), a fachada principal é composta por módulos em conjunto de três e pilastras nas uniões destes. A fachada posterior ostenta varandas de ferro no centro e arcos quebrados, ainda possui um salão nobre e um gabinete do Governador no terceiro piso, com tetos de masseira de madeira com caixotões e apontamentos de talha dourada¹⁷².

Esta casa tem três pisos e ainda está na posse do Estado; já abrigou o Governo Civil, atualmente funciona como esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP). Em 1962, o SIPA aponta para obras de conservação empreendidas pelos Serviços de Conservação, e em 2003 o mesmo nos interiores, encontra-se em estudo por esta entidade¹⁷³. Aquando o nosso deslocamento ao local, a antiga residência encontrava-se em obras de conservação.

¹⁷¹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16916

¹⁷² Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16916

¹⁷³ Como citado anteriormente (SIPA).

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

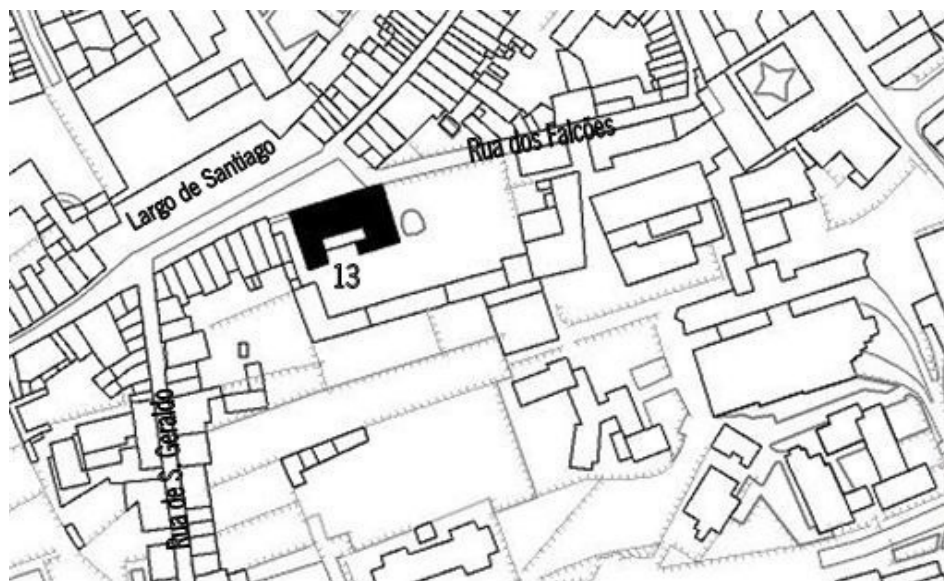


Figura 82 - Localização na planta topográfica atual do Palácio dos Falcões no Largo de Santiago



Figura 83 - Palácio dos Falcões, no Largo de Santiago (nº 13)

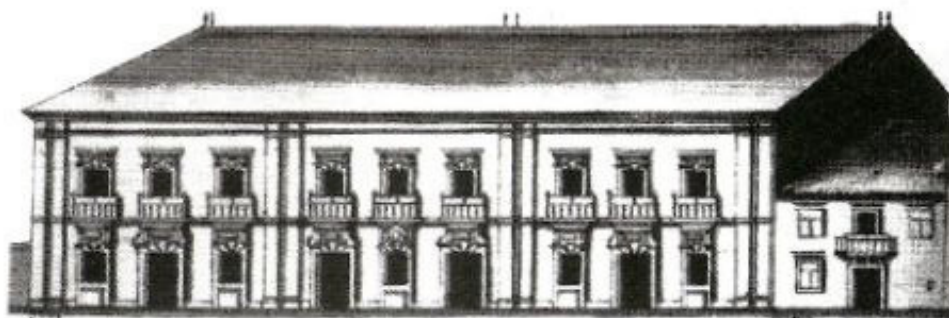


Figura 84 - Palácio dos Falcões no MRB

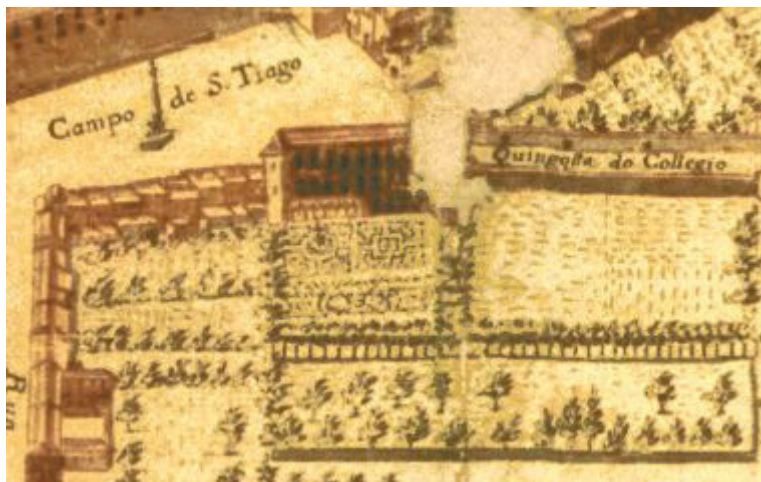


Figura 85 - Palácio dos Falcões no *Mapa de Braga Primas*

A Rua de Pelames situa-se entre o Campo de Santiago e a Ponte dos Pelames, designada por Rua de S. Geraldo desde 1618. No final do mesmo século apresentava-se edificada de ambos os lados. Junto ao Campo de Santiago as parcelas das casas eram de maior dimensão e melhor qualidade, ainda hoje as suas fachadas podem ser observadas. Podem ser identificadas, no MRB, estas e outras casas mais pequenas e simples. A parte sul desta rua apresentava no século XVIII edifícios pequenos, térreos ou com um piso, semelhantes aos subúrbios. A abertura da Avenida Imaculada Conceição, no século XX, descaracterizou esta artéria (Ribeiro, 2008: 529-531).

Esta rua possui algumas casas com importância arquitetónica, representativas da Época Moderna, um destes exemplares encontra-se no topo da rua, tem uma fachada trabalhada, mantém as características arquitetónicas e decorativas apresentadas no MRB embora tenha levado um acrescento de dois postigos a ladear as duas portas da sua fachada. Esta casa, do século XVIII (nº 14), com dois pisos, apresenta uma fachada em mau estado e encontra-se devoluto.

Outro edifício que deve ser mencionado, é a Casa Grande da Rua dos Pelames (nº 15), que se destaca pelo comprimento e pela sua loggia na fachada sul, parece datar dos finais do século XVI. Mantém as características arquitetónicas e decorativas apresentadas no MRB, embora tenha levado um acrescento de dois postigos a ladear as duas portas.

O primeiro emprazador registado, o cônego Manuel Alvares, terá comprado a casa em 1602, consta que a casa tinha a altura de uma casa-torre e era o edifício mais elevado da rua. É um edifício de dois pisos com características rurais, possuía lojas no primeiro piso, e terá tido vários

acrescentos e mudanças ao longo dos séculos (Pereira, 2000: 89-96)¹⁷⁴. Atualmente, o edifício encontra-se desocupado e esbanja uma fachada em mau estado.

A Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51 (n° 16) é uma construção do século XVIII, embora tenha sido recuperada no século XX, devido ao seu estado de ruína. Muito provavelmente habitacional na sua génese, foi adquirida pela Santa Casa da Misericórdia em 1993, para instalar a Creche Rainha Dona Leonor, onde ainda funciona. Este edifício tem uma planta retangular, dois pisos e um jardim nas traseiras. A fachada principal tem pilares toscanos nas laterais, as janelas do primeiro piso possuem grades e no segundo piso varandas de ferro com mísulas e cornija pétreia com beiral saliente¹⁷⁵.

A fachada principal encontra-se em bom estado de conservação, diga-se ainda, que um anexo foi construído nas traseiras de apoio à creche. Encontra-se classificada como IIP, Decreto n° 95/78, Diário da República, Iª Série, n° 210 de 12 de setembro 1978 e abrangida por Zonas Especiais de Proteção, sendo estas, da fachada *rocaille* e escadaria do Palácio do Raio, da fachada principal do Hospital de S. Marcos e a da respetiva Igreja e do Tanque do Quintal do Ídolo¹⁷⁶ (Apêndice, Ficha 5).

No fim desta rua avista-se uma casa com elementos arquitetónicos mais trabalhados e visíveis, a Casa do Avelar (n° 17), com uma fachada virada para a atual Rua S. Geraldo e outra para a Avenida da Imaculada Conceição. Esta casa pertence à família Jácome de Vasconcelos desde 1509, é uma construção dos séculos XVI e XVII, com vários acrescentos nos séculos posteriores (Azeredo, F., 1986: 71). Ao longo dos séculos, esta família teve papéis preponderantes na cidade, desde cargos na Santa Casa da Misericórdia a procuradores da cidade (Azeredo, A. C., 2013: 86). Um restauro do edifício ocorreu em 1942 (Nóbrega, Tomo II, vol. I, 1971/1980: 668), ainda se apurou que este edificado se encontrava em estudo pelo SIPA¹⁷⁷. Identificou-se, através o nosso deslocamento ao local, alçados em estado razoável de conservação.

¹⁷⁴ Esta casa foi objeto de estudo pormenorizado por Pereira (2000: 89-120).

¹⁷⁵ Informação do Portal SIPA e do Portal Património Cultural, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6970 e <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74759>, respetivamente.

¹⁷⁶ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74759>

¹⁷⁷ O processo para classificação da casa e dos jardins aberto em junho de 2018. Informação disponível no Portal SIPA, consultado em julho, 19, 2018, em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17152

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

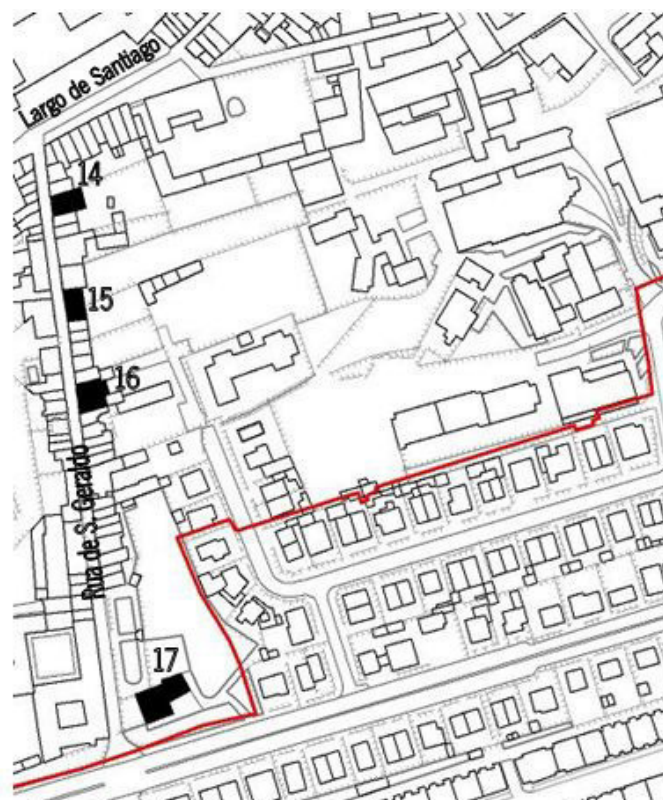


Figura 86 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua de S. Geraldo



Figura 87 – Casa Setecentista (n°14)



Figura 88 - Casa Setecentista da Rua dos Pelames no MRB

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 89 - Casa Grande da Rua dos Pelames (nº15)

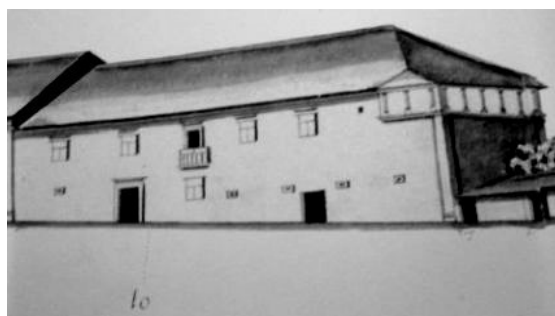


Figura 90 - A Casa Grande da Rua dos Pelames no MRB

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)



Figura 91 - Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51 (n°16)



Figura 92 - Casa do Avelar, fachada norte (n°17)



Figura 93 - Casa do Avelar, fachadas oeste e sul (n°17)



Figura 94 - Casa do Avelar no *Mapa de Braga Primas*



Figura 95 - Casa do Avelar no MRB

A Rua do Alcaide localiza-se entre o Campo de Santiago e o Campo de S. Sebastião. O Mapa de Braunio mostra uma rua edificada dos dois lados, onde se verifica parcelas de maiores dimensões com casas de arquitetura mais lavrada. Tem maior número de casas com dois pisos. Consta ter sido habitada por uma classe mais abastada devido ao seu topónimo. É das artérias mais bem conservadas, permanecendo uma boa parte das fachadas dessas casas (Ribeiro, 2008: 515-116).

Várias casas despertam a nossa atenção pelas suas características arquitetónicas semelhantes àquelas utilizadas na Época Moderna. No alçado sul desta rua, deparamo-nos com um exemplar bastante lacónico, feito por volta de 1626 (Pereira, 2000: 115), possui dois pisos, e a fachada está em bom estado de conservação mas encontra-se devoluto (nº 18).

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

Outra edificação datada do século XVIII possui uma torre do século XIV anexada¹⁷⁸. Este edifício, conhecido como a Casa da Senhora da Torre (nº 19), era uma residência nobre, possui alçados para duas ruas e um largo; Rua do Alcaide, Rua de S. Paulo e Largo de Paulo Orósio. Provavelmente mandada edificar por Luís Álvares Lanhas (1639-1704), sargento-mor, tenente-general, cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Ainda pertenceu, por compra, à família Magalhães Feio de Azevedo, barões e viscondes da Torre, esta família colocou a pedra de armas, datada da segunda metade do século XVIII, que ainda hoje se encontra no cunhal da casa (Nóbrega, Tomo II, vol. I, 1971/1980: 710).

Atualmente o edifício dá abrigo à Congregação do Sagrado Coração de Maria, sendo que a superiora Madre Maria Getsémani é descendente dos Magalhães feio de Azevedo, ou seja, é a atual senhora da Casa da Torre. Tanto a fachada como os interiores estão em bom estado de conservação. Ainda se apurou que esta casa está em estudo pelo SIPA¹⁷⁹.

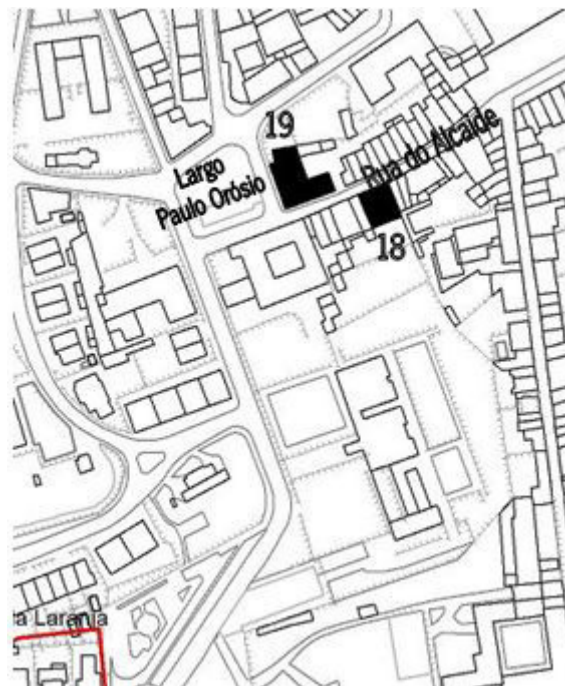


Figura 96 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua do Alcaide

¹⁷⁸ Fonte: Mapa do inventário de conjuntos urbanos de Braga.

¹⁷⁹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17151

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 97 – Casa Seiscentista (n° 18)

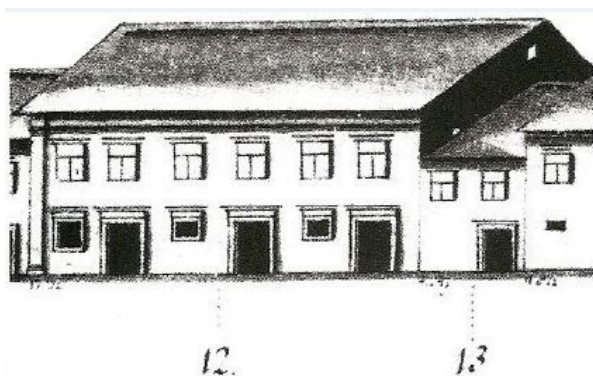


Figura 98- Casa Seiscentista na Rua do Alcaide no MRB



Figura 99 - Casa da Senhora da Torre, fachada da Rua do Alcaide (n° 19)



Figura 100 - Casa da Senhora da Torre, fachada do Largo de Paulo Orósio (nº 19)

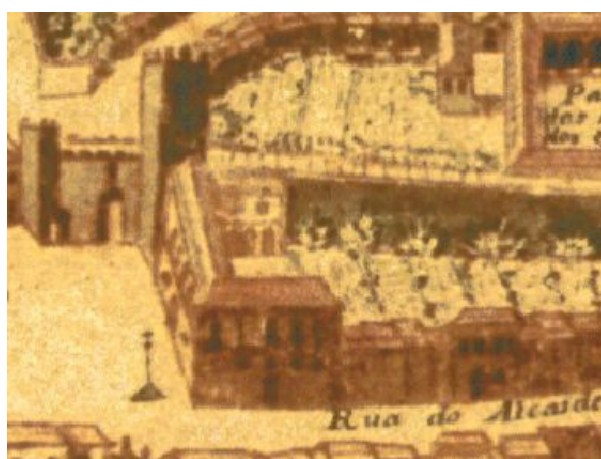


Figura 101 - Casa da Senhora da Torre no *Mapa de Braga Primas*

Novas artérias vieram ligar-se ao Campo de S. Sebastião, atualmente Largo de S. Paulo Osório, designadamente, a Rua Frei Caetano Brandão, a Rua de S. Paulo, a Rua da Senhora da Saúde, hoje Rua Jerónimo Pimentel, e a Rua de Trás das carvalheiras, atualmente Rua do Matadouro (Fafiães, 2015: 135). Neste campo somos interpelados pela Casa de S. Sebastião das Carvalheiras (nº20), ainda denominado por Solar da Rua de S. Sebastião. António de Magalhães e Menezes, moço-fidalgo da Casa Real, nasceu neste solar em 1681. O último proprietário, António José de Siqueira Freire, conde de S. Martinho e descendente de António Menezes, não deixou descendência. Os herdeiros venderam a propriedade (Azerede, 2013: 84).

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

O edifício tem dois pisos, a fachada encontra-se em bom estado de conservação e o seu interior foi totalmente demolido para dar lugar a uma habitação multifamiliar. Este edifício encontra-se em estudo pelo SIPA¹⁸⁰.

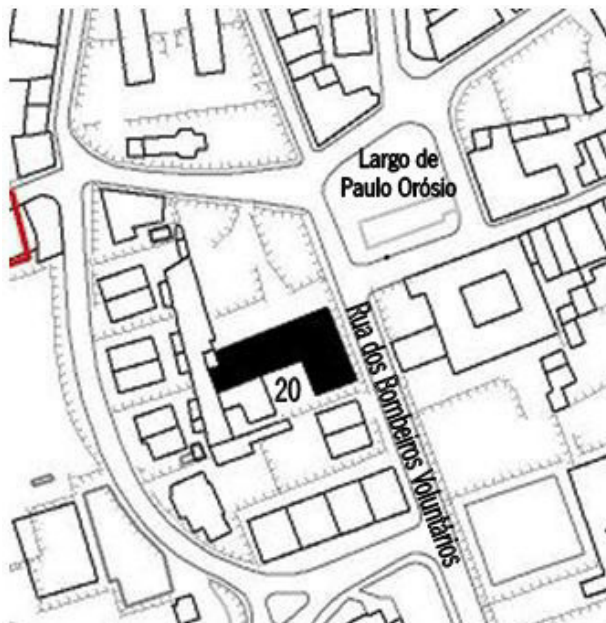


Figura 102 - Localização na planta topográfica atual da Casa de S. Sebastião das Carvalheiras



Figura 103 - Casa de S. Sebastião das Carvalheiras (nº 20)

No século XVI, a Rua de Maximinos (sentido Este/Oeste) toma o nome de Rua de S. Miguel-o-Anjo, ligava a Sé ao Campo das Hortas e à Rua da Cruz de Pedra. A parte que permanece da

¹⁸⁰ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17220

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

Rua S. Miguel-o-Anjo é a atual Rua Visconde de Pindela. Tanto a Rua de S. Miguel-o-Anjo, como a Rua da Cruz de Pedra e a Rua Direita, vão manter a mesma fisionomia e o mesmo parcelamento até ao século XIX (Ribeiro, 2008: 533-534).

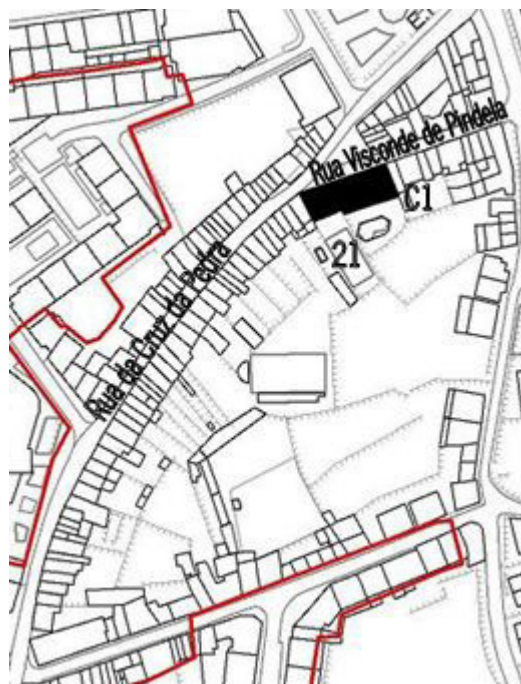


Figura 104 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Bravos na Rua Visconde de Pindela



Figura 105 - Casa dos Bravos (n° 21)



Figura 106 - Casa adossada à Casa dos Bravos

Na Rua Visconde Pindela podemos contemplar uma residência nobre da Época Moderna, a Casa dos Bravos ou Casa na Rua Visconde de Pindela nº47 (nº 21). Este edifício de dois pisos apresenta a fachada e os interiores em bom estado de conservação, permanece na posse da mesma família enquanto residência.

A pedra de armas foi, muito provavelmente, colocada por Diogo Bravo de Meneses (1629-1688) no terceiro quartel do século XVII (Nóbrega, Tomo II, vol. I, 1971/1980: 745), contudo a atual Senhora da Casa dos Bravos indicou-nos o século XVI como data de construção do edifício. A casa encontra-se em estudo pelo SIPA, assim como a casa adossada a ela, também da Época Moderna, que frui de uma janela com sacada no piso superior e uma fachada em mau estado de conservação¹⁸¹.



Figura 107 - Casa dos Bravos e a casa adossada no MRB

O Campo das Carvalheiras situava-se entre a capela de S. Sebastião e a Igreja de S. Miguel, ulteriormente deslocada, agora é rematado pelo Campo das Hortas. Foi mandado alargar por D. Diogo de Sousa, entretanto seguiu-se a urbanização do Campo das Hortas como se pode

¹⁸¹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17154

observar no Mapa de Braunio. Nos séculos seguintes esta zona enfrentou várias alterações na sua fisionomia e no século XIX algum edificado foi destruído (Ribeiro, 2008: 516-517).

Nestes campos alguns edifícios são importantes para o nosso estudo, como a Casa Grande do Campo das Hortas ou Casa dos Cunha Reis (nº 22) construída no século XVIII. A propriedade foi comprada pelo D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho (1744-1834) que mandou edificar a casa. A família deste último era ligada ao comércio do vinho, já ele exerceu cargos tais como deão do cabido da Sé de Braga, vigário capitular, entre outros¹⁸². Atualmente serve de habitação sazonal aos descendentes da família, mas também está à disposição para reservas de estadia¹⁸³.

Segundo Oliveira (1999: 35) este edifício é tardo-clássico, tem uma planta retangular, dois pisos separados por um friso e com a fachada principal ritmada por pilastras dóricas. As janelas e as portas do primeiro piso têm lintel e mísulas laterais de base ao entablamento, já as janelas do segundo piso detêm lintel rematado por frontões triangulares. Um frontão triangular com brasão e balaustrada é ostentado no topo desta fachada¹⁸⁴. Diga-se que um terceiro piso é visível da fachada posterior. Esta propriedade possui um jardim nas traseiras com uma escadaria semicircular e um patamar que se divide em dois acessos opostos para a fachada posterior. Stoop (1993: 50) também evoca uma escadaria, no interior, de dois lanços divergentes que conduzem a outra escadaria central.

Está classificada como IIP, Decreto nº 129/77, Diário do Governo, 1ª Série, nº 226 de 29 de setembro 1977¹⁸⁵ e Encontra-se em bom estado de conservação.

¹⁸² Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73933>

¹⁸³ Informação disponível no Portal Booking.com, consultado em outubro 1, 2018, em <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html#tab-main>

¹⁸⁴ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73933>

¹⁸⁵ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73933>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

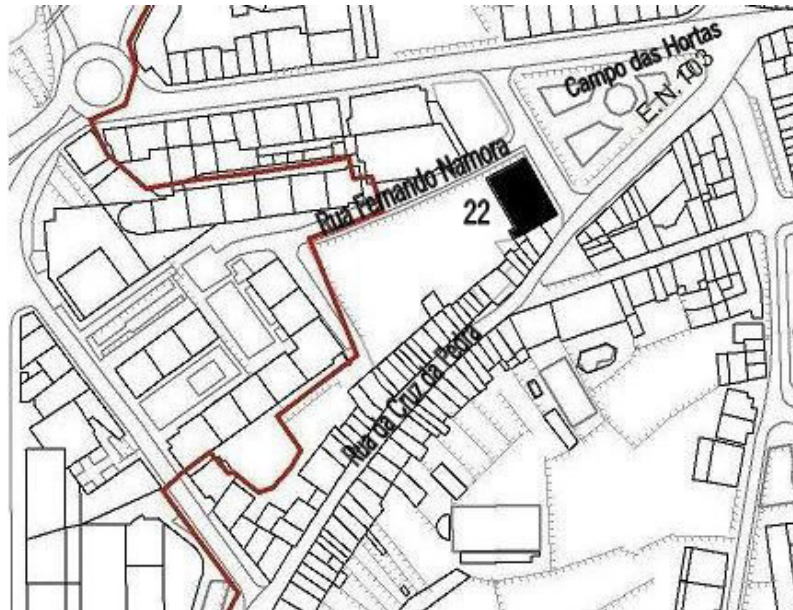


Figura 108 - Localização na planta topográfica atual da Casa Casa Grande do Campo das Hortas



Figura 109 - Casa Grande do Campo das Hortas (n° 22)



Figura 110 - Primitiva Casa Grande no *Mapa da Cidade de Braga Primas*

A Rua dos Biscaínhos localiza-se entre o Campo da Vinha e o Campo das Hortas, já se encontrava toda urbanizada do lado nascente no século XVI, como consta no Mapa de Braunio. Esta rua irá conservar a mesma fisionomia ao longo dos séculos (Ribeiro, 2008: 518). Identificamos um edifício com uma arquitetura semelhante a casas da Época Moderna de outras ruas, nomeadamente da Rua do Alcaide. Esta casa Moderna (nº 23) que pertenceu, provavelmente, à família Gavião que residiu no Campo da Vinha possuía uma pedra de armas datada do século XVII (Nóbrega, Tomo I, vol. I, 1971/1980: 300). Ostentava, em épocas anteriores, uma pedra de armas na frontaria, possui dois pisos, uma fachada em bom estado de conservação e, atualmente, serve de sede à União dos Sindicatos de Braga.

Outro edifício de destaque é a Casa dos Biscaínhos (nº 24), atualmente Museu dos Biscaínhos e já referida neste trabalho, está situada na Rua dos Biscaínhos. É uma construção do século XVII, porém sofreu alterações nos séculos XVIII e XIX. O Dr. Constantino Ribeiro do Lago (1619-1686) mandou edificar a casa e instituiu o vínculo dos Biscaínhos, este teve várias funções, das quais podemos destacar a de procurador-geral da Mitra Bracarense. A propriedade continuou na família até ser vendida, em 1963, à Junta Distrital de Braga, de seguida foi restaurada para adaptação ao museu que abre em 1978. Atualmente é afeto à DRCN¹⁸⁶.

A construção é associada a artesões bascos, da província de Biscaia. É um palácio barroco com estrutura clássica, de quatro pisos e uma fachada em L. Em 1699, o segundo proprietário, Diogo de Sousa da Silva, coloca as suas armas na fachada nordeste. Em 1712, sofre uma grande reforma segundo um modelo em papelão. Possui duas fachadas principais, com portais de linhas rígidas rematados por frontões interrompidos. Um friso separa os dois primeiros pisos, observa-se janelas de sacada com frontões curvos e entrecortados no segundo piso, porém na fachada mais comprida descobrem-se janelas em óculos com molduras em formato de sino no terceiro piso (SIPA, 1994; Rocha M.J.M., 1996: 170-171).

Esta propriedade possui um claustro, cavalariças, tetos de madeira, painéis de azulejos pitorescos, um jardim barroco e um anexo que servia a antiga cozinha, este encontra-se nas traseiras da casa. O museu expõe mobiliário, carroças, gravuras, objetos usados pela família que nela habitou, entre outras coisas. O jardim é dividido em partes, a primeira representa um jardim-espetáculo com bancos e lagos, a segunda é de cariz barroco com buxos, terraços, esculturas, fontes, canteiros de flores, casas de frescos, etc.¹⁸⁷. O jardim é cercado por um muro

¹⁸⁶ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1047

¹⁸⁷ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73935>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

que detém ameias e guaritas nos ângulos da parte oeste. Ainda nesta zona, encontra-se um templo clássico com colunas toscanas e lanternim com lajes sepulcrais. O jardim foi remodelado nos finais do século XVIII e, novamente, no século XIX (Stoop, 1993:46).

Beneficia de proteção legal enquanto IIP, Decreto n.º 37 366, Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 70 de 5 de abril 1949 e abrangida pela ZEP da Igreja e Convento do Pópulo¹⁸⁸. A edificação encontra-se em bom estado de conservação, tanto na fachada como nos interiores, embora necessite de alguma intervenção.

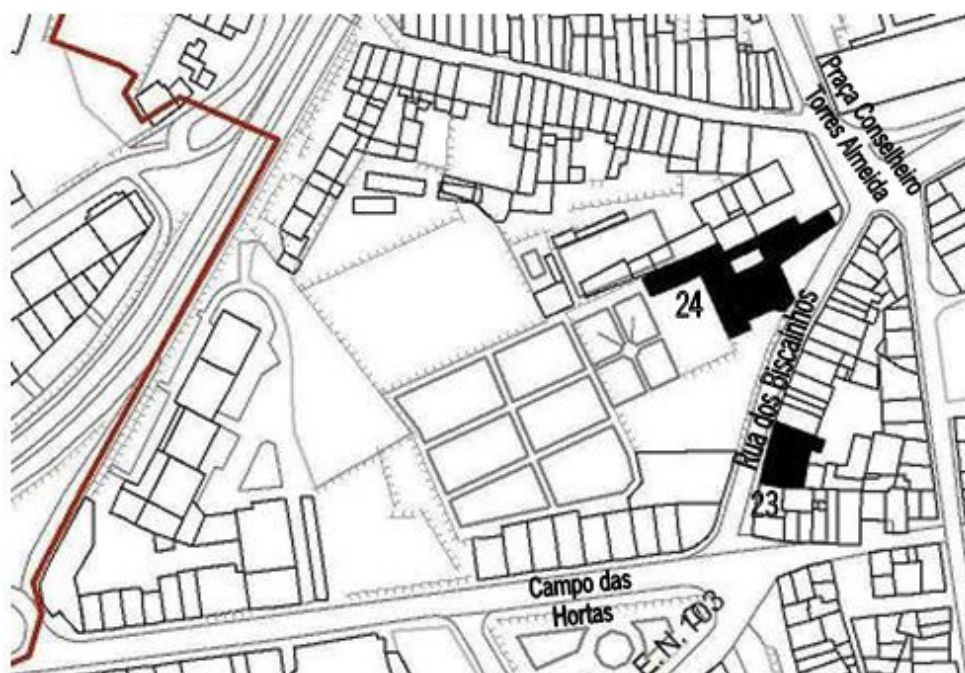


Figura 111 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Rua dos Biscainhos



Figura 112 – Casa Seiscentista (n.º 23)

¹⁸⁸ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1047

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)



Figura 113 - Um perspectiva da fachada principal do Museu dos Biscaínhos (nº24)



Figura 114 - Jardim do Museu dos Biscaínhos¹⁸⁹

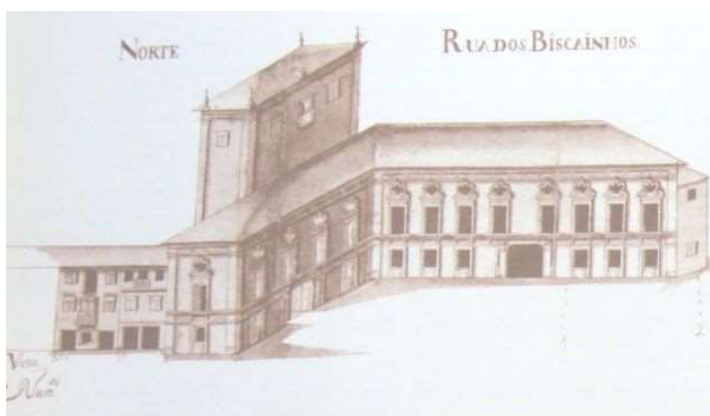


Figura 115 - Casa dos Biscaínhos no MRB

¹⁸⁹ Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardins,_Casa_e_Museu_dos_Biscaínhos_\(8\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardins,_Casa_e_Museu_dos_Biscaínhos_(8).jpg), consultado em dezembro, 20, 2017.



Figura 116 - Casa dos Biscaínhos no *Mapa de Braga Primas*

O Campo da Vinha, atual Praça Conde Agrolongo, sofre uma forte urbanização até ao século XVIII. É um campo com várias edificações de cariz religioso. A abertura da Rua do Salvador, atual Rua Alferes Ferreira, desencadeará alterações na fisionomia da zona norte (Fafiães, 2015: 125-127). Este campo tem quatro exemplares, de destaque, da Idade Moderna, em que, três destes estão classificados e encontram-se lado a lado.

A Casa dos Maciéis Aranhas (nº 25) é uma construção do século XVIII, com alterações nos séculos XIX e XX¹⁹⁰. Francisco Ventura Maciel Aranha comprou a casa nos finais do século XVIII, este teve vários cargos, nomeadamente o de vereador em Braga no ano 1803 (Nóbrega, Tomo I, vol. I, 1971/1980: 339). No século XX, a casa foi vendida ao Dr. Advogado António José da Costa, atualmente na posse de sua filha, Dr.^a Maria Clara Borges da Costa (Azeredo, A. C., 2013: 54).

É um edifício barroco, com planta em U, de dois pisos. O desenho é fechado por um mural ameado com um portal neoclássico no centro, este detém pilastras toscanas coroadas por entablamento e o brasão dos Maciéis e Aranhas¹⁹¹. Os corpos laterais têm, no segundo piso, janelas de sacada com mísulas, já no primeiro piso são de verga reta. O corpo de central está recuado, todas as aberturas são de linhas retas e observa-se uma varanda no segundo piso com quatro colunelos circulares encimados por arcos abatidos. Existe uma escadaria de acesso num dos extremos¹⁹².

Esta casa está classificada como IIP, Decreto nº 516/71, Diário do Governo, 1ª Série, nº 274 de 22 de novembro 1971 e abrangida pela ZEP da Igreja e Convento do Pópulo e das

¹⁹⁰ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=352.

¹⁹¹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=352

¹⁹² Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74662>

Residências (2) anexas à Casa Maciéis Aranhas¹⁹³ (Apêndice, Ficha 8). As fachadas encontram-se em bom estado de conservação, atualmente serve de residência familiar, embora algumas divisões do piso térreo da fachada virada para Rua do Alferes Ferreira sirvam para comércio e serviços.

A Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 (n.º 26), muito provavelmente uma habitação na sua origem, atualmente, o primeiro piso parece desocupado e o segundo piso serve para serviços. A fachada está em bom estado de conservação. É uma construção do século XVII, com planta retangular, de dois pisos. Modificações na fachada principal e nos interiores ocorreram no século XX. A fachada principal tem janelas retangulares com cornijas retas e um escadório de granito, de um só lanço, com um patamar e alpendre suportado por colunelos de acesso ao piso superior e um vão de passagem para o piso térreo. A casa possui, no interior, um seis colunas que, outrora, desenhavam um pátio e usufrui de jardim nas traseiras¹⁹⁴.

A casa foi classificada conjuntamente com a Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115, enquanto IIP, pelo Decreto n.º 95/78, Diário da República, 1ª Série, n.º 210 de 12 de setembro 1978, e abrangida pela ZEP da Casa dos Maciéis Aranhas e da Igreja e Convento do Pópulo¹⁹⁵ (Apêndice, Ficha 9).

A Casa na Praça Conde de Agrolongo n.º 115 (n.º 27), presumivelmente uma habitação na sua origem, atualmente, o interior do edifício está adaptado a um bar noturno. É uma construção do século XVII, embora tenha sofrido alterações no século XX. É um edifício de planta retangular, de dois pisos, onde se observa uma pilastra no cunhal esquerdo com cornija de pedra. As janelas, desta fachada, são retangulares e de peito com cornijas retas. Encontra-se, também, um escadório de dois lanços de granito, com um patamar para o segundo piso e dois colunelos de suporte para um alpendre, e um vão de passagem para o piso térreo. O interior, bastante alterado, ainda detém um pátio ladeado por quatro arcos abatidos e escadas de pedra de acesso ao andar superior. A fachada posterior abre para um quintal com tanque de pedra¹⁹⁶.

O edifício foi classificado conjuntamente com a Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 enquanto IIP, pelo Decreto n.º 95/78, Diário da República, 1ª Série, n.º 210 de 12 de setembro

¹⁹³ Como anteriormente citado.

¹⁹⁴ Informação disponível no Portal SIPA e no Portal Património Cultural, consultados em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=45 e <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74659>, respetivamente.

¹⁹⁵ Como anteriormente citado.

¹⁹⁶ Informação disponível no Portal SIPA, em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17236

1978, e abrangida pela ZEP da Casa dos Maciéis Aranhas e da Igreja e Convento do Pópulo¹⁹⁷ (Apêndice, Ficha 10). A fachada principal está em bom estado de conservação.

O quarto edifício encontra-se na Praça do Conselheiro Torres Almeida, está no seguimento para oeste da Praça Conde Agrolongo, é o Palácio Vilhena Coutinho (n.º 28), inicialmente uma residência nobre, é datado do século XVIII e atribuído a Carlos Amarante. Antiga casa brasonada, neoclássica, de planta retangular, com três pisos separados, na fachada, por um friso e pilastras nas laterais, estas rematadas por um friso e cornija, ainda coroadas por platibanda¹⁹⁸.

A Casa foi comprada à família Costa Pereira de Vilhena Coutinho pela câmara em 1869 (Fafiães, 2015: 154), esta instalou no local a Escola Industrial de Braga em 1884. Em 1929 a sua fachada é aumentada e o seu interior é adaptado para as instalações do Tribunal de Comarca de Braga pelo arquiteto João de Moura Coutinho (Oliveira, E. P., 1999: 39; Vieira, 2018: 51). A fachada encontra-se em mau estado de conservação, o interior foi demolido e está, portanto, devoluto, ainda assim encontra-se em estudo pelo SIPA¹⁹⁹. Ainda podemos referir a fachada da casa brasonada dos Costas Pereiras, virada para a Praça do Município, ainda que Nóbrega (Tomo I, vol. I: 1971/1980: 195) associe a pedra de armas ao último quartel do século XVIII, a escassez de informação impede a datação deste edifício. O seu interior encontra-se, ele também, demolido e a fachada em mau estado de conservação. Este complexo arquitetónico que envolve tanto a fachada virada para a praça do Conselheiro Torres Almeida como aquela virada para a Praça do Município parecem, num momento original, encerrarem duas estruturas distintas (Vieira, 2018:41). Todo este complexo arquitetónico pode ser revitalizado, tal como já o sugere Vieira (2018) na sua proposta de reabilitação e reutilização do palacete.

¹⁹⁷ Como anteriormente citado.

¹⁹⁸ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25792

¹⁹⁹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25792

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

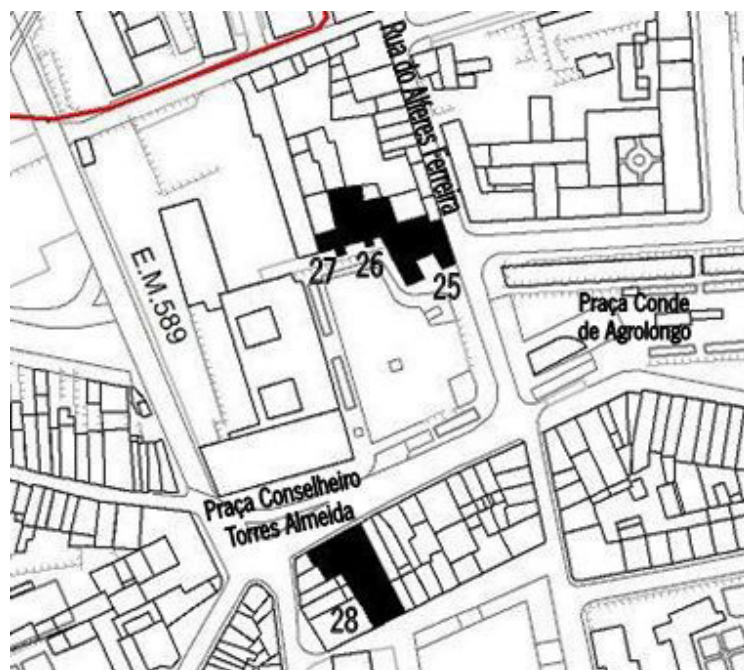


Figura 117 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Praça Conde de Agrolongo e Praça Conselheiro Torres Almeida



Figura 118 - Casa dos Maciéis e Aranhas (n° 25)

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 119 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 (n.º 26)



Figura 120 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115 (n.º 27)

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

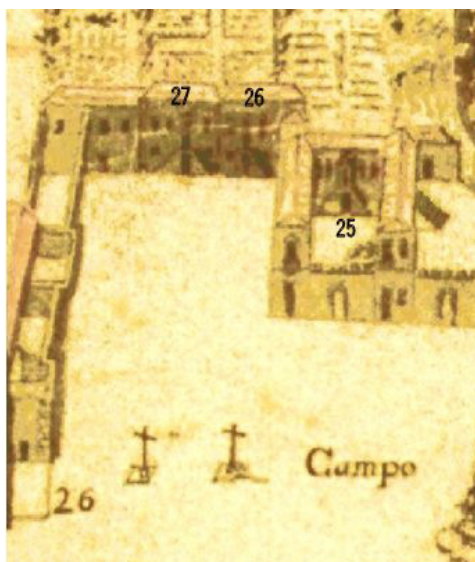


Figura 121 – Casas registadas no Campo da Vinha no *Mapa de Braga Primas*



Figura 122 - Palácio dos Vilhena Coutinho (nº 28)



Figura 123 – Vista aérea da fachada da casa dos Costas Pereiras, virada para a Praça do Município²⁰⁰

A Rua Das Cónegas localiza-se entre o Campo da Vinha e a freguesia de Real, atualmente designada de Rua da Boavista. Segundo o MRB, já se apresentavam vários edifícios no século XVIII, com parcelas pequenas, estreitas e alongadas. A abertura de novas ruas no século XX fragmentou a parte inicial da rua, mantendo-se ainda troços originais (Ribeiro, 2008: 535-536).

Um edifício, de grande destaque, sobressai no cunhal entre a atual Rua da Boavista e a Praça Conselheiro Torres Almeida. Este último é do início do século XVII e fazia parte de uma quinta, a Casa dos Sotomayor ou Casal de Portas da Rua da Cónega (n.º 29). Lourenço da Cunha Sotomayor, primeiro senhor da casa, fidalgo da Casa Real, teve autorização do Cabido para aforar chãos nesta rua em 1608 (Nóbrega, Tomo I, vol. I, 1971/1980: 282). É atualmente o Edifício do Patronato de Nossa Senhora da Torre.

O edifício possui vãos de distribuição simétrica nas fachadas, com rusticado no primeiro piso, e um portal em arco de volta perfeita, no segundo piso observa-se uma janela de sacada acompanhada de mais duas janelas de cada lado, em ambas as fachadas (Pereira, 2000: 72).

É uma construção que se ergueu à volta de um pátio quadrado, este rodeado por arcarias que sustentam um balcão; este último sendo um corredor aberto, com uma balaustrada, para o interior suportada por colunetas, funciona como ligação entre as câmaras. A escadaria que leva

²⁰⁰ Vieira, 2018: 62.

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

ao andar superior apresenta-se sóbria (Pereira, 2000: 74). Segundo Eduardo Oliveira (1999: 39) o interior desta edificação terá sido totalmente alterado. Este edifício, de dois pisos, apresenta bom estado de conservação e está em estudo pelo SIPA²⁰¹.

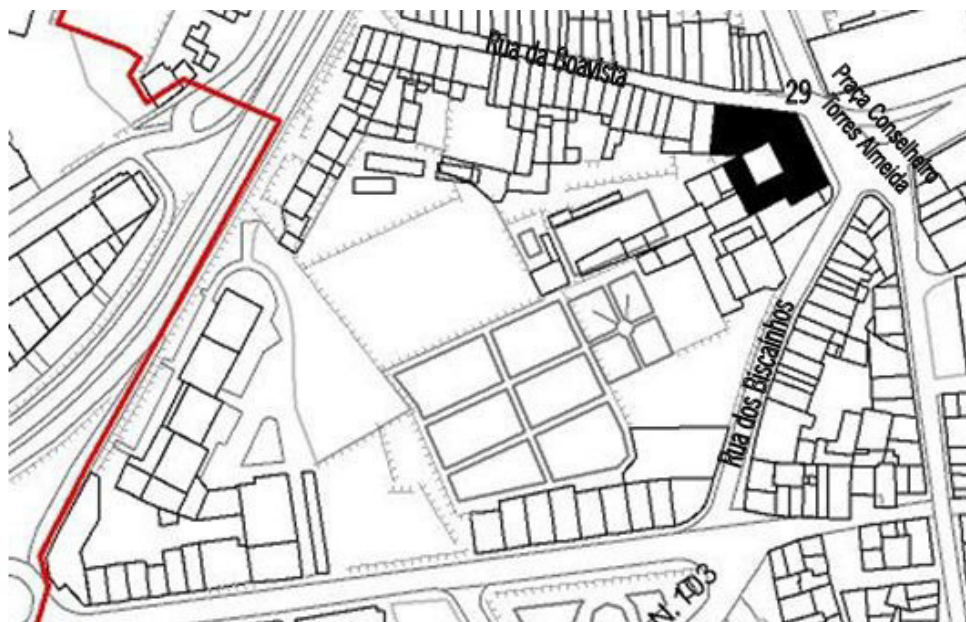


Figura 124 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Sotomayor



Figura 125 - Casa dos Sotomayor, fachada para a Praça Conselheiro Torres Almeida (nº 29)



Figura 126 - Casa dos Sotomayor, fachada para a Rua da Boavista (nº 29)

²⁰¹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24178

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 127 - Pátio interior da antiga Casa dos Sotomayor (n.º 29)²⁰²

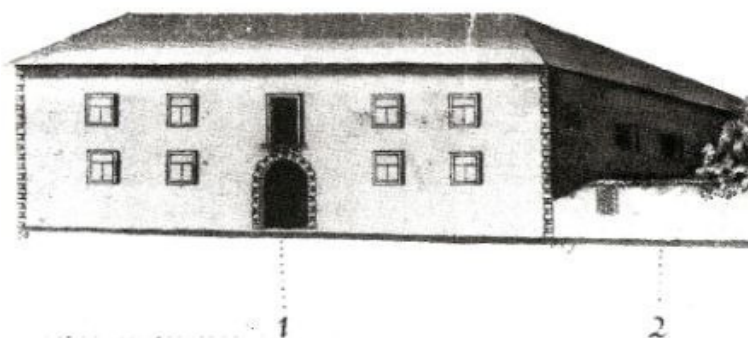


Figura 128 - Casa dos Sotomayor fachada para a Rua da Cónega no MRB



Figura 129 - Casa dos Sotomayor no *Mapa de Braga Primas*

²⁰² Informação disponível na rede do Facebook, consultado em <https://www.facebook.com/patronato.n.s.torre/photos/a.188821534641320/256980394492100/?type=3&theater>

De seguida, vejamos zona que mais se desenvolveu na Época Moderna. O Campo de Santa Ana, o Campo e Calçada da Senhora-a-Branca e Rua da Régua que está na continuidade das duas primeiras, localiza-se entre a Arcada e a Igreja de S. Vítor, é hoje a Avenida Central. Esta artéria é considerada o ex-libris do barroco bracarense devido à perspetiva cenográfica engendrada entre a Arcada e o Santuário do Bom Jesus de Braga (Ribeiro, 2008: 524).

Do lado norte da avenida deparamo-nos com a casa que foi de José da Silva Costa (nº 30), um brasileiro abastado que mandou edificar a sua casa em 1731 pelo mestre-pedreiro portuense Inácio de Matos. Encontra-se atualmente devoluto e com uma fachada em mau estado. É uma casa sóbria mas trabalhada, de grandes dimensões, com janelas de sacada no andar sobrado, estas com cachorros e janelas de avental e portas no andar térreo. Tem precisamente oito vãos, os inferiores unem-se aos superiores, e uma faixa de pedra os separa (Pereira, 1998/99: 124-127).

No lado sul da avenida encontramos a casa de Manuel Rebelo da Costa (†1771) construída em 1726 (nº 31), esta construção serviu, posteriormente, de modelo-padrão a várias casas, nomeadamente à de José da Silva Costa que pediu serviços ao mesmo mestre-pedreiro. Manuel Rebelo da Costa foi um homem de negócios, abastado, natural de Braga, tesoureiro da confraria do Santuário do Bom Jesus a partir de 1749, e teve vários filhos, todos eles eclesiásticos (Pereira, 1998/99: 124-126). Decorreram escavações arqueológicas por volta de 2006 aquando a sua revitalização enquanto Casa do Professor²⁰³. Esta encontra-se em bom estado de conservação tanto na fachada como no seu interior.

²⁰³ H. de Sousa (comunicação pessoal, 11, julho, 2017).

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

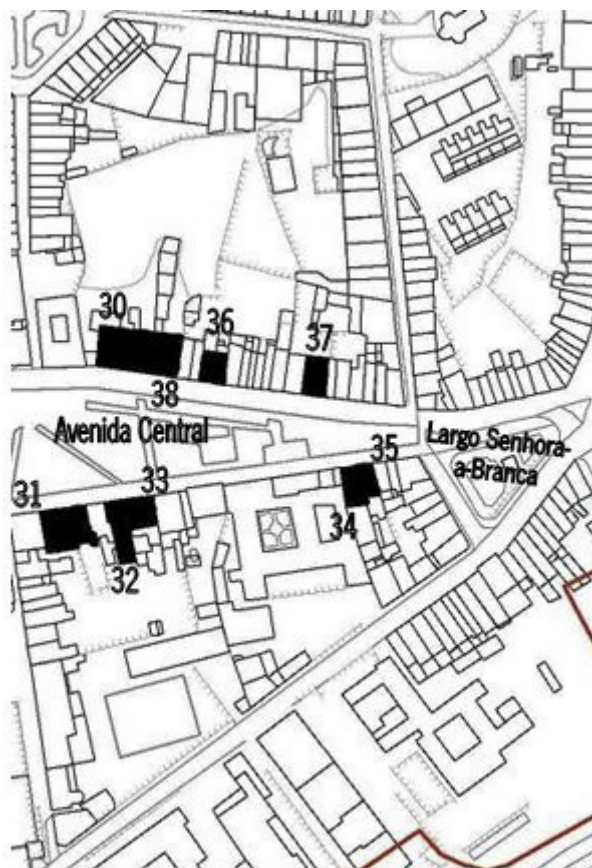


Figura 130 - Localização na planta topográfica atual das casas registadas na Avenida Central



Figura 131 - Casa de José da Silva Costa (nº 30)



Figura 132 - Casa de Manuel Rebelo da Costa (nº 31)

Casa Rolão (nº 33) encontra-se na Avenida Central, é atribuída a André Soares e a sua construção é datada de 1758 a 1761. Foi inicialmente habitada pela família Rolão, esta dedicava-se ao fabrico de sedas (Smith, R. C., 1973: 55) e de moagens²⁰⁴. Posteriormente serviu de instalações ao jornal *Diário do Minho*²⁰⁵. Atualmente, a Livraria Centésima Página está instalada no primeiro piso; o segundo piso tem duas tipologias de ocupação, comercial e cultural, apesar de algumas salas estarem desocupadas; no terceiro piso encontram-se escritórios, a antiga capela da família e salas desocupadas; o quarto piso está desocupado. A propriedade ainda se encontra na posse dos descendentes da família Rolão.

Esta construção é rococó, de planta retangular, possui entablamento e pilastras com almofadas nas laterais da fachada principal. O último piso, posteriormente acrescentado, está recuado e detém uma balaustrada com vasos nas laterais²⁰⁶. O primeiro piso tem quatro portas de verga curva com moldura e cornija curva e contracurva, respetivamente. O segundo piso tem também quatro aberturas, janelas de sacada com topo contracurvado. O terceiro piso detém janelas singelas com moldura simples. Estes pisos são separados por um friso. A fachada posterior possui vãos de verga reta e abre para o jardim²⁰⁷.

²⁰⁴ Oliveira, E. P. (2003). A avenida que é o coração de Braga. *Público*, consultado em <https://www.publico.pt/2003/01/05/jornal/a-avenida-que-e-o-coracao-de-braga-196920>

²⁰⁵ Informação disponível no Portal A Regenerar Braga, consultado em <http://www.aregenerarbraga.com/memorias-urbanas?article=3935-com-trapos-se-fez-papel&page=3>.

²⁰⁶ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74587/>.

²⁰⁷ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=353

Este edifício está classificado como IIP, Decreto n.º 129/77, Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 226 de 29 de setembro 1977²⁰⁸ (Apêndice, Ficha 11). O interior possui algumas instalações adaptadas para comércio e serviços, mas muitas salas, incluindo o hall de entrada e a escadaria, estão em mau estado de conservação. A fachada principal está em estado razoável de conservação.



Figura 133 - Casa Rolão (n.º 32)

Quatro modelos da Idade Moderna, com características similares se apresentam de ambos lados desta avenida, embora com dimensões menores, todas possuem quatro vãos nos quais os inferiores se unem aos superiores e janelas de sacada com cachorros no andar nobre. Três deles situam-se do lado sul da avenida: o primeiro (n.º 33), onde já funcionou a Hospedaria Convívio, situa-se ao lado da Casa Rolão, e no primeiro piso funciona um comércio e os dois pisos superiores servem de habitações, a fachada deste último encontra-se em estado razoável de conservação; outro (n.º 34) possui dois pisos, no primeiro piso funciona um comércio e no segundo piso encontram-se escritórios, observa-se uma fachada em estado razoável; o último do lado sul (n.º 35), igualmente com dois pisos, tem instalações comerciais no primeiro e uma habitação no segundo, e denota-se uma fachada em bom estado; já no lado norte da avenida,

²⁰⁸ Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74587>

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

regista-se o quarto modelo (nº 36) com três pisos, o último piso provavelmente acrescentado posteriormente à obra original, o edifício está devoluto e encontra-se em mau estado.



Figura 134 - Antiga Hospedaria Convívio, do lado sul da Avenida Central (nº 33)



Figura 135 – Casa Moderna do lado sul da Avenida Central (nº 34)



Figura 136 – Outra casa Moderna do lado sul da Avenida Central (nº 35)



Figura 137 – Casa devoluta no lado Norte da Avenida Central (nº 36)

Ainda, no lado norte da avenida, deparamo-nos com a denominada Casa na Avenida Central N°171 a 173 (nº 37), edifício barroco, do século XVIII, encontra-se em estudo pelo SIPA²⁰⁹. Esta possui três pisos atualmente com instalações de serviços e ostenta uma fachada em bom estado de conservação e interiores revitalizados.

Outra construção do lado norte da avenida, designada por Casa da Avenida Central N°119 a 121 (nº 38), é um modelo barroco do ano 1699 (Rocha, M.J.M., 1996: 162-163). Também

²⁰⁹ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24182

A arquitetura das residências Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII)

referida como a casa do licenciado Manuel da Costa Pessoa, foi edificada pelo arquiteto Manuel Fernandes da Silva (Pereira, 1998/99: 125) e encontra ao lado da Casa de José da Silva Costa. A fachada possui pilastras toscanas, frontões interrompidos e cachorros que sustentam as janelas de sacada e apresentam motivos vegetalistas. Atualmente habitação, apresenta uma fachada em bom estado de conservação e encontra-se em estudo pelo SIPA²¹⁰.



Figura 138 - Casa na Avenida Central N°171 a 173 (n° 37)



Figura 139 - Casa de Manuel da Costa Pessoa (n° 38)

A Rua dos Chãos de Baixo, localiza-se entre o Largo dos Penedos, hoje Praça Alexandre Herculano, e o Largo de S. Francisco. No século XVIII, é dividida em Rua dos Chãos de Baixo e

²¹⁰ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24183

Rua dos Chãos de Cima. A Rua dos Chão de Cima, atual Rua de S. Vicente, ligava a Rua dos Chão de Baixo até à Igreja de S. Vicente, seguindo a edificação de casas com maiores parcelas e arquitetura de estilo burguês (Ribeiro, 2008: 521-523).

Na Rua de S. Vicente podemos indicar dois edifícios do período tardobarroco, representativos da época em questão. Um dos edifícios (nº 39) possui três pisos, um dos quais foi provavelmente um acrescento posterior, com fachada em estado razoável de conservação e encontra-se devoluto. O segundo edifício (nº 40) possui dois andares, a fachada está num estado razoável de conservação e atualmente funciona como residência. Ambos apresentam uma janela com sacada no segundo piso.

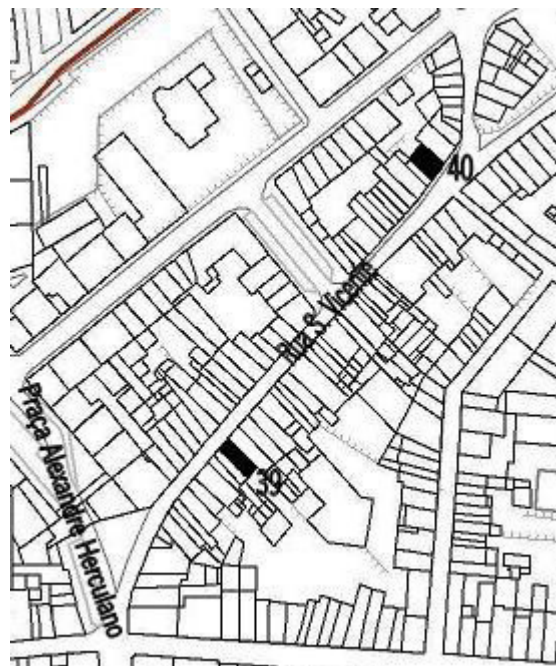


Figura 140 – Localização na planta topográfica atual das casas tardobarrocas na Rua de S. Vicente



A Rua de Infias ligava a Rua da Escoura à casa de Infias. O edificado sofreu muitas alterações, corresponde hoje, ainda que parcialmente, à Rua Conselheiro Januário. Possuía casas de traço tradicional, esta rua afigura-se como a rua de edificações mais pobres do MRB. Estas casas tinham, na sua maioria, só um andar térreo, com janelas tapadas por portadas de madeira mas também se verifica a existência de janelas do tipo bracarense (Oliveira, E. P., 1993: 135). O Largo de Infias possui um exemplar de relevância num dos extremos desta zona, a Casa de Vale de Flores ou Casa de Infias (nº 41), datada do século XVII.

João Borges Pereira Pacheco do Lago (1652-1716), que foi almotacé de Braga entre 1701 a 1708, adquiriu a propriedade em 1687 (Stoop, 1993: 67). A capela da casa, de Nossa Senhora do Pilar, pertenceu originalmente ao bispo de Elvas, D. Alexandre da Silva. A casa continua na posse da mesma família que ao longo dos séculos se distinguiram com vários papéis relevantes na cidade, mas também em carreiras militares como sucedeu com os irmãos Roby, João Borges de Faria Machado Pinto Roby de Miranda Pereira e Sebastião de Faria Machado Pinto Roby de Miranda Pereira, pertenciam à família fidalga mais importante do Norte de Portugal. Ambos condecorados, também foram homenageados com um memorial na Avenida Central de Braga (Pinheiro, 2009: 51-82).

Este edifício com planta em L²¹¹, usufrui de uma capela que completa o desenho em U. Um mural, com pedra de armas num portal central, liga as laterais. Identificam-se vestígios renascentistas e elementos decorativos barrocos. O mural, acima referido, possui formas piramidais com esferas no topo, incluindo o portão. Os corpos laterais detêm cunhais, a capela tem planta retangular e uma nave e situa-se no corpo lateral sul. A fachada da capela possui um portal de verga reta e duas janelas, todos com frontões triangulares, ainda se avista um óculo oval entre as janelas e as armas do fundador por cima deste. O corpo lateral norte tem janela de avental no primeiro piso, já no andar superior tem janelas de sacada com frontões triangulares. Uma pedra de armas decora o topo deste corpo²¹².

²¹¹ E. Oliveira, comunicação pessoal, 9, fevereiro, 2017

²¹² Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=767

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

Descobre-se um pátio interior entre os corpos, estes possuem janelas de sacada com cornija reta no andar nobre. Uma escadaria, de dois lanços opostos, encontra-se centralizada no corpo que liga as alas laterais, esta detém um vão de passagem em túnel²¹³ que leva à quinta das traseiras. A casa está classificada como IIP, pelo Decreto n.º 129/77, Diário da República, 1.ª Série, n.º 226 de 29 de setembro 1977²¹⁴ (Apêndice, Ficha 12). A fachada encontra-se em bom estado de conservação.

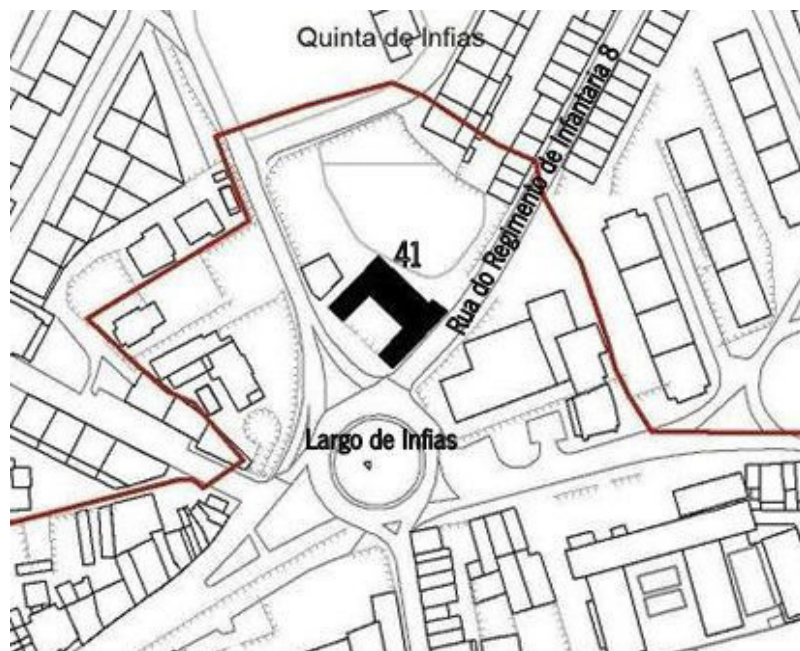


Figura 143 - Localização na planta topográfica atual da Casa de Vale de Flores no Largo de Infias

²¹³ Como anteriormente citado.

²¹⁴ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=767



Figura 144 - Casa de Vale de Flores (n.º 41)

O Campo Novo, posteriormente designado de Praça Gavião, hoje Praça de Mouzinho de Albuquerque. Teria tido como arquiteto Manuel Pinto de Vilalobos (†1734), este projetou um plano quadrangular formando um losango. Quatro eixos vêm beber ao campo: as ruas de S. Gonçalo, Santo André, das Oliveiras e de Guadalupe.

Ostenta uma arquitetura civil, com edifícios homogêneos (n.º 42), do século XVIII, todos de dois pisos com cornija e friso de separação, geralmente com uma porta e janela de avental ou duas portas no piso térreo e janelas de sacada com cachorros no segundo piso. Esta praça está classificada como IIP Portaria n.º 443/2006, Diário da República, 2ª Série, n.º 49 de 9 março 2006²¹⁵. Originalmente edifícios multifamiliares, hoje mantêm essa função ainda com comércios e serviços. Aquando o nosso deslocamento encontrou-se edifícios em bom estado de conservação, outros em degradação ou até devolutos.

²¹⁵ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71276/>

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

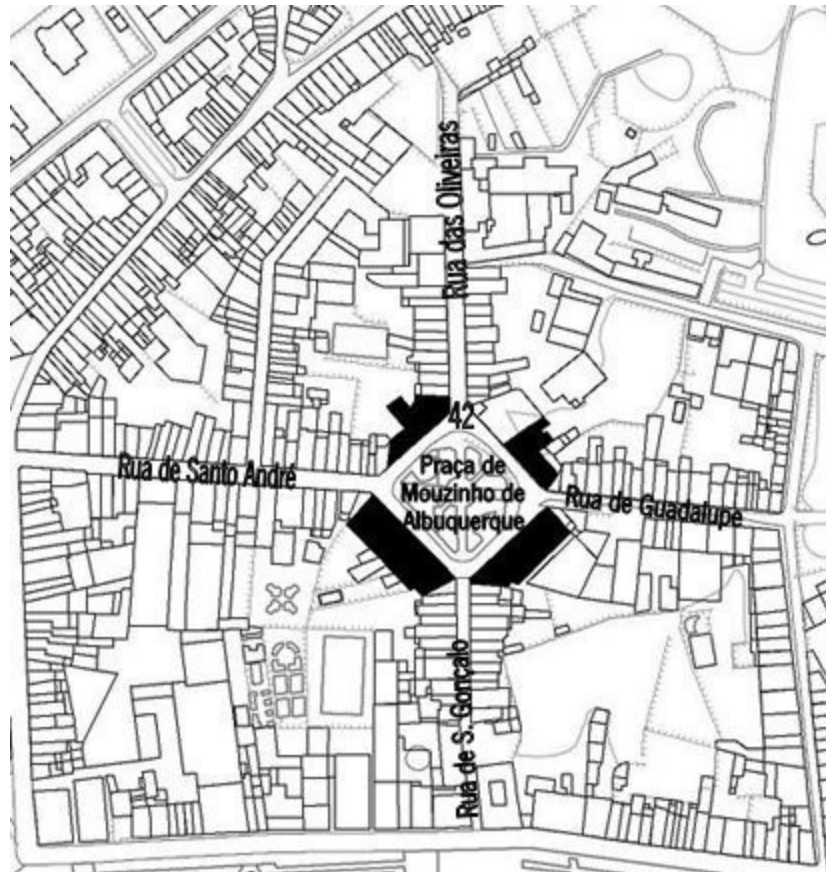


Figura 145 - Localização na planta topográfica atual dos edifícios Setecentistas na Praça de Mouzinho de Albuquerque



Figura 146 - Edifício representativo da Praça de Mouzinho de Albuquerque (nº 42)



Figura 147 – Outro edifício representativo da Praça de Mouzinho de Albuquerque (nº 42)

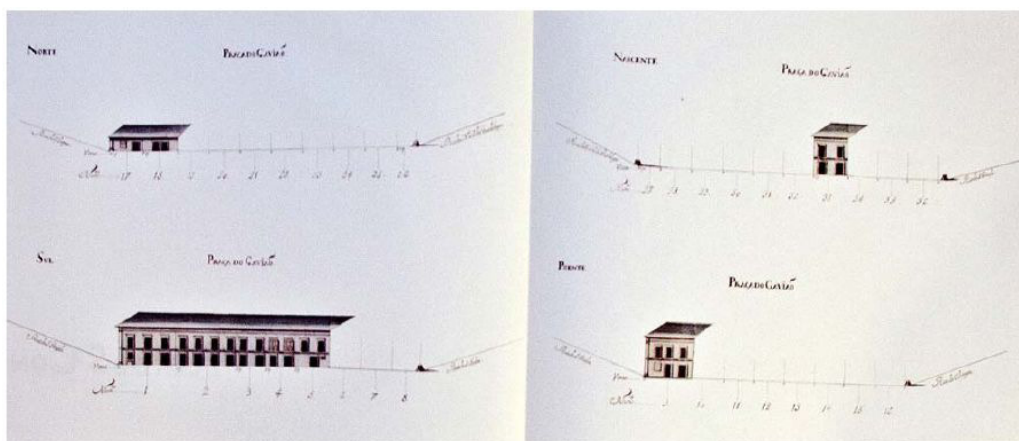


Figura 148 - O Campo Novo em construção no MRB

A Rua de Santo André ligava o Campo Novo ao Largo dos Penedos, é por vezes designada de Rua do Quinteiro no MRB. Um edifício se destaca do tecido construído, consta que o terreno deste foi aforado pelo Padre Bento Francisco Pereira e o seu irmão, a construção é provavelmente de 1732 (nº 43). Este edifício ostenta cunhais trabalhados, com friso e cornija, possui três portas no andar térreo, três janelas de sacada no andar sobradado, estas com cornijas retas e cachorros decorativos, e um friso granítico dividi os dois andares (Pereira, 1998/99: 132). Esta casa funciona atualmente como habitação e apresenta uma fachada em bom estado de conservação.

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.

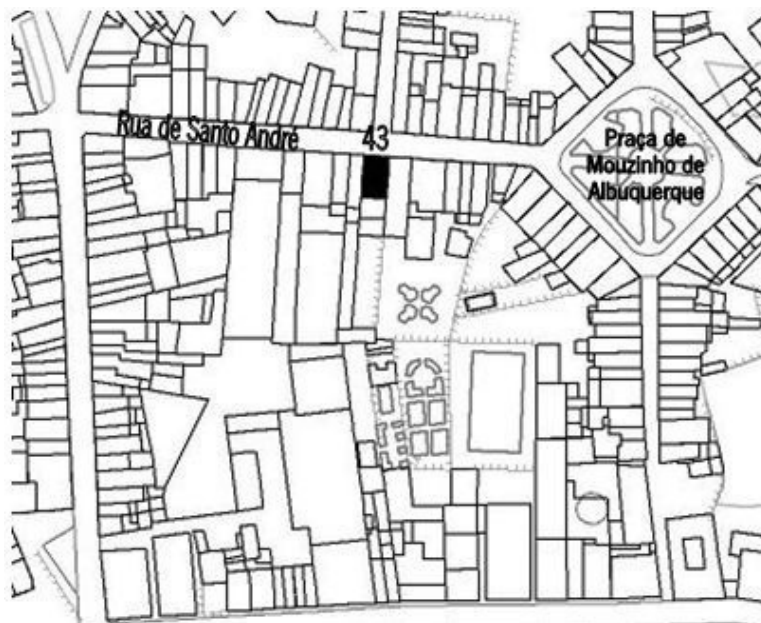


Figura 149 - Localização na planta topográfica atual da casa Setecentista na Rua de Santo André



Figura 150 - Casa Setecentista (nº 43)

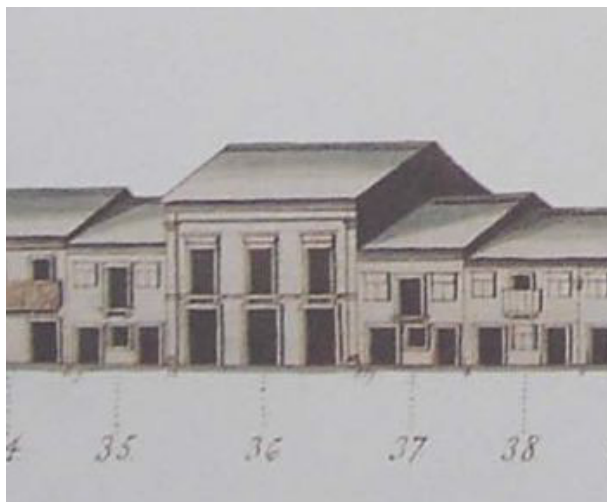


Figura 151 - Casa Setecentista da Rua Santo André no MRB

A Rua de S. Gonçalo, que ligava o Campo Novo ao Campo de Santa Ana, começou a ser aforado em 1725 (IPC, vol. I). Um edifício de dois pisos (nº 44), nesta rua, possui as mesmas feições da casa registada na Rua Santo André. Em 1733 foi encomendado ao mestre-pedreiro José da Silva pelo licenciado Bento da Silva de Carvalho (Pereira, 1998/99: 131). Constata-se o acréscimo de duas sacadas no segundo piso comparativamente ao MRB. Ostenta uma fachada em bom estado de conservação e é atualmente uma habitação.

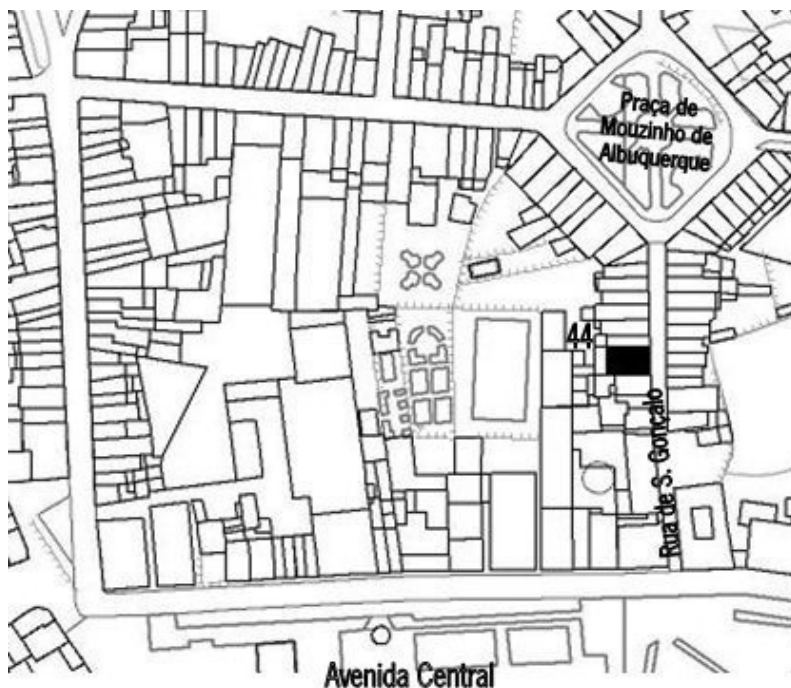


Figura 152 - Localização na planta topográfica atual da casa Setecentista na Rua de S. Gonçalo

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 153 – Casa Setecentista (nº 44)

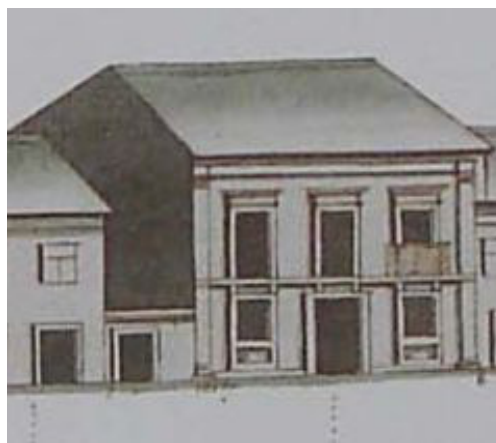


Figura 154 - Casa Setecentista da Rua de S. Gonçalo no MRB

Segundo Eduardo Oliveira (1993: 125) a Rua de Santa Margarida foi aberta em 1882. Foi alargada em 1889 desde o Largo da Senhora-a-Branca até à cangosta do Lopo (Pinheiro, 2009: 70). Esta rua ainda possui edifícios da Época Moderna embora as fachadas estejam bastante alteradas.

Nesta rua registou-se um edifício com três pisos (nº45), o segundo piso tem uma janela com sacada na centralizada na fachada, o terceiro piso é provavelmente um acrescento posterior. É uma edificação tardobarroca, com características semelhantes aos abordados na Rua de S. Vicente. A fachada está num estado razoável de conservação e revestida de azulejo, também ele um acrescento mais recente, encontra-se devoluto.

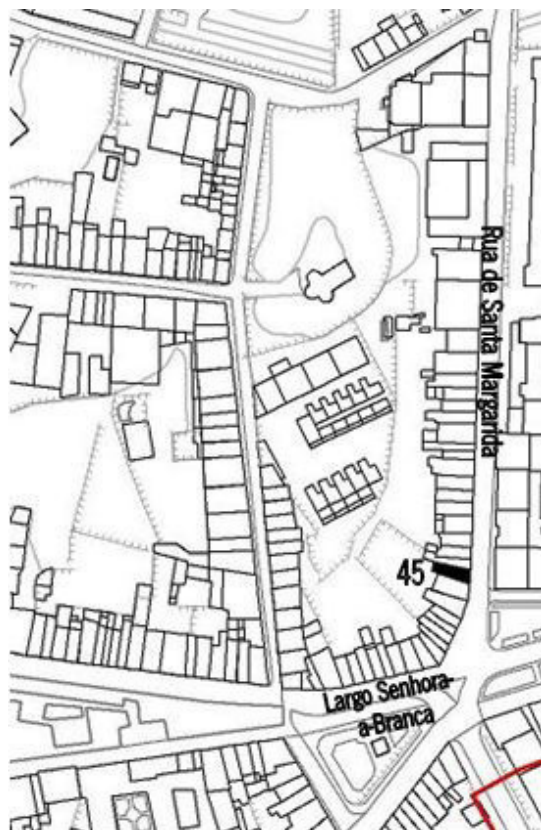


Figura 155 - Localização na planta topográfica atual casa tardobarroca na Rua de Santa Margarida



Figura 156 – Casa tardobarroca da Rua de Santa Margarida (nº45)

A Rua dos Granjinhos ligava o atual Largo Carlos Amarante à igreja de S. Lázaro, hoje demolida. A Quingosta da Rua das Águas ligava a Rua das Águas ao Campo e Calçada da Senhora-a-Branca (Oliveira, E. P., 1993: 120-138). O traçado desta rua foi alterado e,

atualmente, num dos extremos encontra-se o Palácio do Raio (nº 46), já referido neste trabalho, funciona como remate desta artéria, designada atualmente Rua do Raio. É uma construção de 1754/1755, atribuído a André Soares, embora tenha elementos dos séculos XIX e XX. O primeiro proprietário foi João Duarte de Faria e Silva (1693-1767), um comerciante nobilitado. A casa teve vários donos, dos quais se destaca o visconde de S. Lázaro Miguel José Raio (1693-1875), que desempenhou vários papéis de destaque na cidade, nomeadamente por ser cofundador do Banco Minho, da Associação Comercial de Braga, entre outras fundações (Azeredo, A. C., 2013: 77).

A filha do visconde, D. Adelaide Maria José Raio, vende a casa ao Banco do Minho em 1882, que por sua vez a vende à Santa Misericórdia de Braga em 1884. Esta instituição adaptará a propriedade a funções hospitalares anexas ao Hospital de S. Marcos (Stoop, 1993: 56). Em 2015 é recuperado enquanto Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.

O edifício é de estilo barroco joanino, encontra-se na fachada principal um portal recortado e encimado por um balcão de balaústres com padieira monolítica, ladeado por esculturas. Esta fachada está coberta por azulejos do século XIX, ainda se observa uma cornija saliente coroada por uma balaustra de seis fogaréis e quatro ânforas nas laterais e pilastras jónicas²¹⁶.

As janelas do primeiro piso possuem molduras com conchas, embrechados e folhagem e apresentam formas de asas rococó nas laterais, já as molduras das janelas, de sacada, do segundo piso são em granito lavrado, com ferro forjado. O brasão de João Duarte de Faria e Silva encontra-se centralizado no topo da fachada. No interior descobre-se uma escadaria que se divide em dois lanços no segundo patamar e a estátua de um guerreiro turco conhecida como o “mexicano” (Stoop, 1993: 54-56).

A fachada *rocaille* e a escadaria do palácio estão classificadas como IIP, pelo Decreto nº 40 684, Diário do Governo, 1ª Série, nº 146 de 13 de julho 1956. O edifício também beneficia, desde 1970, por uma ZEP, enquanto ZNA pela Portaria, Diário do Governo, 2ª Série, nº 105 de 5 de maio 1970, esta foi revista entre 2008/2009 e aprovada de novo em 2011²¹⁷ (Apêndice, Ficha 13). As fachadas e os interiores encontram-se em bom estado de conservação.

²¹⁶ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=48

²¹⁷ Informação disponível no Portal SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=48

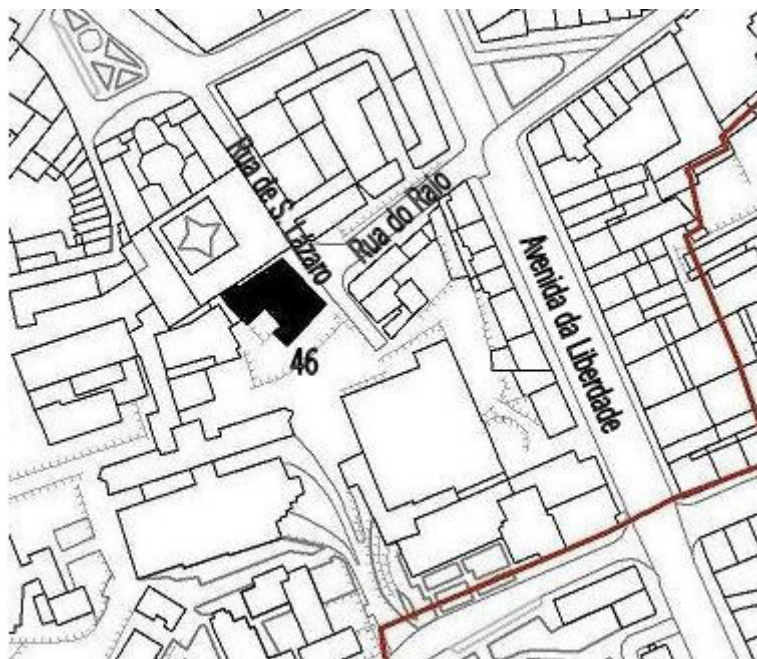


Figura 157 - Localização na planta topográfica atual do Palácio do Raio na Rua do Raio



Figura 158 - Palácio do Raio (nº 46)



Figura 159 - Quingosta da Rua das Águas e Palácio do Raio no quanto inferior esquerdo no *Mapa de Braga Primas*

PARTE IV – PROPOSTAS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA

1. Potencialidades históricas e arquitetónicas das residências da Idade Moderna de Braga

Através da análise realizada às residências da Idade Moderna que atualmente ainda integram a paisagem da urbe de Braga, constatou-se que a cidade possui um número bastante elevado de casos, algumas casas com características arquitetónicas mais elaboradas do que outras. Assim também, com o recurso às fontes documentais, nomeadamente à cartografia histórica disponível para a cidade de Braga, foi possível proceder à comparação e interpretação destas residências, nomeadamente das fachadas representadas com as atuais.

Apesar de algumas alterações, verifica-se, no entanto, que muitas destas residências conservam ainda bastantes características originais, podendo concluir-se não terem havido mudanças radicais, quer na própria urbe, quer nas tipologias arquitetónicas, que coabitaram, nomeadamente o maneirismo e o barroco, mas ainda podemos dizer que, este último foi forjando um tipo de casa urbana.

Podemos, deste modo, registar e expor algumas casas do século XVI, várias do século XVII, no entanto, o maior número é datado do século XVIII. Do século XVI, temos edifícios com fachadas mais comedidas e outras mais elaboradas. No início do século XVII registam-se poucas mudanças, os edifícios apresentam-se mais sóbrios comparativamente aos edifícios do século seguinte. No século XVIII, ganharam em dimensão, tanto nas janelas como no conjunto das obras, e em requinte pois observa-se uma preocupação maior com o detalhe estético. As casas de Braga, na sua maioria, usam grades nas janelas do primeiro piso e muitas são janelas de guilhotina. Os edifícios apresentam todos sobrados, alguns tiveram mais pisos acrescentados após a construção original.

As casas do século XVII refletem unicidade nas suas estruturas, pois observa-se uma linha arquitetónica uniforme nas fachadas principais. Já no século seguinte as fachadas desdobram-se em elementos mais apelativos como escadas, pilastras, frontões, entre outros detalhes mais trabalhados. Uma característica que se conserva das épocas anteriores é o facto de se identificar no primeiro piso, da maioria das casas, um propósito comercial e os andares serem habitacionais. Identificaram-se três residências que ainda conservavam uma torre, alterada ou

não, no conjunto arquitetónico respetivo, sendo estes, a Casa da Senhora da Torre, a Casa dos Biscainhos e Casa dos Coimbras.

Através da nossa seleção podemos acompanhar o processo de crescimento urbano e de urbanização encetado no século XVI até ao século XVIII. Embora, em algumas ruas e campos, pré-selecionados na metodologia, para este inventário, não se registaram casas da Idade Moderna de acordo com os nossos critérios, principalmente por possuírem poucos elementos relevantes e representativos da Idade Moderna. No entanto, na maioria, obteve-se registos, nomeadamente nos locais seguintes: Rua de S. João do Souto e Largo de S. João de Souto, Rua Nova de Sousa, Praça do Município, Loura e Terreiro do Castelo, Rua de S. Marcos, Rua do Anjo, Campo de Santiago e Rua dos Falcões, Rua de Pelames, Rua do Alcaide, Campo de S. Sebastião, Rua de S. Miguel-o-Anjo, Campo das Hortas, Rua dos Biscainhos, Campo da Vinha, Rua das Cónegas, Campo de Santa Ana, Rua dos Chão de Cima, Rua de Infias, Campo Novo, Rua de Santo André, Rua de S. Gonçalo, Rua de Santa Margarida e Rua do Raio.

Constatou-se que o maior número de casas, resultantes do levantamento, se encontravam habitadas, com ou sem instalações para comércio, ocupadas por instituições ou devolutas. Em menor número, deparamo-nos com casos de dinamização a nível cultural e/ou turística, e ainda, casas estritamente ocupadas por comércios. Por fim, registou-se poucos casos nas modalidades “habitação/serviços/comércio”, “comércio/serviços”, “serviços/fins culturais e turísticos”, “serviços” e “desocupados/serviços”.

O maior aglomerado de edifícios com valor histórico e arquitetónico foi registado no Campo de Santa Ana, atual Avenida Central. Esta artéria possui alguns edifícios com uma arquitetura civil de grandes dimensões e de estilo barroco que ainda hoje se conservam. A Avenida Central faz parte do roteiro barroco realizado pela Câmara Municipal de Braga. Já o aglomerado que regista maior número de casas que beneficiam de proteção legal é o Campo da Vinha, atual Praça Conde Agrolongo.

O nosso estudo conduziu-nos ao foco das residências que possuem atualmente proteção legal. Ao beneficiarem de classificação, uma consciencialização da valorização enquanto património cultural é-lhes acrescido e, deste modo, depreende-se serem mais propícias a uma dinamização turístico-cultural. De igual modo, o estudo destas casas específicas permitiu apurar que um dos benefícios mais concretos de uma proteção legal é possibilitar obras de restauro através de ajudas monetárias, tanto públicas como privadas. Outros benefícios são a divulgação mais ampla destas, tanto por meras referências nos *media*, como através da fomentação de

estudos e, ainda, ajudas monetárias para uma dinamização cultural e turística, embora se tenha constatado este tipo de valorização em poucos casos. Todas elas encontravam-se, aquando do nosso deslocamento, habitadas, com ou sem instalações comerciais, outras ocupadas por instituições públicas e/ou privadas ou com instalações para serviços ou, ainda, dinamizadas a nível cultural e turístico.

Registou-se menor número de casas classificadas na área intramuros medieval, sendo estas, a Casa da Roda e a Casa do Passadiço, ambas na Rua de S. João do Souto e o Antigo paço Arquiepiscopal de Braga, que desaba no Largo do Paço, na Rua do Souto, no Largo D. João Peculiar, na Rua da Misericórdia, na Praça do Município e na Rua Eça de Queirós. Na área extramuros, as casas classificadas registadas foram: a Casa dos Crivos na Rua de S. Marcos, a Casa na Rua de S. Geraldo nº51, a Casa Grande do Campo das Hortas, a Casa dos Biscainhos na Rua dos Biscainhos, a Casa dos Maciéis Aranhas, a Casa na Praça Conde de Agrolongo nº116 e Casa na Praça Conde de Agrolongo nº115 na Praça Conde de Agrolongo, a Casa Rolão na venida Central, a Casa de Vale de Flores no Largo de Infias e o Palácio do Raio na Rua do Raio.

Assentou-se que, praticamente, todas as casas classificadas foram alvo de intervenções para reabilitação, conservação ou restauro por parte dos proprietários ou de organismos públicos. As casas onde não foi possível confirmar a ocorrência de intervenções foram a Casa Grande do Campo das Hortas e a Casa de Vale de Flores. Também se observou que, em algumas destas residências, o potencial turístico-cultural foi aproveitado, designadamente na Casa dos Crivos, na Casa dos Biscainhos e no Palácio do Raio, que foram convertidos, respetivamente, em museu e centro interpretativo.

Em relação ao potencial turístico-cultural destas últimas, apurou-se que o Museu dos Biscainhos contabilizou 36.547 visitantes, para o ano de 2016²¹⁸. Já o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga, aberto no dia 28 de dezembro de 2015, registou um total de 27.065 visitantes, até ao final de outubro 2016, dos quais 17.086 portugueses e 9.979 estrangeiros (predominantemente de Espanha, Inglaterra, França, Brasil e Itália), ainda dos quais 12% crianças/jovens, 70% adultos e 19% seniores²¹⁹.

Este levantamento demonstra a necessidade de valorizar este tipo de património, pois permitiu observar vários casos em estado de degradação ou parcialmente aproveitados. Muitos edifícios

²¹⁸ R. Braga (comunicação pessoal, 12, dezembro, 2016).

²¹⁹ M. Machado (comunicação pessoal, 29, novembro, 2016).

da Idade Moderna foram excluídos do nosso estudo devido ao grande número de revitalizações que adulteraram as obras originais. Uma constatação surpreendente foi a de que vários edifícios, com alguma notoriedade patrimonial, documentadas e registados no SIPA, estão há vários anos em estudo por este e continuam sem proteção legal.

O elevado número de casas, resultantes do nosso registo, nas ruas e praças que selecionamos leva-nos a concluir que uma dinamização turístico-cultural, para cada uma delas, enquanto residências-museus temáticos seria insustentável. Por isso, projetamos a conceção de um centro de interpretação congregador de uma dinâmica extrapolável ao conjunto dos casos inventariados, sendo assim, umas das residências seria selecionada como casa-mãe das residências, com valor histórico e arquitetónico, para uma dinamização mais eficiente e eficaz. Esta casa-mãe ou centro interpretativo seria usado não só para se autovalorizar enquanto bem patrimonial, mas também para expor e valorizar as outras.

Na nossa visão, uma rota poderá consolidar esta estratégia de dinamização das casas da Idade Média com valor histórico e arquitetónico, não obstante, estas poderão por si só desenvolverem-se, a posteriori em residência-museu temático, tal como na Rota das Casas de Escritores acima exposta. Sendo assim, e para finalizar, ambicionamos expor no próximo capítulo uma proposta de dinamização das casas da Época Moderna de Braga.

2. Proposta de dinamização das casas da Época Moderna de Braga

A dinamização cultural e turística dos espaços históricos pode ser interpretada como um valor económico do turismo, passa pela promoção e requalificação de espaços históricos, para subsequente aproveitamento turístico. Muitos espaços com valor patrimonial, arquitetónico, histórico e cultural em estado de degradação podem ser aproveitados pela comunidade, seguindo uma meta assente na valorização, adaptando estas atividades de desenvolvimento cultural, económico e social.

Existe uma variedade de produtos turísticos no mercado do turismo cultural. Iremos abordar especificamente o de museus pois pretende-se apresentar uma proposta de turismo para casas Da Idade Moderna de Braga enquanto museus temáticos ou centros de interpretação, entre outros, com a possibilidade de integrarem um itinerário ou mesmo terem a sua própria rota. Os museus são organizações que defendem a preservação e difusão cultural das memórias, além disso, são um produto turístico local e têm um dever no papel cultural.

Podemos afirmar que este trabalho apresenta uma solução a uma necessidade, esta sendo, a valorização do património subaproveitado. Casas, com valor histórico e arquitetónico, inabitadas ou parcialmente utilizadas que se encontram em estado de subaproveitamento podem ser uma fonte de recursos a nível de turismo, cultura e lazer. Casas históricas já renovadas também podem integrar produtos turísticos, nomeadamente roteiros, para expô-las e divulgá-las.

Este estudo pretende demonstrar que residências da Época Moderna em Braga são suficientemente proeminentes e substanciais, em número e valor histórico ou arquitetónico, para beneficiarem de valorização e serem utilizadas no âmbito do turismo cultural. O âmbito deste trabalho pode ser projetado em várias cidades como produto turístico funcional, compreendendo um estudo e uma adaptação para cada caso.

Tal como já referido, em Braga foi escolhida a Época Moderna como base, devido às características intrínsecas da própria cidade, nomeadamente por Braga ser vista como uma das cidades mais barrocas em Portugal²²⁰, devido à larga escala de construções barrocas nela existentes, e pela abundância de casas representativas dessa mesma época.

Para estas residências integrarem uma rota de residências da Idade Moderna ou até virem a ser residências-museus temáticos devem, num primeiro momento, possuir valor histórico e arquitetónico, o qual terá de ser determinado através uma investigação apurada. Num segundo momento, deverão ter potencial turístico-cultural para a sua região. No entanto, para se tornarem residências-museus temáticos deverão demarcar-se de outros patrimónios, tais como monumentos ou igrejas, na medida em que possam ser consideradas um marco regional e autossuficiente por si próprias.

Por valor histórico entende-se o interesse histórico-cultural para a região, ou mesmo do país, das famílias que habitaram as casas, particularmente nobres, burgueses e clérigos. Por valor arquitetónico entende-se o património descritivo e identitário de uma certa época e região. O valor histórico das residências passa pelo processo de transmissão da própria propriedade ao longo das décadas, como pelos acontecimentos marcantes da vida das famílias, como aquelas que possam ter participado no desenvolvimento da região através de atividades mercantis.

O valor arquitetónico reflete também o valor histórico e identitário pela época de construção e região a que pertence. Este último traduz-se na promoção do talento artístico dos arquitetos e

²²⁰ No Dicionário da Arte Barroca em Portugal podemos ver na entrada «Barroca, Estilo»: "...Braga permanece, tal como o Porto, como a mais barroca das cidades Portuguesas" (José Fernandes Pereira, 1989, citado por Calado, 1999: 205).

das ações conduzidas pelos proprietários. Estas residências são uma memória social, enquanto testemunhos ou heranças da arquitetura cidadina.

Para além do que já foi referenciado, a valorização do património que pode ser revelada através destas residências da Época Moderna, deve incentivar a investigação mais pormenorizada, e ainda não documentada, sobre a arquitetura destas, e ainda sobre as famílias que as habitaram, a vida social destas etc., sendo uma forma de completar as lacunas dos estudos existentes. A arquitetura é um rasto visível da história das mentalidades de cada época, estas residências são uma riqueza material que confere, por sua vez, riqueza à sua região.

Em relação à conversão das residências em museus temáticos, o adjetivo “temático” parece-nos incontornável, uma vez que invoca a particularidade atribuída a cada caso, dado que se defende uma musealização específica para cada residência consoante as suas fases de habitação e respetivas funcionalidades que lhe foram dadas até aos nossos dias.

A vertente educacional, que se pretende aqui, liga-se a atividades pedagógicas, e uma vez que o estudo das cidades não faz parte do programa escolar em Portugal, as visitas de estudo e atividades recreativas seriam uma forma de preencher esse vazio e aprofundar o conhecimento da cultura regional por parte dos seus moradores.

Esta dinamização turística pode ser uma mais-valia regional, mas terá necessariamente de se provir de sustentabilidade, no incentivo da economia enquanto produto turístico. Pode apresentar-se como uma marca da cidade e ter as mais diversas interpretações, tais como, cidade das casas patrimoniais, rede de eventos em espaços históricos, itinerário do património cultural e arquitetónico de edifícios de caráter singular, ou roteiro de casas históricas, etc.

Este trabalho promove a diferenciação no turismo, poderia ser uma marca em Portugal, isto é, com a criação de uma entidade promotora de casas com valor histórico e arquitetónico da Época Moderna no país. Esta hipotética entidade poderia proporcionar apoio às cidades, com o mesmo potencial turístico, no desenvolvimento deste conceito.

Importa igualmente referir que a promoção do desenvolvimento económico local do património histórico e arquitetónico e sua valorização turística, passam pela identificação de atores locais que possam vir a participar na criação de um centro de interpretação das residências com valor histórico e arquitetónico, que compreenda rotas ou roteiros, isto com o auxílio da criação de rede *clusters*²²¹ e parcerias, mas também visando a integração da comunidade local.

²²¹ Clusters definem-se por um grupo de empresas ou instituições geograficamente próximas e ligadas entre si num área ou setor específico.

A colaboração regional entre instituições e organismos como a Câmara Municipal de Braga, o Posto de Turismo e Centro de Interpretação Turístico Cultural e Defesa do Consumidor, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, entre outros seria uma mais-valia para a sustentabilidade a níveis monetários e de divulgação, em boa verdade, vantagens para um produto turístico viável.

2.1. Braga como cidade turística e dinamizadora regional

A cidade de Braga detém vários imóveis que beneficiam de proteção legal, mas ainda se encontram vários em vias de classificação (Anexo II). Ainda assim, o município de Braga procura, por vários meios, valorizar o património através de iniciativas, a título de exemplo, podemos referir a salvaguarda e promoção patrimonial do Festival de Órgão de Braga, a revitalização das Festas de São João, o apoio à candidatura do Bom Jesus do Monte e Património da Humanidade, ou ainda o apoio à edição de livros sobre Braga.

Em relação a festivais, de referência a nível internacional, Braga difunde o Festival para Gente Sentada, o Festival Internacional de Artes Performativas Vaudeville Rendez-Vous e o Festival Semibreve. A cidade oferece espaços culturais, designadamente, o Centro de Interpretação Turístico Cultural, a Videoteca da Ponte, a Torre de Menagem, o Teatro Circo, o Museu da Imagem, a GNRation, a Casa dos Crivos, a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, etc²²².

A dinamização cultural é ampla, nomeadamente através de eventos tradicionais, tais como, Semana Santa, Romaria de S. Vicente, Procissão dos Passos em Celeirós, Festa da Páscoa da Rua da Boavista em Padim da Graça, Procissão do Corpo de Deus, Romaria de St^a Marta da Falperra, Peregrinação ao Sameiro, Festa de S. Geraldo – Patrono da Cidade, entre outros. Assim como desenvolve eventos culturais, designadamente, Encontros da Imagem, MIMARTE – Festival de Teatro de Braga, Festival Internacional de Folclore de Braga, Festival de Guitarra, Braga Romana – Reviver Bracara Augusta, Castro Galaico Festival de Nogueiró, Noite Branca, Concurso de bandas Filarmónicas de Braga, Braga é Natal, etc²²³.

Braga recebeu o título de Capital Europeia da Juventude em 2012, outorgado pelo Fórum Europeu da Juventude. Este promove iniciativas culturais, sociais, políticas e económicas para os jovens. Desde 2009, o Fórum elege todos os anos uma cidade promovendo-a, desta forma, na

²²²Mais informação acerca da cultura e do património de Braga no Portal Braga Cidade autêntica, consultado em setembro 20, 2017, em <https://www.cm-braga.pt/pt>

²²³ Informação disponível no Portal Braga Cidade autêntica, consultado setembro 20, 2017, em <https://www.cm-braga.pt/pt>

euro-região; a metrópole escolhida propõe desenvolver um programa diversificado, e Braga foi a primeira cidade portuguesa a conseguir esse título²²⁴. Em 2016, Braga foi eleita Capital Ibero-Americana da Juventude, pela Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)²²⁵. Esta organização iniciou a atribuição deste título em 2012, e Braga foi a primeira cidade europeia a ser eleita, devido às políticas de juventude preconizadas por esta desde 1998²²⁶.

Existem, para a cidade de Braga, roteiros barrocos integrados em eventos temáticos a fim de demarcar e valorizar o património barroco da cidade, a título de exemplo podemos citar o roteiro de monumentos barrocos da cidade desenvolvido pela Câmara Municipal de Braga²²⁷. A “Braga Barroca”²²⁸ é outra iniciativa que conta já algumas edições com uma programação centrada na vivência da época barroca. O evento oferece uma vasta programação que inclui concertos, oficinas didáticas, sessões de história local, exposições, teatro, visitas guiadas com recriações históricas e atividades que pretendem divulgar a história local²²⁹.

O projeto municipal “À Descoberta de Braga” é outra iniciativa cultural sobre o património e identidade de Braga, que se apoia na cooperação de instituições bracarenses para a promoção de visitas guiadas temáticas, sessões de história local, exposições e atividades educativas e recreativas²³⁰. Ainda a nível nacional, existe nesta temática, o roteiro “À Descoberta do Barroco em Portugal”, que desde 2011 propõe um percurso da arte barroca nacional²³¹.

Todavia, atualmente, a cidade possui vários edifícios devolutos ou em ruínas, e apresenta problemas de crescimento urbano imoderado, problemas climáticos e ambientais, falta de manutenção e conservação do tecido edificado, lacunas na informação sobre os proprietários dos edifícios deteriorados, entre outros. Para trazer uma solução a problemas dessa natureza foi identificado, em 1979, a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU)²³², da qual é resultante a nova delimitação da ARU do Centro Histórico, previamente referenciados.

²²⁴ Informação disponível acerca das atividades de Braga 2012 Capital Europeia da Juventude na página facebook do mesmo nome, consultado em fevereiro 14, 2017 em <https://www.facebook.com/BragaCEJ2012/about/>

²²⁵ O Portal Braga'16 Capital Ibero-Americana da Juventude contém a informação sobre a programação empreendida, consultado em novembro 17, 2017 em <http://bragaciaj.cm-braga.pt/index.php>

²²⁶ No ano decorrente, ganhou o título de Capital Europeia do Desporto, mais informações sobre esta temática podem ser alcançadas no Portal Braga 2018, consultado em setembro, 15, 2018, em <https://ced2018.cm-braga.pt/>

²²⁷ O roteiro barroco da cidade de Braga elaborado pelo Município de braga encontra-se disponível no Portal Braga, consultado em setembro 20, 2017, em <https://www.cm-braga.pt/pt/1401/conhecer/historia-e-patrimonio/mapas-e-roteiros/item/item-1-2934>

²²⁸ O Programa intitulado “À Descoberta de Braga”, já abordado anteriormente, consiste em visitas guiadas ao património e sessões sobre história local.

²²⁹ A “Braga Barroca” é uma organização conjunta da autarquia, do Museu dos Biscainhos, do Conselho Cultural da Universidade do Minho, do Cabido da Sé de Braga, da Nova Comédia bracarense, da Santa Casa da Misericórdia de Braga e dos Seminários de S. Pedro e S. Paulo. Informação disponível no jornal O Minho, publicado a 21 de setembro 2015, consultado em fevereiro 20, 2017, em <https://ominho.pt/braga-barroca-recua-aos-seculo-xvi-e-xvii/> Mais informações podem ser acedidas no Portal Braga, consultado em <https://www.cm-braga.pt/pt>

²³⁰ Informação disponível no Portal Braga, acima citado.

²³¹ Informação acessível no Visit Portugal, consultado em <https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/73844>

²³² Mais informação acerca da ACRRU, consultar o Portal Braga, consultado em abril 19, 2017, em <https://ru.cm-braga.pt/0101/reabilitacao-urbana/aru-centro-historico/enquadramento>

Apesar dos estudos realizados até ao momento sobre o património de Braga, alguns espaços residenciais da Época Moderna permanecem por valorizar, assim como as respetivas histórias de vida e potencial arquitetónico. Neste sentido o nosso trabalho constitui um contributo para valorizar a histórica e a arquitetura da cidade de Braga, apontando, assim, para uma consciencialização do património através de propostas de dinamização cultural e turística.

2.2. Enquadramento historiográfico do conceito de museu

Em 1958, a UNESCO define o museu como uma extensão de educação formal. Numa primeira fase, a museologia centrava-se nas questões administrativas e na preservação do objeto, numa segunda fase focou-se nas necessidades sociais e nas comunidades. Ultimamente a conceção de museologia da visão tornou-se uma museologia de discurso e de interatividade. O museu, que era definido consoante os seus conteúdos, passa a integrar, deste modo, a função da sua filosofia, dos seus objetivos sociais, dos seus utentes e do perfil dos seus profissionais (Pérez, X. P., 2009: 180-181).

Através uma classificação rigorosa dos museus, na segunda metade do século XX, o ICOM criou “grupos tipo” (Guapo, 2009: 45). Em 2007, o ICOM define um museu como uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, que transmite testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente²³³. O museu é, em boa verdade, uma instituição de comunicação ao serviço da sociedade, que deve ser versátil e revitalizado perante as necessidades ocasionadas pelas mudanças do *status quo*.

Atualmente o museu é dependente do desenvolvimento local, principalmente através do turismo cultural, uma vez que as receitas das entradas em alguns museus representam 80% da subsistência destas instituições. Estudos sobre a gratuidade dos museus foram conduzidos em Paris no ano 2002 e no Reino Unido em 2003, e o resultado foi idêntico, o livre acesso só aumentou a afluência dos visitantes habituais, isto é, os mesmos que já costumavam frequentar os museus (Pérez, X. P., 2009: 185-207).

Segundo Xerardo Pérez (2009: 186-187), a museologia antropológica tem uma história eclética no que se refere as suas tipologias, sendo estas: gabinetes de curiosidades, museus de história natural, museus de artes exóticas, museus interdisciplinares, museus para crianças, museus de lugar real, museus ao ar livre e ecomuseus. O nosso trabalho vai de encontro ao

²³³ Informação disponível no Portal ICOM, consultado em setembro 7, 2017, em <http://www.icom-portugal.org/default.aspx>

conceito de museus interdisciplinares ou museus locais, dedicados à história, à tecnologia e à cultura de um território concreto. Este tipo de museus também exhibe testemunhos materiais da vida e do trabalho camponês, tais como a indumentária, os objetos familiares, o mobiliário, etc. Também vai de encontro ao conceito de museus para crianças, uma vez que estes traduzem-se em instrumento educativo, ensinam a cultura própria e a dos outros, educam na convivência e na tolerância para a vivência em sociedades pacíficas.

Os museus regionais e museus de síntese, descritos por Xavier Roigé e Ventura (2007, citados por Pérez, X. P., 2009: 188-188) também convergem para o conceito dos museus supracitados, pois expõem os aspetos geográficos, culturais e sociais de uma sociedade ou comunidade. Estes representam os patrimónios regionais, contudo têm a contingência da renovação dos conteúdos e das atividades, tais como as exposições temporárias.

Todavia, no nosso conceito, o visitante deixa de ser unicamente espetador passivo, como habitualmente ocorre neste tipo de museus, e passa a ser um espetador participativo em atividades recreativas. Acaba por ser uma nova tipologia de museu, um museu de ideias e não exclusivamente de objetos, já apelidada de museus de rutura e dialogia, face à crise do modelo típico de museu não interativo, em que o visitante é participante do diálogo, da aventura, da imaginação, dos sentidos e das interações. Em boa verdade, apesar de se poder distinguir e sintetizar as tipologias em três categorias – museu edifício, museu território, museu dialógico – não se autoexcluem, isto é, podem conviver em sincronia, nem tão pouco resultam de um processo evolutivo linear (Pérez, X. P., 2009: 188).

Todos os museus, na sua ampla variedade, têm funções e características em comum, estas já definidas pelo ICOM (2007): aquisição, conservação, estudo, comunicação e exposição, isto com fins de educação, estudo e lazer. Um museu pode ser uma via para a regeneração urbana, e um motor de desenvolvimento económico, sendo imperativo “ [...] condições básicas de localização e económica, condições relacionadas com o quadro de ação da política pública e condições relacionadas com a gestão e a atividade do museu” (Carvalho, P. S. M., 2012: 6-7).

A contribuição destas instituições é reconhecida: a nível individual (autoestima, confiança, novas competências e conhecimentos), pela comunidade local (na sua participação e coesão social) e pela sociedade em geral (inclusão social) (Dodd e Sandell, 2001, in Wavell et al., 2002, citados por Carvalho, P. S. M., 2012: 7).

Os museus reúnem características de bens públicos se participarem de não rivalidade e não exclusão²³⁴, mas são semipúblicos quando estas condições não se verificam (Bedate et al., 2009, citados por Carvalho, P. S. M., 2012: 5). Ainda podem ser privados com fins lucrativos ou privados sem fins lucrativos (Frey e Meier, 2006, citados por Carvalho, P. S. M., 2012: 11), ou públicos sem fins lucrativos, ou público-privados. Estas instituições são incitadas ao empenhamento para aumentar as receitas próprias, particularmente desde os cortes dos subsídios por parte dos Governos (Carvalho, P. S. M., 2012: 12).

A nível nacional, em 1965, nasce a Associação Portuguesa de Museologia (APOM), posteriormente em 1982, nasce o primeiro ecomuseu, e nos anos seguintes a ecomuseologia expandir-se-á pelo país (Pérez, X. P., 2009: 213-214). A Lei-quadro dos Museus Portugueses define o museu como uma instituição de carácter permanente, sem fins lucrativos. Segundo esta última, a instituição tem de garantir uma valorização competente do conjunto de bens culturais, facultar o acesso ao público e estimular a democratização da cultura, da promoção da pessoa e do desenvolvimento da sociedade²³⁵.

Em Portugal, os titulares dos museus podem ser o Estado, as autarquias, a Igreja Católica, as juntas de freguesia, as fundações ou particulares (Neves, 2000, citado por Pérez, 2009: 214). A organização estatal encarregue pela orientação técnica e coordenação da gestão dos museus é o Instituto Português de Museus (IPM), este sob domínio do Ministério da Cultura.

É criada, em 2000, a Rede Portuguesa de Museus (RPM), dependente do IPM, como amparo técnico, financeiro e formativo. O IPM reconhece doze categorias de museus, nomeadamente, Museu de Arte, Museu de Arquitetura, Museu Especializados, Museu de História; Museus Mistos e Pluridisciplinares, Monumentos Musealizados, etc. Outras instituições que atuam neste domínio são de realçar, designadamente a DGPC, previamente citado, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) (Pérez, 2009: 213-215).

Num estudo sobre a realidade museológica em Portugal, Paulo Carvalho (2012)²³⁶ observou que, até 1980 eram inaugurados, de 10 em 10 anos, entre 3 e 17 museus, porém, a partir de 1980, dispara para 40 a 100 museus, nos anos 90, o número ultrapassa a meia centena, e no início do século XXI, atinge uma centena, isto baseado numa amostra de 285 museus (da região Norte, Centro e Lisboa). O que levou Carvalho (2012: 42-43) a afirmar que “ [...] a cultura tem

²³⁴ “ [...] o que significa que ninguém pode evitar que outro agente possa usufruir do bem ou serviço e que o seu consumo por parte de um determinado agente em nada diminui a oportunidade de outro usufruir do bem ou serviço, respetivamente”. (Carvalho, P. S. M., 2012: 5).

²³⁵ De acordo com o Dec. Lei nº47/2004 de 19 de Agosto.

²³⁶ Carvalho realizou um estudo sobre o desempenho dos museus em Portugal em 2012, através um inquérito junto das direções dos museus nacionais, e dados fornecidos por diversas entidades (RPM, OAC, entre outros).

assumido um papel cada vez mais relevante em Portugal e que os museus são o reflexo dessa crescente importância”.

Registou um aumento do número de visitantes a museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, isto a partir de 2007. Os visitantes estrangeiros ou inseridos em grupos escolares foram uma parte considerável desse aumento, o primeiro ultrapassa o segundo a partir de 2008. Em 2011, os museus e instituições culturais registaram 9.551.569 visitantes, com 44,1% visitantes nacionais, 40,8% visitantes estrangeiros e 15,1% envolvendo o serviço educativo. É particularmente interessante, pela natureza do nosso trabalho, indicar que, em 2011, os palácios e castelos registaram maior número de visitantes com 3.227.873, seguido dos museus de arte com 2.525.774, museus especializados com 1.418.327 e museus pluridisciplinares com 743.603 (Carvalho, P. S. M., 2012: 49).

Contudo, em 2011, devido a cortes orçamentais, ocorreu o desmantelamento de uma equipa qualificada para suporte à Rede Portuguesa de Museus, levando esta última a uma existência residual. Em 2016, a DGPC expôs um relatório com um índice de precaridades nos museus, onde constava a carência de funcionários, devido ao bloqueio de entrada de técnicos na função pública, entre outros. Ana Carvalho concluiu que os problemas apontados não são novos, mas enraizados na esfera museológica (Carvalho. A., 2017: 14-16).

Também importa, para este trabalho, abordar a temática dos centros de interpretação que segundo o Artigo 2º, alínea d, do Decreto-Lei n.º 18/99 são uma “ [...] infra-estrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global [...] de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica que, para além da simples descrição dos fenómenos, permite a sua compreensão no tempo e no espaço”.

O Ministro da Cultura afirma num debate público em 2016²³⁷, que a problemática no âmbito dos museus é a falta de autonomia financeira destes, sem se pretender uma autonomia total financeira, uma vez que segundo as regras só uma instituição pública ou uma instituição que tenha mais de 50% das receitas próprias pode ter autonomia financeira, sendo assim necessário reestruturar as instituições culturais. Francisca Fernandes, atual diretora do Teatro Nacional São João, neste mesmo debate, realça a criação de sinergias e o trabalho em rede como essenciais à vitalidade dos museus, uma vez que conduzem a uma troca de experiência que pode gerar valorização do setor e valorização do trabalho dos associados

²³⁷ Ferreira, F.C. (Diretor). (2016). Prós e Contras: O estado da cultura [Programa televisivo]. Portugal: RTP1.

2.3. Criação de um centro interpretativo, residência-museu temático

Os museus temáticos e os centros de interpretação podem ser descritos como lugares de dinamização cultural e turística, onde se pode exhibir cenas de representação e dramatização ao vivo, relativamente curtas, representando as diferentes épocas das residências, isto com a participação de instituições regionais de grupos profissionais de atores, e auxiliando-se de um programa de visitas. Exposições temáticas e periódicas, como se de coleções limitadas se tratasse, seriam parte integrante desta dinamização. A forma de valorizar o património, neste trabalho, impulsiona a investigação do património histórico, permitindo o desenvolvimento de uma vasta gama de materiais interpretativos, ou seja, atividades educativas, culturais e lúdicas em experiências diversificadas, enriquecedoras e de qualidade.

O facto de muitas casas terem sofrido várias alterações ao longo dos séculos ou o mau estado destas leva-nos a concluir que a criação de um centro de interpretação seria mais adequado do que uma rota, esta parecendo-nos mais complementar daquele. A nossa proposta para a criação de um centro interpretativo das residências com valor histórico e arquitetónico estima a Casa Rolão ou Casa da Avenida Central como um edifício representativo da sua época, no que toca ao seu valor histórico e arquitetónico, tanto pela sua manutenção morfológica e tipologia.

É um edifício que sofreu poucas alterações no interior, apesar de algumas divisões estarem em mau estado, e detentor de potencial enquanto centro interpretativo das residências selecionadas para esta proposta de dinamização. Esta casa é amplamente conhecida e divulgada, e o seu património arquitetónico é notável. O facto de estar classificada atribui-lhe uma valorização fundamentada e as instalações da Livraria Centésima Página, que funcionam no primeiro piso, favoreceram a sua divulgação enquanto edifício de relevo na cidade de Braga.

André Soares é apontado como o arquiteto desta casa, como já referido supra. O arquiteto proveu a Casa Rolão de uma fachada cenográfica. Este edifício, e outros tantos pelos campos e praças anteriormente abertos por D. Diogo de Sousa, são testemunhos da evolução urbana que Braga foi envergando na Época Moderna, nomeadamente no século XVIII²³⁸. Esta casa foi habitação de um comerciante burguês, mas também veio a servir de instalações industriais, como já mencionado.

²³⁸ Informação disponível no Portal Património Cultural, consultado em fevereiro 15, 2017, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74587/>

A escolha desta casa prendeu-se, para além do seu valor histórico e arquitetónico, com o facto de representar o gosto bracarense da arquitetura civil empregue a partir do início do século XVIII (Smith, R. C., 1973: 31), ainda pela sua localização de destaque na cidade da Época Moderna, mas também porque a ocupação atual das suas divisões não nos parece preconizador do valor histórico-cultural e arquitetónico deste bem patrimonial. É um exemplo de casa parcialmente aproveitada.

Apesar de o SIPA indicar que a Casa Rolão possui três pisos, e só esses serem visíveis do exterior, apuramos quatro pisos com uma visita aos interiores: o piso térreo é ocupado pela livraria, como já referido atrás, que usufrui do espaço do jardim como esplanada de café; as divisões do segundo piso foram recentemente ocupadas por várias lojas comerciais e pela Associação Nova Acrópole²³⁹, apesar de algumas partes se encontrarem sem ocupação; o terceiro piso é ocupado por escritórios e ainda possui uns degraus de acesso a divisões desocupadas, nomeadamente à sala da antiga capela da casa, atualmente destruída, o quarto piso possui sensivelmente três divisões, onde provavelmente habitavam os serviçais da casa.

A fachada encontra-se num estado razoável de conservação, já os interiores são mitigados, pois as divisões ocupadas foram adequadas com algumas intervenções e as divisões devolutas estão em estado de degradação. A Casa Rolão é visitada pelos bracarenses, mas também por turistas, sobretudo por estar incluída no roteiro barroco de Braga²⁴⁰. Uma maior consciencialização do seu valor patrimonial poderia ser alcançada através da sua dinamização cultural e turística, esta partidária de uma representação histórica, genuína e aprimorada. Deverá, portanto, enquanto centro interpretativo deste tipo de património, dar a conhecer todas as residências, com valor histórico e arquitetónico, integradas nesta rede de espaços históricos. Tanto com exposições temporárias sobre cada uma delas, mas também com a elaboração de rotas diversificadas, periódicas e subdivididas em temáticas, a fins exequíveis em termos de tempo.

No intuito de divulgar as casas registadas no inventário, a Casa Rolão poderá apostar num leque eclético de exposições temáticas. Algumas apresentações poderiam incluir todas as residências da rota com exposições de temas mais genéricos, a título de exemplo: o período barroco em Braga, o contributo de D. Diogo de Sousa para a cidade, a urbanização das vias na Idade Moderna, a arquitetura entre séculos XVI-XVII.

²³⁹ Informação sobre a Associação Nova Acrópole, associação cultural, pode ser alcançada no Portal Nova Acrópole, consultado em abril 15, 2017, em <http://nova-acropole.pt/>

²⁴⁰ O Portal Braga disponibiliza esta informação, consultado em fevereiro 15, 2017, em <https://www.cm-braga.pt/pt/1201/conhecer/espacos-com-alma/item/item-1-828>

Em relação ao caso da Casa Rolão, parece-nos adequado exposições sobre os séculos em que a casa serviu de habitação, mas também enquanto tipografia do jornal *Diário do Minho*. Ainda nos parece aceitável a exposição de bens fabris do comércio de moagem, do comércio da seda e do fabrico de papel. Como também, a exposição de material fabril ligado ao comércio existente em Braga na época. Homenagens aos arquitetos das residências poderiam integrar as exposições temporárias, como por exemplo, a vida e obra de André Soares e Carlos Amarante, ou até sobre os mestres-pedreiros de cada casa em particular, caso as investigações nos elucidem nestes assuntos.

As exposições temporárias no centro interpretativo poderão, de igual modo, incidir sobre temas específicos a cada casa, usando a exposição de arquivos documentais e fotográficos, como também a apresentação de maquetes. Como por exemplo, uma exposição sobre as fases de construção de cada uma, mostrando as alterações e intervenções ao longo dos séculos, em suporte digital ou em maquetes, ou ainda, exposições de bibliografias e documentos sobre personagens da cultura entre os séculos XVI-XIII. Outra temática poderia agrupar as casas que tiveram proprietários ligados à atividade mercantil e desenvolver uma exposição com maquetes sobre ofícios exercidos na época e com placard multimédia explicativo destes. Outra temática poderá expor as casas ligadas ao clérigo bracarense, isto com a exposição de objetos do ritual eclesiástico quotidiano desta elite.

A título de sugestão, uma vertente da aplicação tecnológica Rewind Cities Lisboa poderia ser desenvolvida para a cidade de Braga; esta aplicação usa uma tecnologia de realidade aumentada de conteúdos 2D e 3D, que permite ver as diferentes fases históricas do local onde se encontra, sobreposto à realidade que vê no ecrã do seu *smartphone* ou do *tablet*²⁴¹. Esta dinamização permitiria observar com facilidade as diferentes fases de construção documentadas das residências históricas, até porque muitas sofreram alterações ao longo dos anos.

Um dos objetivos é potenciar a recriação histórica fidedigna, com critérios de rigor histórico, e devolve-nos a nossa memória histórica. A representação das vivências do quotidiano e práticas sociais da época podem funcionar como atividades recreativas e pedagógicas. Recriar momentos dispersos ocorridos num espaço e tempo é reviver o passado “ao vivo”. Viver a arte ao tornar as memórias vivas em espaços físicos relacionados com a história contada é, portanto, criar museus “vivos” de época.

²⁴¹ Informação detalhada sobre a aplicação no Portal Techenet, consultado em dezembro 20, 2017, em <http://www.techenet.com/2014/06/rewind-cities-lisbon-a-app-onde-o-passado-se-torna-o-presente/>

Trata-se de dar vida às casas realizando estudos sobre o seu valor histórico e arquitetónico regional, do mesmo modo avaliando propostas dinamizadoras caracterizadoras e identitárias. A rede barroca é um ponto de ênfase em Braga, pois a cidade já é considerada a “cidade do barroco” em Portugal, uma vez que é uma região com grande número de obras de arte e de arquitetura da época barroca. Diga-se que, em 2015, a Câmara Municipal de Braga introduziu uma sinalética histórica bilingue para treze edifícios barrocos.

Como já referido num momento inicial do nosso estudo, as visitas educativas envolvem uma percentagem significativa das visitas a museus e instituições culturais de Portugal, neste sentido, o seu desenvolvimento é um ponto importante tanto pela vertente pedagógica como pelo seu potencial estratégico.

As dinamizações recreativas e pedagógicas poderiam abranger representações teatrais históricas, projeções cinematográficas de documentários educativos ou filmes alusivos à época, eventos culturais, venda de produtos representativos do passado, recriação de costumes passados com o envolvimento dos visitantes numa descoberta pedagógica da utilização de objetos do passado, na execução de ofícios desatualizados. Ainda a participação dos visitantes na recriação de banquetes, saraus musicais, bailes de máscaras e festividades barrocas, mas também eventos gastronómicos com uma mostra de licores e iguarias setecentistas e onde poderão reproduzir e adquirir receitas de iguarias bracarenses.

Para o caso específico da Casa Rolão, ainda nos parece apropriado a difusão de documentários sobre famílias da burguesia bracarense ou ainda sobre a atividade jornalística, mas também a organização periódica de tertúlias sobre questões culturais. Como atividades recreativas e esporádicas com temáticas mais genéricas, podemos considerar as representações teatrais históricas e genuínas, da vida socioeconómica ou ainda momentos decisivos na trama económico-política em Braga entre os séculos XVI-XVIII.

Atividades recreativas e esporádicas com temáticas mais específicas também poderiam ser desenvolvidas, como por exemplo, sobre momentos-chave da vida das elites de Braga, tais como os casamentos das famílias nobres, a ascensão na sociedade dos novos burgueses, o momento da devoção de personagens bracarenses à vida eclesiástica.

Caso as casas alcancem, *a posteriori*, estatuto de museu, cada uma deverá ter uma dinamização turístico-cultural própria e identitária da sua própria história. Ainda assim, poderão continuar a integrar a dinamização da rede de residências-museus temáticos do centro

interpretativo, onde visitas temáticas poderão ser incluídas nas atividades recreativas e pedagógicas.

2.3.1 Criação de rota das Residências da Época Moderna

Para o nosso estudo, o potencial arquitetónico de Braga remete para a Época Moderna, e o potencial histórico-cultural para as fases de habitação e funcionalidades das residências até aos nossos dias. Braga possui muitas residências Da Idade Moderna com valor histórico e arquitetónico, logo a região e o objeto turístico parecem adequados e complementares. O potencial deste tipo de oferta turística enquadra-se bem em itinerários. Aqui pretende-se expor uma proposta de roteiro das residências com valor histórico e arquitetónico, da Idade Moderna, que resultaram do nosso inventário.

Foram selecionadas as casas classificadas do centro histórico de Braga, por já beneficiarem de valorização e, neste sentido, nos parecerem mais propícias a uma dinamização cultural e turística, como já mencionado. O roteiro parte, obviamente, da Casa Rolão, uma vez que esta foi escolhida para centro de interpretação na nossa proposta de dinamização, e orienta-se pela numeração das casas segundo o sentido dos ponteiros do relógio. Segue, portanto, pela Casa dos Crivos, palácio do Raio, Casa na Rua de S. Geraldo, N.º 51, Casa do Passadiço, Casa da Roda, Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, Casa Grande do Campo das Hortas, Casa dos Biscaínhos, Casa dos Maciéis Aranhas, Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116, Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115 e Casa de Vale de Flores, respetivamente²⁴².

Ainda assim, a elaboração de roteiros mais exíguos poderá ganhar vida no centro de interpretação, podendo as temáticas seguirem pelos séculos de construção ou pela cronologia da génese das ruas desenvolvidas na Idade Moderna ou mesmo pelo tipo de arquitetura dos tipos-casa ou ainda pela heráldica que algumas detiveram ou ainda ostentam. Propomos, de seguida, uma alternativa à rota das residências da Época Moderna.

A seguinte rota pauta-se pela arquitetura da Idade Moderna, mas também pela história e cultura bracarense. O ponto de partido da rota é o centro interpretativo das casas da Idade Moderna, a Casa Rolão e a sua Livraria Centésima Página, um dos modelos da arquitetura de André Soares. Segue-se para a Avenida da Liberdade conhecer o Theatro Circo, construção do século XX, onde a elite dos princípios do século convivia e ocupava as suas tardes. Nas

²⁴² Infra encontra-se a estrutura da rota das residências da Época Moderna, com o respetivo mapa.

imediações, encontra-se o Palácio do Raio, onde se descobre um jogo de simetrias de André Soares e se visita os interiores que refletem todas as funcionalidades que o edifício serviu ao longo do tempo.

De seguida alcança-se a Igreja de Santa Cruz, de estilo barroco e maneirista, de onde brota a lenda dos três galos, segundo esta, a fachada da igreja possui três galos talhados e a quem os encontrar tem casamento garantido. Progredir-se para a Casa dos Crivos, que nos dá a conhecer o único exemplar de arquitetura com glosias, representativo do clima de recolhimento religioso, que em tempos se viveu em Braga.

Continua-se para a contemplação de uma mistura de românico, gótico e barroco, ao complexo da Sé de Braga, primeira sé construída em Portugal, dando assim forma à expressão popular: “Mais velho que a Sé de Braga”. Prossegue-se até ao Antigo Paço Arquiepiscopal e ao Palácio do arcebispo José de Bragança, complexo arquitetónico gótico, maneirista e barroco, onde uma pausa obrigatória passa pelo jardim público de Santa Bárbara.

Aqui, sai-se do núcleo medieval, definido pelo traçado da antiga muralha, pelo Arco da Porta Nova, construção de influência barroca e neoclássica, antigo arco triunfal para a entrega das chaves da cidade aos arcebispos, que deu origem a expressão popular: “És de Braga!”, direcionada às pessoas que deixam uma porta aberta, pois o arco compõe a última porta aberta na antiga muralha medieval que nunca possuiu aí, efetivamente, uma porta. Entra-se, de seguida, no Museu da Imagem, instalado numa torre da antiga muralha medieval, onde se descobre exposições temporárias e temáticas de fotografias.

Neste ponto, pretende-se uma paragem pelos doces bracarenses nas Tíbia de Braga, onde os doces típicos enchem as montras, como as túbias clássicas, o pudim abade priscos, os fidalguinhos e os biscainhos. Termina-se o percurso da rota no Museu dos Biscainhos, um solar aristocrata, edificado por artesões bascos, com um dos jardins barrocos mais identitários dessa época no país.

Rota das Residências da Época Moderna



1 Casa Rolão

Construção rococó, do século XVIII, do arquiteto André Soares. O primeiro proprietário dedicava-se ao fabrico de sedas e à indústria de moagens. Ainda funcionou como tipografia do jornal Diário do Minho. Atualmente, a Livraria Centésima Página ocupa o piso térreo.



8 Casa Grande do Campo das Hortas

Construção tardo-clássica do século XVIII. Pertenceu à família Cunha Reis, esta ligada ao comércio do vinho.



2 Casa dos Crivos

Construção original do século XVII, único exemplar com gelsias, representativo do clima religioso de recolhimento vivido nessa época em Braga.



9 Casa dos Biscainhos

Construção original do século XVII, com intervenções nos séculos XVIII e XIX. Edificada por artesões bascos, obra tardo clássica, com jardim barroco. Atualmente, funciona enquanto Museu dos Biscainhos.



3 Palácio do Raio

Palácio barroco joanino, do arquiteto André Soares, datado do XVIII com modificações no século XIX. Pertenceu a Miguel José Raio, cofundador do banco Minho e da Associação Comercial de Braga, Atualmente funciona como Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.



10 Casa dos Maciéis Aranhas

Solar barroco do século XVIII. Pertenceu à família dos Maciéis Aranha.



4 Casa na Rua de S. Geraldo, Nº 51

Construção do século XVIII, com intervenções no século XX. Atualmente funciona enquanto serviços.



11 Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116

Construção do século XVII, com alterações no século XX para adaptação a comércio e serviços.



5 Casa do Passadiço

Palácio barroco e rococó do século XVI, com intervenções nos séculos XVIII e XX. Atualmente funciona como comércio de exposições de decoração de interiores.



12 Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115

Construção do século XVII, com alterações no século XX para adaptação a comércio.



6 Casa da Roda

Construção de estilo renascentista florentino, do século XVI, com intervenções no século XX. Pertenceu à Família Paivas Marinho, posteriormente serviu de instalações ao Hospício dos Expostos. Em 1922, escavações arqueológicas no interior da casa permitiram descobrir os vestígios de uma habitação.



13 Casa de Vale de Flores

Casa brasonada do século XVII, com capela no corpo lateral sul. Identificada ao renascimento e barroco. Pertence aos descendentes da família original, esta destacou-se, ao longo dos séculos, pelos vários cargos de destaque, tanto no comércio como na esfera religiosa, política e militar, como foi o caso dos irmãos Roby.



7 Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga

Complexo arquitetónico que inclui o Palácio do arcebispo D. José de Bragança e o Jardim de Santa Bárbara. Tem várias alas construídas entre os séculos XIV e XVIII, com intervenções do século XX. Identifica-se arquitetura gótica, maneirista e barroca. Antiga residência dos arcebispos de Braga, atualmente as instalações estão adaptadas para a Biblioteca Pública de Braga e a Reitoria da Universidade do Minho.



Considerações finais

Para a realização deste trabalho, procedeu-se a uma pesquisa documental focada na cidade de Braga na Época Moderna, bem como a história da sua arquitetura e das residências com valor histórico e arquitetónico dessa mesma época. A escassez de informação ou a sua falta de corroboração, em vários casos de residências com valor histórico e arquitetónico da Idade Moderna, determinou a necessidade de articular várias fontes, principalmente fontes iconográficas, cartográficas e histórico-documentais. A articulação entre as várias fontes de informação permitiu completar algumas lacunas acerca de algumas residências com interesse para este estudo.

Numa primeira fase, recolheu-se informação documental acerca do tecido urbano edificado na Idade Moderna no centro histórico de Braga. Numa segunda fase, procedeu-se a um levantamento fotográfico das residências de época com potencial valor histórico e arquitetónico da época de interesse. A comparação entre fontes documentais e o levantamento efetuado permitiu determinar quais habitações da Época Moderna ainda permaneciam na urbe atual.

Posteriormente, os dados recolhidos foram classificados por ruas e praças e uma pesquisa mais detalhada foi realizada acerca de cada levantamento, isto para perceber o valor histórico e arquitetónico de cada habitação. Deparamo-nos com limitações na avaliação de algumas residências devido à escassez de informação documental, já outras, com uma documentação mais avançada, foram avaliadas com grande potencial cultural e turístico. Todavia a carência de informação não impediu o registo genuíno e bastante completo daquilo que nos propusemos fazer.

Ainda assim, a escassez de informação sobre o tecido arquitetónico da Idade Moderna notou-se em vários casos, daí envergamos um trabalho de campo que incidiu sobre o centro histórico de Braga, nomeadamente para reconhecer o potencial da cidade na aplicação deste conceito de residência-museu temático. Para a identificação do tecido edificado pertencente ao centro histórico de Braga, auxiliamo-nos do Mapa da ARU de Braga elaborado pela Câmara Municipal de Braga.

O trabalho de campo efetuado, nomeadamente a visita e estudo destes imóveis *in loco*, permitiu proceder a uma análise e valorização do seu potencial arquitetónico, através do registo e levantamento. O inventário resultante do levantamento pretende ser uma resposta ao abandono de imóveis históricos nos centros das cidades, o conhecimento do bem patrimonial

deve incentivar a sua conservação e valorização. O centro histórico de Braga contém muito património da Época Moderna que precisa de ser novamente descoberto e sobretudo explorado de acordo com as normas em vigor, isto para um entendimento e consciencialização do património. Pretendeu-se, igualmente, desta forma, incentivar a renovação das mesmas pelos proprietários, para fins culturais e turísticos.

Para o estudo do potencial turístico-cultural de residências de épocas, foram efetuados estudos sobre os interesses turísticos da população acerca dos diferentes tipos de museus e centros de interpretação existentes. De igual forma, efetuou-se uma pesquisa acerca da aplicação de estratégias de dinamização cultural e turística de espaços históricos. Procurou-se expor uma amostra de casos bem-sucedidos, nacionais e internacionais, que adotaram estratégias de dinamização turística e cultural, tendo como base o património e usando como instrumento a inovação.

A elaboração de propostas de dinamização cultural e turística para o caso das residências de Época Moderna (séculos XVII-XVIII) em Braga foi realizada através do enquadramento histórico, arquitetónico e cultural, mas também da valorização patrimonial e turística, e teve como foco as residências providas de classificação, que se constituirão como casos de estudo. Deste modo, foi realizada uma análise acerca das histórias de vida dos casos de estudo, sustentada em fontes documentais, iconográficas, jornais, entre outros. Estes casos de estudo foram objeto de uma análise mais detalhada em fichas técnicas.

Nesse sentido, surgiu a proposta de criação de um centro de interpretação, que incluísse simultaneamente uma residência-museu temático congregador de uma dinâmica extrapolável ao conjunto dos casos de estudos inventariados, exposições temporárias, atividades recreativas e pedagógicas e uma rota, de modo a identificar e destacar o conjunto das residências bracarenses da Idade Moderna de interesse histórico e arquitetónico.

No entanto, as casas somente registadas e ou em estudo pelo SIPA da cidade de Braga provam uma consciencialização do património ainda por valorizar com potencial cultural e turístico. No entanto, o estudo efetuado para este trabalho também atesta o vasto património ainda por entender e valorizar. A classificação do património continua a ser uma solução concreta, embora insuficiente, à adulteração ou degradação e ruína deste.

Tanto a nível internacional como nacional, observa-se vários casos de revitalização de residências históricas e singulares em museus temáticos ou centros de interpretação, todos eles promovem papel educativo e pedagógico da dinamização cultural e turística. Introduzir uma

dinamização como o é a encenação teatral ajuda a valorizar a história do monumento e os aspetos sociais a ele relacionado; as temáticas são vastas e atraem pela diferenciação.

Para a concretização dos nossos objetivos, designadamente para a adequada valorização histórica e arquitetónica das casas da Época Moderna do centro histórico de Braga (séculos XVI-XVIII) optámos por uma metodologia que incluiu várias etapas, a saber: o enquadramento do ponto de vista histórico e cultural do período cronológico em que surgem estas residenciais, tendo em conta a história da arte e as principais características urbanísticas da cidade de Braga; a inventariação das casas da Época Moderna do centro histórico de Braga (séculos XVI-XVIII) com potencial cultural e turístico, esta seguindo critérios pré-estabelecidos; a seleção de exemplares para uma análise mais detalhada, de acordo com o potencial histórico e arquitetónico; a proposta de criação de um centro de interpretação; a aplicação de estratégias de dinamização cultural e turística.

Tanto as fontes documentais existentes sobre residências de época no centro histórico de Braga, como o facto de a morfologia da cidade ter sofrido poucas alterações, garantiram a viabilidade deste estudo, permitiu defender o potencial do conceito residência-museu temático ou centro interpretativo/rota para esta cidade, e o trabalho de campo superou as expectativas no que toca à quantidade. Consideramos que, o objetivo principal foi atingido uma vez que este estudo participa para um maior conhecimento e consciencialização do valor histórico e arquitetónico de espaços residenciais modernos, no núcleo urbano de Braga.

A Idade Moderna foi uma das épocas mais importantes no desenvolvimento da urbe e na evolução da arquitetura de Braga, aquilo que permanece dessa época, principalmente o barroco, é hoje considerado parte essencial da identidade histórica da cidade. Após análise da informação recolhida e estudada para este trabalho, avaliamos a cidade de Braga com bastante potencial cultural e turístico ainda para explorar, no que toca às residências com valor histórico e arquitetónico.

Em boa verdade, debate-se aqui, o desperdício de recursos que são as residências com valor patrimonial e a importância de revitalizá-las em quanto potenciais elementos culturais e turísticos. Não se trata de restaurar na íntegra cada edifício, até porque alguns só necessitam de algumas intervenções, trata-se, na maioria de revitalizá-las. Ainda assim, algum tecido edificado histórico, e não só a fachada, no seu interior também, necessita de intervenção. Existem casos em que a o estado de degradação é tão avançado, ou as intervenções foram tão significativas,

que se torna impossível restituir o seu interior, permanecendo somente alguns elementos característicos, como a fachada.

É também de extrema importância um estudo apurado para cada caso, isto para a utilização do material mais adequado na reconstrução do edificado e para lhes atribuir um tecido contemporâneo adequado quando necessário, conservando assim o valor histórico-cultural e arquitetónico. De igual modo, a revitalização tem de ser ponderada até ao seu extremo, uma vez que as obras necessárias para novas funcionalidades do edificado podem descaracterizar a estrutura.

Em certos casos a conservação é preferível e suficiente, até porque as marcas do tempo no edificado, na medida do seguro, podem completar a peculiaridade do edificado, isto é, podem ser contempladas como componentes do valor histórico. A construção de anexos nas imediações dessas residências pode ser vista como solução para a não descaracterização aquando de construções essenciais a uma nova funcionalidade, nomeadamente um equipamento sanitário público, uma loja de souvenirs ou instalações de restauração. De um ponto de vista meramente subjetivo, a ideia de conservar estas casas como o uso e desuso do tempo as deixaram, pode enfatizar o valor histórico no seu todo, até porque o facto de as restaurar por completo retira-lhes a magnificência enquanto bem patrimonial que só o tempo lhes pode conferir.

As edificações da urbe de Braga sofreram múltiplas alterações ao longo dos séculos, muitas ocorreram em casas avaliadas como potenciais bens patrimoniais. Algumas destas foram demolidas mesmo estando registadas para uma futura classificação. O registo e levantamento efetuado no trabalho de campo e o estudo dos edifícios vêm promover o estudo, a conservação, a valorização e a divulgação deste tipo de património. Este trabalho preconiza a preservação da memória de um edifício ao procurar perceber como foi outrora, como evoluiu, por quem foi habitado nos séculos anteriores e como é hoje.

Este estudo pretende, deste modo, analisar os espaços e arquiteturas que outrora foram preponderantes em vários aspetos da sociedade, devolver-lhes alguma da sua história e identidade, de acordo com o que podemos atualmente avaliar como mais carismático do seu passado, tanto a nível cultural como turístico, transformando-as numa mais-valia para a cidade de Braga, isto é, evidenciando-as como produto emblemático da própria cidade. Este trabalho apela à necessidade de um estudo aprofundado das casas da Idade Moderna do centro histórico de Braga, e evidencia o grande número de casas inabitadas ou parcialmente utilizadas, com valor histórico e arquitetónico, com potencial cultural e turístico.

As limitações deste trabalho compreenderam a escassez de dados publicados, aliás os contratos de edificação nos séculos XVI, XVII e XVIII são muito raros, o que foi prejudicial para a datação concreta destes. O cruzamento de várias fontes auxiliou na obtenção de dados, embora alguns estudos publicados se contradizem em datas e outros dados. Grande parte do edificado carece de uma análise arquitetónica documentada o que dificultou a nossa observação crítica nesta área. Outra limitação foi a obtenção de informação durante o trabalho de campo, uma vez que não se alcançou a participação, durante o levantamento *in loco*, de todos os atuais proprietários das residências. Ainda podemos apontar que o número de portas das casas nem sempre estava indicado nos edifícios.

Muitos documentos permanecem ainda por estudar nos arquivos da cidade. Novas investigações seriam uma mais-valia para obter novos dados ou corroborar os existentes. Talvez mais estudos promovidos por entidades públicas sejam mais frutíferos neste campo, como é o caso do Prémio de História Local Dr. Manuel Monteiro, instituído pelo Município de Braga, que fomenta o interesse dos investigadores pela história de Braga.

Bibliografia

- AAVV (1989-91) *Mapa das Ruas de Braga*, 2 volumes, Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa.
- ASPA (2016). Reabilitação de edifícios históricos em Braga. *Diário do Minho*. Consultado em junho 19, 2017, em <http://aspa35anos.blogspot.pt/2016/05/entre-aspas-reabilitacao-de-edificios.html>
- ASPA (2017). ASPA: uma associação indomada e indomável. *Diário do Minho*. Consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://aspa35anos.blogspot.com/2017/02/entre-aspas-aspas-uma-associacao.html>
- Azeredo, A. C. (2013). *Braga*. (2ª ed). Porto: Caminhos Romanos.
- Azeredo, F. (1986). *Casas senhoriais portuguesas: roteiro da viagem de estudo do IBI*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- Azevedo, C. (1969). *Solares portuguesas: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Baião, J. (2011). Jorge Custódio: "Renascença artística" e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República. *Revista de História da Arte* 8, 252-257. Consultado em setembro 28, 2017, em https://run.unl.pt/bitstream/10362/16707/1/RHA_8_REC_1_JBai%C3%A3o.pdf
- Bandeira, M.S.M. (2000a). D. Diogo de Sousa, o urbanista - leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta*, 103. (116), 19-58.
- Bandeira, M.S.M. (2000b). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII. A cidade reconstituída a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos índices dos Prazos das Casas do Cabido*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bandeira, M.S.M. (2002). *O Espaço urbano de Braga – obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974)*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Bandeira, M.S.M. (2006). D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e a sua obra urbana 500 anos após a investidura. *Actas do Simpósio do V Centenário do Início da sua Missão como Arcebispo de Braga (1505-1532)*, Braga: Câmara Municipal de Braga.
- Barranha, H. (org.) (2016). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal. Consultado em dezembro, 7, 2017, em <http://istpress.tecnico.ulisboa.pt/node/428>
- Benevolo, L. (1995). *A Cidade na História da Europa*, Lisboa: Editora Perspectiva [publicação original: *La Città Nella Storia D'Europa* (1993)].

Bibliografia

- Calado, M. (1999). Barroco do norte, barroco do sul: algumas reflexões. In *Memoriam: Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, 1, 201-209. Porto: Universidade do Porto.
- “Câmara de Loures aprova Câmara de Loures aprova projeto para recuperação do Palácio Valflores” (2016). *Diário do Minho*. Consultado em novembro 16, 2017, em <http://www.dn.pt/sociedade/interior/camara-de-loures-aprova-projeto-para-recuperacao-do-palacio-valflores-5501364.html>
- Campos, Y. D. S. (2013). O inventário como instrumento de preservação do património cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. *Revista CPC 16*, 1-208. Consultado em dezembro 15, 2017, em <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/68646>
- Carvalho, A. (2017). Equipas de Museus: Evolução ou Retrocesso? *Boletim ICOM Portugal 8*, 14-16. Consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/20329>
- Carvalho, P. S. M. (2012). *O Desempenho dos Museus em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Correia, J. M. S. A. (2009). Arquitecturas dos séculos XVI a XVIII. In F. Faure, H. Silva, M. Rodrigues, P. Flores & P. V. Souto (Eds.), *Guia de Turismo Científico de Guimarães* (22-25). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho.
- Durand, J. (2005). Patrimónios/Patrimônios. *Jornadas sobre a Função Social do Museu*. (s.l.) (s.n.). Consultado em setembro 28, 2017, em <http://hdl.handle.net/1822/5367>
- Fafiães, M. L. C. (2015). *Evolução urbana de Braga na época moderna: Espaços públicos e periferia*. Relatório de Estágio, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Ferreira, F.C. (Diretor). (2016). Prós e Contras: O estado da cultura [Programa televisivo]. Portugal: RTP1.
- Ferreira, L., Aguiar, L. & Pinto, J. R. (2012). Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos nos destinos. *Revista de Cultura e Turismo 2*, 109-126. Consultado em setembro 28, 2017, em <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao2/7.turismo-cultural.pdf>
- Ferreira, R. (2015). Dois séculos após o seu desaparecimento: Recordar Carlos Amarante. *Diário do Minho*. Consultado em fevereiro 7, 2017, em <http://jovemcoop.blogspot.pt/2015/01/trilhos-bragueses-recordar-carlos.html>
- Fidalgo, M. (2009). *"Lugares" culturais. Intervenções em património cultural arqueológico. Valorização de sítios arqueológicos em Portugal*. Prova Final, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

- Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. C., Carvalho, H. P. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo, entre los siglos VI-VIII*, (255-262). Toledo: Toletvm Visigodo.
- Goitia, F. C. (1996). *Breve História do Urbanismo*, (4^a ed). Lisboa: Editorial Presença.
- Graça, R. (Cartógrafo). (2006). *Inventário de conjuntos Urbanos: Núcleo Medieval de Braga* [Cartografia]. Lisboa: SIPA.
- Guapo, A. L. G. P. D. (2009). *Avaliação museológica: estudo de caso; avaliação de exposição permanente do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra "Segredos da luz e da matéria"*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Consultado em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/14226>
- Guimarães, E. (1985). Morte e ressurreição de um palácio. Separata da revista "Mínia", 2^a série, ano VI, 7. Braga: Universidade do Minho.
- IPDT (2014). *Perfil dos Turistas do Porto e Norte de Portugal*. Porto. Consultado em março 10, 2017, em <http://www.ipdt.pt/?p=product&uuiid=14fe9c8f-10f2-4e54-f649-3dd6b7408403>
- Kotler, P. (2000). *Marketing para o século XXI, como criar, conquistar e dominar mercados*. Lisboa: Editorial Presença.
- Machado, M. (2015). De Palacete dos Granjinhos a Palácio do Raio - a história de uma casa In *Palácio do Raio: Um Olhar Sobre a sua Reabilitação*, (8-15). Porto: Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Mapa da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga (2016), Braga: Câmara Municipal de Braga.
- Mappa da Cidade de Braga Primas* (c. 1757), Lisboa: Biblioteca Nacional da Ajuda.
- Maurício, Rui (2000), O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532), 2 vols. Leiria.
- Nóbrega, A. V. O. (1970/1980). *Pedras de arma e armas tumulares do distrito de Braga* (Tomo I e II). Braga: Junta Distrital de Braga.
- Nunes, H. B. (1983). *Património Cultural, a biografia de um povo*. Braga: ASPA. Consultado em fevereiro 7, 2017, em https://3.bp.blogspot.com/-doxxHLOOKCs/WE2FN9EMyil/AAAAAAAAADKc/ga4lyn7fvks5tXNRfEj_RZ1fphgSnWygCLcB/s1600/Patrimo%25CC%2581nio%2BCultural%2B-%2BBIOGRAFIA%2BDE%2BUM%2BPOVO.jpg
- Oliveira, A. A. P. (2011). *A reabilitação urbana como processo de preservação cultural e patrimonial: a herança arquitectónica e urbana da cidade de Fafe*. Fafe: Kairos - Produções Culturais

Bibliografia

- Oliveira, E. P. (1993). *Estudos sobre o século XVIII em Braga: História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.
- Oliveira, E. P. (1999). *Percursos e memórias de granito e ouro*. Braga: Campo das Letras.
- Oliveira, E. P. (2003). A avenida que é o coração de Braga. *Público*. Consultado em dezembro, 6, 2017, em <https://www.publico.pt/2003/01/05/jornal/a-avenida-que-e-o-coracao-de-braga-196920>
- Oliveira, E. P. (2011). *André Soares e o Rococó do Minho* (vol. I). Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Oliveira, E. P. (2014). *Braga Top-Secret: Segredos de Braga*. Braga: Edições Centro Atlântico.
- Oliveira, E. P., Moura, E. S. & Mesquita, J. (1982). Braga Evolução da estrutura urbana. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- Pereira, A. M. M. S. (1998/1999). Um modelo de casa urbana do século XVIII no Campo de Santana. *Revista Bracara Augusta*, 48, (114-115).
- Pereira, A. M. M. S. (2000). *Da casa grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim: Braga, séculos XVII-XVIII*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- Pérez, X. P. (2009). Turismo Cultural: Uma visão antropológica. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* IV Série. (2). Consultado em maio 1, 2017 em <http://www.pasosonline.org/en/>
- Pinheiro, F. (2009). *Uma joia patrimonial cultural e humana: 75 anos de afirmação e mérito*. Braga: A freguesia de S. Vicente
- Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Tomar: Arkeos.
- PwC Portugal (2014). *Desafios do Turismo em Portugal*. Consultado em março 10, 2017, em <http://www.pwc.pt/pt/eventos/2014/desafios-turismo.html>
- Ramos, M. J. (coord.) (2003). *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Lisboa: Colibri.
- Ribeiro, M.C. (2008) *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Dissertação de doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Ribeiro, M. C. (2009/2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna: Síntese de resultados. *Forum* (44-45), 179-201. Consultado em dezembro 15, 2017, em <http://hdl.handle.net/1822/13437>
- Rocha, J.C.L. & Carvalho, S. S. (2010). A Importância do Marketing para os Museus como Atrativo Turístico: Um Breve Estudo no Museu do Índio da Cidade de Manuais-AM.

Revista Eletrônica Aboré (4), 24-36. Consultado em fevereiro 7, 2017, em http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_4/24.pdf

Rocha, M. J. M. (1996). *Manuel Fernandes da Silva mestre e arquitecto de Braga: 1693-1751*. Porto: Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.

Santa Casa da Misericórdia. (2015). *Santa Casa da Misericórdia de Braga*. Relatório de atividades. Braga: Santa Casa da Misericórdia. Consultado em outubro 20, 2016, em <http://scmbraga.pt/R%20Contas%202015.pdf>

Sebastião, A. S. C. (2010). *Centros históricos: evolução de paradigmas e desafios futuros*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Sequeira, G. M. (1980). *Palácios e Solares Portugueses*, Porto: Lello & Irmão.

Smith, R. C. (1973). *André Soares, arquitecto do Minho*. Lisboa: Livros Horizonte.

Stoop, A. (1993). *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Porto: Civilizações.

THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.). (2006a). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: City Breaks*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip. Consultado em setembro 7, 2017, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documentos/City%20Break%202006.pdf>

THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.). (2006b). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Touring Cultural e Paisagístico*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip. Consultado em março 10, 2017, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documentos/Touring%20Cultural%20e%20Paisagistico%202006.pdf>

TURIHAB (2008). *Solares de Portugal: Desenvolvimento e Conceito do Turismo de Habitação e do Turismo no Espaço Rural*. Consultado em setembro 7, 2017, em http://www.center.pt/imprensactr/estudo_484.pdf

Vasconcelos, M. A. (1988). O Mapa das Ruas de Braga de 1750. Breve apontamento sobre a situação do cabido Bracarense no séc. XVIII. Fórum (4).

Vieira, M. A. S., (2018). *Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros: uma proposta de reabilitação e reutilização do Palacete Vilhena Coutinho*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Consultado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/54684>

Apêndice - Documentação do tecido histórico construído

O apêndice é composto por 13 fichas, numeradas sequencialmente (1 a 13), correspondendo o número da ficha ao do edifício nela analisado, que, por sua vez, se localiza no mapa elaborado para o efeito sobre a planta topográfica atual de Braga (Figura 159). Deste apêndice fazem parte os edifícios classificados do centro histórico de Braga, isto é, com uma proteção legal enquanto IIP e ZEP, contemplando, deste modo, apenas as casas mais representativas da Época Moderna, de acordo com o levantamento e os registos efetuados, que analisamos na parte III deste trabalho, nomeadamente aquelas que melhor se adequam às propostas de dinamização turístico-cultural que propomos, apresentadas na parte IV.

Deste modo, os imóveis constantes em cada ficha técnica, descritas no capítulo da metodologia, parte II, constituem-se casos de estudo, resultantes de um estudo pormenorizado do património valorizado, que contemplou o cruzamento de fontes histórico documentais com o levantamento topográfico *in loco*, permitindo, igualmente, entender as mais-valias de usufruírem de proteção legal e uma melhor compreensão do seu potencial turístico-cultural. Neste sentido, foi também nosso intuito perceber o seu estado atual, nomeadamente após beneficiarem de proteção legal, tanto pelas intervenções ocorridas como pela adaptação ou revitalização destas.

Todo o registo fotográfico adquirido da internet e dados informativos foram consultados entre o dia 11 de abril e dia 19 de agosto 2017 no Portal do SIPA e Portal da DGPC, salvo exceções que serão referenciadas ao longo do texto. O levantamento fotográfico *in loco* foi realizado entre dezembro de 2016 e agosto de 2017.

Assim, esta amostra evidência o potencial histórico e arquitetónico da cidade de Braga e representa uma identidade no tempo da génese da urbe, ilustrando as alterações ocorridas na tipologia e arquitetura civil bracarense.

O estudo do edificado observado permitiu evidenciar o valor histórico e arquitetónico destas residências, mas também da importância patrimonial da cidade de Braga no seu conjunto.

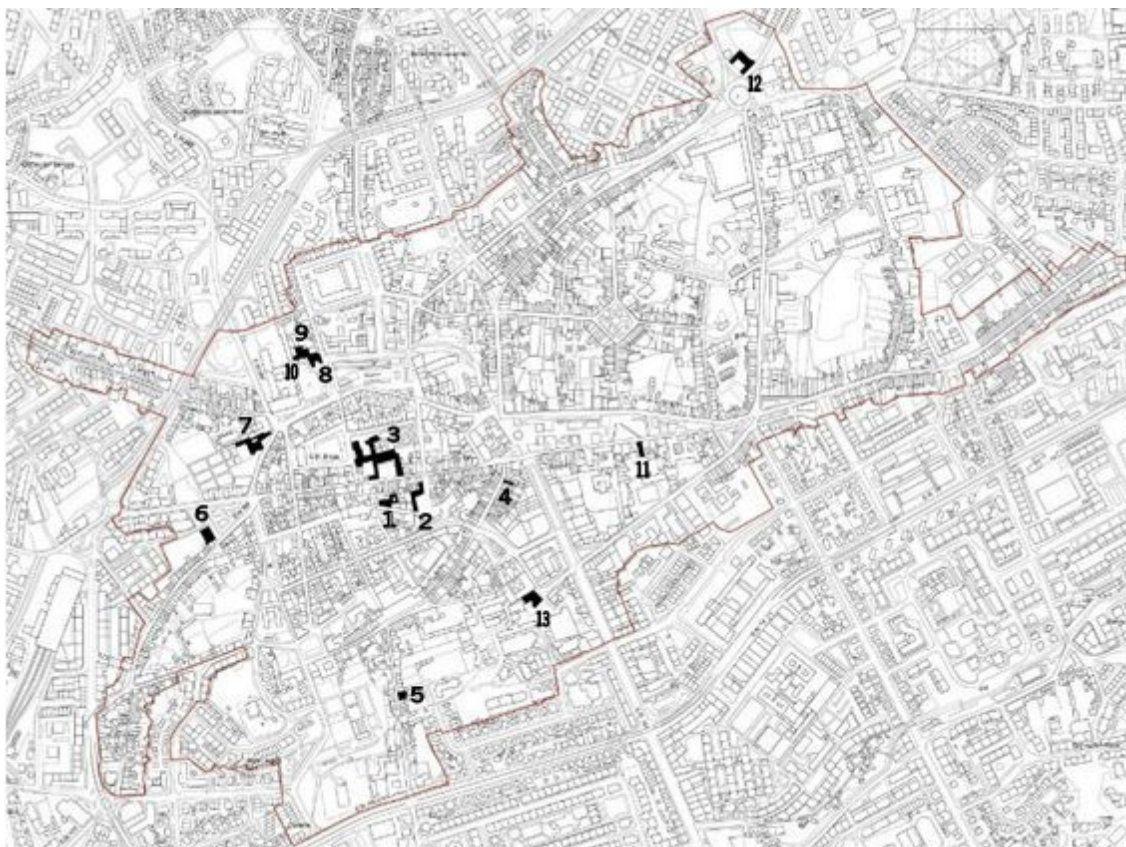


Figura 160 - Localização tipográfica atual das parcelas construídas analisadas nas diferentes fichas e delimitação da ARU do centro histórico de Braga

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha Nº 1 Casa da Roda
--	--

1. Identificação					
1.1 Local/Endereço: Rua de Nossa Senhora do Leite, 4700-339 Braga					
1.2 Designação/Nome: Casa da Roda					
1.3 Outras Designações: Casa dos Paivas; Casa dos Paiva Marinho					
1.4 Época de Construção: Séculos XVI/XX					
2. Caracterização					
2.1 Informação sobre as funções					
Século XVI: H	Século XVII: H	Século XVIII: H			
Século XIX: EP	Século XX: EC/EP	Século XXI: EC/EP			
A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso					
2.2 Cércea (nº de Pisos): 2					
2.3 Nº de Tipologia: 2					
2.4 Utilização Tipológica					
Piso 1: EC/EP	Piso 2: EP	Piso 3:	Piso 4:	Piso 5:	
A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso					
2.5 Estado da Fachada					
	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras Estruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6 Estado de conservação do interior					
	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior**Não Alterado****Pouco Alterado****Muito Alterado**

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Esta casa foi construída no século XVI, num gaveto situado nas traseiras da Sé. Encontram-se vários prazos registados pelo cabido: em 1530 ao bacherel, tercenário da Sé, Lopo da Cunha; em 1553 ao cônego Lourenço Cerveira; em 1598 a D. Maria de Meneses e Pedro Lopes de Azevedo; em 1673 ao fidalgo de Sua Majestade Manuel Falcão Costa e a D. Ana Maria Teixeira; em 1733 ao licenciado Manuel Tinoco de Magalhães e C.C. Juliana Maria Leire Machado (IPC, vol II).

Entre os séculos XVII e XVIII, pertenceu também à família Paivas Marinho, daí a sua designação "Casa dos Paiva Marinho". Posteriormente, em 1897, a Câmara Municipal de Braga aluga o imóvel para ali estabelecer o Hospício dos Expostos, surgindo assim outra designação, a "Casa da Roda", e em 1986 aquela compra o imóvel (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1917). Atualmente serve de sede à Junta de Freguesia de S. João do Souto e abriga o Cafjec.

2.9 Caracterização Arquitetónica: É um edifício de estilo renascentista florentino, destaca-se pelas aduelas soltas das cantarias e carrega uma sensação de fortaleza na sua arquitetura. Segundo Eduardo Oliveira (1993: 100) parece recriar alguma arquitetura do Palacio Pitti, em Florença. Os cunhais são rusticados, as juntas das pedras trabalhadas indicam grande perícia. As paredes interiores e exteriores são em tijolo, os pavimentos em soalho de madeira e mosaico cerâmico, ainda se denotam paredes com acabamento rebocado, teto em estuque e uma cobertura de madeira revestida com telha de barro tipo "lusa" (SIPA).

A planta desta obra arquitetónica apresenta um desenvolvimento orgânico à volta de um pátio em U. A fachada possui uma faixa de pedra a separar os dois pisos. Da Rua de Nossa Senhora do Leite observam-se, na fachada do segundo piso, duas janelas com lintéis em arco pleno, enquanto o primeiro piso tem duas janelas a ladearem uma porta central, todas de estrutura semelhante ao piso sobrado. O alçado virado para a Rua de S. João do Souto apresenta, no piso superior, cinco aberturas, duas das quais janelas com sacada, já no primeiro piso notam-se três portas e uma janela numa posição central da fachada. Todas as janelas e portas deste edifício são em arco pleno (SIPA).

No século XVII, possuía uma janela de ângulo, que parece ter desaparecido antes de 1750

uma vez que já não se encontra representada no MRB (Pereira, 2000: 75). Após a compra do imóvel pela Câmara Municipal de Braga, e devido à ameaça de ruína, este foi reedificado na íntegra e o interior foi totalmente transformado (SIPA). Em comparação com o MRB, identifica-se, na fachada virada para a Rua de S. João do Souto, a ocorrência do alongamento de uma janela para porta e a adulteração de um postigo em porta. Já na fachada virada para a Rua de Nossa Senhora do Leite, no andar sobrado, as janelas estavam centradas na fachada, enquanto hoje ocupam mais a fração esquerda da mesma.

3. Observações: Em 1922, o antigo SRAZN levou a cabo escavações no interior da casa, onde foram encontrados vestígios de uma habitação, cujos pavimentos eram revestidos de mosaicos (UAUM, consultado em <http://www.uaum.uminho.pt/webapp/#interventions/1000>).

Este edifício foi totalmente reconstruído em 1989, segundo um projeto de reabilitação do Gabinete de Salvaguarda e Revitalização da Câmara Municipal de Braga. A fachada teve de ser desmontada devido ao estado de ruína do imóvel, embora tenha sido posteriormente remontada. Aquando estas obras, o IPPAR empreendeu escavações arqueológicas no interior do edifício. Uma futura revisão da classificação poderá ser possível, uma vez que só resta, praticamente, a fachada da construção original (SIPA).

A associação que ocupa o edifício há alguns anos, o Cafjec, empreendeu obras de 1990 a 1994, com o contributo do Instituto Português da Juventude (IPJ), da Companhia de Jesus de benfeitores e da Segurança Social. (Portal Jesuitas, consultado em <http://jesuitas.pt/In%C3%ADcio-204.aspx?PID=252&M=NewsV2&Action=1&NewsId=1132>).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Classificada como IIP, Decreto n° 1/86, Diário da República, 1ª Série, n° 2 de 3 de janeiro 1986 e abrangida por ZEP, sendo estas, a Igreja da Misericórdia de Braga, o Pelourinho de Braga e a Sé de Braga (DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73930>).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

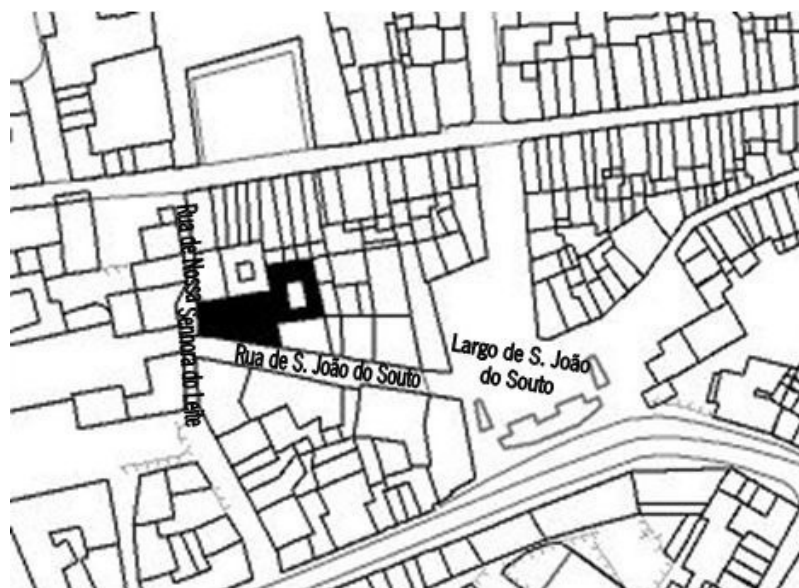


Figura 161 - Localização na planta topográfica atual da Casa da Roda

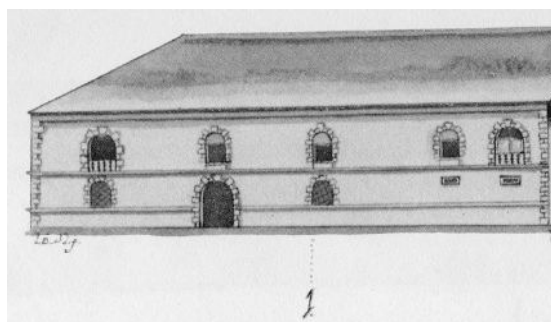


Figura 162 - Casa da Roda no MRB

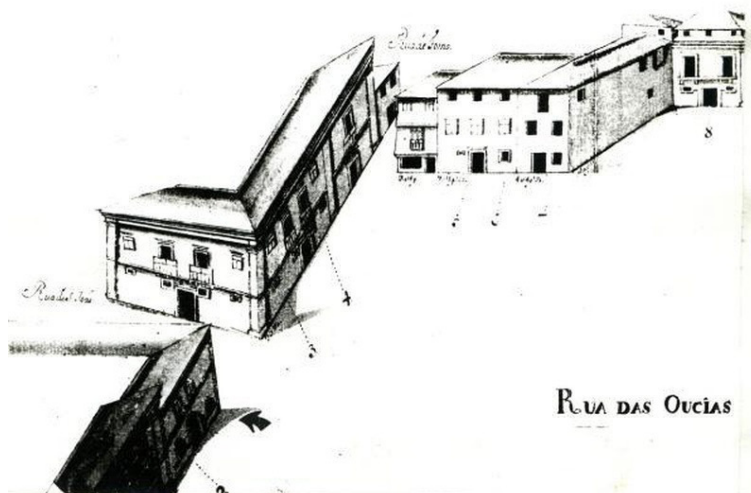


Figura 163 – Reprodução de desenho perspectivado da fachada principal (DGPC)



Figura 164 - Casa da Roda no *Mapa de Braga Primas*



Figura 165 - Fachada da Rua de Nossa Senhora do Leite, em 1992 (UAUM)



Figura 166 - Antes da reedificação do imóvel, século XX (SIPA)



Figura 167 - Interior de divisão no piso térreo (DGPC)



Figura 168 - Pátio interno, escada de acesso ao piso superior (DGPC)



Figura 169 - Varanda do piso superior, vista do pátio interno (DGPC)

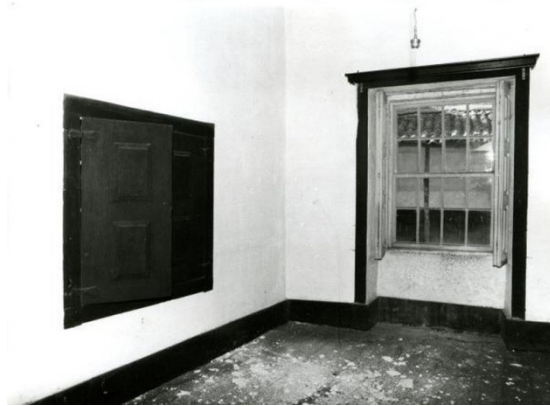


Figura 170 - Sala com armário embutido, no interior do segundo piso (DGPC)



Figura 171 - Interior do piso superior, janela voltada para a Sé de Braga (DGPC)

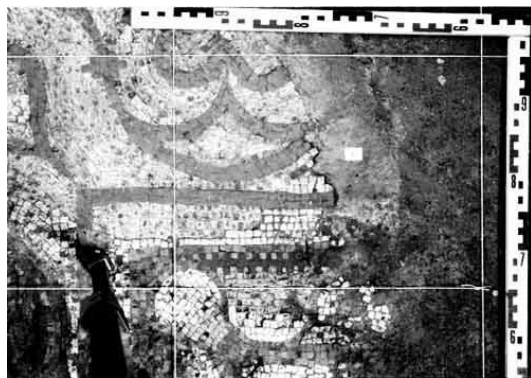


Figura 172 - Mosaico encontrado nas escavações arqueológicas no interior da Casa da Roda, em 1992 (UAUM)



Figura 173 - Pátio posterior (DGPC)

7. Fotografias atuais:



Figura 174 - Fachada virada para a Rua da Nossa Senhora do Leite
(Foto da autora)



Figura 175 - Fachada virada para a Rua de S. João do Souto
(Foto da autora)



Figura 176 - Pátio interior
(Fonte: http://www.joemca.com/?page_id=16, consultado em outubro 1, 2018)



Figura 177 - Interiores do piso superior
(DGPC)



Figura 178 - Sala interior
(DGPC)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha Nº 2 Casa do Passadiço
--	---

1. Identificação					
1.1 Local/Endereço: Largo de S. João do Souto, 4700-326 Braga					
1.2 Designação/Nome: Casa do Passadiço					
1.3 Outras Designações:					
1.4 Época de Construção: Séculos XVI/XVIII/XX					
2. Caracterização					
2.1 Informação sobre as funções					
Século XVI: H	Século XVII: H	Século XVIII: H			
Século XIX: I	Século XX: EP	Século XXI: EP			
A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso					
2.2 Cércea (nº de Pisos): 2					
2.3 Nº de Tipologia: 1					
2.4 Utilização Tipológica					
Piso 1: EP	Piso 2: EP	Piso 3:	Piso 4:	Piso 5:	
A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso					
2.5 Estado da Fachada					
	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6 Estado de conservação do interior					
Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína	

**2.7 Alteração do interior****Não Alterado****Pouco Alterado****Muito Alterado**

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Esta residência foi mandada construir em 1521 pelo conde palatino e deão de Braga, D. João da Guarda, que instalou nela a “empresa da Roda”, e cuja administração pertenceu a vários membros da sua família. Sucedeu-lhe o seu sobrinho, o desembargador da Relação Eclesiástica, D. Fernão Figueira. Em 1572 pertenceu ao vereador da cidade, D. Manuel Figueira, já em 1678 vive nela o neto de D. Fernão Figueira, cavaleiro da Ordem de Cristo e senhor da Casa de Pindela, Baltazar Pinheiro Lobo, último emprazador conhecido (Vasconcelos, 1988: 97).

No século XVIII, a casa é adquirida pelo fidalgo espanhol D. Rodrigo Trancoso de Lira, descendente dos antigos senhores da casa, e em 1773 é comprada pelo advogado António Veloso da Costa a D. Francisco de Lira Pereira de Menezes. A designação da casa deve-se à existência de um antigo passadiço público no edifício que ligava a Rua do Souto à Rua de S. João do Souto. Nos anos 90, foi adquirida por Caterina Rosas Soares Pereira, que instalará um comércio de exposições de decoração de interiores (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6968) onde ainda se mantém.

2.9 Caracterização Arquitetónica: É um palácio barroco e rococó, de traça Setecentista, embora tenha sofrido modificações ao longo dos séculos. Pode ser interpretada como símbolo da afirmação da pequena nobreza de Braga. É uma construção com pavimentos em granito, tetos em estuque e cobertura em telha de canudo (SIPA).

Este edifício de dois pisos, com planta em L invertido (residência original), possui telhados de quatro águas e três corpos articulados; um a sul e os outros prolongando-se para este, o corpo no extremo este encontra-se em destaque comparado ao outro corpo, além de se encontrar mais baixo do que os restantes (SIPA).

Encontra-se um pequeno jardim na parte sul-este da estrutura. As fachadas são pintadas de branco, ladeadas por cunhais com pilastras toscanas, têm um friso como remate e uma cornija de beiral saliente e argolas de ferro. As fachadas a sul possuem portas e janelas gradeadas no primeiro piso, já a parte virada para a Rua de S. João tem um portal emoldurado. O segundo piso apresenta janelas de sacada, encimadas por um friso e uma cornija reta, coroadas por baldaquinos com escamas. As varandas têm grades de ferro e uma base de pedra onde se

denotam modilhões (SIPA).

A fachada do corpo este virada para o jardim, este com árvores centenárias, possui três vãos onde se encontra um portal central de verga reta, ladeado por pilastras molduradas e volutas no topo, ainda encimado por um janelão com aletas nas laterais com motivo concheado e um frontão saliente com ilusão de concavidade. As janelas nas laterais, da fachada referida, são gradeadas de verga reta com moldura recortada, já no segundo piso estas são de sacada e iguais às demais descritas (SIPA).

O interior possui, no primeiro piso, uma galeria em cantaria e arcos abatidos sob colunas de seção quadrangular e mísulas ao longo do formato da planta. As grades da parte superior das arcadas são de ferro, onde se erguem colunas com pináculo. Existe um corredor que liga o corpo sul ao corpo este; no corpo sul encontra-se uma escadaria volutuosa, de dois lanços retos com motivos de acantos, ainda um patamar intermédio, e guardas de ferro. No segundo piso descobre-se um portal retangular com uma cornija e um frontão de volutas interrompido com decoração vegetalista. Também existe uma capela no segundo piso do corpo este, esta possui um retábulo de madeira (SIPA).

3. Observações: No século XVIII terá sido acrescentado o jardim na parte sul-este do edificado, mas com a abertura da Rua Francisco Sanches no século XX, uma parte da casa e do seu terreiro foram cortados para benefício da via pública. O edifício foi comprado por Catarina Rosas Soares Pereira, como já mencionado, que o revitalizou enquanto casa de exposições de decoração de interiores; efetuou intervenções de restauro e revitalização na última década do século XX (SIPA). Observe-se que foi acumulado à casa original algum edificado, visível da Rua Francisco Sanches, para efeitos comerciais.

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Está incluída na ZEP da Sé de Braga e da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Encontra-se em estudo pelo SIPA (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

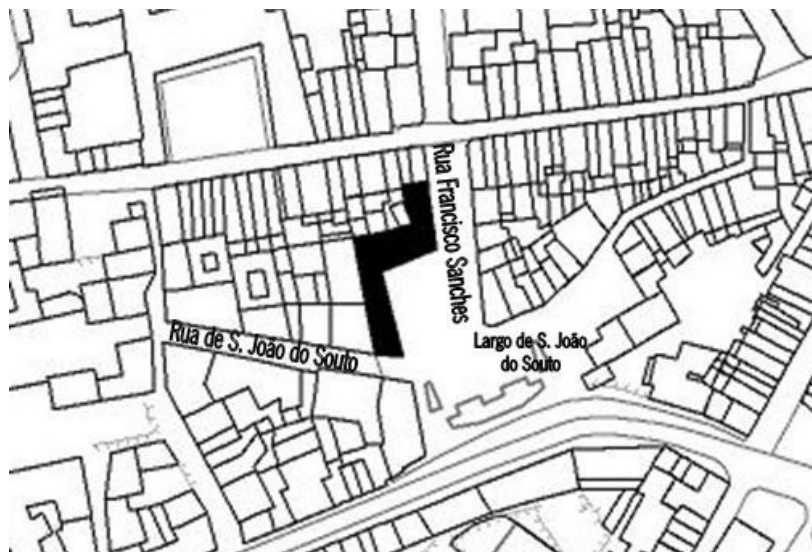


Figura 179 - Localização na planta topográfica atual da Casa do Passadiço



Figura 180 - Casa do passadiço no MRB

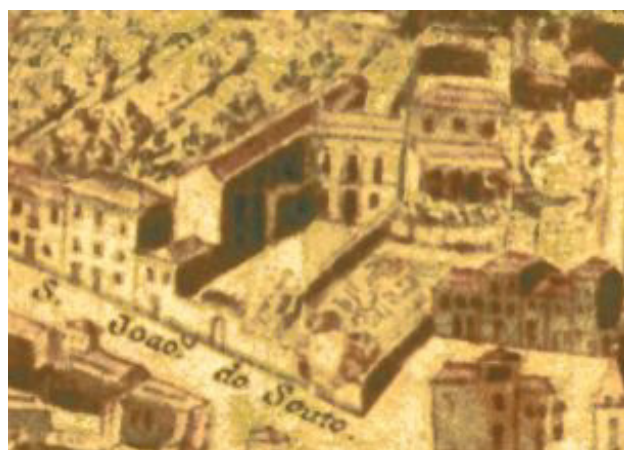


Figura 181 - Casa do Passadiço no *Mapa de Braga Primas*

7. Fotografias atuais:



Figura 182 - Fachadas sul e este da Casa do Passadiço
(Foto da autora)



Figura 183 - Fachada no extremo este da Casa do Passadiço
(Foto da autora)



Figura 184 - Jardim na parte sul-este do edificado
(Foto da autora)



Figura 185 - Edificado anexo à Casa do Passadiço
(Foto da autora)



Figura 186 - Piso térreo
(SIPA)



Figura 187 - Escadaria interior
(Fonte: <http://www.casadopassadico.com/>)

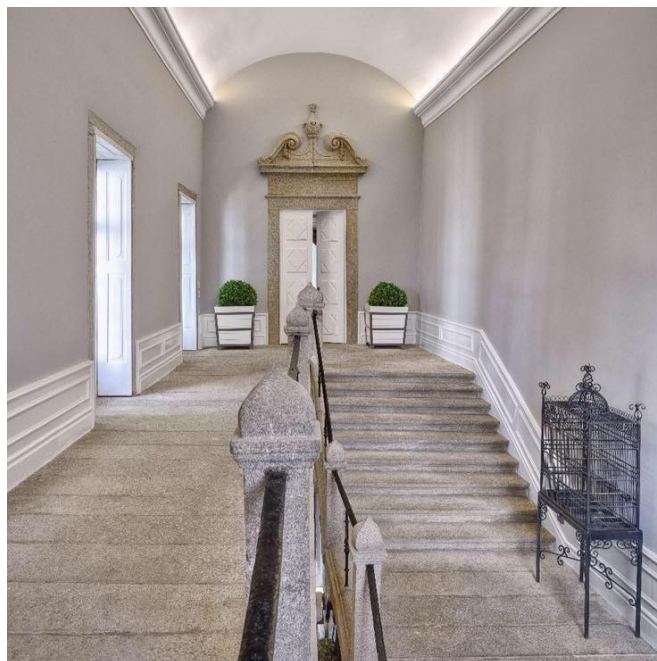


Figura 188 - Piso superior da fachada virada para o jardim
(Fonte: <http://www.casadopassadico.com/>)



Figura 189 - Interiores
(Fonte: <http://www.casadopassadico.com/>)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha Nº 3 Antigo Paço Arquiepiscopal
--	--

1. Identificação

1.1 Local/Endereço: Largo do Paço, Rua do Souto, Largo D. João Peculiar, Rua da Misericórdia, Praça do Município, Rua Eça de Queirós, 4820-142 Braga

1.2 Designação/Nome: Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga/Biblioteca Pública e Reitoria da Universidade do Minho

1.3 Outras Designações: Paço Arquiepiscopal de Braga

1.4 Época de Construção: Séculos XIV/XV/XVI/XVII/XVIII/XX

2. Caracterização

2.1 Informação sobre as funções

Século XVI: H/EP

Século XVII: H/EP

Século XVIII: H/EP

Século XIX: EC/EP

Século XX: H/EC/EP/CS

Século XXI: EC/EP

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (nº de Pisos): 2/3/2

2.3 Nº de Tipologia: 2

2.4 Utilização Tipológica

Piso 1: EC/EP

Piso 2: EP

Piso 3: EP

Piso 4:

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Outras Estruturas

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior

Não Alterado	Pouco Alterado	Muito Alterado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Este conjunto arquitetónico serviu de residência aos arcebispos que governaram Braga até ao século XVIII, contudo sofreu várias remodelações ao longo dos séculos. A data exata da sua génese não é conhecida, contudo o brasão do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) parece indicar que tenha sido no século XIV. No século XVI, parte do espaço a norte intramuros, isto é, entre a Sé Catedral e a muralha Fernandina foi propriedade dos arcebispos, compreendia, portanto, o paço, e o antigo Campo dos Touros, hoje Praça do Município. Ainda se sabe que, no século XVIII, houve um longo período de Sede Vacante devido aos desentendimentos entre Roma e o rei D. João V (Ribeiro, 2008: 489-494).

Foi residência dos arcebispos até 1911. No século XIX, esteve instalado na ala barroca o Governo Civil; no século XX, o paço foi ocupado pelo Quartel-general e serviços do Distrito de Recrutamento, pela Reserva n° 8, ainda pelo Tribunal da Comarca, pelos Bombeiros Municipais e pelo Museu D. Diogo de Sousa que ocupou a ala norte, desde 1918 até 1973. Mas ainda abrigou o Instituto Minhoto de Estudos Regionais até 1973 e a Aliança Francesa na ala medieval. Entretanto, no século XX, ocorreu o desmantelamento da capela-mor da igreja do Paço. Ainda podemos acrescentar que no século XX esteve, na ala medieval, um carroceiro e uma oficina de santeiros (Guimarães, 1985: 14-23).

Desde 1934 até 2017 também serviu de instalações ao Arquivo Distrital de Braga, atualmente encontra-se a Biblioteca Pública de Braga no antigo palácio de D. José de Bragança, aí instalada desde 1934, e na ala Moderna do antigo paço a Reitoria da Universidade do Minho, desde 1973 (Guimarães, 1985: 10-20). Também se acham alguns serviços administrativos da Universidade e o Gabinete de Comunicação e Imagem. O salão medieval destina-se a receções de honra, atividade culturais e serve de sala de atos solenes da Universidade. Foi outrora o edifício mais importante da cidade, hoje é um elemento de destaque na cidade de Braga.

2.9 Caracterização Arquitetónica: É um complexo arquitetónico composto por três corpos ou alas de várias épocas. A mais antiga é de origem gótica, foi reconstruída no século XX segundo

modelos neogóticos. Esta ala a norte está voltada para o Jardim de Santa Bárbara; a sul um corpo datado dos séculos XVI, XVII e XVIII, onde o maneirismo e o barroco se misturam, está voltado para o Largo e Rua do Souto; voltado a poente está o corpo barroco ou Paço de D. José de Bragança, virado para a Praça do Município, também ele reconstruído no século XX sob influências do barroco e rococó (SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1106).

O testemunho que resta do complexo dos séculos XIV e XV é o corpo a norte, que perfaz uma planta em L, coroada por cubelos ameados. A fachada do primeiro piso é rasgada por frestas, enquanto no piso superior acontece o mesmo com janelas góticas. Anexo a este corpo, no jardim de Santa Bárbara, observam-se os antigos arcos de sustento do interior de uma das suas alas, conhecido atualmente como salão medieval. O conjunto gótico terá sofrido uma ampliação no século XV pelo arcebispo D. Fernando da Guerra (1417-1467), pois mandou construir câmaras e fazer acréscimos, muito provavelmente só na ala norte do corpo sul (Ribeiro, 2008: 491).

No século XVI, o arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) concedeu ao paço uma escada nova em cantaria no terreiro do corpo sul, virado para o atual Largo do Paço, assim como, um pátio com colunas e seis arcos, um novo chafariz diante do paço, um jardim entre o paço e a Sé, onde mandou colocar uma soteia grande sobre colunas com uma janela e uma porta do lado da rua, com vista para a Capela de S. Gonçalo. Ainda mandou realizar cinco novas câmaras na grande sala antiga que corre pela câmara grande que está sobre o jardim acima referido, estas usufruíram de cinco janelas de assento com ferros e numa delas uma chaminé (Maurício, 2000: 91).

O arcebispo D. Manuel de Sousa (1544-1549), em meados do século XVI, instalou no corpo sul, isto é, a ala nascente do atual Largo do Paço, o Auditório e Tribunal da Relação. Em 1593, o arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) fez construir uma galeria no corpo sul, na ala poente. No século XVII, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1627-1635) empreendeu a ligação entre a ala nascente e poente do corpo sul, virado para o Largo do Paço. O arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728) reconstruiu, entre 1709 e 1713, as alas central, nascente e poente, estas ficaram ligadas internamente. Também fez substituir o chafariz colocado no Largo do Paço, pelo atual Chafariz dos Castelos e mandou construir uma escada interior de três lances com acesso à Sala dos Arcebispos na ala central, substituindo assim as antigas do exterior, e reformou a dita sala (Vasconcelos, 1992, citado por Ribeiro, 2008: 493-494).

Este arcebispo ainda mandou ampliar a ala nascente, do corpo sul, com o edifício do Auditório e da Relação que passaram a ocupar o lugar do aljube, sendo este transferido para o complexo do castelo. Após a ampliação, colocou as suas armas sobre a porta de acesso à ala nascente. O arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) mandou restaurar e alargar o complexo com uma nova ala para poente, virada para a atual Praça do Município. A fachada barroca deste complexo é da autoria de André Soares. Esta última construção originará a demolição da Casa da Roda que era contígua ao paço poente desde 1568. Ainda ampliou a ala nascente do corpo sul, virada para o atual Largo do Paço, isto após comprar umas casas na Rua do Souto para a residência do bispo auxiliar (Ribeiro, 2008: 494-495).

Contudo, problemas no reino português e com a Sede vacante desde 1827, a família real e o rei D. Miguel passaram a ocupar o corpo poente de 1832 a 1833. Em 1866 esta parte do complexo sofre um incêndio que o arruinará, tendo sido restaurado em 1934, pela DGEMN, e onde foram instalados a Biblioteca Pública de Braga e o Arquivo Distrital (Ribeiro, 2008: 496).

Este conjunto edificado é o testemunho de várias ações arquitetónicas consecutivas, isto ao longo de vários séculos. A ala a sul contém azulejos do século XVII e vários tetos de salas, nomeadamente da ala medieval, são geralmente atribuídos ao pintor Abel Mendes. Ainda se pode dizer que a reconstituição da ala medieval e do palácio de D. José de Bragança são da autoria do arquiteto Fernandes de Sá (Guimarães, 1985: 24-26).

3. Observações: A DGEMN empreendeu uma vasta reconstrução do conjunto arquitetónico no século XX. De 1930 a 1934 reconstruíram o corpo barroco devido ao incêndio ocorrido, em 1931 equiparam a ala sul de uma cobertura e construíram a ala central e respetiva cobertura. A partir de 1934, e até há década de setenta, fizeram várias obras no corpo medieval que se encontrava em ruína, ampliando-o de modo a unir os restantes corpos. Extraíram a cal das paredes; colocaram pavimentos de betão revestidos a soalho; apearam a arcada de sustento ao segundo piso que colocaram no pátio do exterior; reorganizaram e redecoraram os espaços interiores; ajardinaram os pátios; colocaram silhar de azulejos numa das escadarias do Paço; reconstruíram e apearam com cantaria a fachada principal do corpo quinhentista (SIPA).

De 1934 a 1936 realizaram obras na sala de conferências, no átrio e na escadaria. De 1935 a 1936 realizaram outras obras, nomeadamente, a substituição de telhados na ala oeste e no Museu D. Diogo de Sousa, que se encontrava no corpo medieval desde o fim do século XX até inícios do seguinte. Ainda em 1936, demoliram as paredes de alvenaria do corpo medieval,

assentaram um teto na sala de jogos e fizeram reparações de danos causadas pelos temporais. Em 1939, iniciaram diversas obras de restauro na Biblioteca e no Museu, nomeadamente, a colocação da cobertura, o refechamento de juntas das paredes, a colocação de novo reboco exterior e de betão armado nos pavimentos, a colocação de novos tetos nervurados em madeira de castanho com diversas pinturas decorativas de tetos e a renovação de beirais (SIPA).

Ainda colocaram o forro no teto do salão nobre medieval, remodelaram a fachada posterior do corpo quinhentista, isto é, substituíram as janelas de peito do último piso em janelas de sacada e colocaram frontões nas janelas centrais e realizaram diversas obras no corpo barroco, como a substituição de estuques por tetos de madeira de castanho e a substituição do pavimento dos depósitos de livros, de betonilha por tijoleira. Em 1940 empreenderam obras de restauro ao edifício da Biblioteca e colocaram candeeiros de ferro e mobiliário neogótico na ala medieval. Em 1941 realizaram obras de reparação de danos causados por um ciclone (SIPA).

Em 1943 fizeram obras de reparação nos corpos já restaurados, sobretudo a consolidação da fachada virada para a Rua do Souto, com placagem de cantaria, material que também colocaram na galeria. Adaptaram diversas dependências para as oficinas de tipografia e encadernação, substituíram pavimentos, acomodaram os arranjos dos jardins e substituíram o gradeamento do Largo do Paço. Em 1946 fizeram obras de pavimentação e o arranjo do átrio de acesso ao salão medieval, pavimentaram com lajeado de granito e colocaram tetos em madeira de castanho e degraus de cantaria (SIPA).

Em 1947 atuaram no arranjo do jardim do Largo do Paço e no arranjo do teto da galeria, como também, substituíram grades e o arranjo de portas e realizaram obras de arranjos interiores da Biblioteca e Museu. Em 1948 demoliram o portão a norte do corpo barroco e construíram um novo muro de vedação na parte norte do paço. Assim como apearam o portal de cantaria existente no muro antigo, assim também, limpavam as cantarias, as pinturas exteriores da fachada do corpo voltada para a Praça do Município e a pintura de um teto dos salões do corpo medieval (SIPA).

No ano 1949 colocaram mobiliário na Biblioteca, concluíram as obras de conservação da Biblioteca e Museu e trataram de arranjos nos jardins. De 1950 a 1951 construíram um muro de suporte no pátio interior. Em 1952 trataram do arranjo de um dos jardins do Paço, já em 1953 colocaram gradearia nas janelas do primeiro piso, que estão viradas para os jardins, e montaram a fonte do pátio interior. No mesmo ano construíram um muro de vedação para ocultar os prédios virados ao pátio interior, trataram das pinturas exteriores de paredes,

repararam a cobertura e vitrais e trataram da pintura de portas e de caixilharias exteriores (SIPA).

Em 1954, realizaram obras de conservação e melhoramentos, fizeram arranjos de caixilharias e dos telhados da Biblioteca e Museu, já no ano seguinte repararam a Fonte dos Castelos. Em 1956, libertaram o Largo do Paço do seu jardim e grades e trataram do arranjo dos restantes jardins do complexo. Em 1959, vedaram as juntas de dilatação dos terraços do corpo medieval e dois anos mais tarde fizeram obras de reparação e impermeabilização da cobertura do corpo medieval. De 1966 a 1969 trabalharam na conservação da Biblioteca e Arquivo (SIPA).

No ano 1970, substituíram a vedação e o pavimento de tijoleira do terraço do corpo medieval, mas também substituíram rebocos exteriores, pintura de caixilharias e gradeamentos. No mesmo ano alteraram os vitrais no corpo medieval e em 1972 trataram do arranjo das coberturas, estas de telha cerâmica de canudo, mas também da reparação e pintura de paredes. Em 1974, a DGCE procedeu à abertura de vãos e construção de divisórias interiores (SIPA).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: O Paço Arquiepiscopal está classificado como IIP, Decreto n° 47 508, Diário do Governo, 1ª Série, n° 20 de 24 de janeiro 1967 e é abrangido por ZEP, sendo estas, a Casa dos Paivas, a Igreja da Misericórdia de Braga, o Pelourinho de Braga e a Sé de Braga. Já o edifício onde está instalada a Biblioteca Pública esteve em vias de classificação em 2006, mas encontra-se atualmente o processo caducado (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

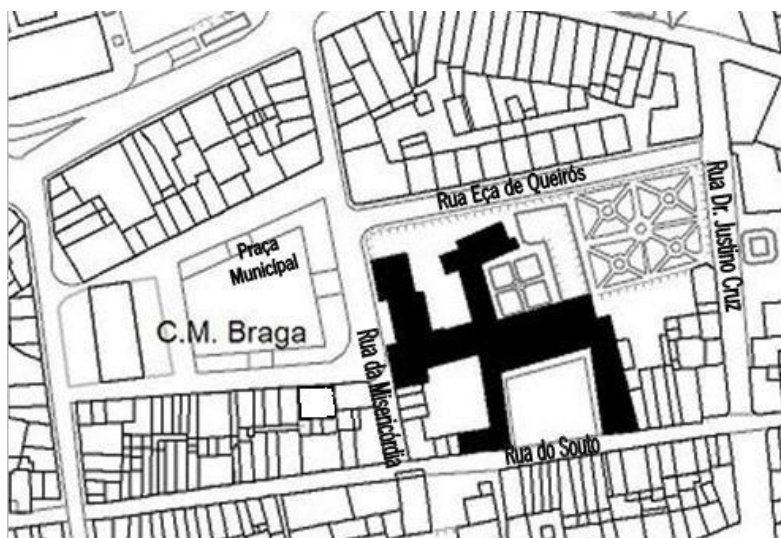


Figura 190 - Localização na planta topográfica atual do paço Arqueiepiscopal de Braga

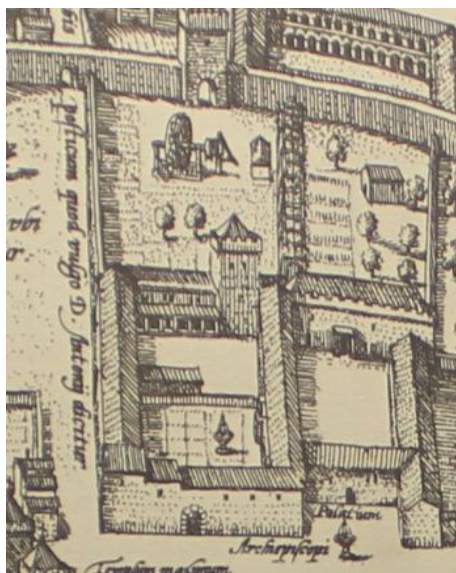


Figura 191 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no *Mapa de Braunio*

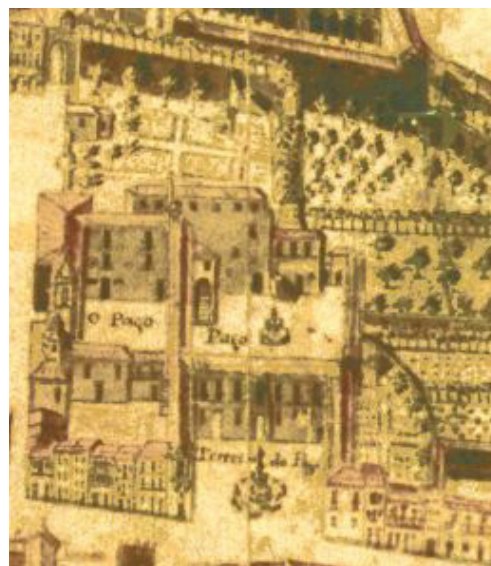


Figura 192 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no *Mapa de Braga Primas*



Figura 193 - O Paço Arqueiepiscopal de Braga no MRB

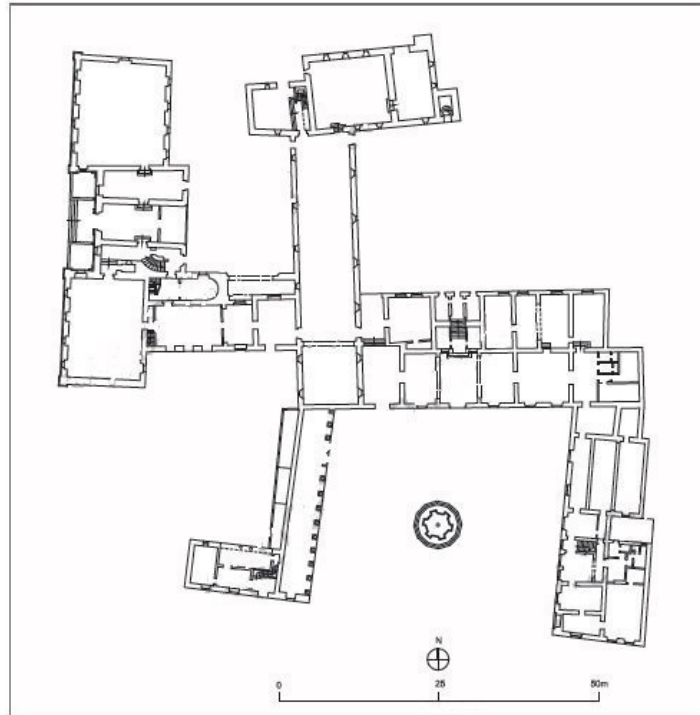


Figura 194 - Planta atual do piso térreo
(Ribeiro, 2008, Apêndice I, ficha 2)

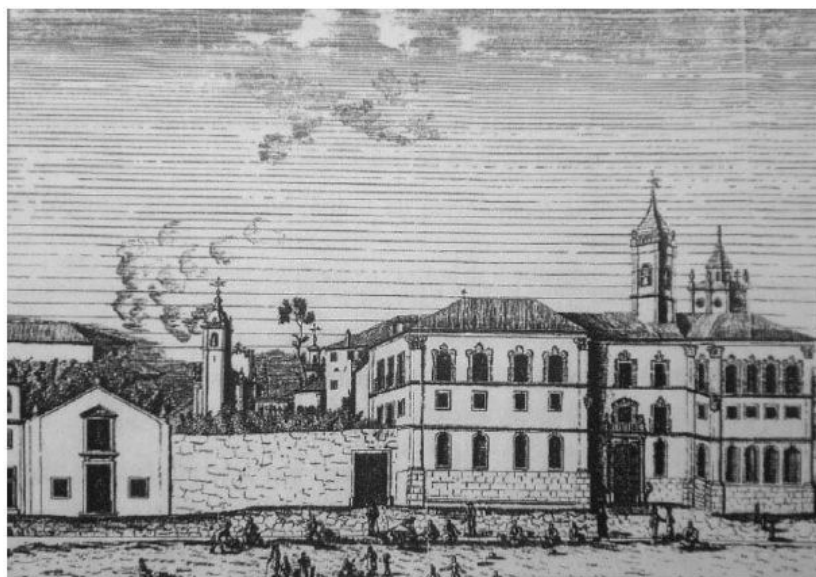


Figura 195 - Paço de D. José de Bragança
(Ribeiro, 2008, 496)



Figura 196 - Durante os trabalhos de 1937 na ala medieval (SIPA)



Figura 197 - Entrada da ala central do corpo sul, ano 1936 (SIPA)



Figura 198 - Edifício barroco
(DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73930g>)



Figura 199 - Largo do Paço, com os Marcos Miliários
(Fonte: <http://forum.bracarae.com/viewtopic.php?p=47255>)

7. Fotografias atuais:



Figura 200 - Fachada norte da ala norte do conjunto gótico
(Foto da autora)



Figura 201 - Fachada do conjunto gótico, virada para o Jardim de Santa Bárbara
(Foto da autora)



Figura 202 - Fachada norte da ala central da estrutura sul
(Foto da autora)



Figura 203 - Fachada da ala poente do corpo sul
(Foto da autora)



Figura 204 - Varandim virado para o Largo D. João Peculiar,
da ala poente do corpo sul
(Foto da autora)



Figura 205 - Fachada da ala central do corpo sul
(Foto da autora)



Figura 206 - Fachada da ala nascente do corpo sul
(Foto da autora)



Figura 207 - Fachada poente do corpo barroco
(Foto da autora)



Figura 208 - Parte do acervo da Biblioteca Pública
(Fonte: <http://www.rcg.cat/articles.php?id=386>)



Figura 209 - Sala do Arcaz do Arquivo Distrital, com o móvel arquivístico, do século XVIII, do Cartório Capítular de Braga
(Fonte: <http://www.geira.pt/adb/instalacoes/instalac.htm>)



Figura 210 - Sala do Arquivo Notarial, no conjunto gótico
(Fonte: <http://www.geira.pt/adb/instalacoes/instalac.htm>)



Figura 211 - Sala de Leitura com o teto barroco, vindo da Capela do Seminário de Santiago
(Fonte: <http://www.geira.pt/adb/instalacoes/instalac.htm>)



Figura 212 - Evento Braga Barroca, no Salão Medieval da Reitoria da Universidade do Minho, no conjunto gótico
(Fonte: <https://www.uminho.pt/PT/siga-a-uminho/Paginas/Detalle-do-evento.aspx?Codigo=49099>)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N° 4 Casa dos Crivos
--	---

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Rua de S. Marcos, 4700-328 Braga**1.2 Designação/Nome:** Casa dos Crivos**1.3 Outras Designações:** Casas dos Crivos; Casas das Gelasias; Casa das Rótulos; Museu de História da Imagem de Braga, N° 37-41**1.4 Época de Construção:** Século XVII**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII: CS/H

Século XVIII: I/H

Século XIX: I/H

Século XX: CS/H/EC

Século XXI: EC/A

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n° de Pisos): 2**2.3 N° de Tipologia:** 1**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: EC

Piso 2: EC

Piso 3: EC/A

Piso 4:

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.7 Alteração do interior				
Não Alterado		Pouco Alterado		Muito Alterado
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
2.8 Caracterização Histórico-Artístico: É o único modelo de uma tipologia habitacional característica de Braga dos séculos XVII e XVIII. Exemplar do clima religioso de recolhimento vivido nessa época em Braga, que chegou até aos dias de hoje. Deve-se a sua particularidade às gelsias, pequenas ripas de madeira nas janelas da fachada principal (Informação disponível em suporte informativo no próprio local).				
Encontram-se referências a esta construção desde o século XVII, ainda assim, Ribeiro (2008, Apêndice I, Ficha 4) associa esta construção a dois edifícios existentes no século XVI, devido às semelhanças tipológicas, mas também aos elementos poligonais com chanfro.				
Era, originalmente, uma habitação familiar com lojas de comércio no piso térreo, hoje serve fins culturais e recreativos. No ano 1980, a Câmara Municipal de Braga comprou este imóvel e recuperou-o sob um programa e projeto que visou a criação de um espaço de exposições e um auditório de apoio, sob a denominação de Museu de História da Imagem de Braga, N° 37-41 (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=768). É composto mormente por uma galeria de exposições e um auditório.				
2.9 Caracterização Arquitetónica: É uma construção do século XVII, provavelmente mais antiga, com planta regular e três pisos. A estrutura e as molduras das portas são de granito, a cobertura é em telha de canudo e possui paredes autoportantes. Descobre-se madeira nas aberturas da casa, nas rótulas, nos pavimentos e nos tetos dos pisos superiores, já o teto do piso térreo é de cimento e o respetivo pavimento de tijoleira. As escadas do interior são, igualmente, de madeira (SIPA).				
Originalmente composta por duas casas, denuncia uma arquitetura civil. Na fachada virada para a Rua de S. Marcos, o primeiro piso possui três portas de madeira, com pilares entre elas, e está dividido em três vãos; os dois da esquerda têm arestas chanfradas em cantaria e portadas de madeira, já os restantes pisos esbanjam rótulas ou gelsias com a madeira pintada de branco e a caixilharia de verde (SIPA).				
Ainda na mesma fachada, os pisos são separados por um friso que não possui janelas. Identifica-se duas formas trabalhadas dos crivos na vertical, o que permite reconhecer a divisão				

em duas habitações. As pedras da soleira diferem de porta para porta, isto é, a altura aumenta da esquerda para a direita, o que indica a subida da cota circular atual (Ribeiro, 2008, Apêndice I, Ficha 4).

A fachada posterior, pintada de branco, apresenta uma porta retangular nos dois primeiros pisos, o primeiro piso diferencia-se pela presença de uma janela e o terceiro piso detém quatro aberturas de guilhotina. Na época da construção, o piso térreo corresponderia a uma loja e os restantes pisos a habitações (DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74661>).

A fachada posterior tem telhado de duas águas no último e segundo piso e o primeiro piso possui um terraço. O interior, totalmente pintado de branco, é preenchido por uma escadaria de madeira entre os pisos, ainda se observa uma cobertura em teto de estuque no primeiro piso, já nos restantes a cobertura é de madeira. O primeiro piso serve de sala de exposições, casas de banho e possui dois gabinetes, o segundo piso está dividido em sala de exposições e auditório, e no último piso encontramos gabinetes e arrumos (SIPA).

3. Observações: Em 1971, a estrutura foi classificada com a designação “Casas das Gelasias” (DGPC). Ainda se pode indicar que, subsequentemente à compra do edifício pela Câmara Municipal, as obras de restauro iniciaram em 1982 e prologaram-se até 1984, ano em que o ex-primeiro-ministro Mário Soares inaugurou a revitalização da estrutura. Ainda em 1997 ocorreram obras de recuperação do exterior e interior, e em 1999 procedeu-se a uma nova pintura interior (SIPA). Esta construção encontra-se numa das ruas do centro vedadas ao trânsito automóvel.

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma



Pouca



Alguma



Muita



5. Proteção legal: Classificada como IIP, pelo Decreto n° 516/71, Diário do Governo, 1ª Série, n° 274 de 22 de novembro 1971 (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:



Figura 213 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Crivos



Casa das Gelasias

Figura 214 - Casa dos Crivos no século XX

(Fonte: <http://alfarrabiosdebraga.blogspot.com/2012/06/casa-dos-crivos-ou-gelasias-em-braga.html>)

7. Fotografias atuais:



Figura 215 - Fachada principal da Casa dos Crivos



Figura 216 - Fachada posterior (SIPA)



Figura 217 – Piso térreo

(Fonte: <http://pereira-da-silva.blogspot.com/2017/07/casa-dos-crivos.html>)



Figura 218 - Escadas de madeira

(Fonte: <http://pereira-da-silva.blogspot.com/2017/07/casa-dos-crivos.html>)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N° 5 Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51
--	--

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Rua de S. Geraldo N° 51-55, 4700-041 Braga**1.2 Designação/Nome:** Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51**1.3 Outras Designações:** Casa N° 51-55 da Rua dos Pelames; Casa na Rua de S. Geraldo, N°51**1.4 Época de Construção:** XVIII/XX**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII:

Século XVIII: I

Século XIX: I

Século XX: CS

Século XXI: CS

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n° de Pisos): 2**2.3 N° de Tipologia:** 1**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: CS

Piso 2: CS

Piso 3:

Piso 4:

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras Estruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior**Muito Bom****Bom****Razoável****Mau****Ruína**



2.7 Alteração do interior

Não Alterado



Pouco Alterado



Muito Alterado



2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Pensa-se que a primeira função deste edifício tenha sido habitacional. Foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia em 1993 à Câmara Municipal de Braga. Esta instituição adaptará os interiores ao funcionamento da Creche Rainha Dona Leonor (DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74759>).

2.9 Caracterização Arquitetónica: É um edifício barroco do século XVIII, de planta retangular, com dois pisos e um jardim nas traseiras e um poço coberto. É composto por paredes autoportantes, cobertura em telhado de duas águas e telha de canudo. O pavimento de um vestíbulo é em granito, embora se encontre madeira em outros pavimentos, tetos, portas e janelas. Ainda existe um pavimento em mosaico na cozinha (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6970).

A fachada principal, virada para a Rua S. Gonçalo, apresenta no piso térreo vãos de verga reta com arco abatido e janelas com grades, já no segundo piso as janelas têm varandas de ferro apoiadas em mísulas em forma de voluta e cornija pétreia com beiral saliente. Observa-se pilares toscanos a ladear esta fachada (DGPC). Descobre-se, na mesma fachada, os letreiros “Santa Casa da Misericórdia de Braga” e “Creche Rainha Dona Leonor”.

A fachada posterior detém dois panos, o da esquerda possui dois vãos com um balcão saliente, este forma um terraço à altura do piso superior; já o pano da direita possui duas portas retangulares envidraçadas no piso térreo e o segundo piso é munido de portas-janelas. Uma escadaria de pedra de um lanço permite o acesso a um patamar intermédio que se divide em escadas divergentes (SIPA).

Encontra-se um vestíbulo composto por três vãos, um retangular e os restantes de arco abatido. Os arcos das extremidades dão acesso às divisões do piso térreo, já o arco central é antecedido por degraus, que após os vencer, tem-se acesso ao segundo piso por uma escadaria de pedra. As janelas do interior são acompanhadas de conversadeiras (SIPA).

3. Observações: Na altura da aquisição da casa pela Santa Casa da Misericórdia, esta encontrava-se em ruína, sucedendo-lhe uma recuperação da estrutura e adaptação do interior na

última década do século XX. Uma nova construção foi erguida no quintal, de auxílio às instalações da creche. Em 1998, o arcebispo primaz D. Eurico Dias Nogueira inaugurou a creche (SIPA). Podemos observar no MRB duas outras construções ocupando o lugar da casa em estudo, o que nos leva a afirmar que o edifício dataria da segunda metade do século XVIII.

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma



Pouca



Alguma



Muita



5. Proteção legal: Classificado como IIP, pelo Decreto n° 95/78, Diário da República, 1ª Série, n° 210 de 12 de setembro 1978 e abrangida por ZEP, sendo estas, da fachada *rocaille* e escadaria do Palácio do Raio, da fachada principal do Hospital de S. Marcos e a da respetiva Igreja e do Tanque do Quintal do Ídolo (DGPC).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

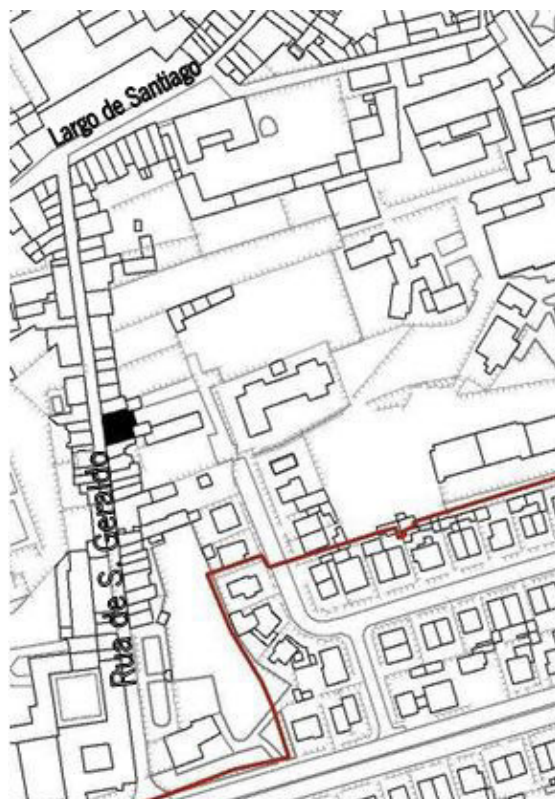


Figura 219 - Localização na planta topográfica atual da Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51

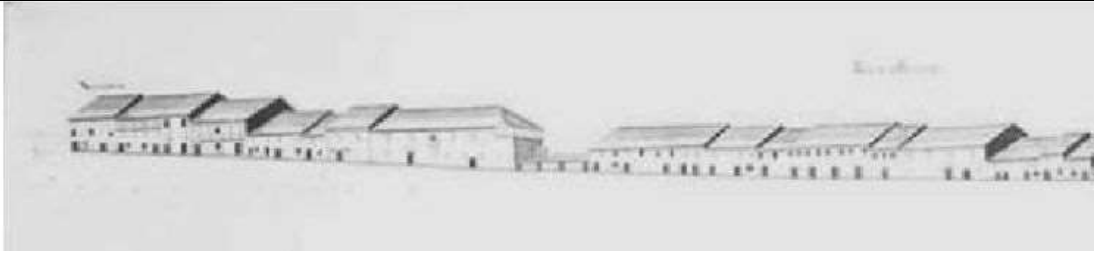


Figura 220 - Início do alçado Este, do troço Norte, da Rua dos Pelames no MRB



Figura 221 - Fachada principal da Casa na Rua de S. Geraldo, N° 51, antes da intervenção (DGPC)

7. Fotografias atuais:



Figura 222 - Fachada principal da Casa na Rua de S. Geraldo, Nº 51
(Foto da autora)



Figura 223 - Fachada posterior
(Foto da autora)



Figura 224 - Poço com coberto e escadarias da fachada posterior (SIPA)



Figura 225 - Arcos do vestíbulo nos interiores (SIPA)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N° 6 Casa Grande do Campo das Hortas
--	---

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Campo das Hortas, 4700-210 Braga**1.2 Designação/Nome:** Casa Grande do Campo das Hortas**1.3 Outras Designações:** Casa Grande, Casa dos Cunha Reis**1.4 Época de Construção:** XVIII**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII:

Século XVIII: H

Século XIX: H

Século XX: H

Século XXI: H/CS

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n° de Pisos): 3**2.3 N° de Tipologia:** 2**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: H/CS

Piso 2: H/CS

Piso 3: H/CS

Piso 4:

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras Estruturas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior

Não Alterado	Pouco Alterado	Muito Alterado
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Era domínio original dos Teixeira Coelho, posteriormente adquirida pelos Cunha Reis (Stoop, 1993:49). D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho (1744-1834) mandou edificar a casa após adquirir a propriedade. A sua família estava ligada ao comércio do vinho, era neto de Lucas da Mota da Cunha Reis, negociante portuense, muito abastado, e filho de António José da Cunha Reis Mota Godinho, negociante e deputado da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. António Godinho teve vários cargos, estes sendo, deão do cabido da Sé de Braga, vigário capitular, governador temporal do arcebispo e cavaleiro da Ordem de Cristo. Era, portanto, um homem com poder económico, político e religioso (DGPC, consultado em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73933).</p> <p>Em 1834, aquando a morte de António Godinho, o seu irmão, Joaquim Jerónimo da Cunha da Cunha Reis Mota Godinho (1793-1866), capitão de infantaria, coronel das milícias de Braga e cavaleiro da Ordem de Cristo, herde a casa (Stoop, 1993:49).</p> <p>Aquando o nosso deslocamento ao local, apurou-se que a propriedade permanece na descendência e serve de habitação sazonal para a família, mas também está disponível para reservas de estadias a curto prazo (Portal Booking.com, consultado em outubro 1, 2018, em https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html#tab-main).</p> <p>2.9 Caracterização Arquitetónica: É uma edificação do século XVIII, de planta retangular, com paredes portantes. Oliveira (1993: 18) associa-a ao tardo-clássico e identifica o engenheiro Manuel Pinto Vilabos como potencial autor (Oliveira, E. P., 1999: 35). É uma construção em alvenaria de granito, com paramentos rebocados e pintados. As portas e o sustento das janelas são de madeira, as guardas em ferro forjado, os tetos em estuque e a cobertura em telha cerâmica de canudo com quatro águas (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=771).</p> <p>A casa possui dois andares separados por um friso, com sete vãos regulares, ritmado por pilastras dóricas. Um terceiro piso é visível a partir da fachada traseira, graças a uma abertura que se encontra no telhado. No primeiro piso, as janelas e portas possuem lintel com mísulas laterais como base ao entablamento e de apoio às janelas de sacada do piso superior, estas detêm também lintel por sua vez rematado por frontões triangulares (DGPC).</p>		

No topo da fachada principal encontra-se um brasão num frontão triangular, acompanhado por uma balaustrada com vasos nas extremidades. Este terá sido colocado por Joaquim Godinho no século XIX (DGPC). De formato francês, a pedra de armas tem o escudo esquartelado em três partes, esta divisão remete para os Guedes, os Cunhas e os Godinhos (SIPA), já os troféus representados à volta do brasão remetem para as proezas militares de Joaquim Godinho (Azeredo, A. C., 2013: 89).

A fachada lateral esquerda repete a composição da fachada principal e possui uma construção adossada mais baixa. O piso superior da fachada lateral direita imita o piso respetivo da fachada principal, embora tenha um único varandim para todas as aberturas, já o piso térreo surge descontínuo, possui duas janelas quadrangulares, gradeadas e singelas e um vão entaipado em cada extremo. A fachada posterior detém três panos, onde os laterais são mais proeminentes, menos trabalhada e mais baixa do que as restantes fachadas. Esta está virada para um extenso jardim delimitado por muros de cantaria.

A fachada virada para o jardim possui, no piso superior, quatro molduras de vãos em volta perfeita e um vão de verga reta em cada extremidade (SIPA), o piso térreo detém três janelas singelas. A entrada é alcançada por uma escadaria semicircular com um patamar que se divide em dois acessos opostos. Estes acessos conduzem a portas, estas encontram-se à altura das janelas referenciadas. Na parte inferior deste pano, isto é, por baixo de todas as aberturas, ainda se avistam cinco óculos ovais, dois em cada extremidade, outros dois nas estruturas de acessos opostos da escadaria, e o último no lugar da união destes acessos. O pano do lado esquerdo, desta fachada detém merlões, possui vãos de verga reta, uma porta de acesso precedida por degraus e janelas singelas num plano inferior e outra de sacada num plano superior. O pano do lado direito, mais saliente, é rasgado por vãos de verga reta e molduras simples.

Encontra-se no interior o átrio da primitiva entrada de cavalos, com uma escadaria de dois lanços divergentes que levam a outra escadaria central. Este átrio é aclarado por uma claraboia em estuque, com medalhões em *trompe-l'oeil*. O andar superior detém uma sucessão de salas, com tetos de estuque, numa decoração neoclássica, com temas mitológicos e paisagens. A casa também possui um oratório decorado, com duas pinturas de cada lado do altar em forma de sarcófago branco e ouro, no estilo neoclássico. Descubrem-se, pela residência, vários batentes de portas esculpidos com formas arredondadas. Ainda se pode referir a coleção de pintura e a grandiosa biblioteca (Stoop, 1993:50).

3. Observações: Ainda sabemos que o rei D. Fernando II, os príncipes e o Duque da Terceira visitaram a residência em 1852 (SIPA).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma



Pouca



Alguma



Muita



5. Proteção legal: Classificada como IIP, Decreto nº 129/77, Diário do Governo, 1ª Série, nº 226 de 29 de setembro 1977 (DGPC).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

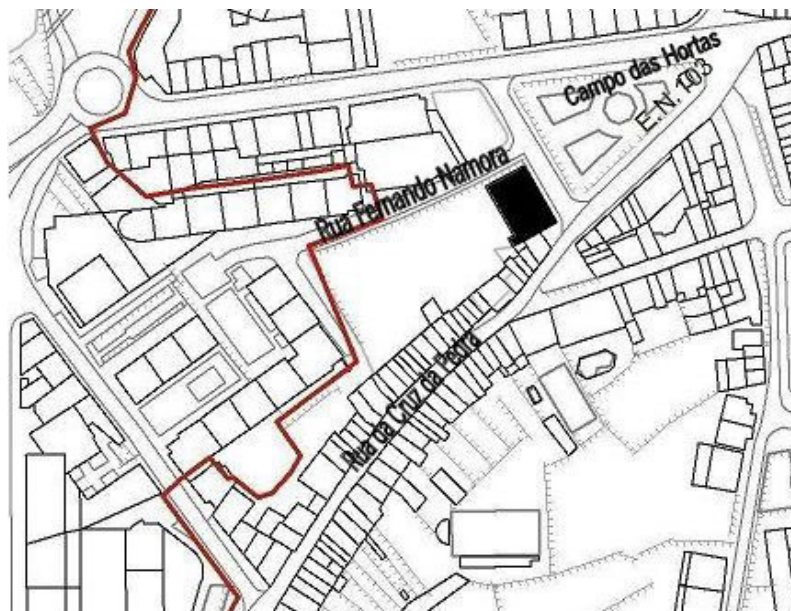


Figura 226 - Localização na planta topográfica atual da Casa Grande



Figura 227 - Primitiva Casa Grande no *Mapa de Braga Primas*

7. Fotografias atuais:



Figura 228 - Fachada principal da Casa Grande
(Foto da autora)



Figura 229 - Fachada lateral esquerda com construção adossada
(Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html>, consultado em outubro 1, 2018)

Valorização histórica e arquitetónica de espaços residenciais: as casas Modernas de Braga (séculos XVI-XVIII).
Proposta de dinamização cultural e turística.



Figura 230 - Fachada lateral direita
(Fonte: https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g189171-d8611685-i149965580-Casa_Grande-Braga_Braga_District_Northern_Portugal.html, Consultado em outubro 1, 2018)

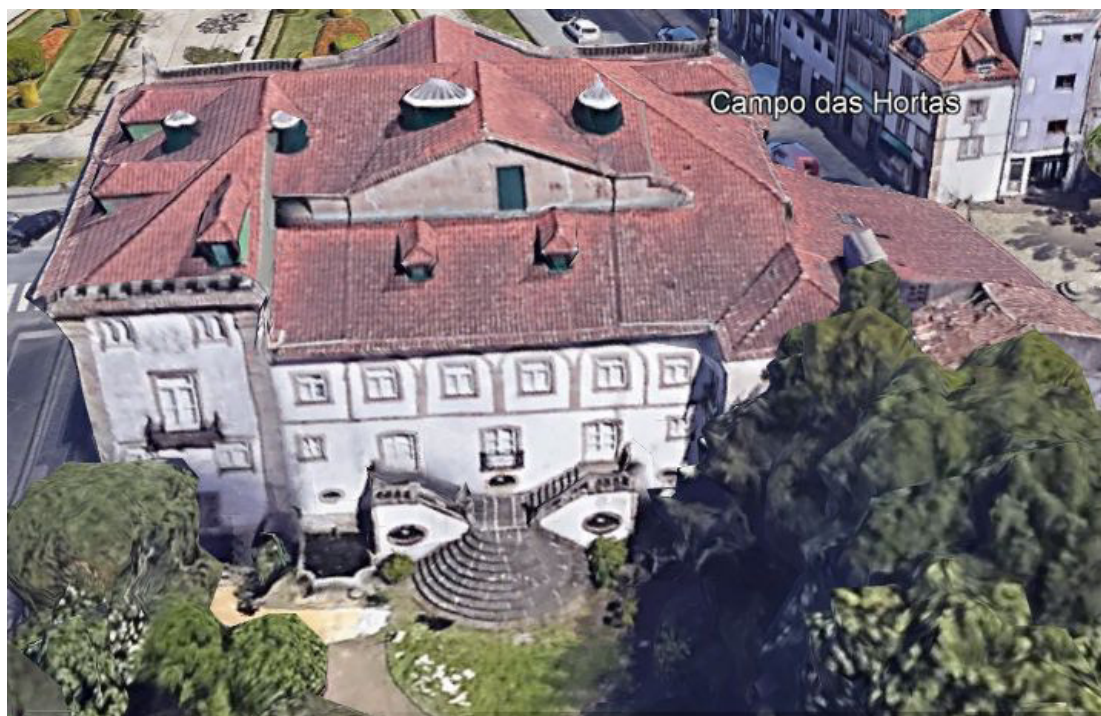


Figura 231 - Fachada virada para o jardim
(Fonte: Google Earth)



Figura 232 - Muro de cantaria que delimita o jardim
(Foto da autora)



Figura 233 - Parte das cavalariças
(Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html>, consultado em outubro 1, 2018)



Figura 234 - Outra parte do piso térreo

(Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html>, consultado em outubro 1, 2018)

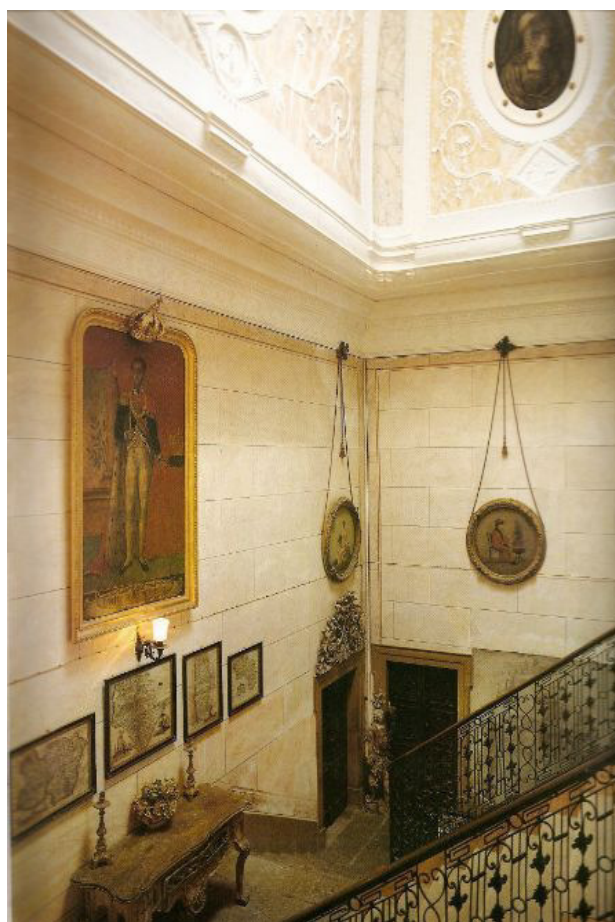


Figura 235 - Escadarias do átrio
(Stoop, 1993: 51)



Figura 236 - Um contador decorado com embutidos de tartaruga
(Stoop, 1993: 50)



Figura 237 - Escadaria par ao terceiro piso
(Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html>, consultado em outubro 1, 2018)



Figura 238 - Quarto do terceiro piso
(Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html>, consultado em outubro 1, 2018)



Figura 239 - Outro quarto da residência
(Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-grande-minho-39-s-guest.pt-pt.html>, consultado em outubro 1, 2018)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N° 7 Casa dos Biscainhos
--	---

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Rua dos Biscainhos, 4700-415 Braga**1.2 Designação/Nome:** Casa dos Biscainhos**1.3 Outras Designações:** Palácio dos Biscainhos; Museu dos Biscainhos**1.4 Época de Construção:** Séculos XVII/XVIII/XIX**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII: H

Século XVIII: H

Século XIX: H

Século XX: H/EC

Século XXI: EC/EP

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n° de Pisos): 3**2.3 N° de Tipologia:** 3**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: EC

Piso 2: EC/EP

Piso 3: A

Piso 4: A

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior

Não Alterado

Pouco Alterado

Muito Alterado

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Dr. Constantino Ribeiro do Lago (1619-1686), cavaleiro da Ordem de Cristo, procurador-geral da Mitra Bracarense, entre outras funções, instituiu o vínculo dos Biscainhos e mandou edificar a casa no século XVII. Em 1986, esta passou para a posse do seu filho, também cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo da casa real, de nome Diogo de Sousa da Silva, casado com Catarina Teresa de Montenegro y Lemos Souto Mayor. Posteriormente pertenceu a Francisco Pereira da Silva, irmão deste último e deão da catedral (Azeredo, A.C., 2013: 48).

Seguiram-lhe António Pereira Pindo de Eça, administrador do segundo vínculo de Bertandos, de seguida, João Pereira Forjaz Coutinho, filho do secretário dos Negócios Estrangeiros da Guerra e da Marinha, Damião Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1764-1835), administrador de outro vínculo dos Bertandos e Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1797-1856), filho deste último, conde de Bertandos, membro do conselho de D. Maria II, governador civil de Braga e procurador nas cortes em 1828 (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1047).

Sucedeu a Gonçalo Menezes a sua filha, D. Joana Rosário Francisca Sales Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1818-1874), segunda condessa de Bertandos e açafta das rainhas D. Estefânia e D. Maria, casada com Sebastião Correia de Sá Brandão (1818-1874), moço-fidalgo da Casa Real, par do reino, deputado da nação e secretário do governador civil de Coimbra (Stoop, 1993: 42).

Em 1963, a propriedade é vendida pelo neto de Sá Brandão, o 3º Visconde de Paço de Nespereira, Gaspar Lobo Machado do Amaral Cardoso de Menezes, à Junta Distrital de Braga, que inaugurou o Museu dos Biscainhos em 1978, onde ainda se mantém. Todavia, em 1987, a gestão financeira do mesmo fica a cargo do IPPC, mas alguns anos após, em 1991, é afeto ao IPM, já em 2007 é afeto ao Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), e em 2012 é afeto ao DRCN (SIPA).

Através o nosso deslocamento *in loco*, apurou-se que o segundo piso da fachada mais comprida serve de instalações à Associação de Motoristas Aposentados dos TUB (ASMOTAP), os interiores desta ala encontram-se degradados comparativamente ao resto do edifício que serve o museu.

2.9 Caracterização Arquitetónica: É uma casa provavelmente construída por artesões bascos da província de Biscaia entre 1619 e 1685, é identificada como palácio barroco, de estrutura clássica, mas também, associada ao tardo classicismo por Oliveira (1993: 18). Atribui-se as modificações posteriores aos arquitetos Manuel Fernandes da Silva e Alberto da Silva Bessa e as pinturas a Manuel Furtado de Mendonça (SIPA).

É um edifício de granito, de quatro pisos, com uma fachada em L e duas entradas nobres. Em 1699 é finalizada pelo segundo proprietário, Diogo de Sousa da Silva, que coloca as suas armas na fachada nordeste. Todavia, em 1712, a mando do deão Francisco Pereira da Silva, é ampliada por Manuel Fernandes da Silva, segundo um modelo em papelão que se traduziu numa grande reforma do edifício, nomeadamente no traço barroco da fachada e dos jardins e na decoração já neoclássica em algumas salas dos interiores (Rocha, M.J.M., 1996: 168-171; DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73935>).

Observa-se nas, duas fachadas principais, com portais de linhas rígidas rematados por frontões interrompidos que invadem o friso imponente entre os dois primeiros pisos. As janelas de sacada do segundo piso apresentam frontões curvos e entrecortados, já as janelas da fachada mais comprida são coroadas por outras janelas em formato de óculos com molduras em formado de sino que deixam entrever um terceiro piso (Rocha M.J.M., 1996: 171). Este terceiro piso serve atualmente de serviços do museu, nomeadamente, de gabinete e reservas, ainda se conta um quarto piso que corresponde à elevação da torre, a qual é visível do exterior do museu ou mesmo do claustro existente no interior do edifício (F. Ferreira, comunicação pessoal, 7 de agosto, 2017).

O pavimento da entrada de carruagens é lajeado com mármore, com função antiderrapante, ostenta arcos e uma estátua em cada pilastra de granito e possui uma escadaria de ornamentação simplista e azulejaria nas paredes (Stoop, 1993: 42). Esta entrada leva às cavalariças, ao jardim e à antiga cozinha, esta última encontra-se num edifício anexo nas traseiras, situado a nordeste do jardim, mas com ligação ao edifício principal por uma porta.

Na parte norte da entrada de carruagens encontra-se um claustro. O segundo piso deste corpo tem sete salas onde nos deparamos com azulejos e tetos de madeira, além disso o museu expõe mobiliário, cerâmicas, têxteis, loiças, instrumentos de música, carroças, gravuras, esculturas, pinturas, entre outros.

O salão nobre ostenta um teto de madeira abobadado datado de 1724, foi concluído por

Manuel Furtado de Mendonça, aquele homenageia o centenário do martírio do bem-aventurado Miguel de Carvalho, tio do primeiro proprietário do edifício. As paredes desta sala presenteiam-nos com painéis de azulejos pitorescos de dimensões variadas (SIPA, 1994; Stoop, 1993: 45).

As outras salas, adaptadas consoante o viver dos sucessivos donos, são de dimensões mais reduzidas e com funções discriminadas, como a sala de música ou a sala de jantar. As pinturas desta última sala expõem temáticas bíblicas e bucólicas, foram restauradas em 1825 devido ao casamento de Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes. Os azulejos das demais divisões são pequenos painéis ovais ou poligonais, a título de exemplo, no salão romântico temos um tema alegórico e no salão de música um tema mitológico (Stoop, 1993: 46).

O jardim articula-se por um eixo central que vai desde o portão principal do átrio da casa, passa pelo corredor e segue pelo jardim até um chafariz; a primeira área representa um jardim-espetáculo com bancos e lagos, já a segunda parte é um espaço barroco com buxos, terraços, tanques, esculturas, fontes, pavimentos, canteiros de flores e casas de frescos (DGPC). Segundo Stoop (1993:46) o jardim terá sido refeito no final do século XVIII e ainda no século XIX. É rodeado de muros onde a parte do oeste é poligonal e acabada com ameias, notando-se guaritas nos ângulos, ainda nos deparamos, neste preciso local, com um pequeno templo clássico, com colunas toscanas, uma cúpula e um lanternim com lajes sepulcrais de parentes dos senhores da casa. Em 1963, a Junta Distrital de Braga, após adquirir a propriedade, realiza mudanças nas estruturas, a cargo do arquiteto Alberto da Silva Bessa, para adaptação ao museu (SIPA).

3. Observações: Em 1963, a Junta distrital de Braga realizou obras de restauro para a sua adaptação a museu, já em 1990 ocorreram obras de reparação das fachadas exteriores e da pintura de interiores (SIPA).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Classificada como IIP, pelo Decreto n° 37 366, Diário do Governo, 1ª Série, n° 70 de 5 de abril 1949 e abrangida pela ZEP da Igreja e Convento do Pópulo. A classificação envolve o conjunto da casa, terreiro, jardins, pomar e muralha (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

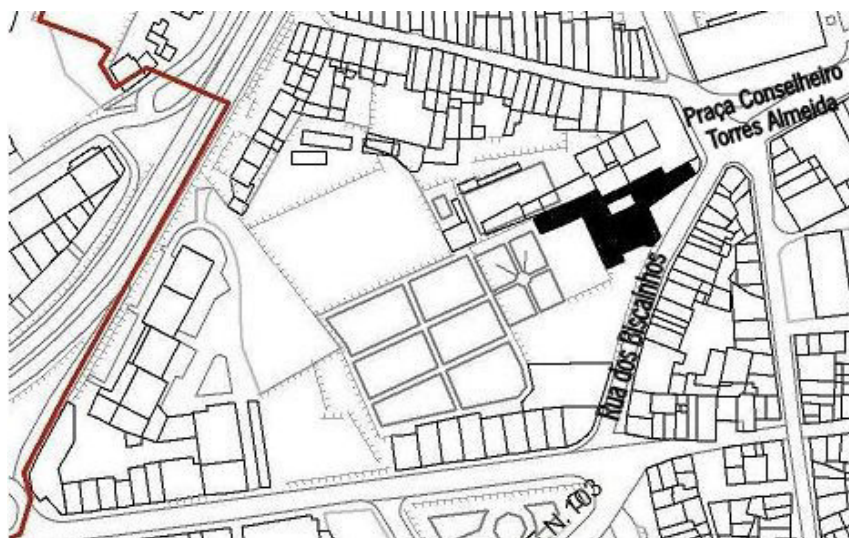


Figura 240 - Localização na planta topográfica atual do Museu dos Biscainhos

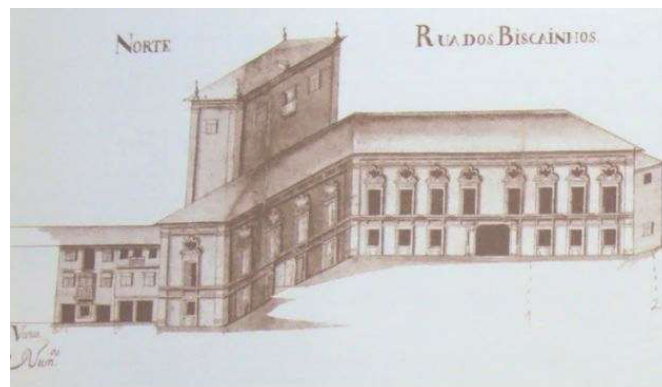


Figura 241 - Casa dos Biscainhos no MRB



Figura 242 - Casa dos Biscainhos no *Mapa de Braga Primas*

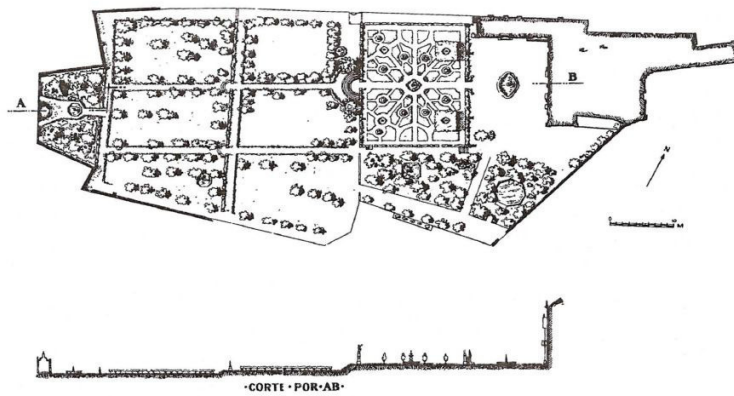


Figura 243 - Planta e corte do jardim
(Azevedo, 1969: 77)



Figura 244 - Claustro a norte da entrada das carruagens, em 1964
(SIPA)

7. Fotografias atuais:



Figura 245 – Uma perspetiva da fachada principal do Museu dos Biscainhos
(Foto da autora)



Figura 246 - Segunda perspetiva da fachada principal do Museu dos Biscainhos
(Foto da autora)



Figura 247 - Fachada vista do jardim
(Foto da autora)



Figura 248 - Anexo da cozinha
(Foto da autora)



Figura 249 - Interior da cozinha
(Foto da autora)



Figura 250 - Jardim do Museu dos Biscainhos
(Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardins,_Casa_e_Museu_dos_Biscainhos_\(8\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardins,_Casa_e_Museu_dos_Biscainhos_(8).jpg))



Figura 251 - Mirante
(SIPA)



Figura 252 - Pequena capela no fundo do jardim
(Foto da autora)



Figura 253 - Muro de delimitação do jardim, virado para a rua dos Biscainhos
(Foto da autora)



Figura 254 - Torre do edifício
(Stoop, 1993: 41)



Figura 255 - Entrada das carruagens
(Fonte: <http://museus.bragadigital.pt/Biscainhos/>)



Figura 256 - As cavaliças
(Fonte: <http://museus.bragadigital.pt/Biscainhos/>)



Figura 257 – Teto do salão nobre
(Foto da autora)



Figura 258 - Silhar de azulejos
(SIPA)



Figura 259 – Sala de música
(Foto da autora)



Figura 260 - Uma das salas de jantar
(Foto da autora)



Figura 261 - Claustro a norte da entrada das carruagens
(Fonte: <http://museus.bragadigital.pt/Biscainhos/>)



Figura 262 - Um dos aposentos do segundo piso da fachada mais comprida
(Foto da autora)



Figura 263 - Uma das áreas ocupadas pela ASMOTAP
(Foto da autora)

2.7 Alteração do interior**Não Alterado****Pouco Alterado****Muito Alterado**

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Solar do século XVIII (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=352), sabemos que, Francisco Ventura Maciel Aranha (1737-?), compra a casa nos finais do século XVIII e manda colocar as suas armas no portal. Era filho de D. Francisca Teresa Maciel e de Boaventura Maciel Aranha, este foi cavaleiro do Sacro Palácio e proprietário do ofício de secretário da Casa do Despacho em Braga (Nóbrega, Tomo I, vol. I, 1971/1980: 339).

Francisco Aranha foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, formado em Leis e Cânones, ainda foi secretário da Casa do Despacho em Braga, mas também, superintendente geral das visitas do arcebispo primaz e vereador em Braga no ano 1803. Em 1794 casou com D Maria Rosa de Azevedo Araújo e Gama (1761-1831), filha de D. Francisca Angélica de Barros do Rego Barreto e de Joaquim José de Azevedo Araújo e Gama, fidalgo cavaleiro da Casa Real (Nóbrega, vol. I, 1971/1980: 339).

D. Frederica Loureiro, senhora da Casa dos Maciéis e Aranhas, casada com Horácio Avelino de Amorim, oficial do Exército, vendeu a propriedade no século XX ao Dr. advogado António José da Costa (Nóbrega, vol. I, 1971/1980: 340). Está, atualmente, na pose da filha deste último, Dr.ª Maria Clara Borges da Costa, casada com o Dr. José Carlos Brandão Proença, professor de direito (Azeredo, A. C., 2013: 54).

2.9 Caracterização Arquitetónica: É um edifício barroco, do século XVIII, tem uma planta em U com dois corpos laterais, possui dois andares e um corpo central de ligação e um mural ameado que fecha o U com um portal neoclássico (SIPA). Alguns como Feio (1951: 20) atribuem o desenho ao arquiteto Carlos Amarante, já Oliveira (1999: 74) associa a época de construção ao final do século XVII ou inícios do seguinte, não podendo, neste sentido, ser associado a esse arquiteto.

O portão do mural é abrangido por pilastras toscanas coroadas por entablamento e um frontão com o brasão dos Maciéis e Aranhas. O brasão é ladeado por grinaldas, possui flores-de-lis, uma águia e a cruz da Ordem de Cristo, ainda se observa uma coroa aberta no topo. A Casa possui telhados de duas, três e quatro águas, uma cobertura em telha de canudo, paredes autoportantes e gradeamento de janelas em ferro. No interior encontram-se pavimentos em

tijoleira e madeira. As fachadas são rebocadas e têm cunhais apilastrados com embasamento de cantaria e rematadas por cornijas e beiral. Observa-se uma arcaria abatida sobre pilastras quadrangulares no primeiro piso (SIPA).

As janelas do primeiro piso dos corpos laterais são de verga reta, já no andar superior são de sacada sobre mísulas. O corpo central está recuado, possui portas e janelas de linhas retas e o andar nobre detém uma varanda aberta que percorre os três corpos, esta possui quatro colunelos circulares encimados por arcos abatidos, por onde se acede de uma escadaria situada num dos extremos dos corpos edificados (DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74662>). A escadaria é alpendrada, detém colunas com estrias no terço inferior e possui uma base dominante e um corrimão acabando em voluta (SIPA).

3. Observações: No século XIX registaram-se obras de beneficiação empreendidas por um dos proprietários (SIPA), entretanto, no século XX, obras de restauro foram envergadas pelo proprietário de então, o Dr. advogado António José da Costa (Nóbrega, vol. I, 1971/1980: 340).

Atualmente, para além de permanecer uma habitação familiar, algumas divisões do primeiro piso, que abrem para a Rua do Alferes Ferreira, servem para comércio e serviços (informação verificada aquando o nosso deslocamento ao local).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Classificada como IIP, Decreto n° 516/71, Diário do Governo, 1ª Série, n° 274 de 22 de novembro 1971 e abrangida pela ZEP da Igreja e Convento do Pópulo e das Residências (2) anexas à Casa Maciéis Aranhas (DGPC).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

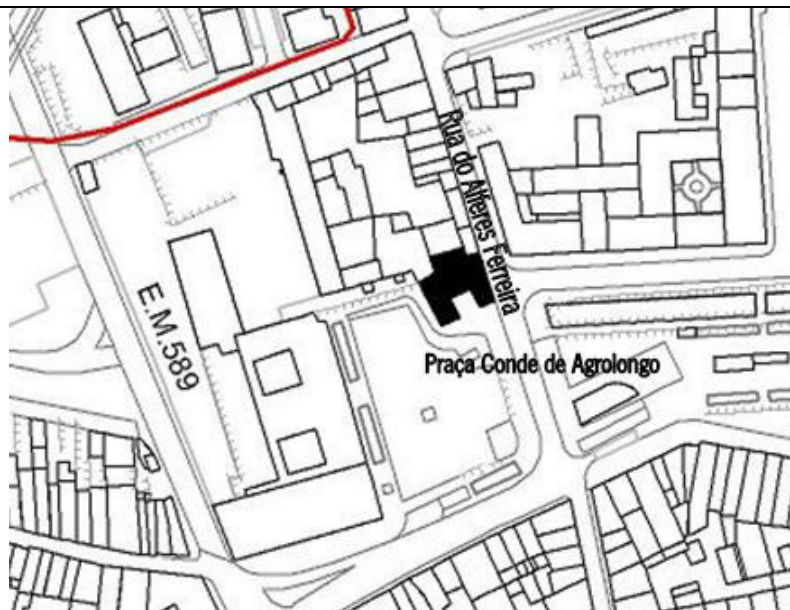


Figura 264 - Localização na planta topográfica atual da Casa dos Maciéis e Aranhas



Figura 265 - Casa dos Maciéis Aranhas no Mapa de Braga Primas (n° 8)



Figura 266 - Casa dos Maciéis e Aranhas, em 1970
(DGPC)



Figura 267 - fachada principal e lateral direita, em 1970
(DGPC)



Figura 268 - Fachada lateral esquerda, em 1970
(DGPC)

7. Fotografias atuais:



Figura 269 - Fachada principal da Casa dos Maciéis e Aranhas
(Foto da autora)



Figura 270 - Fachada lateral direita
(Foto da autora)



Figura 271 - Pátio interior
(SIPA)



Figura 272 - Escadaria do pátio
(SIPA)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N.º 9 Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116
--	--

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Praça Conde de Agrolongo n.º 116, 4700-312 Braga**1.2 Designação/Nome:** Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116**1.3 Outras Designações:** Residências (2) anexas à Casa Maciéis Aranhas**1.4 Época de Construção:** XVII/XX**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII: H

Século XVIII: H

Século XIX: I

Século XX: CS

Século XXI: CS

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n.º de Pisos): 2**2.3 N.º de Tipologia:** 1**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: I

Piso 2: CS

Piso 3:

Piso 4:

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior

Não Alterado

Pouco Alterado

Muito Alterado

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Muito provavelmente uma habitação familiar na sua génese, sofre adaptações para serviços de restauração, entre 1993 e 1994, no primeiro piso, atualmente fechados. O segundo piso está disposto a serviços.

2.9 Caracterização Arquitetónica: É um edifício do século XVII, de planta retangular, tem paredes portantes e uma cobertura em telhados de duas e três águas, com telha de canudo. A construção é de granito, as portas e janelas têm madeira e os pavimentos são de tijoleira. A casa tem dois pisos, as janelas da fachada principal, virada para a Praça Conde de Agrolongo, são retangulares com cornijas retas. Observa-se um escadório de granito, de um só lanço, com um vão de passagem para o primeiro piso e um patamar com alpendre, sustentado por colunelos, de acesso ao segundo piso. Registam-se azulejos azuis na fachada principal.

A fachada posterior é de cantaria e reboco e expõe-se a um jardim com passeios e um tanque. Este alçado tem aberturas retangulares, uma escada de pedra com dois lanços de acesso ao piso superior, ainda detém uma estrutura de vidro. No interior, descobre-se seis colunas que outrora serviam um pátio (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=45).

3. Observações: O edifício foi classificado conjuntamente com a Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115 (SIPA). Também sabemos que algumas modificações na fachada principal datam dos finais do século XX (DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74659>). De 1989 a 1994 sofreu obras de beneficiação no exterior, mas também, no interior, para adaptação a comércio e serviços, estas empreendidas pelo proprietário (SIPA).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Classificada como IIP, Decreto n° 95/78, Diário da República, 1ª Série, n° 210 de 12 de setembro 1978, e abrangida pela ZEP da Casa dos Maciéis Aranhas e da Igreja e Convento do Pópulo (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

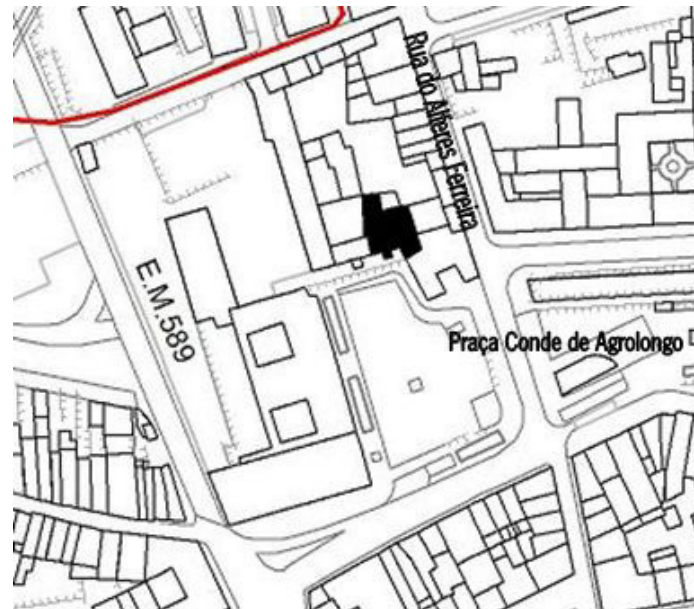


Figura 273 - Localização na planta topográfica atual da Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116



Figura 274 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 no *Mapa de Braga Primas* (n.º 9)



Figura 275 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116, no ano 1970
(DGPC)

7. Fotografias atuais:



Figura 276 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116
(Foto da autora)



Figura 277 - Instalações do restaurante, atualmente fechado (SIPA)



Figura 278 – Passeio do jardim (SIPA)



Figura 279 – Interiores

(Fonte: <http://grupodastapas.blogspot.com/p/mercado-das-tapas.html>)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha Nº 10 Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115
--	--

1. Identificação					
1.1 Local/Endereço: Praça Conde de Agrolongo n.º 115, 4700-312 Braga					
1.2 Designação/Nome: Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115					
1.3 Outras Designações: Residências (2) anexas à Casa Maciéis Aranhas					
1.4 Época de Construção: XVII/XX					
2. Caracterização					
2.1 Informação sobre as funções					
Século XVI:	Século XVII: H	Século XVIII: H			
Século XIX: I	Século XX: CS	Século XXI: CS			
A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso					
2.2 Cércea (nº de Pisos): 2					
2.3 Nº de Tipologia: 1					
2.4 Utilização Tipológica					
Piso 1: CS	Piso 2: CS	Piso 3:	Piso 4:	Piso 5:	
A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso					
2.5 Estado da Fachada					
	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6 Estado de conservação do interior					
Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína	

2.7 Alteração do interior**Não Alterado****Pouco Alterado****Muito Alterado**

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: Muito provavelmente uma habitação familiar na sua génese, é atualmente um estabelecimento que funciona como bar e discoteca designado “Lustre”.

2.9 Caracterização Arquitetónica: Edifício do século XVII, de planta retangular, com cobertura em telhados de duas e três águas e paredes portantes. O granito foi o material utilizado para a construção, a madeira foi escolhida para as portas, os tetos e as janelas. Os pavimentos são em tijoleira, lajes de granito e cubo de calcário. A casa tem dois pisos, a fachada principal, voltada para a Praça Conde de Agrolongo, possui somente uma pilastra no cunhal esquerdo, esta atinge uma cornija de pedra. Observa-se janelas retangulares, de peito, com cornijas retas, uma delas encontra-se na parte inferior da fachada, esta é mais singela e possui grades. Descobre-se um escadório descentralizado na fachada, este tem dois lanços de granito, um vão de passagem par o primeiro piso e um patamar de acesso ao segundo piso, com dois colunelos de suporte a um alpendre (SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17236).

A fachada virada para norte é de cantaria e reboco, possui aberturas retangulares, uma escadaria de pedra com dois lanços e abre para um quintal com tanque de pedra. Apesar de o interior ter sofrido alterações no século XX, ainda se conversa um pátio de granito ladeado por quatro arcos abatidos e escadas de pedra para o segundo piso. Uma das salas possui um lavabo com taça circular, bica fitomórfica e reservatório embutido no muro (SIPA).

3. Observações: O edifício foi classificado conjuntamente com a Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 116 (SIPA). Também sabemos que algumas modificações na fachada principal datam dos finais do século XX (DGPC, consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74659>). Sofreu obras no interior, entre 1993 e 1997, para adaptação e revitalização enquanto bar (SIPA).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma



Pouca



Alguma



Muita



5. Proteção legal: Classificada como IIP, Decreto n.º 95/78, Diário da Republica, 1.ª Série, n.º 210 de 12 de setembro 1978, e abrangida pela ZEP da Casa dos Maciéis Aranhas e da Igreja e Convento do Pópulo (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

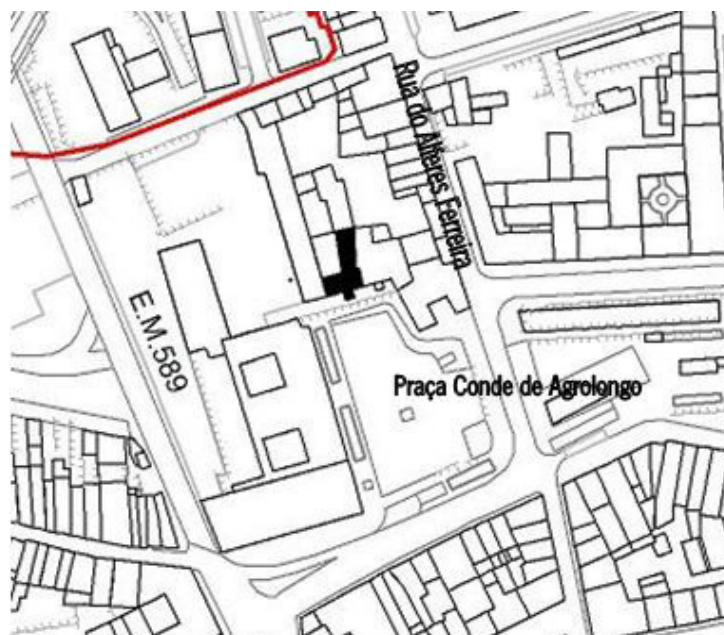


Figura 280 - Localização na planta topográfica atual da Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115



Figura 281 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115 no Mapa de Braga Primas (n.º 10)



Figura 282 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115, no ano 1970
(DGPC)



Figura 283 - Pátio interior, ano 1999
(SIPA)

7. Fotografias atuais:



Figura 284 - Casa na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115
(Foto da autora)



Figura 285 - Pátio no interior da casa
(Fonte: <https://www.facebook.com/lustrediscoteca/photos/a.1907735659307989/1907739965974225/?type=3&theater>,
Consultado em agosto 1, 2018)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N° 11 Casa Rolão
--	---

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Avenida Central, 4820-142 Braga**1.2 Designação/Nome:** Casa Rolão**1.3 Outras Designações:** Casa da Avenida Central, 118-124; Casa da Avenida Central**1.4 Época de Construção:** XVIII**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII:

Século XVIII: H

Século XIX: H

Século XX: CS

Século XXI: CS/EC

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n° de Pisos): 5**2.3 N° de Tipologia:** 2**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: CS

Piso 2: CS/EC

Piso 3: CS

Piso 4: I

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior

Não Alterado <input type="checkbox"/>	Pouco Alterado <input checked="" type="checkbox"/>	Muito Alterado <input type="checkbox"/>
<p>2.8 Caracterização Histórico-Artístico: A edificação data do século XVIII, mais precisamente, entre os anos 1758 e 1761, é uma casa apalaçada, encomendada ao arquiteto André Soares pela Família Rolão. Os dados sobre a família Rolão são escassos, ainda assim conseguiu-se apurar alguma informação, pois consta-se que a família Rolão dedicava-se ao fabrico de sedas (Smith, R. C., 1973: 55) e de moagens, o primeiro proprietário da casa foi Tomé Rolão, de ascendência francesa, uma figura da burguesia mercantil e industrial bracarense (Oliveira, E. P. (2003). <i>A Avenida que é o coração de Braga. Público.</i> Consultado em https://www.publico.pt/2003/01/05/jornal/a-avenida-que-e-o-coracao-de-braga-196920).</p> <p>Além de possuir fábricas e lojas de sedas tinha uma indústria de moagens. Posteriormente iniciou um negócio no fabrico de papel. Já num período tardio, funcionou na Casa Rolão, durante mais de quarenta anos, a tipografia do jornal <i>Diário do Minho</i> (Portal A Regenerar Braga. Consultado em fevereiro em http://www.aregenerarbraga.com/memorias-urbanas?article=3935-com-trapos-se-fez-papel&page=3).</p> <p>A antiga residência ainda se encontra na posse da respetiva família (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=353), mas os espaços foram alugados para diferentes propósitos. No primeiro piso está instalada a Livraria Centésima Página, desde 2005, esta acomodou instalações para café e usa o jardim como esplanada; o segundo piso divide-se por várias salas onde se encontram lojas comerciais e a Associação Nova Acrópole, ainda se registou salas desocupadas; o terceiro piso é usado para escritórios, mas também é composto por salas em estado de degradação, como é o caso da antiga capela da família, atualmente destruída; o quarto piso detém três divisões desocupadas, provavelmente os antigos dormitórios dos serviçais.</p> <p>2.9 Caracterização Arquitetónica: A Casa Rolão é uma construção rococó, de planta retangular, com coberturas diferenciadas em telhados de quatro águas. É uma obra com estrutura de alvenaria de granito, rebocada e pintada. A fachada virada para a Avenida Central ostenta pilastras, frisos, cornijas, molduras de vãos, urnas, balaustrada e ainda outros componentes em cantaria de granito. O edifício, também possui, caixilharias e portas de madeira, vidros simples, guardas e grades de ferro, pavimentos de madeira e granito, e cobertura em telha cerâmica de canudo (SIPA).</p> <p>A dita fachada principal denota as fantasias das gravuras de Augsburg (Smith, R. C., 1973:</p>		

31), isto devido ao efeito do movimento *rocaille* nas molduras das portas e janelas que foram desenhadas simetricamente nos dois primeiros pisos, sendo este recurso comum na obra de Soares (Portal Património Cultural. Consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74587/>). Detém entablamento e pilastras toscanas com almofadas nos cunhais, outros recursos comuns do arquiteto, avultadas por urnas e terminadas em duplo friso e cornija, ainda encimada por platibanda de balaustrada (SIPA).

A fachada, ao longo dos três pisos, é rebocada e pintada de amarelo ocre. Os pisos são separados por um friso: o primeiro piso tem quatro portais de verga ligeiramente curva, com uma moldura encimada por cornija ora curva ora contracurva; o segundo piso tem quatro aberturas de sacada, com emolduramento terminado em cornija contracurvado e ferro contracurvado; o terceiro piso tem quatro janelas de verga abatida e moldura simples, este acrescentado posteriormente, encontra-se recuado e possui uma balaustrada com vasos nas laterais. A fachada posterior é traçada por vãos de verga reta com moldura granítica e possui uma abertura de acesso ao jardim das traseiras (SIPA).

No interior do piso térreo temos um vestíbulo retangular, com teto estucado e pavimento em lajes de cantarias. Na lateral direita encontra-se uma porta com um topo contracurvado, de acesso a um espaço significativamente alterado, onde atualmente funciona a Livraria Centésima Página e à respetiva café/esplanada. Esta entrada também possui outra porta, com uma moldura similar, de acesso à escadaria da casa. Esta escadaria tem paredes decoradas com painéis pintados representativos de monumentos nacionais (SIPA).

Embora o SIPA contabilize três pisos ao todo, apuramos com a nossa visita aos interiores a existência de quatro pisos. O quarto piso só é visível do telhado. O primeiro piso, onde as instalações foram adaptadas ao café e à livraria, está em bom estado de conservação tirando o hall de entrada que necessita de alguma intervenção; todas as divisões dos restantes pisos, tirando uma loja comercial do primeiro piso, estão em mau estado de conservação. A escadaria da casa está, ela também, em mau estado de conservação.

3. Observações: Foi registada pela DGPC uma intervenção de obras de adaptação no piso térreo aquando a instalação da Livraria Centésima Página no edifício (SIPA).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Classificada como Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 129/77, Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 226 de 29 de setembro 1977 (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

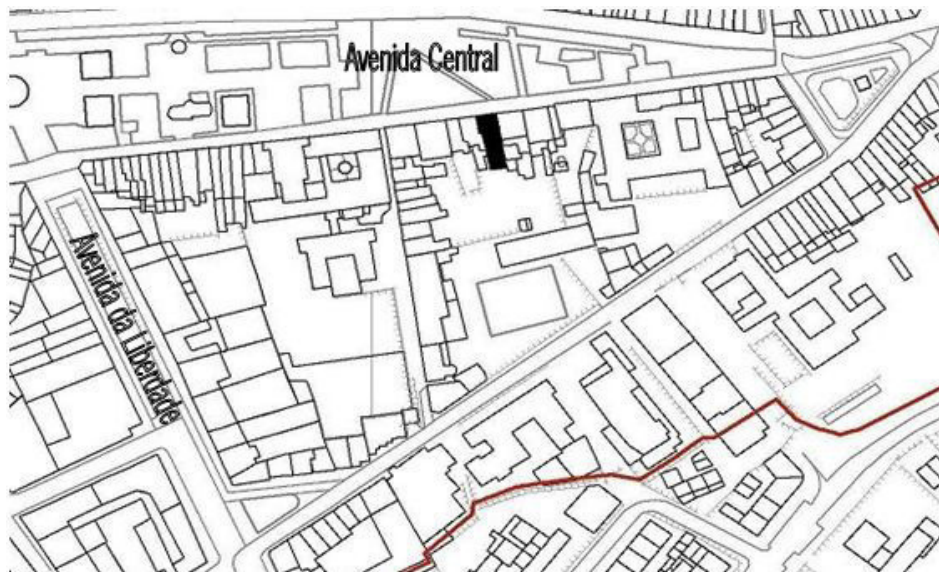
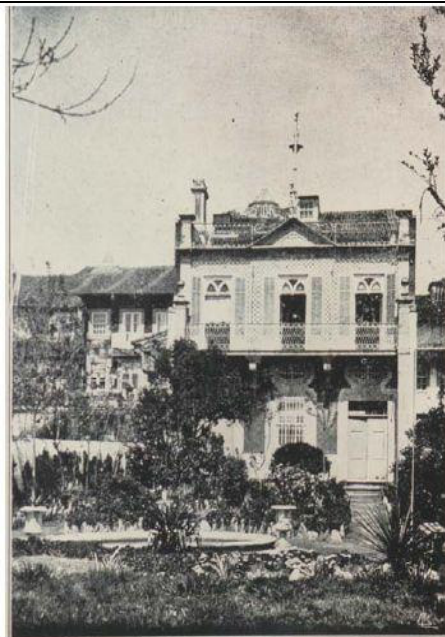


Figura 286 - Localização na planta topográfica atual da Casa Rolão



*BRAGA—Um aspecto do jardim e
trazeiras do palacete do ex.^{mo} sr. Manuel
José da Rocha Velloso*

Figura 287- Traseiras da Casa Rolão em 1914
(Fonte: <http://forum.bracarae.com/>)

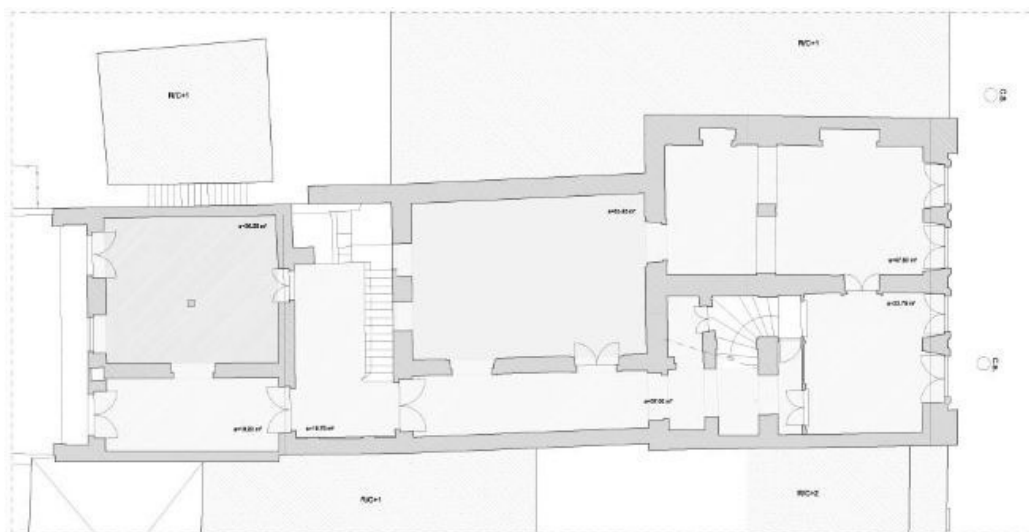


Figura 288 - Planta do piso 1
(Fonte: <http://www.angelavieira.com/pt/portfolio/casa-rol%C3%A3o-folheto>)



Figura 289 - Planta do piso 2
(Fonte: <http://www.angelavieira.com/pt/portfolio/casa-rol%C3%A3o-folheto>)

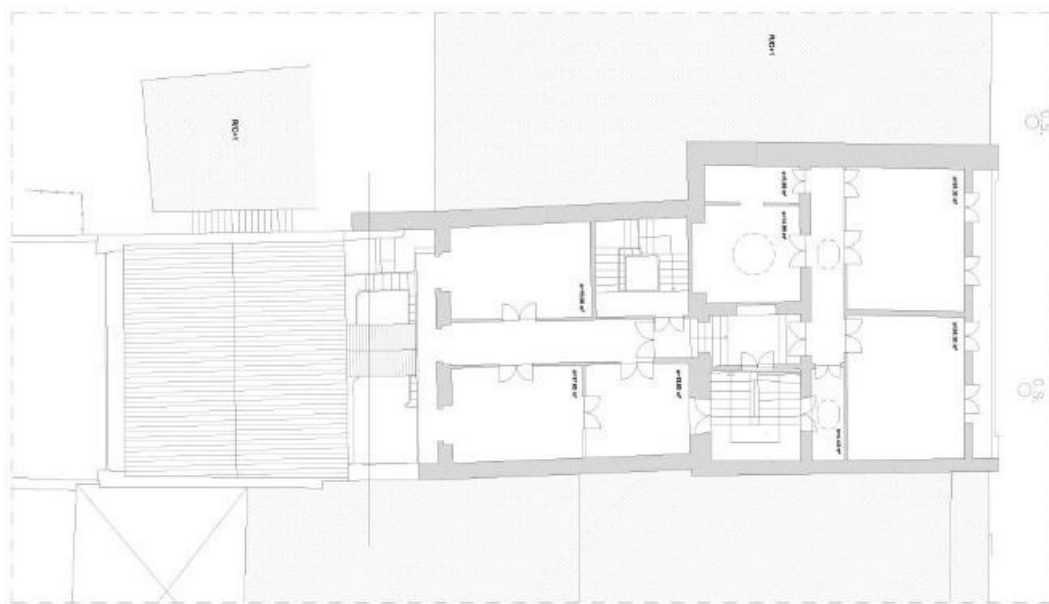


Figura 290 - Planta do piso 3
(Fonte: <http://www.angelavieira.com/pt/portfolio/casa-rol%C3%A3o-folheto>)

7. Fotografias atuais:



Figura 291 - Fachada principal da Casa Rolão
(Fota da autora)



Figura 292 - Traseiras da Casa Rolão
(Fota da autora)



Figura 293 - Livraria Centésima Página no primeiro piso
(Fota da autora)



Figura 294 - Pinturas murais da escadaria
(Fota da autora)



Figura 295 - Loja comercial do primeiro piso
(Fota da autora)



Figura 296 - Ocupação comercial do segundo piso
(Foto da autora)



Figura 297 - Degraus para o acesso a divisões do terceiro piso
(Foto da autora)



Figura 298 - Divisão da antiga capela no terceiro piso
(Fota da autora)



Figura 299 - Acesso ao último piso
(Fota da autora)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha Nº12 Casa de Vale de Flores
--	--

1. Identificação

1.1 Local/Endereço: Largo de Infias, 4710-299 Braga

1.2 Designação/Nome: Casa de Vale de Flores

1.3 Outras Designações: Casa de Infias; Casa de Ínfias; Solar de Val-Flores; Solar de Ínfias; Paço de Infias; Cabeça de casal do Prazo de Infias e Vale Flores

1.4 Época de Construção: XVII

2. Caracterização

2.1 Informação sobre as funções

Século XVI:

Século XVII: H

Século XVIII: H

Século XIX: H

Século XX: H

Século XXI: H

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (nº de Pisos): 2

2.3 Nº de Tipologia: 1

2.4 Utilização Tipológica

Piso 1: H

Piso 2: H

Piso 3:

Piso 4:

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estruturas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior**Não Alterado****Pouco Alterado****Muito Alterado**

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: A capela de Nossa Senhora do Pilar pertenceu ao bispo de Elvas, D. Alexandre da Silva (1673-1681), posteriormente passou para posse de sua irmã, D. Natália da Silva, que por sua vez deixou na posse da Irmandade de Santa Cruz (Pinheiro, 2009: 51). João Borges Pereira Pacheco do Lago (1652-1716) adquiriu-a em 1687 aquando da construção do solar, este foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e, entre 1701 a 1708, teve o cargo de almotacé de Braga. Três dos seus tios-avós, nomeadamente Francisco Pacheco (†1626), participaram na epopeia das Índias (Stoop, 1993: 67). A casa esteve sempre na pose da descendência da família, que sempre se distinguiram por cargos na arquidiocese, na municipalidade, mas também, em carreiras militares, como foi o caso dos irmãos Roby que perderam a vida em combate no século XX. Existe um memorial na Avenida Central de Braga, concebido por Zeferino Couto, em homenagem aos irmãos Roby, João e Sebastião Roby, que nasceram neste solar (Pinheiro, 2009: 51).

O nome desta casa está associado a um grande prestígio devido as alianças matrimoniais que foi concretizando, particularmente com os Falcões Cotas e os Farias Machados Pinto Roby (Azeredo, F., 1986: 69). Sabemos que, a partir de meados do século XX, o seu proprietário foi Nuno Augusto Alcoforado de Faria Roby (Azeredo, A. C., 2013: 112). Aquando o nosso deslocamento ao local, apurou-se que este solar permanece na pose da família Roby.

2.9 Caracterização Arquitetónica: É uma casa brasonada do século XVII, com planta em L (E. Oliveira, comunicação pessoal, 9, fevereiro, 2017) completada por uma capela que completa o desenho em U. Observam-se vestígios renascentistas e elementos decorativos barrocos, como por exemplo, o frontão interrompido do portão com pedra de armas, que se encontra num mural baixo que liga as duas pontas do desenho do U, mas também a voluta do corrimão da escada do pátio. É uma construção de granito, com paramentos de alvenaria, pavimentos de lajedo de cantaria, coberturas em telha com vigamento de madeira de castanho, telhados de duas águas e paredes autoportantes (SIPA, consultado em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=767). As pedras de armas

são dos Borges e Pereiras, ainda se pode referir que este solar tem a dimensão de uma casa nobre rural e a função de uma casa de quinta (Bandeira, 2003: 40).

Para Azevedo (1969: 179) representa o modelo da casa nobre seiscentista pela articulação entre a regularidade da planta e a simplicidade das fachadas. A fachada principal, virada a oeste, tem dois corpos laterais ligados pelo muro baixo acima referido, este dispõe de formas piramidais com esferas no topo de cada uma, expostas ao longo da sua linha superior incluindo o portão. Observam-se pilastras nos cunhais dos corpos laterais, rematados em empena (SIPA).

A capela ocupa o corpo lateral sul, tem uma planta retangular e uma nave. A fachada da capela possui um portal de verga reta com frontão triangular, duas janelas com frontão também triangular, todos num jogo de luz e sombra, um óculo oval entre estas e uma pedra com uma inscrição referindo a data 1687 e João Pacheco como seu padroeiro. Por cima do óculo, encontra-se as armas do fundador. O corpo lateral norte tem uma janela de avental no primeiro piso e no segundo piso duas janelas de sacada com frontões triangulares. Ainda se avista uma pedra de armas por cima destas (SIPA). O retábulo da capela é de estilo barroco, com duas colunas de cinco espirais de cada lado, coroadas por dois arcos concêntricos. Encontram-se figuras simbólicas, como anjos músicos com pânpanos enrolados nas colunas, mas também motivos ornamentais (Stoop, 1993: 70).

Os corpos laterais envolvem um pátio interior, de forma quadrada, e possuem janelas de sacada com cornija reta à altura do segundo piso. O acesso ao andar superior dá-se pela escadaria do pátio colocada no centro da fachada que liga os corpos laterais. Esta escadaria tem dois lanços opostos, novidade para a época, sobre um vão de passagem em túnel (SIPA), essa passagem conduz-nos à quinta da casa, nas suas traseiras.

A entrada do segundo piso dá acesso a uma sucessão de salões com vários quadros, objetos de arte, baixela das Índias, pratas, entre outros. Uma das salas viradas para o jardim tem a particularidade de estar pintada a fresco, provavelmente realizado no século XVIII. No jardim observam-se árvores em canteiros de buxo de formas diversas, isto no meio de japoneiras (Stoop, 1993: 70).

3. Observações: João Borges Pereira Pacheco está sepultado na capela da casa (Azevedo, 1969: 179). Uma lenda está associada a este solar, sendo a seguinte: um negociante de pimenta e canela na Índia apaixonou-se por umas das filhas de João Pacheco, contudo as recusas repetidas por esta levou o pretendente a difamar a donzela. A difamação na nobreza era

perniciosa, sobretudo quando implicava a castidade das raparigas, pois estas poderiam não conseguir desposar. Após este incidente, a donzela enclausurou-se dentro de casa, passando os seus dias na capela desta. Após vários anos, o comerciante regressa da Índia e sentindo-se arrependido dos seus atos para com a donzela resolve confessar-se. A sua penitência era de velar pelo primeiro cadáver que encontrasse. Ao passar pela casa de Vale de Flores, deparou-se com o brasão coberto de um pano preto em sinal de luto. Após ter inquirido a causa do falecimento, a história da defunta foi-lhe contada, ao que decidiu velar o cadáver durante a noite. No dia seguinte o corpo do comerciante foi descoberto sobre a defunta, tinha a língua arrancada e lia-se na parede “com o sangue desta língua que te difamei, por ela morrerei” (Pinheiro, 2009: 52).

Ainda sabemos que, nos finais do século XX, uma equipa espanhola e argentina rodou cenas do filme “A Lei da Fronteira” neste solar. Participaram atores amadores do concelho de Braga (Pinheiro, 2009: 52). Curiosamente denota-se semelhanças na fachada da capela, se não um modelo reduzido, da fachada tardo-clássica da igreja de S. Vítor, já mencionado por Pereira (2000: 78).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: Esta casa está classificada como IIP, pelo Decreto n° 129/77, Diário da República, 1ª Série, n° 226 de 29 de setembro 1977 (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

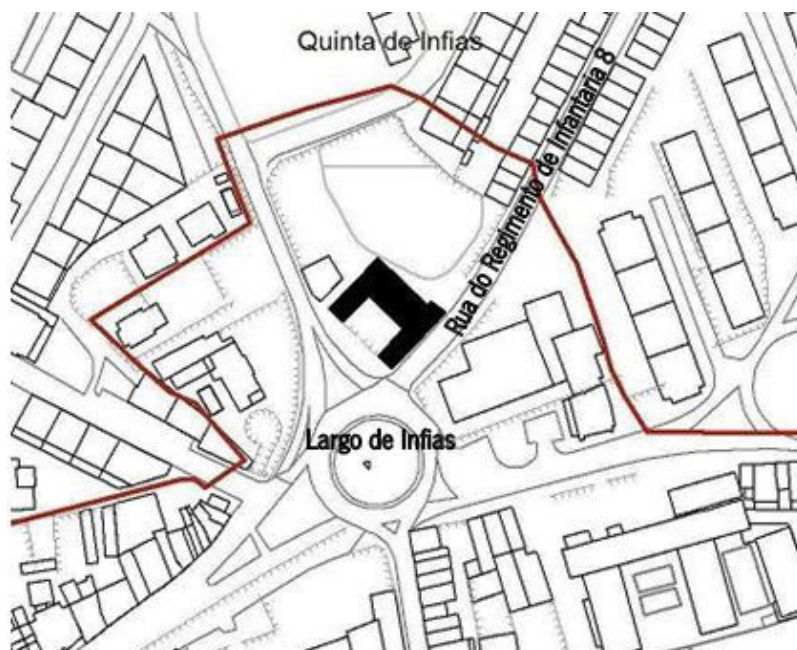


Figura 300 - Localização na planta topográfica atual da Casa de Vale de Flores

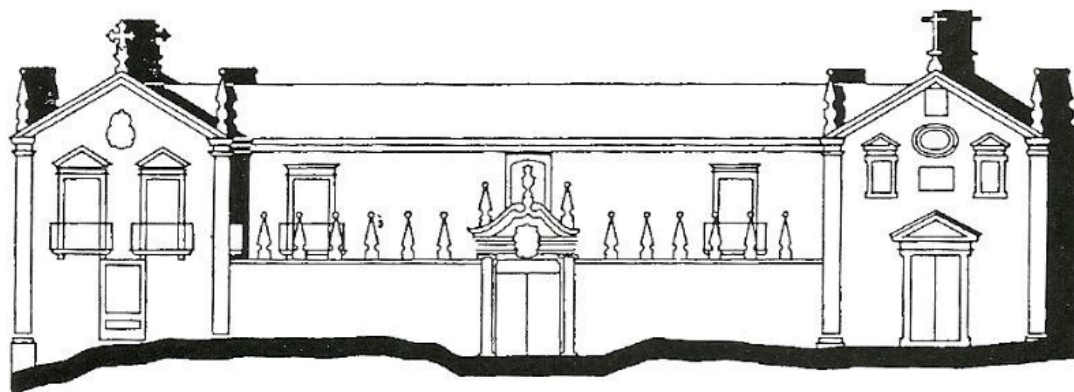


Figura 301 - Alçado da Casa de Vale de Flores
(Azevedo, 1969: 59)

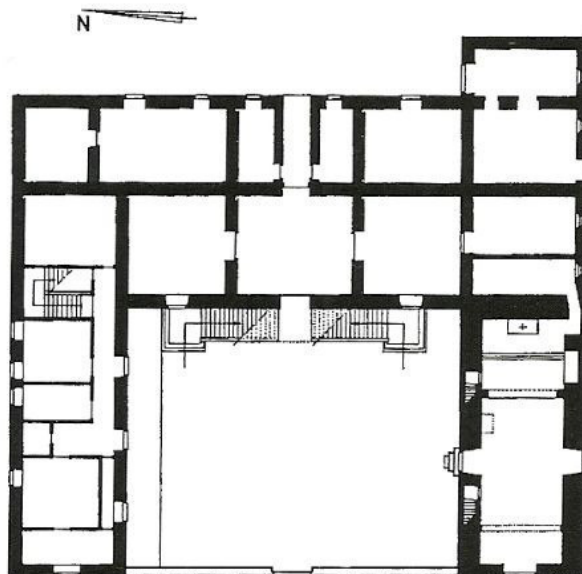


Figura 302 - Planta da Casa de Vale de Flores
(Azevedo, 1969: 59)

7. Fotografias atuais:



Figura 303 - Fachada principal da Casa de Vale de Flores
(Foto da autora)



Figura 304 - Escritório onde são expostos os serviços da Companhia das Índias (Stoop, 1993: 67)



Figura 305 - Sucessão dos salões

(Stoop, 1993: 68)



Figura 306 - Quarto com decoração a fresco
(Stoop, 1993: 69)

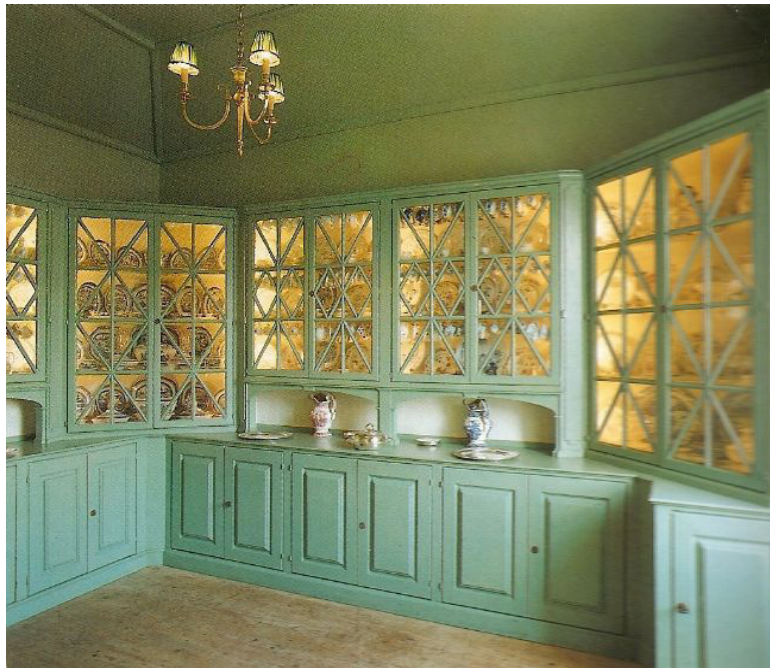


Figura 307 - Copa contigua à sala de jantar onde são guardadas as baixelas de porcelana da Companhia das Índias
(Stoop, 1993: 71)

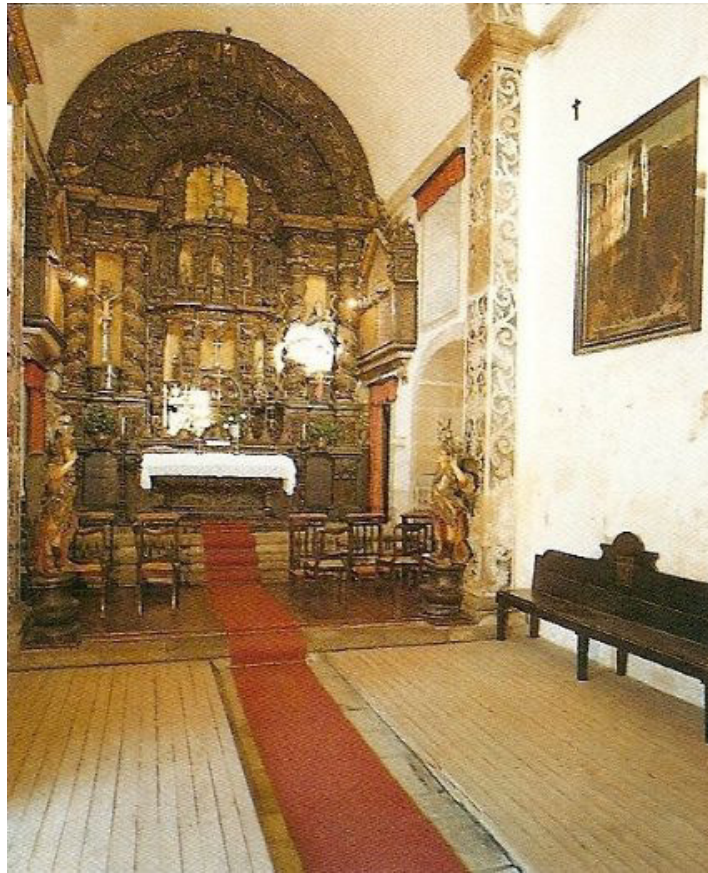


Figura 308 - Capela da Casa de Vale de Flores
(Stoop, 1993: 70)

Apêndice – Inventário das casas classificadas do centro histórico de Braga	Ficha N°13 Palácio do Raio
--	---

1. Identificação**1.1 Local/Endereço:** Rua do Raio, 4700-920 Braga**1.2 Designação/Nome:** Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga**1.3 Outras Designações:** Palácio do Raio; Casa dos Granjinhos; Palácio de S. Lázaro; Casa do Mexicano**1.4 Época de Construção:** Séculos XVIII/XIX/XX**2. Caracterização****2.1 Informação sobre as funções**

Século XVI:

Século XVII:

Século XVIII: H

Século XIX: H/EP

Século XX: H/EP

Século XXI: EP/EC

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.2 Cércea (n° de Pisos): 4**2.3 N° de Tipologia:** 2**2.4 Utilização Tipológica**

Piso 1: EC

Piso 2: A

Piso 3: EC

Piso 4: A

Piso 5:

A – Arrumações; CS – Comércio/Serviços; D - Devoluto; EC – Empreendimentos Culturais; EP – Equipamentos Públicos; H – Habitação; M - Misto; I – Impreciso

2.5 Estado da Fachada

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coberturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras Estruturas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.6 Estado de conservação do interior

Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.7 Alteração do interior

Não Alterado

Pouco Alterado

Muito Alterado

2.8 Caracterização Histórico-Artístico: O Palácio é mandado construir em 1754/1755 pelo comerciante nobilitado, cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, João Duarte de Faria e Silva (1693-1767). Teve vários proprietários até ser adquirido em 1853, por compra a João Maria Duarte Peixoto, pelo brasileiro Miguel José Raio (1693-1875), cofundador do Banco Minho, da Associação Comercial de Braga, do Teatro São Geraldo, do asilo Dom Pedro V, e ainda comendador da Ordem de Cristo e visconde de S. Lázaro (Azeredo, A. C., 2013: 77). A denominação “Casa dos Granjinhos” resulta do lugar onde se encontra o edifício, pois a antiga Rua dos Granjinhos ligava a antiga porta de S. João à igreja de S. Lázaro, hoje demolida (Oliveira, E. P., 1993: 120). Já as designações “Palácio do Raio” e “Palácio de S. Lázaro” relacionam-se ao visconde Miguel Raio.

Em 1882, D. Adelaide Maria José Raio, filha do visconde, vende a casa ao Banco Minho, já em 1884 é vendido à Santa Misericórdia de Braga, esta anexa-a às instalações do Hospital de S. Marcos. Teve funções assistencialistas no âmbito da saúde, como também, serviu de moradia às “beatas” do Recolhimento de Santo António. Em 1913, a sala de operação, instalada no palácio, veio a servir a enfermaria das parturientes e um balneário foi construído no piso de baixo. A parte superior acolheu a Comunidade de Religiosas de São José de Cluny, período em que estas trabalhavam no hospital. Também instalaram-se, no rés-do-chão, os serviços de radiologia e oftalmologia (Machado, 2015: 10-11).

Em 1974, o palácio e hospital passou para a tutela do Estado, mas foi devolvido à Santa Casa da Misericórdia de Braga em 2012. Nesse período de tempo, e apesar dos estudos existentes e das intervenções de conservação e recuperação, registaram-se danificações dos elementos artísticos devido a alterações e adaptações. Em 2015 é inaugurado no palácio o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga (Machado, 2015: 11-14).

2.9 Caracterização Arquitetónica: É uma casa nobre de estilo barroco joanino, dos meados do século XVIII, associado ao arquiteto André Soares e ao azulejador Bartolomeu Antunes. Apresenta uma decoração naturalista com concheados, jarros, grinaldas e festões (Smith, R. C., 1968: 305). Muitas vezes designado de ex-libris da cidade de Braga pelos mídias.

É um edifício de granito, com paramentos de alvenaria e pavimentos de madeira de castanho. O portal da fachada principal é bastante recortado encimada por um balcão de

balaústres com padieira monolítica, este ladeado por esculturas. A cornija é saliente e está coroada por uma balaustra de seis fogaréus e quatro ânforas nas laterais e pilastras jónicas e uma cobertura de azulejo colocada no século XIX sobre a fachada (SIPA, consultado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=48). Sequeira (1980: 35) liga esta residência ao estilo Luís XV e Bandeira (2003: 38) define-o como uma versão soaresca do estilo *rocaille* com inspiração franco-alemã. Esta construção ostenta motivos de flores singelas e conchas em amarelos-ocre e brancos. A fachada é retangular e tem um ordenamento horizontal devido às varandas, ao entablamento com ressaltos e à balaustrada (Stoop, 1993: 54-56).

As molduras das aberturas do primeiro piso são em cantaria de granito decorado com conchas, embrechados e folhagem e apresentam formas de asas rococó nas laterais. As janelas de sacada do segundo piso, também com molduras em granito lavrado, possuem ferro forjado e ostentam um coroamento de geometria fragmentada. Observa-se o brasão de João Duarte de Faria e Silva no centro do topo do palácio (Stoop, 1993: 54).

À entrada da escadaria encontram-se três arcos trabalhados, acede-se ao andar superior pelo arco central. A escadaria tem dois lanços a partir do andar intermédio, reconhece-lhe o estilo rococó devido à disposição dos balaústres, mas também, à presença de vasos salientes decorados de frutos exóticos e à estátua conhecida pela designação popular do “mexicano”, que na realidade representa um turco. A estátua pretende retratar um guerreiro oriental (Stoop, 1993: 56).

Os azulejos de faiança das escadas, datados de 1760, deixam vislumbrar cavaleiros com turbantes à caça do avestruz e do leopardo, assim como caçadas ao javali e ao veado e imagens cénicas mais amenizas. As molduras rococó rematam os painéis azuis e brancos. No segundo piso encontram-se painéis, em vários tons de azul e policromos, que contam cenas historiadas num ritmo *rocaille* de conchas, folhas de flores com aves-do-paraíso (Stoop, 1993: 56).

Ainda podemos acrescentar que, entre 1852 e 1876, Miguel José Raio empreendeu alterações significativas como a colocação da balaustrada na fachada principal, a abertura de um lanternim, uma nova pintura na envolvente do escadório e em tetos novos de estuque, a deslocação dos tetos de madeira pintados para o sótão e a abertura nas traseiras de uma passagem entre as duas alas (Oliveira, E. P., 2011, vol. I: 309). Ainda revestiu a fachada principal de azulejos como já referenciado (Bandeira, 2003: 38).

3. Observações: Em 1910 registaram-se obras para condições de higiene e salubridade no hospital, aquando da nomeação de uma Comissão Administrativa para gerir a irmandade (Machado, 2015: 11). Em 1993, ocorreu uma intervenção pela Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, aquando da sua tutela pelo Estado; aquela atuou no portal e nas janelas do primeiro piso com isolamento dos madeiramentos, mas ainda empreenderam a limpeza da pedra por via húmida, a execução de moldes, a colocação de pedra artificial, a remoção de cimentos, a reintegração de elementos escultóricos, a consolidação e a hidrofugação (SIPA).

Entre 2014 e 2015, ocorreram obras de reabilitação, conservação e restauro, para a instalação do dito museu, financiadas por O Novo Norte (ON.2) pelo concurso PC7272013 que apoia a recuperação do património cultural (Machado, 2015: 14).

O Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga, atualmente instalado no palácio, obteve o prémio *SOS Azulejos 2015* e o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana em 2016 (Portal Sapoviagens e Portal Idealista/news. Consultados em dezembro 16, 2016, em <http://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/misericordia-de-braga-uma-das-galardoadas-com-premios-sos-azulejo-2015> e https://www.idealista.pt/news/imobiliario/construcao/2016/04/08/30336-e-os-vencedores-do-premio-nacional-de-reabilitacao-urbana-sao_ respetivamente).

4. Necessidade de intervenção

Nenhuma

Pouca

Alguma

Muita

5. Proteção legal: A fachada *rocaille* e a escadaria do palácio estão classificadas como IIP, Decreto n° 40 684, Diário do Governo, 1ª Série, n° 146 de 13 de julho 1956. O edifício também é abrangido, desde 1970, por uma ZEP, enquanto ZNA pela Portaria, Diário do Governo, 2ª Série, n° 105 de 5 de maio 1970, esta foi revista entre 2008/2009 e aprovada de novo em 2011 (SIPA).

6. Elementos Iconográficos e Cartográficos:

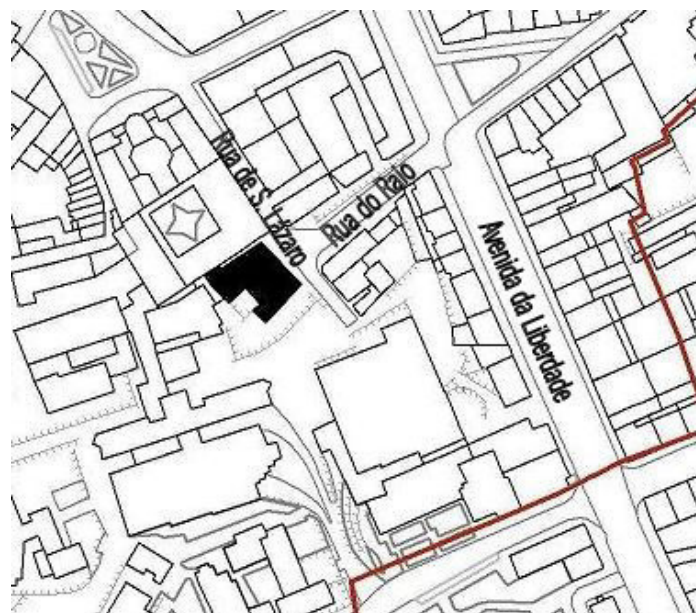


Figura 309 - Localização na planta topográfica atual do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga



Figura 310 - Palácio do Raio no *Mapa de Braga Primas*

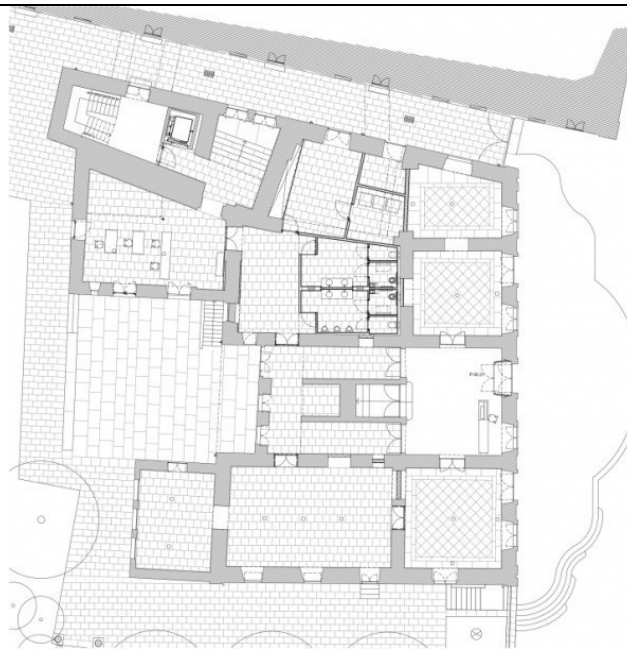


Figura 311 - Planta atual do piso 1

(Fonte: <http://www.miguelguedes.pt/pt/projetos/ver/palacio-do-raio-centro-interpretativo-de-memorias-da-misericordia/>)

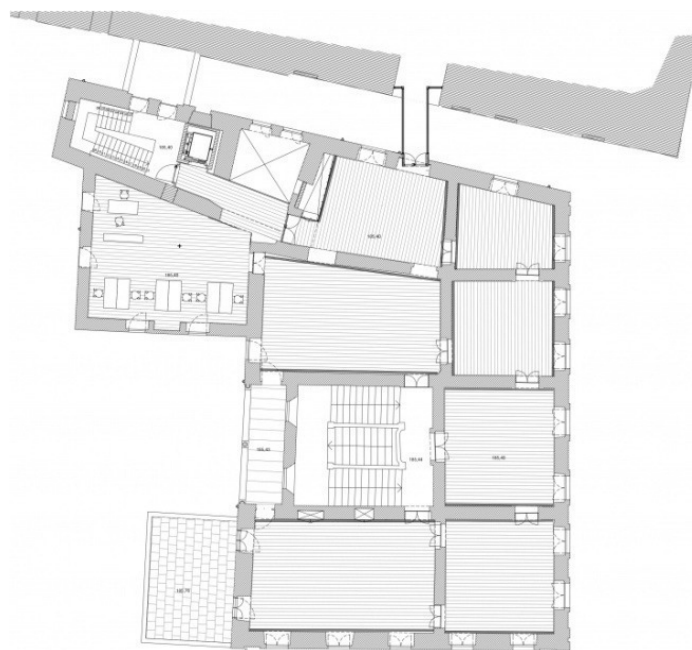


Figura 312 - Planta atual do piso 2

(Fonte: <http://www.miguelguedes.pt/pt/projetos/ver/palacio-do-raio-centro-interpretativo-de-memorias-da-misericordia/>)

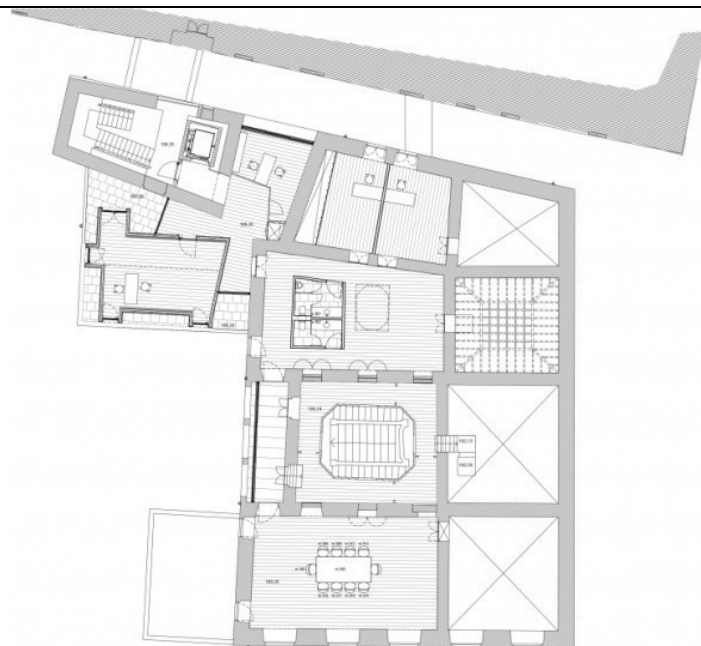


Figura 313 - Planta atual do piso 3

(Fonte: <http://www.miguelguedes.pt/pt/projetos/ver/palacio-do-raio-centro-interpretativo-de-memorias-da-misericordia/>)

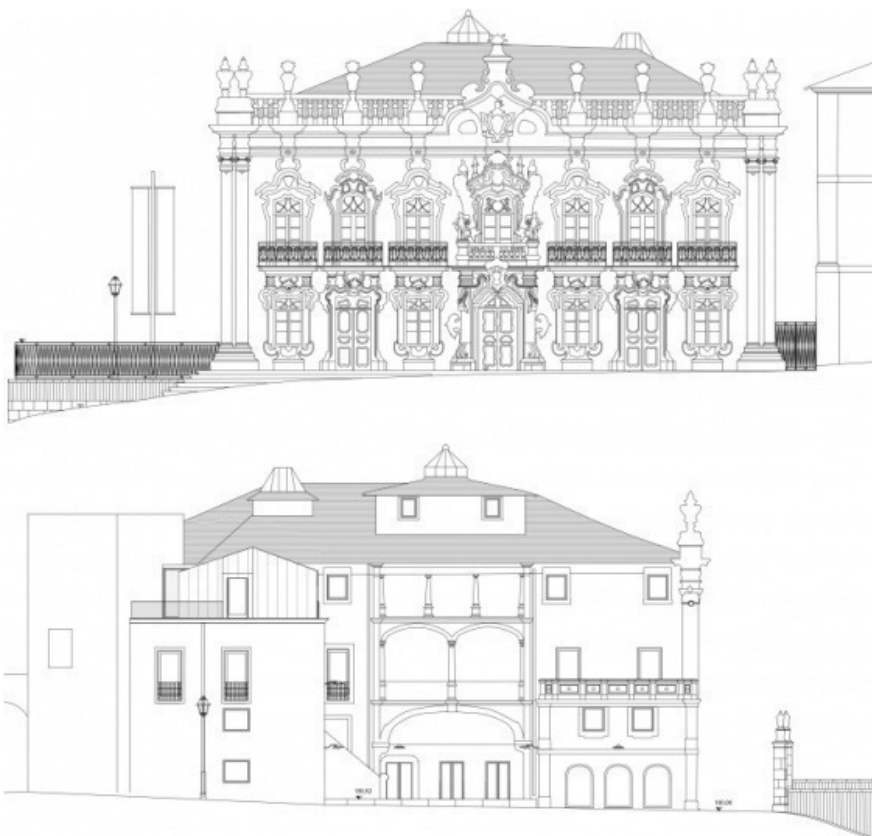


Figura 314 - Alado nascente e poente atual

(Fonte: <http://www.miguelguedes.pt/pt/projetos/ver/palacio-do-raio-centro-interpretativo-de-memorias-da-misericordia/>)



Figura 315 - Fachada posterior, ano 2003
(SIPA)

7. Fotografias atuais:



Figura 316 - Fachada principal do palácio
(Foto da autora)



Figura 317 - Fachada sul do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga
(Fonte: <http://forum.bracarae.com/viewtopic.php?f=5&t=1972&start=150>)



Figura 318 – Ala poente
(Fonte: <http://forum.bracarae.com/viewtopic.php?f=5&t=1972&start=150>)



Figura 319 - Hall de entrada

(Fonte: <http://bragaon.blogspot.pt/2012/01/palacio-do-raio.html>)



Figura 320 - Acesso ao segundo piso

(Fonte: <http://bragaon.blogspot.pt/2012/01/palacio-do-raio.html>)



Figura 321 – Figura do Turco, nível intermédio da escadaria

(Fonte: <http://bragaon.blogspot.pt/2012/01/palacio-do-raio.html>)

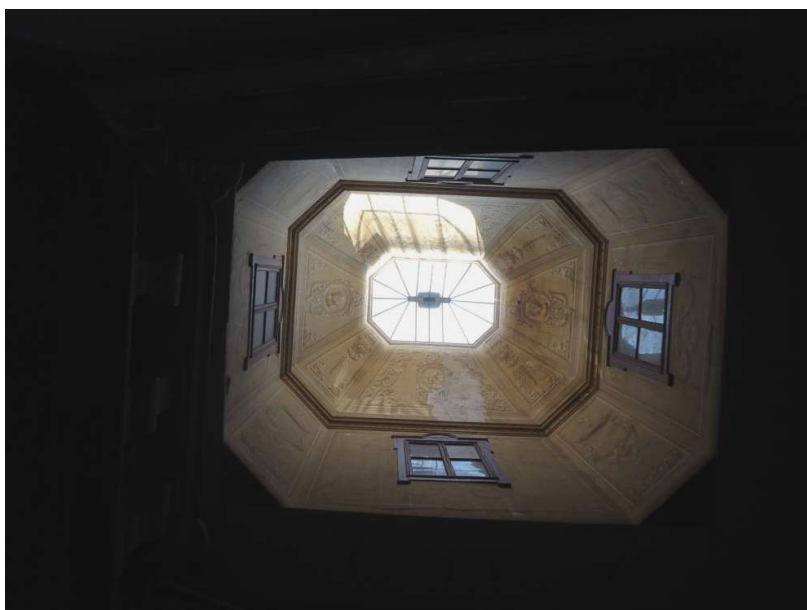


Figura 322 - Claraboia do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga
(Fonte: <http://bragaon.blogspot.pt/2012/01/palacio-do-raio.html>)

Anexos

Anexo I – Mapa das vias com génese entre 1070-1505 que evoluíram na Idade Moderna

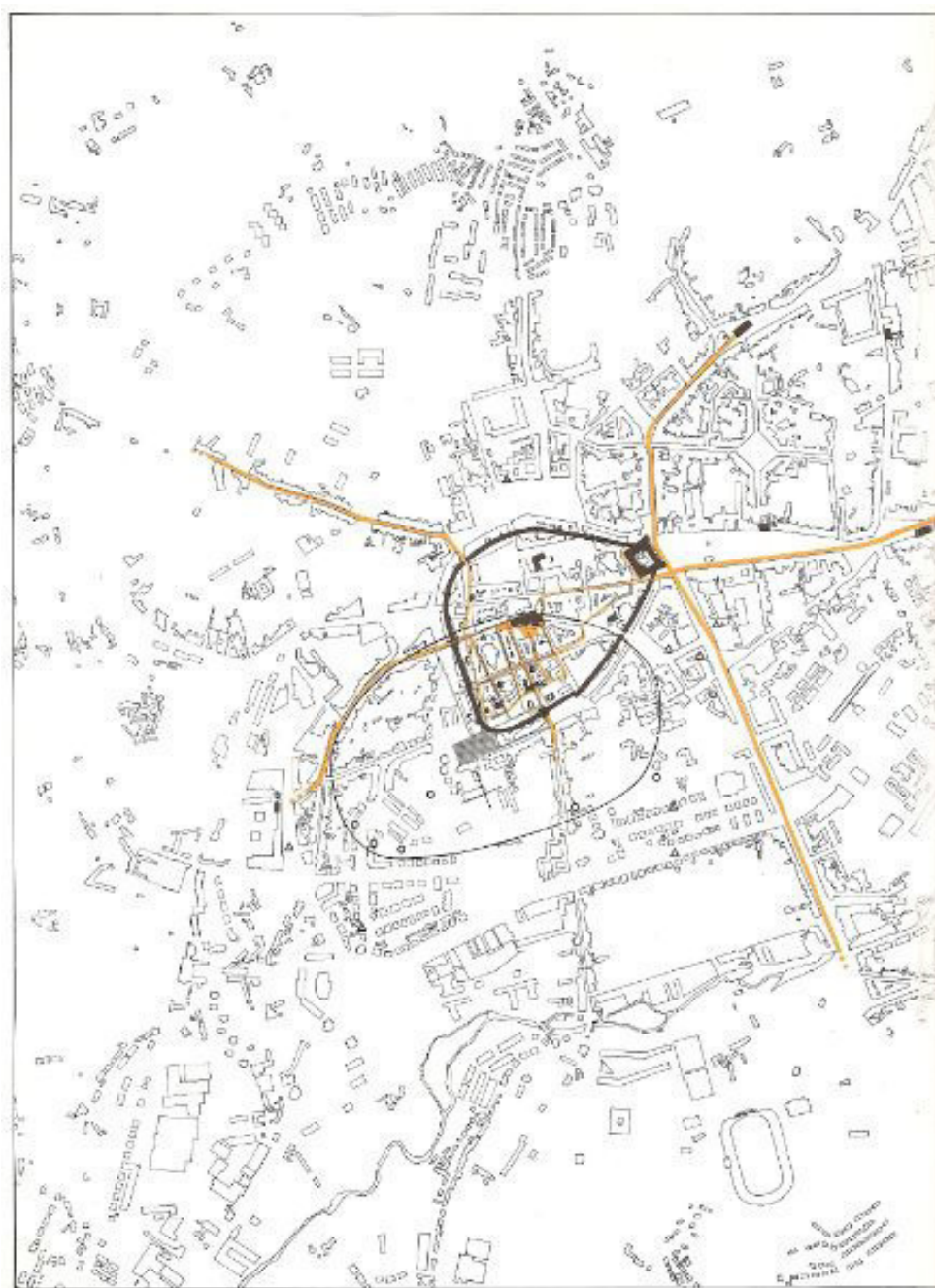


Figura 323 - Mapa das vias com génese entre 1070-1505 – Parte I²⁴³

²⁴³ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 20.

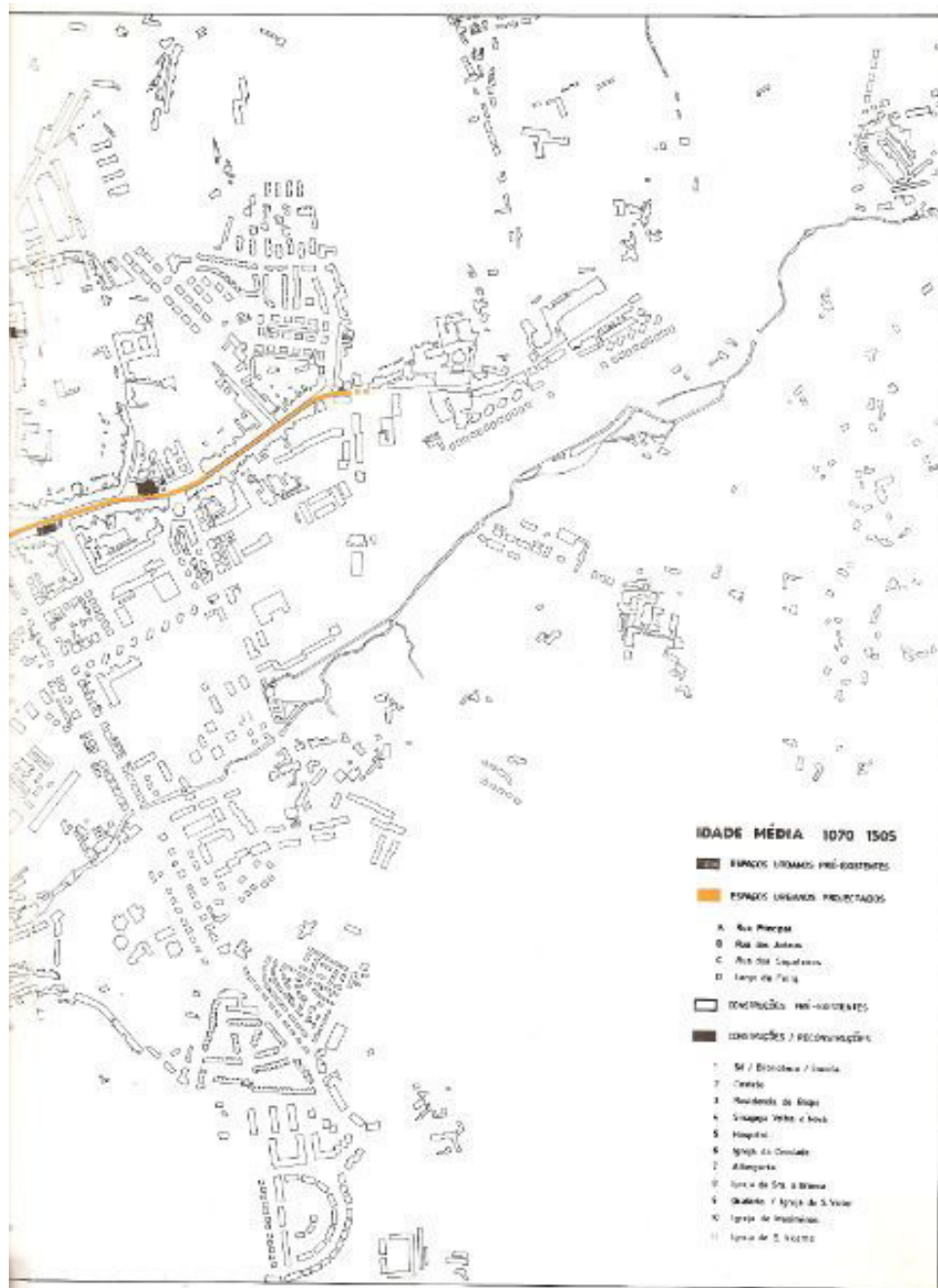


Figura 324 - Mapa das vias com génese entre 1070-1505 – Parte II²⁴⁴

²⁴⁴ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 21.

Anexo II - Mapa das vias abertas por D. Diogo de Sousa entre 1505-1532

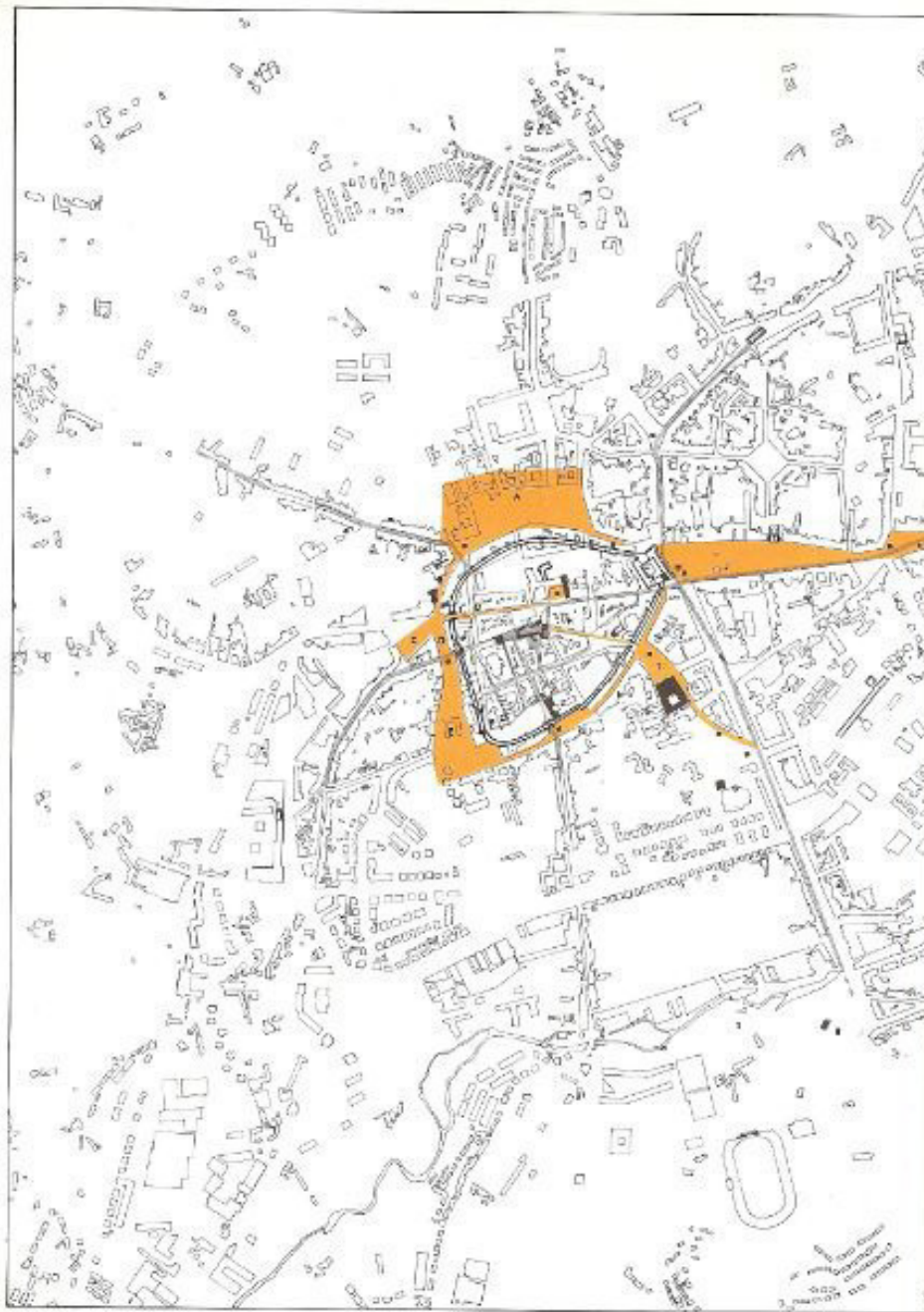


Figura 325 - Mapa das vias abertas entre 1505-1532 – Parte I²⁴⁵

²⁴⁵ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 28.

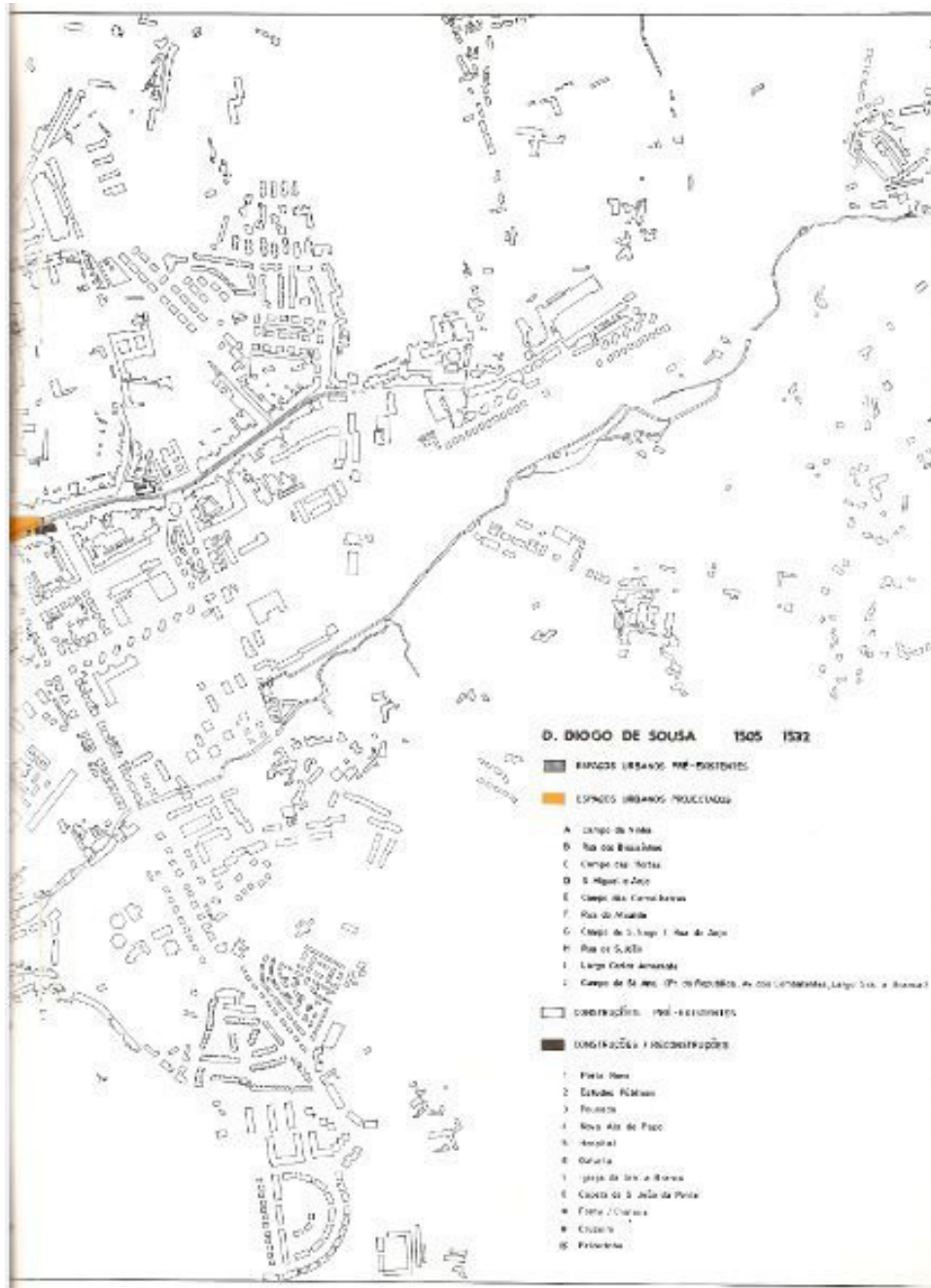


Figura 326 - Mapa das vias abertas entre 1505-1532 – Parte II²⁴⁶

²⁴⁶ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 29.

Anexo III - Mapa das vias abertas durante a Contra-Reforma entre 1532-1725



Figura 327 - Mapa das vias abertas entre 1532-1725 – Parte I²⁴⁷

²⁴⁷ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 38.

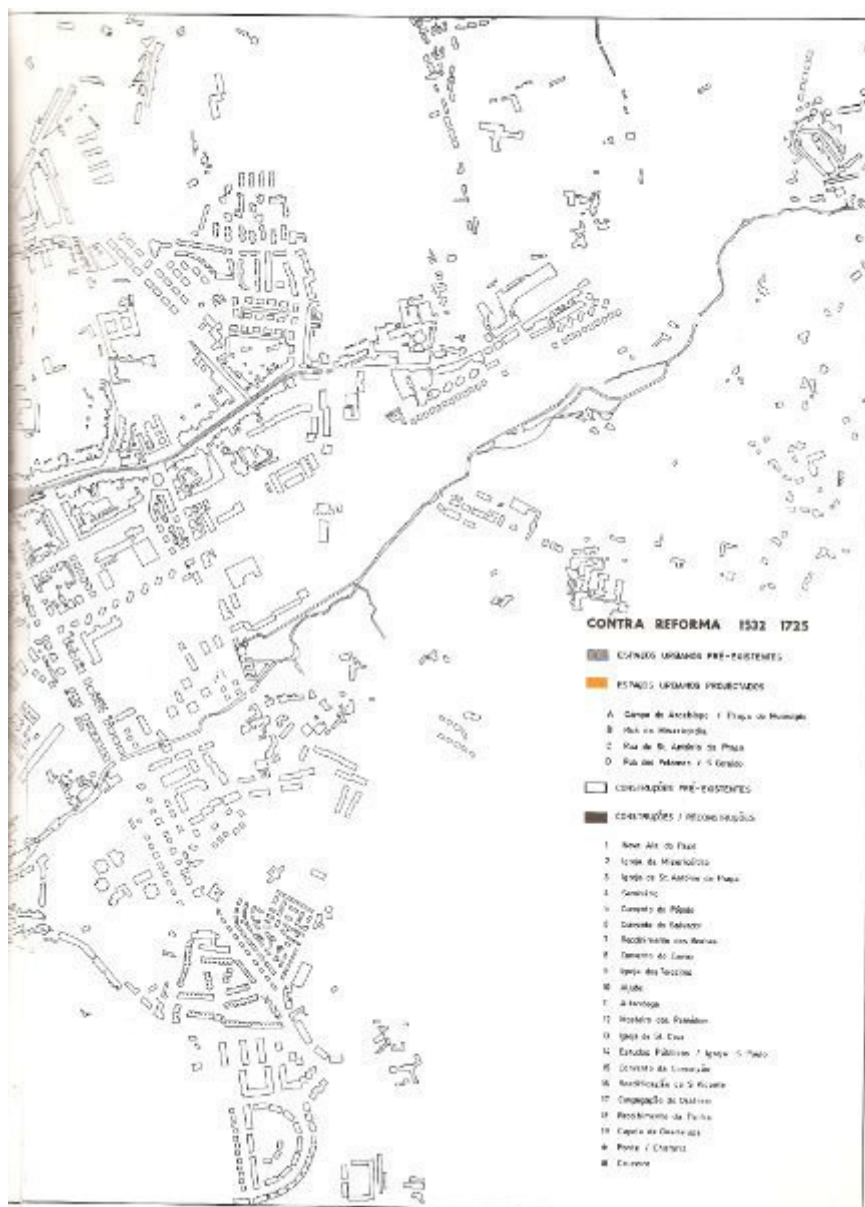


Figura 328 - Mapa das vias abertas entre 1532-1725 – Parte II²⁴⁸

²⁴⁸ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 39.

Anexo IV - Mapa das vias que tiveram um crescimento aquando do barroco tardio entre 1725-1850

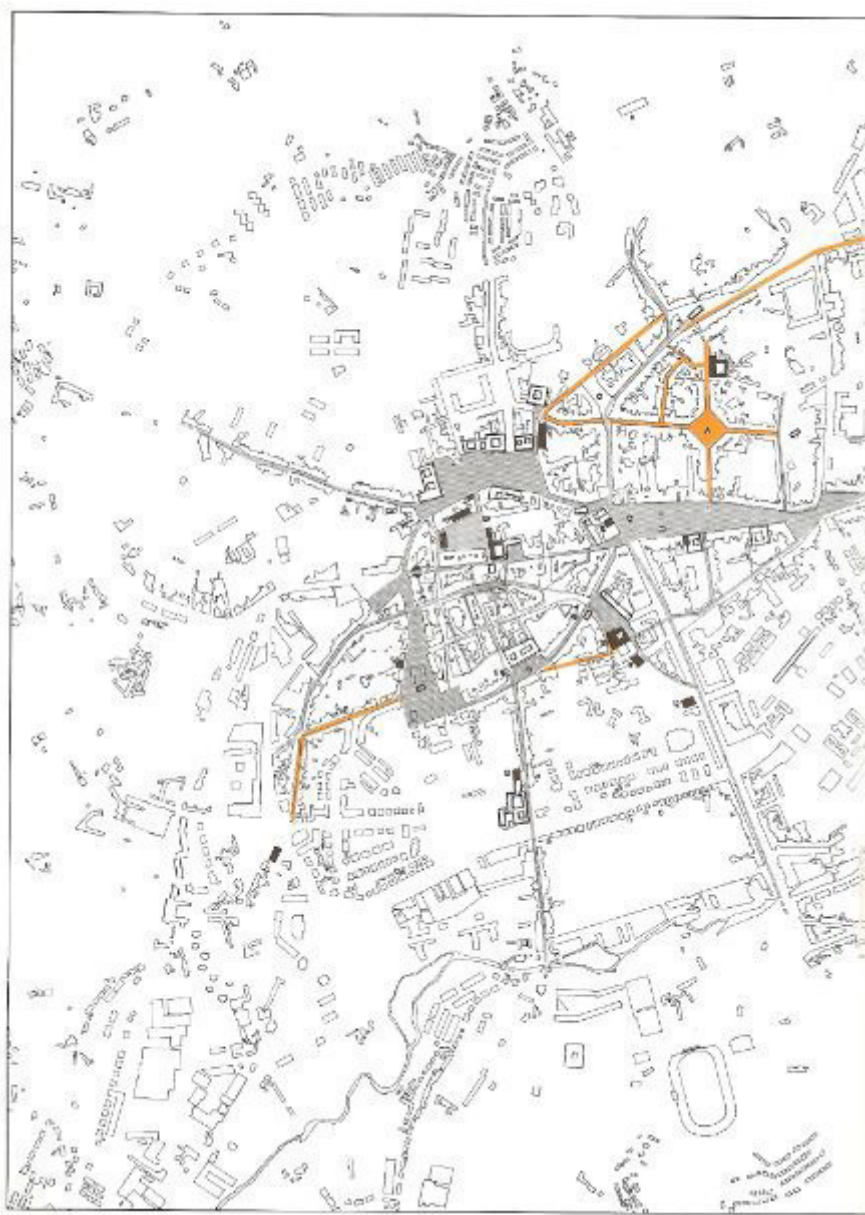


Figura 329 - Mapa das vias que tiveram um crescimento entre 1725-1850 – Parte I²⁴⁹

²⁴⁹ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 44.

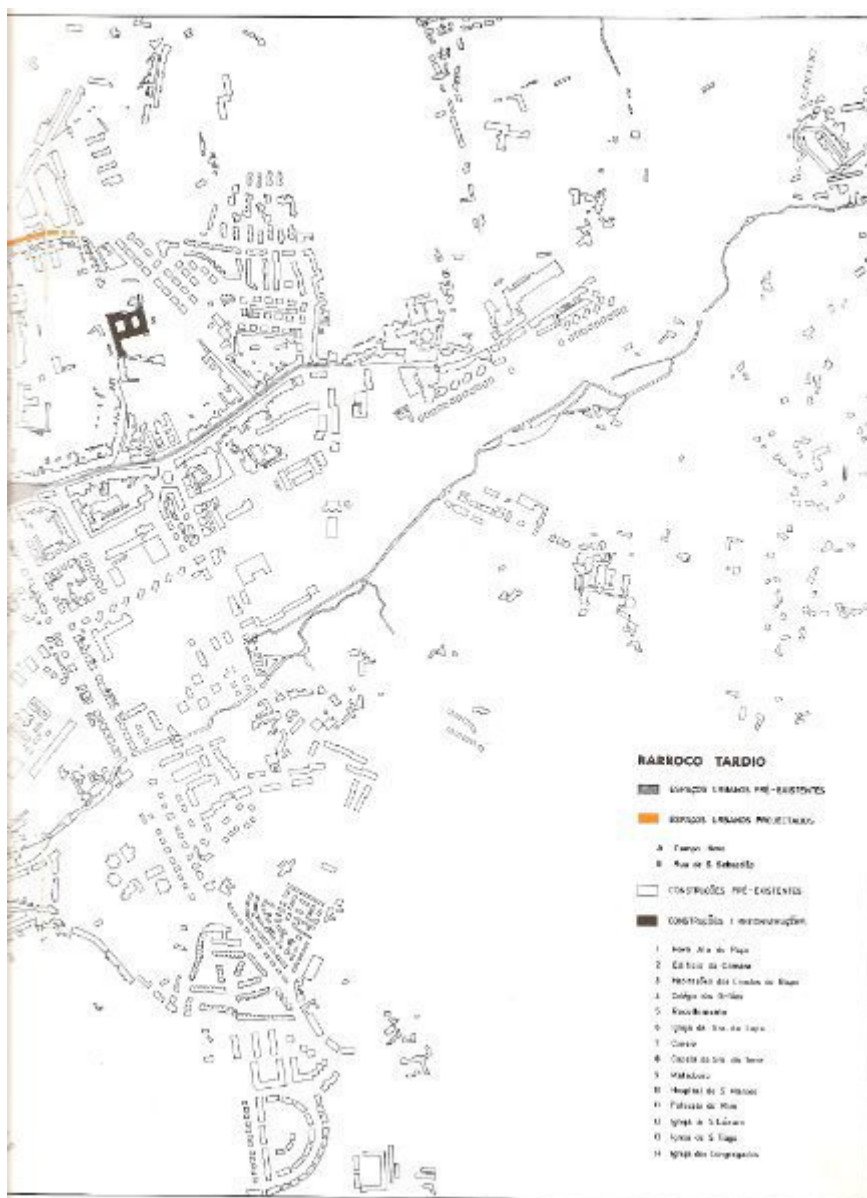


Figura 330 - Mapa das vias que tiveram um crescimento entre 1725-1850 – Parte II²⁵⁰

²⁵⁰ Oliveira, E. P., Moura & Mesquita, 1982: 45.

Anexo V – Cartografia geral do território da cidade nos inícios da Idade Moderna

Moderna

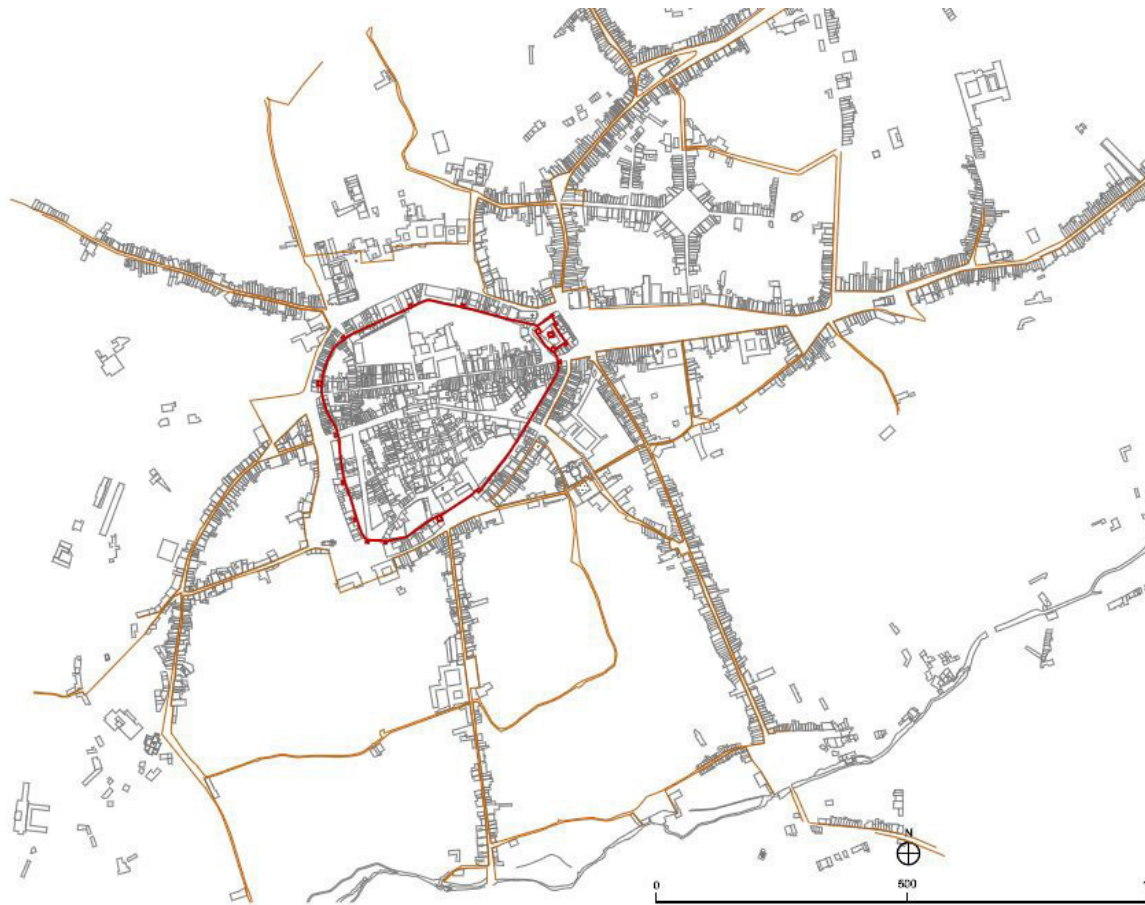


Figura 331 – Braga nos inícios da Idade Moderna²⁵¹

²⁵¹ Ribeiro, 2008, Apêndice II, planta 9.

Anexo VI – Mapa do património arquitetónico classificado e inventariado do PDM

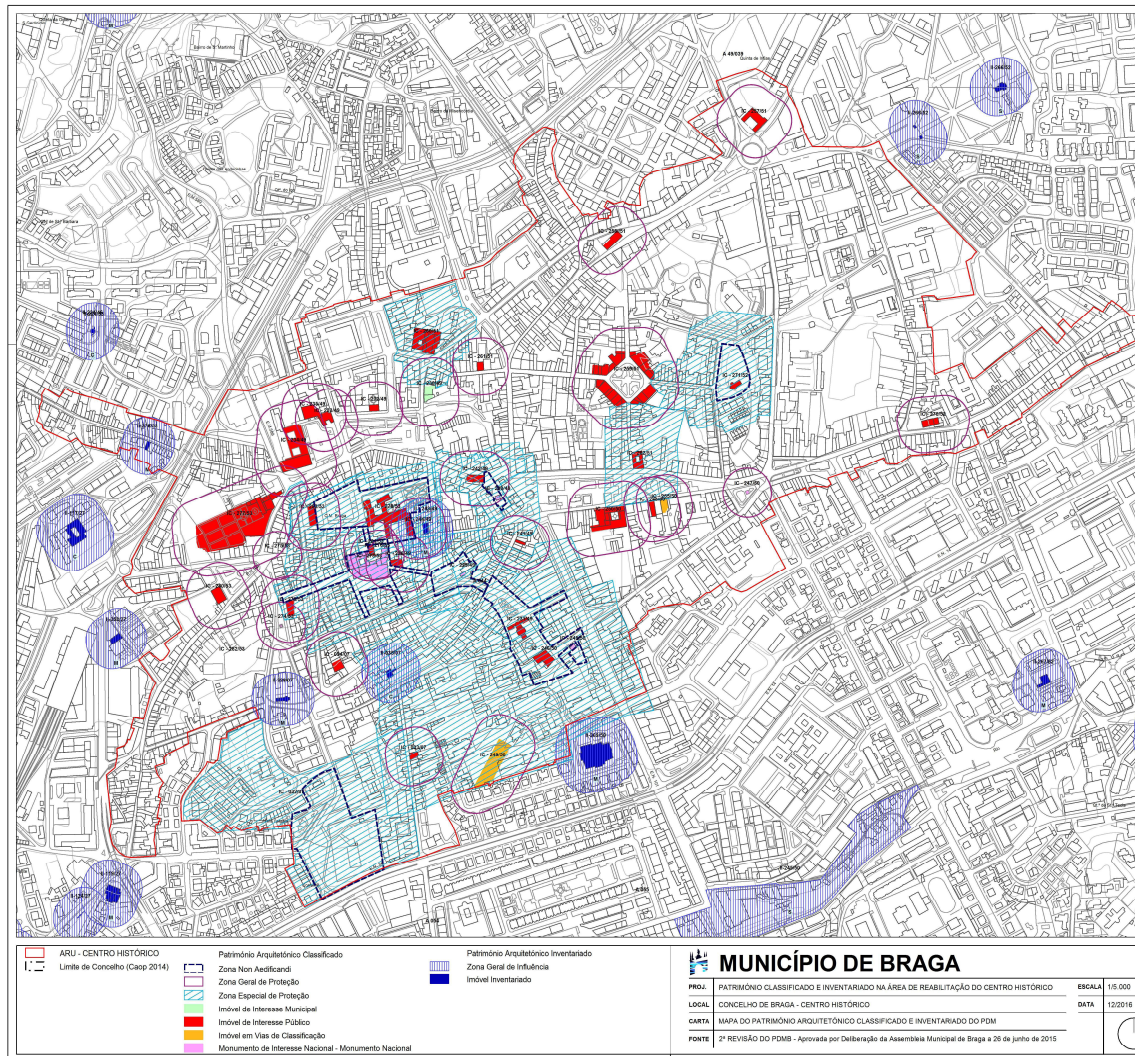


Figura 332 – Património arquitetónico classificado²⁵²

²⁵² Fonte: Camara Municipal de Braga. Resultante da revisão do PDMB em 2015.